

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

**Revista do Instituto Histórico
e Geográfico de Goiás**

Nº 23

**Goiânia, 2012
Editora Kelps**

Copyright © 2011 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 — St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 — Goiânia — GO

Fone: (62) 3211-1616

Fax: (62) 3211-1075

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Comissão Técnica

Carlos Augusto Tavares

Diagramação e arte da capa

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas / Elizabeth Caldeira Brito

Revisão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás /
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 23 (2011) –
Goiânia : Kelps, 2011.
274 p.: il.

ISSN: 2175-1269

I. Goiás - História. I. Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Título

CDU: 94(817.3) (05)

Índice para catálogo sistemático:

CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2012

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS
DIRETORIA PARA A GESTÃO 2009-2013

Presidente: **Aidenor Aires Pereira**
1º Vice-Presidente: **Ruy Rodrigues da Silva**
2º Vice-Presidente: **Geraldo Coelho Vaz**
3º Vice-Presidente: **Luiz Augusto Paranhos Sampaio**

Secretária Geral: **Heloisa Selma Fernandes Capel**
1ª Secretária: **Elizabeth Abreu Caldeira Brito**
2ª Secretária: **Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires**

Tesoureiro: **Waldomiro Bariani Ortencio**
2º Tesoureiro: **Augusta Faro Fleury de Melo**

1º Orador Oficial: **Ursulino Tavares Leão**
2º Orador Oficial: **Ana Braga**

1º Bibliotecário: **Eduardo José Reinato**
2º Bibliotecário: **José Ubirajara Galli Vieira**

Diretoria de Arquivo: **Nancy Ribeiro de Araújo e Silva**
Diretoria da Revista: **Lena Castello Branco Ferreira de Freitas.**

Assessoria de História: **Maria Augusta de Sant'Anna de Moraes**
Assessoria de Geografia: **Horieste Gomes**

Sumário

DISCURSOS

Discurso de recepção à sócia-titular Jacira Rosa Pires pela sócia Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires.....	11
Discurso de recepção ao sócio-titular Orlando Ferreira de Castro.....	17
Discurso de posse do sócio-titular Orlando Ferreira de Castro	23

ARTIGOS

Uma crise política sem precedente, Pedro e Hermógenes	35
<i>Maria Augusta Sant'Anna de Moraes</i>	
A certidão de nascimento de Goiás	64
<i>Antônio Teixeira Neto</i>	
Mulheres no IHGG	89
<i>Nancy Helena Ribeiro</i>	
Atlântico sul, mare nostrum? (A capacidade de dizer não)	101
<i>Domingos Castello Branco</i>	
Valparaíso de Goiás: migração e estrutura territorial.....	123
<i>Gilmar Elias Rodrigues da Silva - Eguimar Felício Chaveiro</i>	

Nas dobras do tempo - A origem de Inhumas em documentos	141
<i>Antônio César Caldas Pinheiro</i>	
Um historiador ficcionista-poeta Benito Barreto.....	171
Sérgio Guido, precursor da novelística. Em Goiás, nome pouco lembrado!.....	195
<i>Ático Vilas Boas</i>	
Jaó: berço da luz, dos alemães e da cidadania goiana	202
<i>Arthur Rios</i>	
Duguay-Trouin sequestra a cidade do Rio de Janeiro	205
<i>Jarbas Silva Marques</i>	
SEGUNDA EDIÇÃO: ARTIGOS EM FAC-SÍMILE.....	215
ATIVIDADES DO IHGG	249
SÓCIOS DO IHGG.....	261
GALERIA DE FOTOS	267

APRESENTAÇÃO

Alcançamos com esta edição o número 23 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Ao longo de oito décadas a Revista tem sido o testemunho das atividades da Instituição, do operoso trabalho de pesquisadores, cientistas e intelectuais que dedicam parte de suas vidas e seus mais inteligentes esforços sobre os temas da História, da Geografia e da cultura de Goiás. Resulta sua continuidade da dedicação de seus diretores, especialmente, há vários anos, ao cuidadoso e competente empenho da historiadora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. Neste número, além das contribuições recentes de associados e colaboradores, foram incluídos textos de edições anteriores. Os textos escolhidos abrangem parte da história do Instituto e o testemunho da contínua atividade do IHGG. Inicia-se com o discurso do inesquecível Colemar Natal e Silva por ocasião do lançamento da pedra fundamental do Instituto, em 1940, na Revista número 01. Reedita-se também, importante artigo de Bernardo Élis, sobre o arquiteto italiano Tosi Colombina, O Cartógrafo da Região Centro Oeste, revista número 13, de 1993. De 1998, Revista número 14, vêm as importantes reflexões do sócio titular historiador Nasr Chaul, Goiânia: A Utopia do Progresso na Marcha para o Oeste. Finalizando esta breve viagem pela memória de nossa Instituição, revisitamos o texto de José Mendonça Teles, presidente *ad vitam*, continuador maior da obra dos fundadores, corporificada em Colemar Natal e Silva, Breve Histórico sobre a Fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Revista número 15, publicada no ano 2000. Este ano marca importantes conquistas para o IHGG: a consolidação do Núcleo de Memória Audiovisual

que, já realizou mais de uma dezena de gravações de depoimentos de pessoas com relevância nos estudos históricos, geográficos, literários e políticos de nossa sociedade. Esses depoimentos vêm somar-se ao material audiovisual já existente, com destaque para o acervo de programas produzidos por Salvador Farina, cuja doação ensejou a criação do núcleo. O IHGG foi incluído no Programa Ponto de Cultura implementado pelo MINC e Prefeitura Municipal de Goiânia. O projeto, já em andamento, contempla recursos materiais para incrementar as atividades de expansão da atuação comunitária do Instituto. Pelo projeto o acervo, os conhecimentos e as especialidades de seus estudiosos são colocados ao acesso da população, com ênfase para a juventude e setores menos atendidos da população, tudo com vistas à valorização da memória e percepção das identidades, num trabalho prospectivo de inclusão cidadã. Outra conquista que iniciará novo tempo na pesquisa em nossa instituição é a catalogação e informatização do acervo bibliográfico do Instituto. O trabalho está sendo feito pela bibliotecária Aline Palmeira Marden e sua equipe, estagiários contratados pelo IHGG, com o apoio e engajamento de todos os funcionários da casa. Estas e outras iniciativas da Instituição preparam as comemorações dos oitenta anos de fundação do IHGG, a completar-se no próximo ano. As programações e atividades da agenda comemorativa serão matérias da Revista número 24. É com verdadeiro júbilo que entregamos mais este número de nossa Revista, com a certeza de que estamos seguindo os passos de nossos antecessores, procurando imitá-los na tarefa pungente de levar nossa octogenária Instituição para o destino sonhado por eles. Este destino se confunde com a caminhada histórica e cultural de nossa gente, desafiada a exercer ação inovadora no Centro Oeste, sem esquecer os estoques de pioneirismo, trabalho e humanismo, valores que desafiam gestores e pensadores de nossos dias. Honrado por estar presente a este singular momento da história do IHGG, agradeço o trabalho excepcional da confreira historiadora e diretora da Revista, Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, aos colaboradores deste número, a todos os associados que sempre socorreram esta diretoria nos muitos trabalhos cobrados pela instituição. Crédito preto de especial reconhecimento à Secretária do Instituto, associada efetiva, Elizabeth

Caldeira Brito, cujo apoio e solidariedade são vitais para esta Revista e para todas as ações do Instituto. Este reconhecimento é extensivo aos colaboradores: Juliana Barsi, Marilda Maria da Silva Alves, Eleuzenira Maria de Menezes, Elizeth de Castro Caldeira. Deixo aos leitores o desfrute da Revista e convoco a todos para as atividades do ano comemorativo do octogésimo aniversário do IHGG, 2012 - assunto a ser detalhado no próximo número de nossa Revista. Boa Leitura.

Aidenor Aires
Presidente do IHGG

DISCURSOS

DISCURSO DE RECEPÇÃO À SÓCIA-TITULAR JACIRA ROSA PIRES PELA SÓCIA MARIA NARCISA DE ABREU CORDEIRO PIRES

Excelentíssimo Senhor Aidenor Aires, digníssimo Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em cuja pessoa cumprimento os demais membros da Mesa.

Confrades, confreiras, irmãos e familiares de Jacira.

Senhoras e senhores.

Devo destacar a presença honrosa nesta Casa da ilustre museóloga Rachel Correa Lima, neta do grande arquiteto Atílio Correa Lima e também do ilustre engenheiro, senhor Ilézio Inácio Ferreira, presidente da ADEMI (Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás) e da empresa Consciente Construtora, que proporcionou a vinda da senhora Rachel a este evento.

Excelentíssimo senhor vereador Rusemberg Barbosa, grande admirador de Atílio Correia Lima

Como sócia-titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás fui designada para proferir o discurso de recepção da arquiteta Jacira Rosa Pires, ora ingressando neste Instituto.

Observando o *curriculum vitae* de Jacira Rosa Pires, filha de Tomásia Rosa Pires e Antônio Pires, doutora em Planejamento Urbano e Arquitetura e Professora da Pontifícia Universidade Católica de

Goiás, constatei que a maior ênfase desse currículo enfoca a História Urbanística da criação de Goiânia, cidade cunhada em momento de grande importância para a história do urbanismo brasileiro. Era o momento em que se discutia a necessidade de mudar o caráter das cidades existentes e de implantar cidades novas, de visão mais moderna.

O distintivo da cidade colonial não satisfazia mais. Criar uma nova capital para Goiás era uma necessidade política, que se compatibilizava e correspondia com a premência de atualizar e modernizar a região Centro-Oeste. Esse tema foi desenvolvido por Jacira em tese doutoral, com o nome *Goiania – La ciudad premoderna del cerrado*, em Barcelona, Espanha, no Departamento de Composição Arquitetônica, na Seção de História da Universidade Politécnica da Catalunha – UPC, na Sala Picalleja, em 2006.

Apesar das interrupções e de não finalizar dentro dos objetivos determinados, esses estudos foram importantes como fonte de pesquisa sobre Goiânia.

Em 2006 e 2007, Jacira foi representante da Universidade Católica de Goiás nas discussões da 2ª. e 3ª. Conferência Municipal das Cidades. Ambas tinham como finalidade estudar e propor as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, conforme o disposto na Lei n. 10.257 de 2001 – Estatuto da Cidade.

Alguns destaques de trabalhos publicados por JACIRA:

1980 – ANTEPROJETO – USO DO SOLO. Caderno publicado pela Prefeitura de Goiânia

1987 – PLANEJAMENTO DO AGLOMERADO URBANO DE GOIÂNIA/HABITAÇÃO. Caderno publicado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás/SEPLAN.

1994 – LEI DE ZONEAMENTO – Um instrumento de reforma urbana (anteprojeto de Lei). Trabalho publicado pela Prefeitura de Goiânia. IPLAN.

PALESTRAS E CURSOS MINISTRADOS. ATUAÇÕES EM BANCAS EXAMINADORAS

- 1976 - ESTRUTURA URBANA ATUAL DE GOIÂNIA – palestra, no Instituto de Planejamento Municipal- IPLAN.
- 2007 - GOIÂNIA – CIDADE PRÉ-MODERNA DO CERRADO – palestra, no IIIº. Simpósio Internacional de Cultura e Identidades, coordenado pela Associação Nacional de História, Regional de Goiás e Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da UFG.
- 1978 - PLANEJAMENTO URBANO EM GOIÂNIA – curso realizado na UCG.
- 2008 – ESTATUTO DOS MUNICÍPIOS GOIANOS – curso na Semana de Cultura e Cidadania da UCG
- 2010 – CONHECENDO GOIÂNIA, SUA HISTÓRIA URBANA E OUTRAS HISTÓRIAS – curso na 6ª. Semana de Cultura e Cidadania – PUC/GO.
- 2010 – BANCA EXAMINADORA: Participou de várias Bancas Examinadoras, inclusive da defesa de tese da Dra. Kuramoto Nakada, no Instituto de Estudos Sócio-ambientais da UFG.

TRABALHOS ELABORADOS NO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL/ IPLAN

- Estudo para Regulamentação da Lei n. 5.019, de 1975 (Lei de Uso do Solo)
- Anteprojeto de uso do Solo para Goiânia, em 19939. Primeira experiência no sentido de apropriação do processo de planejamento em Goiânia, feito por profissionais que vivenciavam a cidade.
- Termo de Referência do PDIG-2000 – Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia da Prefeitura Municipal de Goiânia, IPLAN, em 1988.

VÁRIOS TRABALHOS ELABORADOS NA COMPANHIA HABITACIONAL DE GOIÁS, tal como:

- 1987 – Participante dos estudos do Programa de Desenvolvimento Integrado do Aglomerado Urbano de Goiânia.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

- 1976 – Coordenadora do Projeto de Expansão Urbana da Cidade de Goiânia, pelo IPLAN (projeto elaborado com o INDUR).
- 1993 – Nomeada pelo Decreto 2.641 para exercer o cargo de Diretora de Planejamento, do Instituto de Planejamento Municipal – IPLAN, de dezembro de 1993 a fevereiro de 1995.
- Nos triênios 2004-2006 e 2007-2009, indicada pela Universidade Católica de Goiás- UCG, como conselheira do CRE de Goiás.
- 2007 – Indicada como representante da Universidade Católica de Goiás - UCG para compor a comissão preparatória para a 3ª. Conferência Estadual das Cidades em Goiânia. Abril/2007.
- 2007 – Indicada como representante da Universidade Católica de Goiás- UCG para compor o Conselho Municipal de Política Urbana. Agosto/2007.
- 2008 – Publicação do livro “Goiânia – Cidade pré-moderna do cerrado”. Editora da UCG.

Considero que o livro “Goiânia – Cidade pré-moderna do cerrado” é fruto de grande esforço da arquiteta Jacira Rosa Pires, que teve como base sua tese de doutorado, defendida em 2006, na Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona, referência mundial do urbanismo.

O estudo está concentrado nas primeiras décadas do século XX e dedica especial interesse ao período compreendido entre 1932 e 1938, que marca a elaboração e execução do Plano Piloto de Goiânia, oficializado pelo decreto 90-A, de 1938. A autora destaca a importância de estudar o surgimento da primeira cidade planejada na região Centro-Oeste do Brasil, nas discussões preliminares do urbanismo moderno que surgia.

No trabalho encontram-se em evidência as características dos desenhos de Atílio Correia Lima, a composição tríplice das avenidas em eixos monumentais, o centro geometricamente desenhado, a estação ferroviária e a densidade habitacional programada. Enfatiza

preocupações do autor com a topografia, o zoneamento, o semblante de cidade-jardim sob a interpretação de Jacira e a preocupação com os espaços naturais.

Pode-se afirmar que o plano da nova capital representa o marco inicial do urbanismo moderno no país. Com a construção de Goiânia, a região Centro-Oeste entra em cena com novos parâmetros, novas dimensões, novas visões urbanas, perfeitamente compatíveis com o que ocorria no mundo.

Tudo indica que é oportuno que se conheça plena e profundamente o plano original de Goiânia, para que se tenha conhecimento da vanguarda do projeto, que despertou Goiás para o desenvolvimento. Sua paisagem e modo de vida se transformaram para sempre.

O que importa agora é a retomada do signo ambiental assinalado no plano e dizer da sua importância nacional, para não vermos mais citações em livros e congressos, mencionando somente a capital federal como propulsora do desenvolvimento de Goiás.

Ao analisar o processo de admissão da doutora Jacira Rosa Pires, concluí que a candidata Jacira Rosa Pires se qualifica merecidamente para ocupar a cadeira no. 26 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, pois é realizadora de denso trabalho sobre a história da evolução urbanística de Goiânia, além de atividades correlacionadas que poderão ser úteis para o desenvolvimento de Goiás.

Atualmente, Jacira está realizando uma pesquisa na PUC-Goiás sobre o centro de Goiânia, em que pretende documentar a evolução histórica de sua urbanização, considerando fatos e interferências legais, em função das leis de uso do solo, do código de edificações e outros fundamentos.

Hoje, no contexto atual, assistimos recentemente à escolha de 5 cidades de Goiás para dar suporte à cidade-sede, Brasília, na Copa do Mundo de 2014. No caso de Goiânia, foi considerado o histórico da sua arquitetura *art-déco* e seu urbanismo. É evidente que o projeto original de Goiânia contribuiu e ainda sustenta no bojo de sua grande engrenagem valores que continuam importantes, influenciando decisões.

Sendo uma intelectual que dedicou mais de 30 anos ao estudo de Goiânia em sua essência histórica, Jacira, com certeza, é recebida neste Instituto com nossas homenagens.

PARABÉNS JACIRA!!!

Que você seja acolhida pelos notáveis anfitriões, “in spiritu”, Jarbas Jayme e Jacy Siqueira!!!

DISCURSO DE RECEPÇÃO AO SÓCIO-TITULAR ORLANDO FERREIRA DE CASTRO

Discurso pronunciado em 13 de junho de 2012 pelo Professor Juarez Costa Barbosa, membro que ocupa a Cadeira nr. 2, patronesse Maria Angélica do Couto Brandão – Iaiá do Couto, na cerimônia de posse do Prof. ORLANDO FERREIRA DE CASTRO, na categoria de Sócio Titular.

Senhoras e Senhores,

Em assembleia estamos reunidos para receber um novo filiado na categoria de sócio-titular. Trata-se do Dr. Orlando Ferreira de Castro, Engenheiro Civil e Professor Universitário, Mestre em Engenharia Mecânica e escritor. Trabalhador incansável das causas da educação e da cultura, comprovado pelas suas atividades de docente do Ensino Médio no Colégio Dom Bosco, no antigo Colégio Professor Ferreira, no Colégio Estadual de Goiânia (Liceu), nos cursos ministrados para Ministério da Educação, na antiga Cades, somando-se, ainda, o Ensino Superior. Ainda, conferencista e autor de várias obras. Junto com pequeno grupo de professores da UFG - grupo do qual me honra pertencer - levou ao ar o primeiro programa de televisão educativa de nível superior no Brasil, ministrando curso de programação

de computador, realizado através da Televisão Anhanguera, que lhe cedeu espaço. Trabalho incipiente, preparatório para a nossa Televisão Universitária, canal que a Universidade tinha, então, em perspectiva, mas que apenas recentemente tornou-se realidade.

São aproximadamente dez lustros de trabalho com dedicação e competência. A Universidade Federal de Goiás, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados outorgou-lhe o título de Professor Emérito.

São suas, as seguintes publicações:

1. ***Pequena contribuição para a História da Escola de Engenharia do Brasil Central.*** Publicação da Escola de Engenharia-UFG, 1957;
2. ***Curso de Mecânica Aplicada.*** Publicação da Escola de Engenharia-UFG, s/d.
3. ***Programação de Computadores – Fortran IV,*** em coautoria -Publicação do Departamento de Assuntos Acadêmicos-UFG, 1971.
4. ***Modelos Reduzidos – Análise Dimensional.*** Revista da Universidade Federal de Goiás, nr. 5, 1968.
5. ***O computador eletrônico e a automação dos bancos de dados.*** Tese de Mestrado. Publicação da Escola de Engenharia de Itajubá-MG., 1977.
6. ***Deontologia da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.*** Publicação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de Goiás/CREA-Go., 1990.
7. ***O Senhor Major Vicente Ferreira da Cunha, seus antecedentes, descendentes e suas histórias.*** Edição Independente, 2009.

Ocupou, na vida pública, os seguintes cargos e funções:

1. Presidente do Conselho Regional de Engenharia de Goiás/CREA-Go.;

2. Secretário de Estado de Obras da Prefeitura Municipal de Goiânia, por duas vezes;
3. Coordenador de Cursos de Artes e conselheiro de ensino e pesquisa da Universidade Federal de Goiás;

Tornaria profundamente prolixa e enfadonha a enumeração das inúmeras contribuições a Goiânia e ao nosso Estado patrocinadas pelo nosso apresentando, e as inúmeras manifestações de homenagens e congratulações de que, merecidamente, foi alvo.

Pesquisador metuculoso - sobejamente conhecido pelos funcionários do arquivo do Estado, dos servidores do Setor de Arquivo e Documentação e de Secretarias e Departamentos de faculdades e de institutos da Universidade Federal de Goiás- há anos vem o ilustre professor coletando documentos e redigindo a história da fundação dessa Instituição Federal de Ensino Superior. São milhares e milhares de documentos espalhados pelos tampos de mesas do escritório e acondicionados em pastas e em caixas. Outro tanto de fichas com anotações, organizadas em gavetas de arquivos. Grossos volumes de páginas e páginas manuscritas e digitadas igualmente espalhadas pelas mesas, depositadas em gavetas e escaninhos. É trabalho de fôlego que promete alguns bem encorpados volumes.

É muito importante para nossa Casa a admissão de sócios que venham contribuir para com a nossa historiografia. É preciso o diuturno crescimento de nosso acervo cultural e o acréscimo de novos materiais que se constituirão em ferramentas de trabalhos para os nossos geógrafos, historiadores e demais intelectuais. A nova visão da história impõe novas técnicas de abordagem, informações as mais variadas, depoimentos, arquivos, imagens e toda sorte de materiais que possam ajudar-nos a vislumbrar os rumos da nossa historiografia.

O movimento francês denominado *A Nova História*, tendo à sua frente expoentes como Fernand Braudel e aqui no Brasil tão bem representado pelo Professor Sérgio Buarque de Holanda e seguido por tantos outros, procura atribuir uma nova linha para a investigação da história. O historiador, antes preocupado com os grandes acontecimentos

e as grandes personalidades, os movimentos financeiros dos bancos, os estadistas..., se volta, agora, para o cotidiano, “para o sapateiro que coloca a meia-sola no sapato...”, como diz Braudel. É a história do dia-a-dia, é o direcionamento das buscas do historiador se voltando para as atividades mais simples, das pessoas mais simples. As ações desenvolvidas por indivíduos, as organizações sociais nas comunidades, as pequenas atividades econômicas são acontecimentos que passam a ser registrados nos escritos dos nossos historiadores e objetos de explicação. Passam a fazer parte daquilo que compreendemos dentro da teoria e da investigação como elementos explicadores dos **fatores motrizes da história**. Já não mais se falará do herói de Carlyle ou dos grandes homens de Hegel, ou, ainda, das grandes religiões como o queria Toynbee, para explicação dos acontecimentos e, portanto, fulcro das preocupações do historiador. Não mais há que se falar em leis de causa e efeito, rígidas, como as das ciências naturais, como o queria o positivismo de Comte. Falamos, sim, de leis da dialética da história, cuja compreensão abarca a busca incessante e interminável da explicação do sucesso histórico e da reflexão filosófica. É a história se unindo cada vez mais à filosofia. Evidentemente que não como expressava Croce - o filósofo escrevendo a história e o historiador escrevendo a filosofia. Mas a história procurando compreender a trajetória humana como resultado de um movimento de encadeamento homem-natureza, considerado o homem também natureza e, dela, força transformadora.

Na sua obra ***Ciências Humanas e Filosofia***, Lucien Goldmann afirma que “***as ciências humanas - e a história é uma ciência humana - para serem científicas, devem ser filosóficas***”. O autor, ainda na mesma obra, afirma: “***As ciências históricas e humanas não são (...) de uma parte, como as ciências físico-químicas, o estudo de um conjunto de fatos ‘exteriores’ aos homens, o estudo de um mundo ‘sobre o qual’ recai sua ação. São, ao contrário a análise ‘dessa própria ação’, de sua estrutura, das aspirações que a animam e das alterações que sofre***”.

O mundo do historiador é o da eterna e incansável busca. Busca que Braz José Coelho, em poema de inspiração filosófica, transmite-nos a seguinte lição:

*Não lamentos o não conseguido
nem esperes alcançar
o não alcançado
busque, sempre busque
e nunca lamentos
não ter encontrado.
que importa a agonia
Não é a vida eterna
que se busca
É a eterna busca
que se cria.*

*nem esperes alcançar
o não alcançado
busque, sempre busque
e nunca lamentos
não ter encontrado.
que importa a agonia
Não é a vida eterna
que se busca
É a eterna busca
que se cria.*

Professor Orlando Ferreira de Castro, é com muito prazer e alegria que o recebemos nesta Casa, aqui ocupando a cadeira número 47, que leva o nome da nossa imortal folclorista Regina Lacerda. E que Clio inspire a todos nós, remotos discípulos de Heródoto e Estrabão, na produção sempre crescente da Historiografia e da Geografia em Goiás.

DISCURSO DE POSSE DO SÓCIO-TITULAR ORLANDO FERREIRA DE CASTRO

Distintas senhoras e senhoritas. Ilustres senhores insígnies confrades e confreiras,

O primeiro dever de quem é agraciado com um título tão nobilitante como o de sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás é agradecer. E como tenho que agradecer.

Reconhecido, agradeço aos amigos e às amigas que patrocinaram e aprovaram meu nome para tão elevada distinção.

Agradeço ao professor e amigo Juarez Costa Barbosa, que se empenhou pela escolha de meu nome para ocupar, como sócio titular, a Cadeira 47 e pelo paciente trabalho de escarafunchar e expor tantas coisas a meu respeito.

Aos professores e servidores da Universidade Federal de Goiás, na pessoa de seu magnífico reitor e Reitor Magnífico, professor Edward Madureira Brasil.

Aos familiares aqui presentes, na pessoa do primo Valeriano Carrilho de Castro, primogênito de setenta e dois primos e primas que sobrevivemos até as fases adultas.

À minha respeitável tia Maria Amaral e progênie, obrigado pela presença.

É tradição, em solenidades como a presente, que o galardoado teça panegíricos ao patrono e ao último ocupante da cadeira que assume, no caso a folclorista Regina Lacerda e a pesquisadora Nice Monteiro

Daher. Não me sinto à altura de bem corresponder a essa obrigação porque, de formação voltada para a área tecnológica, pouco ou nada me dediquei ao cultivo das belas letras.

Em decorrência, dispenso-me, ante tão erudita assembleia, de estender-me sobre a historiadora Regina Lacerda, com quem tive a honra de conviver por alguns anos na Escola Goiana de Belas Artes, onde ela era secretária e eu professor. Todavia, entre seus numerosos feitos, há um, provavelmente pouco conhecido, que julgo oportuno narrar. Foi ela quem coordenou, em 1959, a Primeira Exposição de Artes Plásticas do Museu de Arte Moderna de Goiânia, localizado no Lago das Rosas, mais tarde, convertido em Instituto de Belas Arte de Goiás, por sua vez convertido na grandiosa Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás.

O que dizer de nossa antecessora na Cadeira 47, senhora Nice Monteiro Daher? Como sintetizar suas valiosas qualidades?

Parece-me que basta atentar para o que dela diz o historiador e dicionarista Mário Ribeiro Martins, operoso sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás: “Escritora, Ensaísta, Pesquisadora, Poetisa, Memorialista, Pensadora, Ativista, Produtora Cultural, Literata, Cronista, Administradora, Educadora, Ficcionista”.

Dignificou esta Cadeira e esta Casa durante anos, sendo portanto, sobejamente conhecida e reconhecida pelo ilustre corpo social de confrades e congreiras aqui presente.

Preitos de homenagens e de reconhecimento aos pioneiros do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, na pessoa de seu fundador e primeiro presidente, o professor Colemar Natal e Silva, com quem tive a fortuna de conviver e de lutar lado a lado, na guerra pela criação e de consolidação da Universidade Federal de Goiás.

Congratular-me com todos sócios titulares desta Casa de Cultura, na pessoa de nosso presidente, doutor Aidenor Aires, a quem devo, e muito, a distinção de estar aqui.

Enaltecem-me, com suas presenças nesta solenidade o professor José Joaquim Taveira, da FRENTE UNIVERSITÁRIA PRÓ ENSINO FEDERAL, de 1959 a 1961, entidade estudantil criadora da Universidade Federal de Goiás e o doutor Joaquim Olinto Meirelles, presidente da UNIÃO ESTADUAL DOS ESTUDANTES DE GOIÁS, nos idos de 1958 e 1959, a então entidade máxima dos estudantes goianos, e incansável colaborador desse feito.

Distinta assembleia, esta Casa, que me esforçarei para dignificar e servir, é a Casa da História e da Geografia, e uma de suas atribuições é cultivar e preservar estas duas ciências humanas. É com base nessa premissa, e com devida vênua, que ousou expor um episódio simples nas vivências estudantis daqueles dias, mas que julgo de decisiva importância para nossa história, e que tive o ensejo de narrar durante as comemorações do centenário de nascimento do professor Colemar Natal e Silva, em 2007.

Nos tempos de sua gestação, a universidade pleiteada pelos estudantes era referida por variados nomes, tais como Universidade do Brasil Central, Universidade de Goiás, Universidade Nacional de Goiás, Universidade Pública Federalizada, Universidade Federal de Goiás e outros mais. Nada definido.

O então acadêmico Olinto Meirelles, compareceu ao II Conselho Nacional da UNE, no Rio de Janeiro, e no dia 17 de fevereiro de 1959, apresentou à consideração do plenário, a proposta número 18, solicitando autorização para que a entidade estadual, que dirigia, pudesse confeccionar uma flâmula, com os emblemas das duas entidades estudantis e a legenda:

“CEM MIL UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS EXIGEM A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS”.

A repercussão dessa flâmula nos meios estudantis de Goiânia foi enorme. Sua legenda tornou-se grito de guerra dos universitários. Os acadêmicos vinculados à Frente Universitária Pró Ensino Federal fizeram um finca-pé, (perdão pelo sentido vulgar da expressão), e decidiram:

“Esse é o nome da nossa universidade”.

Nos discursos, nos debates, nas faixas espalhadas pela cidade, nas atas do Juracy Batista Cordeiro, nos boletins e panfletos do João Neder, nas entrevistas, nas notas oficiais e em outros meios de comunicações só usavam a denominação que adotaram, UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

Nome que pegou entre os estudantes, mas não pegou entre as autoridades administrativas e educacionais de Goiânia. Tanto que no projeto de lei nº. 2357, enviado pelo Presidente da República, Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, ao Congresso Nacional, a 21 de outubro de 1960, constava a denominação de Universidade do Brasil Central.

Vigilantes, os acadêmicos goianos presentes no Congresso Nacional bateram o pé (outro perdão) e proclamaram:

“Universidade do Brasil Central não! É Universidade Federal de Goiás!”

O Senhor Ministro da Educação e Cultura, doutor Pedro Paulo Penido, muito solícito, dirigiu-se apressado ao Palácio do Planalto e de lá retornou com a denominação corrigida para Universidade Federal de Goiás, como consta na Lei nº. 3834-C, de 14 de dezembro de 1960, que criou nossa universidade federal.

Essa denominação, e a da Universidade Federal de São Paulo, com sede em São Carlos, permaneceram únicas no Brasil por uns cinco anos. Em 1965, o Presidente Castello Branco inspirado, ao que parece, na Universidade Federal de Goiás, sancionou a Lei nº. 4759/65 estendendo o qualificativo FEDERAL para todas as universidades e escolas técnicas vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, como ainda consta.

Fato que reputo excepcional, originado em Goiânia, iniciativa do então acadêmico Olinto Meirelles, hoje o ilustre causídico, doutor Joaquim Olinto Meirelles, que nos dignifica com sua presença.

Nesse ponto peço uma veniazinha para sintetizar a história de um chamado bicho do mato, e que, vencidas as peripécias usuais da vida, hoje adentra os umbrais da mais alta Casa da Cultura Goiana.

Bicho do mato sim, porque, após se casar, meu pai conseguiu com seu irmão Vicente de Moura França, uma agregação na Fazenda

Mata Preta, município de Buriti Alegre. Lá abriu uma picada e uma clareira no meio de um mato fechado, onde construiu uma casa rústica de pau-a-pique, onde vivíamos isolados e me despertei para a vida.

E havia aquelas histórias de assombração, de lobisomem, de mula sem cabeça que solta fogo pelas ventas, do comedor de línguas, inventada pelo jornalista Joaquim Câmara Filho e outras que causavam enorme medo às criancinhas.

Quando, lá longe, na picada, apontava uma pessoa estanha, eu deduzia logo: “Nossa Senhora! Veio me pegar”, embrenhava-me no mato, ficava de longe espreitando, ressabiado, até a pessoa se retirar.

Desconsideradas as muitas peripécias da vida, aportamos em Buriti Alegre em 1938, e aos dez anos de idade fui matriculado no primeiro ano atrasado do Grupo Escolar Pedro II, construído pelo doutor Jales Machado de Siqueira.

Em 1944 chegamos a Campinas com suas quatro famosas instituições, o jardim, a Igreja, o Colégio Santa Clara e o Atlético Clube Goianiense, por meio do qual entresei-me com os campineiros e vivi uma aventurazinha, que relato para dizer aos amigos e confrades Waldomiro Bariani Ortêncio, José Mendonça Teles e Horieste Gomes que, doravante, têm aqui mais um companheiro de aventuras atleticanas.

A história foi mais ou menos assim: Estávamos no descampado campo do Atlético assistindo a um desfalcado treino quando um garoto se aproxima e me diz:

“O Dr. Edson Hermano está nos chamando ali para entrarmos no tempo esquerdo do jogo”.

E joguei no tempo esquerdo até o fim do treino.

Mas, passados uns poucos minutos um invejoso da assistência grita para meu lado:

“Corre Câmara Lenta, senão você nem vê o cheiro da bola”.

De fato, não senti mesmo o cheiro da bola, mas ganhei meu nome de guerra fartamente evocado nas muitas peladas que joguei pelas ruas e avenidas de Campinas.

De Campinas para o distante Colégio Dom Bosco, em bandos, íamos a pé durante os anos de 1944 e 1945, porque as quatro jardineiras

que faziam o trajeto Campinas/Goiânia, que eram a Baixinha, a Novinha, a Rabuda e a Buldogue só transportavam os funcionários públicos.

Em suma, a trajetória de um roceiro semi-aculturado que é acolhido por esta Casa da Cultura:

Da Fazenda Mata Preta, de meu padrinho Vicente de Moura França, para o Grupo Escolar Pedro II, do Doutor Jales Machado;

Do Grupo Escolar Pedro II para o Colégio Dom Bosco, do padre Zezinho, onde conclui o curso secundário e me iniciei no magistério do curso primário em 4 de abril de 1949;

Do Colégio Dom Bosco para a Escola de Engenharia do Brasil Central, do professor Antonio Manoel de Oliveira Lisboa, onde me diplomei no curso engenharia e me iniciei no magistério superior como monitor;

Da Escola de Engenharia do Brasil Central para a Universidade Federal de Goiás, do Reitor professor Colemar Natal e Silva e do Reitor professor Edward Madureira Brasil, que nos honra com sua presença;

Finalmente, da Universidade Federal de Goiás para o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, do presidente Aidenor Aires e de todos os seus sócios titulares, honorários, beneméritos, eméritos e correspondentes, dos pesquisadores e, a partir de hoje, meu também. Muito Obrigado.

ARTIGOS

UMA CRISE POLÍTICA SEM PRECEDENTE, PEDRO E HERMÓGENES

Maria Augusta Sant'Anna de Moraes¹

Este texto faz parte de um trabalho ainda não publicado que teve o propósito de estudar as crises políticas ocorridas entre os poderes constituídos no transcorrer dos anos 30 (séc. XX) que caminharam com o processo da mudança da capital.

As suas análises não se prendem apenas ao ângulo dos vencedores, mas também, à visão da grande maioria vilaboense que à questão da mudança não se ajustou; não conseguiu sentir e ver no esforço de dotar o Estado de um novo centro geopolítico a capacidade de criar novas oportunidades econômicas e sociais para todo o Estado de Goiás inserindo-o no contexto de modernidade que amanhecia para o Brasil.

Não nos compete condenar nem eximir os atores políticos e administrativos desse cenário. Falarão os documentos, os escritos e as testemunhas do tempo. Seus comprometimentos nas questões políticas, econômicas e culturais impõem uma análise amarrada aos costumes, aos valores da época e à mentalidade reinante². Penso que com esses paradigmas o leitor chegará a conclusões precisas.

¹ Sócia Emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; ocupante da cadeira n. 34 da Academia Goiana de Letras.

² Para exemplificar: se um ator político deixava de comungar com os princípios de um governante tornava-se um traidor. Hoje, simplesmente rompe com o partido, e, se um deles faz uso do termo, parou no tempo de ontem.

A Velha Goiás, *cidade que se espelha entre as montanhas... carismática, casas cansadas de tempo*, no sentir poético de Nice Monteiro. Sua gente, em 1930, ao ouvir Pinheiro Chagas lembrar que o Estado de Goiás exigia uma *Nova Capital*, emudeceu. Se outros tantos do assunto falaram, recolheu-se em sua tradição, cultura e história por considerá-lo fala retórica, vazia. Mas, naquele outubro, no qual um novo tempo se descortinava, hostilizou o revolucionário que houve melhor de suas ruas seculares, com destino a Minas Gerais.

Após o reboleço trazido pelo ouro a sociedade vilaboense acomodou-se a uma vida pacata; fluíram-lhe poetas, musicistas, artistas, escritores, peças teatrais encenadas no histórico Teatro São Joaquim que no passado exibira também óperas. Ambiências de festas de requintes com as tradicionais *soirées*, que traziam o nome das cores *rose, blanche ou bleu*, com toillettes femininas exigentes na cor correspondente ao nome do evento; os rapazes usavam flores da mesma cor na lapela de fraques bem talhados. Quadrilhas na Praça do Coreto marcadas em francês com músicas bem orquestradas. Sem se esquecer das quermesses com seus *correios elegantes* veículos de declarações de amor que muita vez tiveram seu fim no altar. O gabinete literário recebia essa mesma juventude para as leituras, muitas delas em francês. Desse contexto a sociedade se orgulhava e neste contexto ela queria permanecer.

Em contrapartida, não havia emprego, a construção civil, na prática inexistente; a população sem bens e sem perspectivas de trabalho mourejava. Muita vez, acontecia o trabalho pela alimentação. Já se disse que um dos olhos do homem da *Velha Capital* sempre esteve no emprego público.

O Brasil dos anos vinte (séc. XX) vivenciou sensíveis mudanças. Indústrias, expansão dos segmentos médios e das cidades; aumento do operariado e de sindicatos; questionamentos políticos, expressos nas ações dos tenentes e na coluna Prestes.

As reações dos donos do poder fizeram-se presentes, em especial, em decretos contínuos de estado de sítio, amordaçamento da imprensa para desinformar e alienar a população. Uma década conflitante.

Essa realidade nacional se refletia nos estados brasileiros, então dominados por políticos oligárquicos. Poucos deles participavam das transformações econômicas. Alguns segmentos sociais, clãs políticos, intelectuais, magistrados (desembargadores e juizes) questionavam com veemência a política dominante.

O Tribunal da Relação de Goiás (hoje Tribunal de Justiça de Goiás), no 2º lustro dos anos vinte, quando atingido em sua integridade pelos mandos dos oligarcas, solicitou para o Estado *Intervenção Federal*. Nasceu a *Voz do Povo*, 1º jornal da capital que fez frente ao *Democrata*, porta voz da Comissão Executiva do partido político do mesmo nome. Ambos causavam espanto pela agressividade.

Insatisfações grassadas na cúpula política nacional engrossavam a oposição à política exercida pelos donos do poder, integrantes do Partido Republicano. Esses novos opositores fundaram a *Aliança Nacional* que ressoou positivo naqueles mesmos grupos políticos da federação que questionavam as arbitrariedades oligárquicas enraizadas por décadas no cenário brasileiro.

A derrota de seu candidato à Presidência do Brasil impulsionou o *Movimento Outubrista* (1930), que vitorioso fez Getúlio Vargas Presidente provisório do Brasil e derrubou as oligarquias estaduais da Velha República (1889 – 1930). Nesse período cada Estado vivenciou a sua própria história, ora se aproximando, ora se distanciando das decisões políticas do Centro.

Pinheiro Chagas, comandante da Coluna Revolucionária Mineira, chegou à Capital goiana no dia 27 de outubro e nesse dia recebeu do Vice-governador em exercício, Martins Ribeiro, o governo como *Interventor Federal*.

Após o movimento de 1930, Mário Caiado e Domingos Velasco viram suas pretensões de se tornarem ocupantes do Palácio Conde dos Arcos esfumar-se. Afirmou-se a liderança do Interventor Pedro Ludovico, que se elegeu governador pela Constituinte Estadual de 1935, em manifesta contradição ao seu discurso político (qual a contradição?). Imprimiu, em sua nova administração, o continuar dos esforços da construção da nova cidade e para ela mudar a capital do Estado.

A partir do movimento da convocação da Assembleia Constituinte Nacional as dificuldades enfrentadas pelo então Interventor em sua administração aumentaram. A elas somaram-se os conflitos existentes nos bastidores entre os novos donos do poder.

Em consequência, Pedro tornara-se personalista, disposto a contornar todos os obstáculos à realização do seu projeto de governo. Foi criticado e severamente acusado pelos inimigos políticos. Os áulicos e amigos enalteciam-lhe as virtudes, a coragem e a vontade política. Foi ele o cérebro, o nervo e o coração da cidade em construção, o que o agigantou aos olhos não só de Goiás, mas de todo o Brasil.

No transcorrer do tumultuado processo de construção e mudança da Capital mostrou não admitir fracassos. O êxito expressaria a sua superioridade sobre uma oligarquia pouco realizadora, a dos Caiado.

Sem o projeto *construção – mudança da Capital* o que seria da Revolução de 30 em Goiás? Uma substituição de homens no poder político.

Em diálogo com o construtor de Goiânia, nos anos setenta, foi ele textual: “*Mudei a capital por razões políticas...*” e o fez com vontade inquebrantável, “*...arrastei trabalhosa, mas resolutamente as mil dificuldades previstas e imprevistas...*”, e continuou Pedro “*... encontramos-nos tête-à-tête com o problema da mudança, disposto a resolvê-lo e convencido de que o resolveríamos...*”³

Em meio às suas firmes determinações coexistiam preocupações, receios e medos. Ao sanitarista Muniz Calado, uma vez lhe disse que muitas vezes questionava a si mesmo suas possibilidades de fracassos, acertos e desacertos em suas ações e decisões. Em resposta, ouviu do médico amigo que apenas *os aspectos sanitários já seriam suficientes para a mudança da capital*.

Depois da corrida em busca do ouro (séc. XVIII), riqueza fácil, o Brasil se voltou pela primeira vez para Goiás. Ocorreu um fluxo migratório, em busca de trabalho e de novas oportunidades, novos investimentos. Para esse fluxo muito contribuiu o trabalho jornalístico e pioneiro de Joaquim Câmara à frente do *Departamento de Propaganda*

³ Entrevista Pedro Ludovico Teixeira, Goiânia, 1967.

e *Expansão Econômica*, então criado. Segundo a visão crítica de Joaquim Rosa, esse departamento não deixava de ser o *dipisinho* de Pedro, em alusão ao *Departamento de Imprensa e Propaganda*, (D.I.P) de tantas histórias, criado por Getúlio Vargas. Mas, foi essa Propaganda inteligente de seu Diretor que provocou o surto migratório para a cidade em construção.

Com a perspectiva de eleições para o Legislativo estadual, o cenário político de Goiás crivou-se de tumultos. A situação fundou o *Partido Social Republicano* e a oposição, a *Coligação Libertadora* composta pelos dissidentes liderados por Domingos Velasco (como consequência da disputa pelo poder), os Caiado e os oposicionistas à mudança da Capital. Os candidatos de cada partido disputavam as vinte e quatro cadeiras oferecidas pela Assembleia Legislativa.

Pedro comunicou aos coronéis municipais que a chapa oficial deveria ser *obedecida rigorosamente*. O seu absolutismo em ação foi contestado até mesmo por correligionários. Hermínio Amorim foi um deles. Rebelou-se. Houve arranjo e troca de favores. Hermínio recuou *para não criar embaraço ao partido*, e chegou à suplência do partido situacionista. Mais tarde exerceria o cargo de Interventor Municipal em Pouso Alto (hoje Piracanjuba).

O resultado dessas eleições superou as expectativas. O Partido Social Republicano elegeu 16 deputados. A *Coligação Libertadora* elegeu oito, entre eles Alfredo Nasser, Jubé Júnior e Jaci de Assis, tribunos e escribas dispostos a impedir e/ou dificultar o processo da mudança da capital até então conduzido sem obstáculo pelo Interventor. Articulavam possíveis rompimentos e escreveriam a história mais rica do Legislativo goiano.

Pedro, antes de ser eleito governador pela Constituinte, declarou à bancada governista *que somente Deus teria o poder de impedir de fazer de Goiânia a Capital do Estado*. Foi sincero e soube bem usar essa sua sinceridade.

Coube ao Des. Maurílio Fleury instalar o Poder Legislativo após cinco anos de regime discricionário. Empossou os eleitos e fez eleger a *Diretoria da Mesa*. A presidência da Casa coube a Hermógenes Ferreira

Coelho, banqueiro e comerciante por excelência, primo e companheiro de infância de Pedro; a Secretaria coube a João José Coutinho, também, homem de negócios, então tesoureiro do *Banco Vieira e Coelho*, na capital. Ambos representantes do município que hospedava havia mais de duzentos anos a capital do Estado e de municípios circunvizinhos.

No segundo instante dos trabalhos legislativos, no encaminhamento da eleição pela Mesa, Alfredo Nasser apresentou protesto *contra o compromisso e a posse de vários deputados eleitos pela legenda do PSR*, alegando que alguns deles eram prefeitos e outros tinham contratos com o Estado. Tumultuou-se a sessão com insultos, revides, inclusive com a participação de presentes nas galerias. Retrato dos caminhos futuros do Legislativo goiano naquele período.

Pedro surpreendeu como iniciante em política partidária, executou ações de mestre. Afastou Mário Caiado do ideal de ser governador do Estado. Fez dele Senador da República, mais tarde deu-lhe o cargo de desembargador.⁴

O ator maior da então política goiana, Pedro Ludovico, reconhecia em Domingos Velasco *um dos mais ferrenhos combatentes da oligarquia deposta*, não obstante lhe minou as possibilidades de chegar ao Conde dos Arcos.

O combativo Velasco não se quedou em detrimento de seu projeto pessoal de governar Goiás, a exemplo de Mário Caiado, mais juiz, menos político. Fez severas acusações ao Interventor, fragilizando-o. Indispôs correligionários, provocou dissidências e articulou-se para chegar até ao então inadmissível, unir-se *àqueles que tanto açoitara nos jornais do Rio de Janeiro – os Caiado*.

Também outros companheiros do partido romperam com Pedro. Entre eles Filismino Viana, homem forte da economia goiana, e Odorico

⁴ Segundo alguns, na crise do Judiciário goiano, no segundo lustro dos anos vinte (séc. XX), Mário Caiado pleiteara ao primo Ramos Caiado um dos cargos recém-criados de desembargador. Ele, porém, não o atendera por ser aquele genro de Vergílio de Barros, coronel que sempre se opusera aos desmandos dos Caiado. E, a partir daí, os primos em 1º grau tornaram-se inimigos para sempre. Não há estudos que comprovem ou não essa versão.

Costa, o *príncipe dos jornalistas do Triângulo Mineiro*, formador de opinião pública com seu raciocínio lógico, agressivo e corajoso.

Se o 2º lustro dos anos vinte foi palco de crise e se a oposição à política dos Caiado, a década seguinte viveu crises que se iniciaram no contexto da própria situação política.

Assim os correligionários de ontem, Pedro e Odorico Costa, duelaram-se em acusações e ameaças mútuas. Em cada situação duas verdades. Ilustra essa realidade o então chamado *Caso Costa*. Pedro, depois de sofrer desse jornalista *ataques caluniosos à honestidade de sua administração*, por telegrama lhe declarou *não tolerar sua pena venal e que de uma forma ou de outra saberia repelir afrontas*. Odorico Costa respondeu: *assombroso telegrama demonstra o querer estender violências até banda de cá do Paranaíba... Suas ameaças vulneráveis a ingênuos e analfabetos, não me intimidam. De uma forma ou de outra sei me defender*.

Enquanto o Legislativo discutia os projetos de lei e apresentava o esboço da 2ª Constituição do Estado sem chegar a bom termo, a edificação de Goiânia continuava. Essa realidade deu à oposição a certeza de que Goiânia seria a capital do estado, por isso construiu estratégias para postergar *ad eternum* a transferência da capital.

Essa nova estratégia política (entenda-se de Nasser) deixou os deputados representantes da capital e regiões circunvizinhas favoráveis à mudança da capital, em difícil situação, hoje se diria em *saia justa*, visto que os deputados oposicionistas *se batiam apenas para que a mudança se realizasse após serem devidamente resguardados os altos interesses da Velha Goiás*.

Pedro se fazia presente na cidade em construção, vivia o dia a dia das obras. O não caminhar dos trabalhos do Poder Legislativo o desgastava. Em abril de 1936, sentindo-se cansado e doente, licenciou-se para tratamento de saúde.

O presidente da Assembleia Legislativa continuava a ser Hermógenes Coelho. Pedro investia sua força política em sua reeleição por nele confiar plenamente. Uma parcela da situação via em Hermógenes nuanças antimudancistas, o que não erodia esta confiança entre os primos.

Pela legislação vigente, o cargo de Vice-governador não figurava entre os eleitos. Na falta do governador, constitucionalmente, a sua substituição ocorreria pelo Presidente do Poder Legislativo.

Hermógenes Coelho, Governador em exercício, teve pela frente situações diversas e problemáticas, tais como dar o empenho satisfatório às obras da nova capital, a falta de dinheiro, as posturas dos deputados da *Coligação Libertadora* mantendo a mesma política ofensiva ao governo, os desembargadores firmes em suas decisões, ou seja, não trasladar o Poder Judiciário para a cidade em construção, sem que ela lhes oferecesse condições dignas ao seu funcionamento, como prédio próprio e moradia para abrigar suas famílias e as de seus funcionários.

A imprensa situacionista traçou o perfil do governador em exercício, *homem de caráter moldado na luta, no trabalho estimado e admirado por todos*. E as tensões políticas continuavam na *Velha Goiás*. Para agravá-las, os políticos mais próximos a Pedro e os áulicos, sempre presentes em todo governo, não confiavam em um mudancista que ao mesmo tempo representava um município cujo eleitorado, derrotado, apequenado, envolvia-se em campanhas anti-Goiânia, anti-Pedro, já havidas sem volta.

Os desafetos de Hermógenes, com suas críticas e intrigas, fizeram dele um suspeito de estar conivente com o embaralhamento que a oposição legislativa provocava em meio ao andamento dos processos necessários à finalização do projeto da mudança.

De fato, como Presidente da Casa, não conseguira ele obstruir e/ou impedir as ações demolidoras da oposição. Segundo seus familiares quer à frente dessa Presidência, quer como Governador, esforçou-se para equilibrar os interesses administrativos vigentes.

Não deixam de proceder essas afirmações. O médico-coronel, Taciano Gomes de Melo, que substituiu Hermógenes na Presidência do Poder Legislativo, procurou por todos os meios ultimar os projetos pró-mudança, e sem êxito.

As articulações da oposição que procrastinavam as aprovações das contas do governo e os pedidos de créditos, articulações engendradas pelo gênio político de Alfredo Nasser, destinavam os processos a se deslizarem de comissão em comissão.

Para contornar esse caos endêmico, Governador e Presidente da Assembleia solicitaram ao Deputado Guilherme Xavier de Almeida apresentar um anteprojeto que, ao mesmo tempo, transferisse a capital para Goiânia, motivasse a Corte de Apelação a se trasladar, e oferecesse à *Velha Goiás* os meios de manter sua tradição cultural e sobrevivência com dignidade.

O anteprojeto chegou à sala das sessões em julho de 1936. Exibia sete artigos. Os números 1, 2 e 3 atendiam às reivindicações do Judiciário, como moradias e ajuda de custo aos desembargadores (um conto de reis). O art. 4 assegurava à cidade e município de Goiás interesses econômicos e culturais.

Nas salvaguardas para a cidade que perderia o *status* de Capital do Estado constavam:

- auxílio de duzentos contos de réis para os serviços de instalação de água e esgoto;
- o mesmo valor de verba já concedido ao Asilo São Vicente de Paulo seria destinado ao Hospital São Pedro Alcântara;
- isenção de impostos estaduais às indústrias e cooperativas do município de Goiás;
- permanência na cidade e município de todas as escolas em funcionamento e criação de mais dois grupos escolares;
- se criados para o Estado outros batalhões de Polícia Militar, obrigatoriamente um seria destinado à cidade de Goiás;
- e, para completar, pelo espaço de dez anos, as rendas das coletorias do município de Goiás lhe pertenceriam.

O que não se fez no transcorrer do tempo histórico de dois séculos ensaiava-se conseguiu-lo a curto prazo.

O anteprojeto não considerou a fragilidade da receita do Estado. Se por um lado o que se concedia à *Velha Goiás* era justo, por outro, inviabilizaria o término da cidade em construção, postergaria a mudança da Capital, e, ainda, privilegiaria o Poder Judiciário.

Sem dúvida, pelas circunstâncias, um projeto antimudancista. As salvaguardas à então Capital tornar-se-iam o maior objetivo de Governo, e em segundo plano o projeto de construção e mudança, o primeiro e único projeto de Pedro.

A *Corte de Apelação* nem mesmo se posicionou sobre o anteprojeto. Continuou a entender a mudança da capital nos moldes constitucionais, tempo de dois anos, prontas as construções para o funcionamento de seus órgãos, casas condignas para juízes e funcionários e, na hipótese de o juiz se negar a se transferir, assegurar-se-lhe-ia, o direito de disponibilidade e de vencimentos integrais.

Esse esboço de Lei ao destinar aos Desembargadores a ajuda de custo de um conto de reis, o que não aconteceu, fez nascer o fato desabonador de que a Suprema Corte só se fez trasladar após exigir e receber de Pedro essa quantia.

Até então Pedro encontrava-se no sudoeste do Estado. Ao conhecer esses agravantes conjunturais, verdadeiros caldeirões em fervura, retornou a Goiânia, e reassumiu inesperadamente o Executivo.

Sua ação foi acintosa ao Governador em exercício. Do que se passou entre os primos e amigos incondicionais, do que conversaram não há registros. O primeiro ato de Pedro foi solicitar de sua bancada a modificação do anteprojeto. Retirou todas as vantagens previstas ao Poder Judiciário, ordenou que constasse o dia da transferência da capital: 20 de dezembro daquele ano (1936), e que à Cidade de Goiás destinasse as escolas Complementar e Normal, o Liceu, o Grupo Escolar, o Jardim de Infância e as Aulas Noturnas.

O histórico anteprojeto de Xavier de Almeida, que possuía a chancela do Hermógenes e de Taciano, gerou uma crise política e familiar sem precedente na História de Goiás e que acompanhou os seus atores principais até o final de seus dias.

Pedro, ao reassumir o Executivo do Estado, sem que a sua licença expirasse, e solicitar mudanças radicais no anteprojeto do Governo, no qual o governador em exercício se empenhara, expressou seu descontentamento com os caminhos administrativos imprimidos por seu substituto. Para Jaime Câmara, as ações de Pedro *deixaram Hermógenes Coelho chocado*.

Dos entendimentos e/ou desentendimentos entre os dois políticos, naquele momento, quase nada se sabe. Mas surpresas e impactos

reservavam-se para Pedro e Hermógenes. Este de imediato sofreu *hostilidades públicas consequentes da aceitação por Pedro das intrigas de sua equipe oficial*. Hermógenes manteve-se altivo.

As benesses ao Judiciário constantes no anteprojeto e o corte delas, exigido por Pedro, levaram os magistrados ao campo de guerra com o Executivo. Declararam manter comunhão com os ideais vilaboenses, quando, de fato, aguardavam o cumprimento de suas exigências ao exercício da justiça para se trasladarem para Goiânia.

Um fato novo tumultuou ainda mais o cenário político. Alguns dias após Pedro solicitar a substituição do anteprojeto Xavier de Almeida, o suplente Sebastião Gonçalves apresentou denúncia contra cinco deputados situacionistas e solicitou a cassação de seus mandatos. Taciano Gomes de Melo, Xavier de Almeida e Vasco dos Reis tiveram o mandato cassado pela Corte de Apelação. O mesmo não ocorreu com Irany Alves Ferreira e Oscar Campos, que tiveram o pedido de cassação rejeitados pelo relator Des. Arthur Abreu.

Cassados os três deputados situacionistas, uma flecha incendiária caiu sobre o cenário político desenhado de incertezas. Qual seria a posição dos suplentes a serem convocados? Se tendessem para a oposição o Governo perderia a supremacia no Legislativo.

Esses fatos aconteciam em cascata, simultaneamente. Hermógenes deixou o Governo e reassumiu a Presidência do Legislativo disposto a manter sua política de conciliação. Para tanto, entendeu-se com o líder da Câmara, Dep. Oscar Cunha, para juntos dialogar com Pedro e encontrar soluções para as crises entre Executivo e, Judiciário, e ainda, um acordo com a oposição parlamentar, com o objetivo de se aprovarem as Leis Orçamentárias e o projeto da mudança da capital.

Pedro rejeitou toda e qualquer proposta. Diante da ideia de composição com a bancada oposicionista, lembrou aos visitantes que dispunha de maioria e lhes afirmou que *deputado não valia nada*.

A reunião, que deveria ser conciliatória, tirou dos bastidores a crise política gestada por longos meses. Consta que Pedro recebeu *grosseiramente* o Presidente da Assembleia e o fez com endereço certo, ao primo Hermógenes, que, de imediato, lhe disse que *daquele momento em diante não obedecia à sua orientação política personalista*.

Goiás e Goiânia agitaram-se com cores antes nunca vistas.

Hermógenes entendeu-se com Velasco: faria oposição a Pedro, o que significava aliança política também com Ramos Caiado. Seus descendentes afirmam que Hermógenes nunca foi caiadista. Não obstante, nesse momento estiveram do mesmo lado.

A firmeza de Pedro em rejeitar a composição política proposta por Hermógenes não deixou de ser uma resposta ao oligarca destituído, Antônio Ramos Caiado que, na *crise Pedro-Velasco*, recebera destes dois líderes propostas de união, o que seria um despropósito para qualquer um dos três. Ramos Caiado preferiu aliar-se a Velasco por *considerá-lo mais sincero*.

Os deputados situacionistas, João José Coutinho e Luís Confúcio da Cunha Bastos, endossaram solidariedade a Hermógenes Coelho. Isso ensejou, em Campinas (GO) o *improviso* de um comício com o objetivo de atacar os três dissidentes, *ataques violentíssimos*, segundo a imprensa.

No dia seguinte, na sessão ordinária da Câmara, os deputados situacionistas Oscar Campos e Felicíssimo do Espírito Santo, defenderam os dissidentes *de tamanha injustiça por serem homens públicos de grandes qualidades*, o que embaralhou o campo político ainda mais. Situacionistas defendendo dissidentes.

Pedro Ludovico viu-se diante de uma possível derrota. Sem ao certo saber com quem contar, solicitou o comparecimento da bancada do *Partido Social Republicano* a Goiânia para tratar de assunto *urgente e decisivo*. Maneira de inteirar-se da posição dos deputados diante dos últimos fatos políticos. Acredita-se que Pedro acalentou ter de volta nesse encontro o presidente da Assembleia Legislativa.

Hermógenes não compareceu e com ele João Coutinho. Juntos responderam ao governador: *“Deixamos de atender ao seu chamado, em telegrama desta data, por haver V. Excia. se manifestado contrário à política de conciliação, medida que reputamos de inadiável necessidade a fim de evitar completo sacrifício do Partido que infelizmente nenhuma orientação tem imprimido à política.*

Divergimos, por isso, de sua orientação e para que não pareça que o motivo dessa divergência se prende à mudança da Capital, continuaremos mantendo, embora com sacrifícios que lhe não são desconhecidos, os compromissos assumidos pelo Partido.

Rogamos a V. Excia. dar conhecimento aos deputados que aí se encontram e apresentamos lhe atenciosas saudações”. Hermógenes Coelho e João Coutinho.

Para Carlos Coelho, o pai, em nenhum momento, deixou de acreditar no futuro promissor de Goiânia, tanto é que, *a esse tempo, grande já eram seus investimentos na cidade em construção e após esses acontecimentos eles continuaram.*

O deputado Luís da Cunha Bastos solidarizou-se com os amigos dissidentes. O filho, Joaquim da Cunha Bastos, então prefeito da Capital, exonerou-se.

O Secretário-geral do Estado, Benjamin Vieira, encontrava-se em São Paulo e sobre a crise em o jornal *Correio da Noite* e o mesmo jornal declarou: *...Hermógenes Coelho, poucos dias antes estivera governando o Estado... foi sua preocupação manter, em toda a linha, o programa do Dr. Pedro Ludovico. Considerou o rompimento inimaginável entre aqueles dois homens, deixando o governo em minoria na Assembleia. E terminou afirmando que a causa era a mudança da capital devido a interesses que os dissidentes têm na Velha Capital.*

Quem foi Benjamim Vieira? Natural da *Velha Capital*, fora ele designado pelos antimudancistas para viajar para o Rio, comissionado por eles, com despesas que orçavam em oito contos de reis, com o fim de combater o processo da mudança e angariar apoio do Presidente da República. Sem conseguir angariar simpatia à causa, logo depois aderiu às hostes do Partido Social Republicano. Em junho de 1935, em um jornal paulista, defendeu, para tristeza dos vilaboenses, a *necessidade da mudança da capital* com referências desabonadoras à então Capital. Aderiu aos mudancistas. Os vilaboenses lamentaram os oito contos de reis investidos em sua missão e questionaram nem mesmo saber como foram gastos.

A família de Hermógenes Coelho repudia aquela colocação de Benjamim Vieira uma vez que o patriarca foi um dos homens do tempo que mais investiu na cidade em construção.

Claro de Godoy, então Deputado Federal, soube do rompimento *Pedro-Hermógenes, Coutinho e Cunha Bastos* por um jornal do Rio, que alardeava ficar a oposição com maioria no Legislativo. De imediato, buscou junto aos amigos dissidentes colher suas posições. Esses responderam-lhe que se separaram da orientação política do governador e não haviam abandonado o *Partido Social Republicano*. O que alentou para haver possibilidades de reconciliação política. Os três deputados federais viajaram para Goiás com esse objetivo.

As dificuldades de Pedro Ludovico, no esforço à execução de seu projeto administrativo, fluíam da receita deficitária do Estado, da falta de auxílio do Governo Federal, da imprensa oportunista, dos desencontros dos próprios correligionários, das exigências e resistências do Poder Judiciário, das ações da *Coligação Libertadora* que, aumentaram ainda mais com essa crise, e agora o desfalque na bancada perrepista, embora os dissidentes declarassem que suas divergências não se prendiam à mudança da capital.

Teoricamente sim, na prática, não. Na realidade, a partir daquele momento, Hermógenes e os companheiros que o seguiram priorizavam interesses da *Velha Capital*, conflitantes com o projeto do governador que desconhecia todo e qualquer outro setor do Estado. Como seriam seus votos na decisão final sobre a mudança através da Assembleia Legislativa? O momento era de insegurança para Pedro.

Ressalte-se que a grande maioria da população de Goiás se manifestou contra a mudança desde o momento em que Pinheiro Chagas assumira o governo goiano, em outubro de 1930, quando lembrou a necessidade de Goiás ter uma Nova Capital. E assim o fez, por ver a perda de seus valores culturais, de sua tradição, de sua dignidade e da própria sobrevivência financeira e econômica e, ainda, a desvalorização dos bens familiares construídos em décadas.

Na última fase do processo, com a postura da oposição de não mais ser contrária à mudança, e sim a favor de preservar a *Velha Goiás*

de perdas e danos, seus representantes se viram na obrigação de se posicionarem ao lado de seus eleitores, assumindo a paternidade das salvaguardas que, se aprovadas, prorrogariam por tempo indeterminado o projeto da mudança.

No ano de 1967, a Profa. Dalísia Doles e eu realizamos o nosso primeiro trabalho de pesquisa a ser apresentado na USP para o então nosso Prof. Sérgio Buarque de Holanda. O tema era *A revolução de 30 em Goiás*.⁵

Àquele tempo, transcorridos trinta e um anos do rompimento político e pessoal dos primos e amigos, em entrevista a nós concedida, Pedro Ludovico considerava-se traído por Hermógenes – o *Judas da mudança*.⁶

Em outubro de 1972, o Velho Cacique declarou ao *Cinco de Março* que a dissidência de Hermógenes vinculava-se aos interesses antimudancistas: *Contra a mudança da Capital se manifestaram veemente Hermógenes Coelho, João Coutinho e Luís Bastos (romperam comigo)*. Esta sempre foi a verdade histórica de Pedro Ludovico – *traído por seu melhor amigo*.

Hélio de Brito, sempre fidalgo, de imediato, recorreu ao mesmo jornal manifestando-se sob o título – *A verdade histórica*. Considerou o feito de Goiânia verdadeira epopeia, imortalizadora de seu fundador e mostrou a que veio: reparar uma injustiça histórica. Os móveis da dissidência foram a rejeição de Pedro à *política de conciliação*, abrangente aos três poderes, seu modo arbitrário em decidir e agir e a maneira agressiva com que se dirigia a Hermógenes naquela reunião política.

À luz do perfil sociopolítico de Hermógenes Coelho pode-se entender que, para ele, naquele momento histórico, o que menos pesou

⁵ Por considerar que o trabalho necessitava de mais pesquisa, decidimos não publicá-lo, apesar de que o *historiador maior do Brasil* afirmara em classe – *Goiás estuda*.

⁶ Na época duas entrevistas foram feitas para elaboração da nossa monografia: uma com Jaime Câmara, que nos emprestou com muita resistência os originais de *Tempos da Mudança*, e a outra com Pedro Ludovico, daí poder afirmar que este epíteto nos foi dito por Pedro, conforme constou naquele trabalho.

foi a repulsa de Pedro à proposta de conciliação. Peso maior tiveram as ações personalistas de Pedro impostas ao *Partido Social Republicano*, reeditando o passado que havia combatido e do qual Hermógenes não compartilhara, absolutistas do Executivo, com domínio sobre o Legislativo, e as manobras políticas para amordaçar o Judiciário.

O ver e o sentir de Pedro Ludovico sobre Domingos Velasco na crise da Constituinte (1934) foram iguais. Em sua última entrevista ao jornal *Opção*, 1977, reafirmou haver sido traído pelo então companheiro de lutas anticaiaidistas. Mas não se referiu ao fato de que, vinte anos depois, estiveram juntos pela mesma sigla no Senado Nacional.

A *crise Ludovico – Hermógenes* (1936) ameaçou o projeto político do governo, em andamento havia seis anos, e prometia maiores consequências se aos dissidentes se unissem outros atores políticos, que se achavam indecisos, como Felicíssimo do Espírito Santo e Aquiles de Pina.

As bruxas estavam soltas. A oposição não perdeu tempo. Alardeou maioria junto ao Poder Legislativo e se articulou para propor votar pela mudança da capital desde que Pedro Ludovico renunciasse ao Executivo do Estado.

Nesse justo momento, flui uma pergunta: Hermógenes, como político, teria ingressado nas hostes oposicionistas sem nenhum acordo? Haverá que se vasculharem jornais, documentos e mesmo entrevistas aos descendentes oposicionistas para se aproximar da resposta?

Certo é que, o Governador, ao saber dessa nova estratégia política, antecipou-se publicamente rejeitando *qualquer acordo com a oposição por haver em seu seio elementos muito sujos que contaminariam o meu governo*.

A quais elementos Pedro se referia?

Após essa declaração (20.8.36), convocou os deputados da situação para se reunirem em Goiânia e discutirem *assuntos relevantes e imediatos*.

Da ata dessa reunião, 22.8.36, vê-se que se abordou o compromisso inarredável *da transferência da sede de governo do Estado para Goiânia e decretação das leis que fortaleceriam a ação do Governo*.

Em meio aos impactos político-sociais, Pedro, para não perder a causa e ameaçado em seu poder pelos ventos que conduziram alguns correligionários à deriva, recorreu à pressão e à violência. Exerceu métodos semelhantes aos que condenara no transcorrer dos anos vinte (séc. XX) no cenário político de Goiás.

Voltou-se para dismantelar as forças antimudancistas, não lhe importando os meios (consta que Maquiavel fora, em certo tempo, uma de suas leituras preferidas). Anulou adversários políticos e amedrontou a população da já então chamada *Velha Capital*. Um maior contingente de forças policiais passou a guarnecer diuturnamente suas ruas. Homens pagos pelo governo fixavam nas residências cartazes sobre a nova Capital, com retratos do governador. Os proprietários constrangidos, por temor, não os retiravam. *Os guardiões das ruas sempre à espreita.*

A imprensa local visitada pelos policiais, cerceada, não publicava seus boletins contrários à política do Governador, em especial os dos assuntos sobre a transferência da capital, desguarnecendo a sociedade do direito de informações.

Pedro, cada vez mais, executava somente seus objetivos, o que não constituía novidade desde os tempos da escolha do local para a construção da Nova Capital.⁷

É histórico o fato de que, para a escolha do futuro prefeito de Goiânia, Mário Caiado e Hermógenes apresentaram os seus candidatos para ocupar o novo cargo; seus respectivos candidatos seriam Albatênio de Godoy, de relevantes serviços prestados a Goiás e, o professor do Liceu, Nenzinho Santana que, se inexpressivo na época, também o era o professor escolhido, Venerando de Freitas, natural de Pirenópolis: *“Vim sem peias...não trazendo uma bagagem de serviços prestados nos setores na vida pública; nem vim ajuizado a compromissos nem comprometido com o passado”*.

⁷ No folclore político do tempo corria a versão de que, quando a Comissão criada para escolher o local da futura Capital lhe entregou o relatório, depois de lê-lo, dissera aos seus componentes: *tudo bem, mas onde está escrito Bomfim escrevam município de Campinas.*

A situação de Hermógenes, governista, presidente da Assembleia Legislativa e representante do grupo dos naturais da terra que pedia *socorro à cidade envelhecida face à cidade nascitura* havia muito se tornara insustentável.

Antes do rompimento, os habitantes de Goiás, em nome de seu passado histórico e cultural que lhes outorgava prestígio e tradição, fundaram *um Comitê por Goiás* em defesa de seus interesses. Hermógenes, como presidente do Legislativo, assentou-se à mesa inaugural, como também o então Prefeito, Cel. Joaquim de Bastos, atitudes essas, mais uma vez, suspeitas pelos homens de Pedro, que se negava em desacreditar o primo e amigo.

De fato Hermógenes envolvia-se, cada vez mais, com os valores dos antimudancistas. Não obstante, como empresário, em nenhum momento deixou de ver na futura Capital o progresso do Estado. Para ela direcionou seus negócios sem abandonar o dever moral de revestir a *Velha Goiás* dos direitos que lhe resguardariam o patrimônio histórico e cultural, legando, assim, aos seus habitantes a certeza de que não viveriam em uma cidade fantasma.

Segundo o advogado Carlos Alberto Coelho, o pai fora *vítima de intrigas*. Tudo leva a crer que essas intrigas políticas não erodiam a confiança e a amizade que Pedro Ludovico depositava no Presidente da Assembleia Legislativa. Não obstante, esses sentimentos deixaram de pesar ao conhecer o teor do anteprojeto elaborado por Xavier de Almeida, um perrepista⁸, sob as bênçãos de Hermógenes. De fato, o anteprojeto reeditava as emendas propostas pela oposição na sala das sessões, em 20 de junho de 1935.⁹

⁸ Assim eram chamados os filiados ao Partido Social Republicano.

⁹ ...emendas oferecidas ao projeto da Comissão pela Bancada Libertadora: Mudar-se-a a capital:

§ 1º - Quando a ótima situação financeira do Estado o permitir, o Poder Executivo, ouvida a Assembleia Legislativa, poderá transferir a capital à cidade em construção.

§ 2º - A transferência se dará mediante lei ordinária e só depois que a cidade de Goyaz imprescindíveis à continuidade de seu progresso, inclusive via férrea.

Daquela reunião convocada por Pedro aos deputados situacionistas, que teve como objetivos saber quem permanecia com ele e traçar políticas e estratégias para encerrar de vez o processo da mudança da capital, as notícias são dispares. Uma corrente afirmava que Pedro, após expor aos deputados o que queria que se votasse na última sessão anual do Legislativo Estadual, os impedirá de voltar à então sede do Legislativo e não lhes permitia receber visitas.

De fato, os deputados permaneceram na cidade em construção mais tempo que o esperado, mas em comum acordo. Era da conveniência de Pedro que só retornassem a Goiás com a certeza de que a última reunião da Assembleia Legislativa transcorreria sem interferência da oposição, assegurando a aprovação dos processos concernentes.

Enquanto os deputados permaneciam hóspedes do governador, foi possível articular o retorno de José Ludovico do Rio de Janeiro e negociar a incorporação de Filismino Viana às suas hostes. Sob negociações, engendrava-se concretizar a mudança e enviavam-se mais forças policiais à *Velha Goiás*, onde o deputado Jaci de Assis fora preso e escoltado para Goiânia. E Alfredo Nasser era procurado para receber ordem de prisão. Os habitantes de Goiás apavoraram-se. *Traumatizaram-se*, registrou Jaime Câmara.

No torvelinho de incertezas e medos, algumas famílias retiraram-se para suas fazendas e/ou chácaras; lojas comerciais não abriram mais as suas portas.

Em que Pedro se escudara para planejar as prisões dos deputados?

Na década de 30 a intelectualidade brasileira dividia-se entre integralistas e comunistas.

A elite que acompanhava Getúlio, naquele momento, rezava na cartilha do integralista Plínio Salgado e condenava o marxismo-leninismo. Os governadores estaduais, via de regra, antes de se elegerem, como prepostos de Getúlio, comungavam com o mesmo ideário. Pedro Ludovico encontrava-se entre eles.

Os deputados Jaci de Assis e Alfredo Nasser, âncoras da oposição, eram vistos como comunistas. Pedro engenhou prendê-los com o objetivo de não tê-los em sessões legislativas por algum tempo.

Jaci, no período Legislativo, residia no *Goyano Hotel*, e em seu quarto foi preso sob a farsa de portar boletins assinados por Carlos Prestes. Essa prisão se revestiu de cenas quixotescas, inclusive presentes à cena viram o escrivão colocar em meio aos seus papéis os boletins que o comprometiam.¹⁰

Os onze advogados atuantes no foro de Goiás assinaram o *Habeas Corpus* para o preso político e nele juntou-se *uma declaração de pessoas presentes ao ato da prisão* sobre os boletins criminosos. O Presidente da Corte de Apelação Antônio Perilo o assinou e, em futuro próximo, pagaria caro por não se amoldar às conveniências políticas do governador.

Alfredo Nasser refugiou-se na residência de Otávio Monteiro e ninguém soube de seu paradeiro. Os demais deputados da *Coligação Libertadora* sob suspeita de ameaças homiziaram-se no Quartel do 6º BC. Estelita Campos impetrou para os onze deputados *Habeas Corpus* à Corte Suprema sob a afirmação de que seria o único tribunal capaz de lhes dar garantia. Mais um arroubo político. Jaci obtivera o seu *Habeas Corpus* pela Corte de Apelação de Goiás.

No pedido de *Habeas Corpus* à Corte Suprema constou haver: *coaçoão por parte do governador Pedro Ludovico Teixeira, que conserva 13 deputados em Goiânia, que não é sede do legislativo, ao alcance e ao sabor do arbítrio oficial, enquanto os restantes continuam em Goiás, sob a vigilância ameaçadora da polícia... e que o governador estava disposto a agir contra os dissidentes de qualquer maneira.*

Os deputados situacionistas, ao retornarem à bicentenária Vila Boa, encontraram o prédio do Legislativo fechado por ordem do Secretário João Coutinho, os funcionários em suas casas e ninguém sabia das chaves. O então Vice-Presidente João D'Abreu ordenou o arrombamento das portas e das gavetas. Enquanto policiais com metralhadoras se postavam à entrada do prédio.

Hermógenes, convidado a renunciar, se negou, do mesmo modo Coutinho. Homiziaram-se no Quartel ao lado da oposição parlamentar.

¹⁰ Plano semelhante será usado por Getúlio Vargas, meses depois, para justificar e endossar o *queremismo* para sua permanência no poder.

No dia 29 de setembro de 1936, os deputados recém-chegados de Goiânia realizaram a histórica 69ª sessão ordinária, presentes apenas os deputados seguidores da orientação política de Pedro. Em ata registrou-se que os demais integrantes da Casa deixaram de comparecer *sem causa justificada*,¹¹ e, *por não se encontrar no recinto o Presidente Hermógenes, assumiu o cargo o Vice João D'Abreu.*

Na sequência dos trabalhos o coronel-médico Gomes Frota, um dos muitos ex-caiadistas, agora pertencente à situação política pós 30, fez uso da palavra. Lamentou a ausência de Hermógenes Coelho e, para salvaguardar a legitimidade das ações daquela sessão, salientou que os deputados ali reunidos revestiam-se da legítima vontade soberana do povo, a Mesa recém-constituída expressava a vontade coletiva da Assembleia Legislativa goiana; Hermógenes Coelho não mais representava essa vontade e por essa razão e diante de sua negativa de renúncia, viam-se os deputados na dolorosa *contingência de requerer nos termos... do Regimento Interno da Assembleia a demissão de seu Presidente... lhe negamos a qualidade de que ele ilegalmente se arroga de órgão representativo de nossa vontade.*

Observa-se, em meio a esta complicada Moção, o cuidado de não agredir ao companheiro destituído. Nenhum deputado se levantou para defender ou não a destituição de Hermógenes da Presidência do Legislativo e todos votaram a favor. Hermógenes recebeu cópia da ata da sessão que o destituía.

No transcorrer das pesquisas documentais foi possível observar (com exceção do Comício realizado em Campinas, após a reunião – Pedro, Hermógenes e Oscar –, com o objetivo dos parlamentares se alcançar à Velha Capital) que Hermógenes era valorizado em todos os segmentos políticos partidários. A Coligação, sob a direção de Nasser, dois dias depois de seu aniversário (12-6), em sua primeira página parabenizou, o... *digno presidente da Assembleia Constituinte, ilustre*

¹¹ Eram eles: Hermógenes Coelho, João Coutinho, Agenor Alves de Castro, Costa Paranhos, Jubé Júnior, Genserico Jaime, Cunha Bastos, Vitor Coelho, Sebastião Gonçalves, Alfredo Nasser. Jaci de Assis, após retornar de sua prisão de Goiânia, a eles se juntou.

parlamentar que na direção daquela Casa tem se mantido numa linha de grande elegância, é político que desfruta de grande sympathia e conta com um acervo apreciável de serviços prestados ao Estado.

As negociações políticas estreadas por Pedro encestaram vitória; a posição do governo se consolidou ao conseguir a adesão de dois deputados da Coligação Libertadora: Agenor Alves de Castro (seu colega dos tempos de Liceu e dos bancos de Praia Vermelha) e Vitor Coelho de Almeida, dono de uma cultura respeitável.

A Folha de Goyaz, em 25 de janeiro de 1937, sob o título *Um gesto nobre e eloquente de patriotismo e civismo*, tecia comentários à adesão do ex-padre Vitor ao governo, *uma atitude de sã brasilidade e ressalta que essa adesão se processava em um instante em que Goyaz exige de seus filhos gestos de renúncia direta em prol das legítimas aspirações goianas consubstanciadas na mudança da capital.*¹²

Pedro, por telegrama ao novo Presidente do Legislativo João D'Abreu, procurou justificar o arbítrio e a violência:

“Lamento acontecimentos ocorridos mas dever imperioso mudar Capital obriga me tomar todas medidas necessárias aquele desideratum pt Não tolerarei ameaças decaídos. Pedro Ludovico”.

A sessão da Câmara que destituiu o Presidente Hermógenes (29.9.1936) foi a penúltima do ano; na seguinte todos os anteprojetos imprescindíveis à transferência da capital foram aprovados.

Na cidade em construção, que em breve receberia o *status* de capital, os trabalhos com as edificações intensificaram-se. Em quarenta e cinco dias se conseguiu pôr a termo a construção da futura sede do Poder Legislativo, ainda existente, na Av. Tocantins esquina com Rua 12, onde funciona nos dias de hoje a Procuradoria Geral do Estado (administração e finanças), como também o prédio que abrigaria o conjunto do Poder Judiciário, ainda sediados na bicentenária Goyaz.

Efetivadas essas políticas e estratégias, restava ao governador fazer valer o que rezavam o Art. 4º e seus dois parágrafos.

Art. 4º A capital do Estado será a cidade ora em construção no município de Campinas.

¹² A de Agenor ligou-se diretamente aos assuntos da Faculdade de Direito, então fechada por Pedro, e a de Vitor ao recebimento de 20 contos de réis.

§ 1º Fica marcado o prazo máximo de dois anos, contados da data da promulgação desta Constituição, para a transferência da sede do Governo.

§ 2º Enquanto não se der a transferência da sede de que trata o parágrafo anterior, continuará o governo em sua sede atual.

Com a Assembleia em recesso, Pedro Ludovico, sem pompas e sem circunstâncias, no dia 23 de março de 1937, depois de vários considerandos, assinou o *Decreto de nº. 1.186* que transferia a capital do Estado de Goiás para Goiânia, ainda em construção.

Como se vê, muitas são as datas que mostram as diferentes etapas do processo da mudança da capital goiana e que induzem à ideia de aniversário da *Nova Capital*. Essa data, marco da vida de Goiânia como a capital do estado, talvez, seja a mais expressiva de todas elas. Se passou à história desapercibida, foi porque o decreto aconteceu em silêncio, apenas os auxiliares mais próximos assistiram à sua assinatura. Pedro assim o fez por saber quão doloroso para os vilaboenses antimudancistas sentirem a finitude de suas esperanças, que teimavam sobreviver pela ainda permanência dos dois Poderes na já então chamada *Velha Capital*.

Para os correligionários de Pedro, não lhe foi fácil sufocar os próprios sentimentos de filho da histórica *Velha Goiás*.

Em 16 de junho de 1937 o Executivo entregou ao Judiciário as chaves do prédio, situado na *Praça Cívica* (o último à direita para quem está em frente ao Palácio das Esmeraldas), no qual se instalaram seus órgãos. De imediato, o presidente do Judiciário determinou o tempo máximo de 30 dias para o traslado desse Poder. Magistrados e funcionários entraram em ritmo de mudança. Em 15 de julho, encontravam-se na nova capital a Corte de Apelação, o Tribunal Regional Eleitoral e o Juízo Eleitoral.

Grandes dificuldades em torno das construções Pedro e seus auxiliares ainda haveriam de enfrentar. Goiânia só seria inaugurada em 1942, em regime político de exceção (Estado Novo – 1937 – 1945), que muito auxiliou a administração do Estado a vencer os obstáculos de diferentes ordens e setores. Pedro Ludovico foi um forte. Sofreu acusações dos adversários políticos, recebeu o ódio dos vilaboenses que o consideravam *um louco* e, ainda, envolto em seus próprios medos.

Sua firmeza, ousadia, presença constante nos canteiros de obras dos edifícios, o saber usar o poder de decisão, o arbítrio, a coação e a vontade política com a qual se encouraçou deram-lhe a vitória em meio político e social adverso. Construiu não apenas uma cidade destinada a ser a Nova Capital, mas a Capital que possibilitou inserir Goiás na nova fase política, econômica e social do Brasil, abrindo para a população goiana novas perspectivas de vida.

A história de Goiás firma-se em três marcos históricos – um econômico – *o ouro* e dois políticos – *Goiânia e Brasília*.

Muitos dos participantes da campanha antimudancista, inclusive seus financiadores, adquiriram *datas* em Goiânia, construíram residências e abriram suas casas comerciais. Auferiram maiores lucros. Um de seus líderes, José de Alencastro Veiga, estabeleceu-se na Nova Capital, na Rua Três esquina com Av. Goiás e, durante décadas, manteve o melhor comércio de louças, cristais e objetos de arte de Goiás.

Como já se ressaltou, após a crise política Pedro-Hermógenes, que colocou em cheque a supremacia do governo de Pedro no Legislativo estadual, os dissidentes ligaram-se ao grupo Velasco que, por interesses circunstanciais momentâneos batalhava ao lado dos Caiado.

Hermógenes, também, voltou-se para a política nacional, ligou-se ao grupo de São Paulo, remanescente da cisão do *Partido Republicano Paulista*. O lente da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Prof. Waldemar Ferreira, que naquele momento integrava a campanha de Armando Sales, candidato a ocupar o Catete em substituição a Getúlio Vargas, o convidou para filiar-se à *União Democrática Brasileira*¹³.

Hermógenes, José Honorato e Nasser se articularam com os paulistas, entenderam-se diretamente com Armando Sales. Conheceram a política e a estratégia a ser usada em campanha e voltaram a Goiás, dispostos a aplicá-las em território goiano.

Na Velha Capital, Hermógenes concedeu entrevista ao jornal *A Coligação*, fundado por Nasser. Enfatizou a certeza da vitória de Armando Sales. Mostrou, com cálculos matemáticos, a distribuição dos

¹³ Os pródomos desse partido estão no movimento de São Paulo 1932, quando se fundou o Partido Constitucionalista.

votos em todo o Brasil entre os dois candidatos, uma das políticas de *União Democrática Brasileira*.

Os cálculos poderiam não estar certos, mas os vilaboenses a eles se apegaram na esperança de que na ascensão de Armando Sales ao Catete repousava a maneira única de quebrar a hegemonia política de Pedro, num crescendo cada vez maior junto aos coronéis dos municípios e ao caudilho Getúlio Vargas, do qual dizia ser amigo e *não poder esquecer os grandes benefícios recebidos do seu governo e de alguns de seus ministros*.

Não obstante, sabia-se que a União destinara ao Estado apólices com a exigência de receber após doze meses quatro prédios que abrigariam os seus próprios serviços.

Os antimudancistas viram na futura arquitetura política a possibilidade, se bem que remota, de ter de volta a capital do Estado. Entusiasmaram-se pela campanha nacional. Foram às ruas.

Pedro não gostou das manifestações provocadas pela entrevista de Hermógenes e o renascer da campanha anti-Goiânia. Presenteou os habitantes da *Velha Goiás* com *um contingente policial, com ordens especiais para atemorizar todo mundo, decretou a intervenção no município, tirando-lhe o direito de eleger seu prefeito, e implantou a censura no jornal que fazia a campanha de Armando Sales e nas tipografias de modo a impedir a publicação de boletins contrários ao governo e ao Sr. José Américo*.

Em meio a essa política de cerceamento, com prisões e revistas aos cidadãos que, se portadores de armas eram presos, os líderes pró campanha Armando Sales fundaram a *União Democrática Brasileira, Secção de Goiás*.

O programa beirava o romantismo e estocava a política vigente conduzida por Pedro. O partido *não nascera para disputas rasteiras, para ameaçar, e/ou subornar*, e sim, com o objetivo de alcançar cidadãos *que pelejam por sua terra, pela sua prosperidade e seu engrandecimento, os que sonham com o poder não como fonte de emprego, mas como um dos meios de promover o progresso, de restabelecer a tranquilidade e a justiça, esses encontrariam a força que os havia de auxiliar*.

Os dirigentes do novo partido pertenciam à elite econômica e intelectual de Goiás: Ramos Caiado não figurou entre eles. Hermógenes e o líder Caiadista nunca se entenderam. Brasil Caiado integrou a Comissão da Diretoria.¹⁴

Em Goiânia, o *Partido Social Republicano*¹⁵, em convenção, oficializou apoio a José Américo, embora Pedro, discretamente, fosse um *queremista*. Por sua conveniência fez renovar os estatutos desse partido por não permitir reeleições. Uma vez que destinara a cadeira no Senado, ocupada por Mário Caiado, para o seu amigo e revolucionário Atanagildo França, e as duas de Deputado Federal seriam ocupadas pelo conchulado Diógenes Magalhães e por Colemar Natal e Silva.

Ao mesmo tempo que as campanhas dos candidatos ao Catete chegavam às ruas, grassava o movimento *Queremos Getúlio*.

O mandato do Presidente Getúlio Vargas terminaria em 1938; a dos governadores, em 1939. A democracia brasileira, sempre frágil em suas bases políticas e econômicas, oferecia espaço a grupos radicais. Carlos Prestes liderava os que buscavam fortalecer-se no meio dos operários. Plínio Salgado, desde 1932, liderava o movimento integralista com símbolos, hinos, saudações, etc. Com ele os ideais corporativista e sindicalista e a autoridade de um governo com partido e líder únicos.

O cenário político social do Brasil coloria-se de tensões geradas pelas campanhas eleitorais, e no Palácio do Catete urdiam-se manobras que revestiriam o Presidente da República de autoridade ditatorial.

Os políticos mais atentos perceberam o que estaria por vir diante da nova censura à imprensa, dos discursos dos parlamentares getulistas, dos posicionamentos dos representantes do governo já resguardados

¹⁴ Integralizavam a Comissão da Diretoria os srs. *Joaquim da Cunha Bastos, deputado Hermógenes Ferreira Coelho, dr. Otávio Monteiro Guimarães, dr. José Honorato da Silva e Souza, Alfredo Nasser, Sebastião Fleury Curado, Emílio Póvoa, João Perilo, César de Bastos, Marcondes Godói, Humberto Martins Ribeiro, Ciro Pámerston, Jerônimo Curado Fleury, Ernane Cabral, Cristóvam de Oliveira, Jales Machado, Jaci de Assis, Luiz Confúncio de Cunha Bastos, João José Coutinho, Salomão Clementino de Faria, Antônio Caldas e Alfeu Rodrigues da Cunha.*

¹⁵ Uma dessas duas vagas pleiteadas era ocupada pelo Dr. José Honorato já integrante da Comissão Executiva da UDB, secção de Goiás.

de possíveis ataques pessoais. Enfim, fluíram indicadores que não deixavam dúvidas de que se conspirava a criação de um *estado forte*. Arthur Bernardes denunciou à Nação os planos que se urdiam no Catete, demolidores da democracia.

Diante desses fatos e interpretações, Armando Sales e José Américo abdicariam de suas candidaturas para impedir um golpe de Estado. Consta que os governadores de todos os estados tiveram conhecimento oficial do projeto político de Getúlio Vargas, por meio de um enviado de confiança do Ministro da Justiça.

Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, não mais se conduzia pela política de seu conterrâneo. Por vigorar no país, naquele momento, o estado de guerra, os batalhões provisórios que o apoiaram foram dissolvidos, obrigando-o a se refugiar no Uruguai.

Em 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi fechado por forças policiais. Anunciou-se uma nova Constituição, *a Polaca de Francisco Campos*; os ministros e governadores aquiesceram ao golpe, com exceção do Ministro da Agricultura, sr. Odilon Braga, e dos governadores da Bahia e de Pernambuco, que, indignados, renunciaram aos seus cargos.

Muito leva a crer que Pedro teve conhecimento do Golpe de 37 que o fez Interventor. Dois meses antes, viajou para o Rio. João de Abreu, Presidente da Assembleia Legislativa assumiu o governo do Estado.

Sabe-se de fato que os Senadores representantes do Estado de Goiás (agora sem representação) se articularam junto a Getúlio Vargas pela sua permanência no executivo goiano, que a esse tempo já se tornara um líder ovacionado, *o grande patrono, chefe supremo, pela imprensa goiana*. A nomeação tardou a vir. O andamento da construção de Goiânia e o engajamento no processo da *Marcha para o Oeste* não deixaram de pesar na decisão do Ditador sobre sua permanência no poder.

E assim, em regime político de exceção, sem Poder Legislativo, com um Judiciário amordaçado e um Executivo forte, a luta para dar termo ao projeto da construção de uma nova Capital para o Estado tornou-se mais fácil.

Muitos foram os que contribuíram para a construção de Goiânia, de ajudantes de pedreiros a engenheiros. Pedro, com a sua determinação, construiu Goiânia, uma jóia do sertão, que, somada a uma conjuntura de pós-guerra deu um novo futuro para Goiás.

A realidade da nova capital trouxe inovações ao contexto do marasmo socioeconômico e cultural de Goiás.

Não se pode dizer que para Hermógenes o Estado Novo foi o fim de sua carreira política. O divergir da política de Pedro fez dele um líder opositor na *Velha Capital*, como também entre a elite política que fazia oposição aos Caiado e não aceitava a liderança de Pedro. Sempre rejeitou a acusação de que traía Pedro à última hora do processo da mudança da capital, mesmo porque a questão se ligava a determinação constitucional e fora ele um dos constituintes.

Certo é que, naquele momento, Hermógenes priorizou a *Velha Goiás*, e Pedro, *Goiânia*. Campos opostos.

Mostram os documentos: as emendas propostas pelos deputados da *Coligação Libertadora* à Constituição inviabilizavam o andamento da construção de Goiânia e impediam a mudança da Capital, sem proibi-la.

A proposta por eles apresentada em 1935 modificava o anteprojeto da Constituição que determinam a mudança da capital do estado. Substituiu o parágrafo até então *único*:

§ 1 Quando a ótima situação financeira do Estado o permitir, o Poder Executivo, ouvida a Assembleia Legislativa, poderá transferir a capital para a cidade em construção.

§ 2 A transferência se dará mediante lei ordinária, e só depois que a cidade de Goiaz for dotada de todos os elementos imprescindíveis à continuidade de seu progresso, inclusive via férrea.

Nas justificativas constavam a fragilidade das finanças do Estado e que o edificar de uma cidade às custas do erário só se tornava possível se não provocasse o esgotamento do tesouro, e que as obras de Goiânia o criava de dívidas. Estão listadas várias necessidades do Estado, entre elas: *estradas de rodagem, instrução, navegação do Araguaia e Tocantins, organização penitenciária, higiene e profilaxia*.

O anteprojeto encomendado por Hermógenes, então governador do Estado, não se preocupou com o Goiás em sua totalidade, como o fez a oposição para tumultuar ainda mais as sessões legislativas, voltava-se às salvaguardas para *Velha Capital*, iguais e/ou maiores que as propostas pela oposição parlamentar na Constituinte, daí se entender o fosso que se abriu entre Pedro e Hermógenes. As famílias não chegaram ao nível intransponível dos *Capuletos e dos Montechios*, visto que seus filhos se falavam cordialmente e se visitavam em momentos de perdas. Ou seja, a inimizade que perdurou até o fim dos tempos entre os dois patriarcas não deixou de mesclar-se do parentesco familiar e da amizade construída na infância.

Hermógenes preservou a amizade com a mãe de Pedro, Dona Josefina. Continuou chamando-a de tia e, quando em Goiânia, não deixava de visitá-la.

Mais interessante ainda é que o construtor de Goiânia, em seus apertos financeiros, fazia chegar ao primo e empresário ofertas de lotes do Estado.

Após o rompimento político com Pedro, Hermógenes se dedicou aos seus interesses financeiros e econômicos. Experiente em investimento energético na antiga capital e em Inhumas, antes da crise, em Goiânia, associou-se aos empresários, *Levy Froes e Felismino Viana e juntos construíram a Usina do Jaó*. Também participou de várias sociedades de comércio, de construção civil e de terraplanagem. Foi um benemérito da Nova Capital em construção.

Quanto ao Interventor Pedro Ludovico, o Golpe de 37 facilitou-lhe a construção e administração da Nova Capital, que inseriu Goiás na nova fase política, econômica e social do Brasil, abrindo à sua população outras perspectivas de vida, ou seja, arrancou-a do marasmo em que se debruçara desde o fim da exploração do ouro.

Goiânia justificou a Revolução de Trinta em Goiás e reservou a Pedro um lugar insubstituível em sua história.

A CERTIDÃO DE NASCIMENTO DE GOIÁS

Antônio Teixeira Neto¹

RESUMO – Goiás foi pouco cartografado no passado, pois, sua situação central no mapa do Brasil o colocava muito distante dos olhos dos administradores coloniais. Não obstante a ausência de documentos cartográficos tecnicamente melhor elaborados – que o desenvolvimento da geodésia e da cartografia de então já permitia realizar –, os primeiros mapas de Goiás, construídos fundamentalmente com base em informações de roteiristas, bandeirantes e viajantes de toda ordem, não deixam de ser testemunhas da saga que foi a ocupação e povoamento pioneiro dos sertões goiano-tocantinenses no século XVIII. Mesmo cartograficamente pobre e construído de maneira expedita, ou seja, prática, o mapa de Colombina – em que Goiás aparece delimitado segundo o projeto de limites de D. Marcos de Noronha de 1750 – pode, no meu entender, ser considerado como a “certidão de nascimento de Goiás”, pois, foi a partir dele, que outros mapas, dali em diante, foram construídos e aperfeiçoados até chegar-se ao tempo presente. É o que se pretende mostrar neste artigo.

Palavras-chave: Mapa, cartografia, Colombina, limites, julgado, território, administração.

¹ Licenciado em História, Engenheiro Agrimensor, Doutor em Geografia e Cartografia, sócio-titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – Cadeira nº 14.

RÉSUMÉ – À cause de sa position très centrale sur la carte du Brésil, la cartographie de base mathématique a mené beaucoup de temps pour arriver à Goiás. Néanmoins, malgré l’absence de documents cartographiques techniquement mieux élaborés, les premières cartes de Goiás, construites à partir d’informations pratiques de “bandeirantes” et voyageurs, témoignent l’épopée qui firent l’occupation et le peuplement pionniers des “sertões” goyannais d’antin. En ce sens, la carte de Colombina – où la capitainerie est représentée d’après le projet de limites de D. Marcos de Noronha de 1750 –, peut être considérée comme le vrai certificat de naissance de Goiás. C’est-ce que nous voulons montrer dans ce travail.

Mots-clés – Carte, cartographie, Colombina, limites, “julgado”, territoire, administration.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os territórios geográficos – sejam eles municipais, estaduais ou nacionais – não nascem prontos, pois, ao longo do tempo, por influência de fatores os mais diversos e de ações humanas que neles se processaram e agiram, suas fronteiras e limites se expandem ou recuam antes de adquirirem formas mais estáveis.

Quando foi descoberto, o tamanho do Brasil mal chegaria a 1/3 de seus atuais 8,5 milhões de quilômetros quadrados, pois, todas as terras situadas a oeste do então Meridiano de Tordesilhas² – que se estendia grosso modo de Belém (Pará) à atual cidade de Laguna (Santa Catarina) – pertenciam, por força de tratados históricos, à Espanha. Isto durou de direito até 1750, com a assinatura do Tratado de Madrid entre os dois reinos, mas, de fato, praticamente toda a retaguarda territorial que são hoje a Amazônia e o Centro-Oeste já estava ocupada e – mesmo que de forma pontual – povoada por luso-brasileiros quando da assinatura

² Grosso modo, tomando-se por base as coordenadas da cidade de Belém, esse meridiano passaria, hoje, cerca de 48 graus e 30 minutos a Oeste do meridiano de Greenwich.

do documento que deu forma e profundidade ao Brasil. Não fossem as incursões de exploradores e aventureiros de toda ordem que, desde o século XVI, embrenharam-se no território brasileiro à procura de riquezas, principalmente ouro e pedras preciosas, no que resultou na posse e ocupação de imensos domínios, digamos, espanhóis, o Brasil seria hoje um país do tamanho da Argentina e imprensado entre a grande floresta equatorial e o mar. Não seria um país pequeno, mas, estrategicamente, não teria o domínio de um dos maiores e mais importantes biomas do mundo – a *Hiléia brasileira*³, como assim se referiam à grande floresta amazônica os naturalistas Alexander von Humboldt e Aimé Goujaud Bonpland.

Ao contrário do Brasil, Goiás nasceu 2/3 maior do que hoje ele é, quando, ao tomar posse como nosso primeiro governador, Dom Marcos de Noronha, em 1750, logo após a assinatura do Tratado de Madrid, envia carta a Lisboa informando ao rei quais seriam os limites naturalmente mais cômodos da recém criada Capitania. De lá para cá, o território dos goianos só foi encolhendo cada vez que fatores internos (entre outros, um fraco e mal distribuído povoamento, uma distribuição de cidades apenas ao longo dos terrenos auríferos, deixando vazios os confins da Capitania) e externos (influência e interesses de Capitánias e depois de Províncias e Estados poderosos que se apossaram de imensas áreas historicamente tidas como goianas) interferiram na formação histórica e geográfica de Goiás.

Em um trabalho a respeito da formação do território⁴, procurei mostrar como, ao longo de seus mais de 250 anos de existência, Goiás passou por mutações territoriais de tal ordem que a grande maioria dos goianos da atualidade jamais ouvira falar: entre outras, a perda para os vizinhos Mato Grosso e Mato Grosso do Sul de toda a região

³ Segundo o Aurélio, palavra de origem grega que se refere ao que é “da floresta”, “selvagem”. Diante da imensidão da floresta, da sua impenetrabilidade e da diversidade e riqueza de sua fauna e flora, só restou àqueles sábios dar a ela o nome que melhor retratasse o que ela realmente era – e, apesar de maltratada pela estupidez humana – ainda é: grandiosa, majestosa, misteriosa e, sobretudo, encantadora.

⁴ TEIXEIRA NETO (2002-a), p. 11 a 45

compreendida entre os rios Pardo, Araguaia e, o que nos é mais familiar, para Minas Gerais todo o atual Triângulo Mineiro. Apenas por este lado, deixaram de ser goianas importantes cidades daqueles estados, para citar três exemplos, Uberlândia (MG), Três Lagoas (MS) e Barra do Garças (MT).

Feitas estas observações iniciais, resta informar ao leitor que o presente artigo tem também por objetivo mostrar através de alguns mapas como Goiás, sem traumas, passou de um território de aproximadamente 1.000.000 de quilômetros quadrados para os atuais 340.000.

GOIÁS ERA ASSIM: O MAPA DE FRANCISCO TOSI COLOMBINA

Se excluirmos os primeiros roteiros de bandeirantes e exploradores que desde o século XVI vaguearam pelos rios, matas e chapadas a perder de vista, mas que só forneciam informações vagas acerca do território goiano de então, o do alferes José Peixoto da Silva Braga⁵ – que relata a primeira, e desastrosa, viagem de redescoberta dos sertões goianos comandada a mão de ferro por Bartolomeu Bueno da Silva – é talvez um dos mais ricos em dados sobre a vida selvagem, a hidrografia, o relevo e o cerrado e seus diferentes fácies. Deles se serviram os primeiros Cosmógrafos do Rei – como assim eram chamados os geógrafos e cartógrafos do século XVIII – para construir os primeiros esboços cartográficos da futura Capitania. O mapa de Francisco Tosi Colombina (1701-?) reúne e sintetiza essas primeiras informações geográficas sobre nossos sertões. Em 1972, a pedido de meu mestre e amigo Luis Palacin, realizei um breve comentário deste mapa – que serviu de capa, bem artesanal, aliás, do livro de sua autoria que dá início à nova historiografia de Goiás⁶ –, com ênfase para três aspectos de nossa história e de nossa geografia: os rios, os caminhos e os arraiais do ouro que, na época, constituíam o que se poderia chamar de rede urbana colonial.

⁵ SILVA BRAGA (1734)

⁶ PALACIN (1972)

Nota - Originalmente, este mapa – no qual se destaca a então Capitania de Goyaz – mostra o território brasileiro da desembocadura do Amazonas ao Estuário do Prata e da Serra Geral de Goiás à confluência do Rio Madeira no Amazonas. A reprodução simplificada **(1)** está ligeiramente modificada do ponto de vista gráfico, pois, em sua realização, combinou-se desenho manual (traçado da rede hidrográfica) com recursos técnicos do programa *Corel Draw* (letreros e símbolos gráficos representando os lugares habitados – cidade, vilas e arraiais). Isto se deveu ao fato de, no original, esses topônimos urbanos serem pouco legíveis, o que dificultaria a percepção do conteúdo informacional do documento. Deu-se também destaque aos caminhos, principalmente o que, por terra, ligava São Paulo a Villa Boa, e desta até a Villa Bella da Santíssima Trindade (na época chamada por Colombina de Mato Groço), então capital da Capitania de Mato Grosso. Na verdade, o mapa original procura enfatizar a importância que tiveram os rios e, respectivamente, os caminhos fluviais na formação territorial do Brasil.

Quanto ao território da Capitania propriamente dito, algumas observações devem ser feitas, como, entre outras:

- a não representação dos caminhos que de Meyra Ponte (Pirenópolis) se chegava ao Rio de Janeiro – via Paracatu, Ouro Preto e Juiz de Fora – e que de Natividade se atravessava os Gerais da Bahia em direção a Salvador;

- a não representação de arraiais importantes – Catalão, Santa Luzia (Luziânia) e Porto Real (Porto Nacional), que desempenharam papel fundamental no processo de formação histórica de Goiás e do Tocantins;

- o intuito de Colombina em querer alargar mais ainda as pretensões territoriais da Capitania, projetando seus limites para além do que previra o Projeto de Dom Marcos de Noronha (1750), como, por exemplo, incluindo ao território goiano-tocantinense da época toda a região compreendida entre os rios Araguaia e Tacaiúnas, tendo como limite norte, o salto do Itabóca, próxima à Hidrelétrica atual de Tucuruí.

Finalmente, nesta reprodução parcial e ligeiramente modificada do mapa original, o que seria a então Capitania de Goyaz aparece em cor dourada e os nomes dos rios em azul. Para não sobrecarregar demais o desenho, apenas os principais cursos d'água foram por mim representados.

Ele foi construído na antiga Villa Boa e oferecido a D. Marcos de Noronha, primeiro governador de Goiás. É datado de 6 de abril de 1751.

Tanto o mapa, como também o seu autor, foram objetos de pesquisa e análise minuciosa em minha tese sobre Goiás e a cartografia luso-brasileira⁷. Colombina, que acompanhou Dom Marcos de Noronha a Goiás, era de origem italiana e se autodenominava cosmógrafo e doutor em direito canônico. Segundo Isa Adonias⁸, autora de uma volumosa obra sobre a cartografia da região amazônica, o exemplar conservado na Mapoteca do Itamaraty (RJ) é uma cópia fotostática positiva do exemplar manuscrito, aquarelado, existente na Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. Outro exemplar é conservado no Arquivo Público de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Ao analisá-lo atentamente, o olho logo percebe o papel geopolítico de Goiás no que concerne às direções que tomam os nossos mais importantes rios rumo ao norte ao sul e ao leste do Brasil, ou seja, percebe a permeabilidade do território goiano, porque é do topo do Planalto Central que três grandes bacias hidrográficas – a Tocantínia, a Paranaica e a Sanfranciscana – têm suas cabeceiras mais elevadas. Os limites da Capitania, conforme se vê na reprodução parcial aqui exibida, são traçados segundo projeto de D. Marcos de Noronha de 1750 encaminhado às autoridades em Lisboa para homologação. Dessa análise, o leitor também logo perceberá que o antigo território goiano era cerca de três vezes maior do que é na atualidade: ele tinha aproximadamente 1.000.000 de quilômetros quadrados quando foi criada a Capitania de Goiás em 1748. Nele, grosso modo, Goyaz se estendia da Cachoeira do Itabóca, à altura de Tucuruí, no rio Tocantins, ao norte, à confluência Rio Pardo-Paraná, ao sul, e, de leste para oeste, se estendia da Serra Geral de Goiás às cabeceiras do Rio das Mortes e por este rio abaixo até sua confluência no Araguaia. Se ainda mantivesse essa forma e essas dimensões originais, Goiás teria hoje cerca de 450 Municípios, pois, cidades como, entre outras, Barra do Garças, General Carneiro, Primavera do Leste, Rondonópolis, no Mato Grosso, Cassilândia, Três Lagoas, Paranaíba, Taquari, Coxim, no Mato Grosso do Sul, Uberlândia,

⁷ TEIXEIRA NETO (1975), p. 81 a 87

⁸ ADONIAS (1963), p. 298

Uberaba, Araguari, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patrocínio, a charmosa Araxá⁹, em Minas Gerais – e todas as cidades tocantinenses – seriam goianas. Mas esta é outra história, à qual dediquei diversas pesquisas e estudos. Este fato é aqui lembrado para mostrar que entidades políticas, como os Estados, se modificam não apenas juridicamente ao longo do tempo, mas também territorialmente, principalmente quando lhes falta o que elas mais necessitam: indivíduos humanos para ocupá-las, povoá-las e urbanizá-las. Muito estendido de norte a sul e povoado por uma população mal distribuída em seu território, Goiás não teve como impedir que vizinhos poderosos no plano político e geopolítico nacional lhes tomassem territórios que outrora lhe pertenceram.

Na verdade, com relação à Nação, os esforços concentravam-se – e ainda se concentram – para garantir a integridade do território ocupado e povoado ao longo do tempo¹⁰, mas com relação à Capitania, e depois Província e Estado de Goiás, o que se verificou foi sua fragmentação geográfica e espacial, porque o seu território se redividiu toda vez que interesses políticos alheios aos seus habitantes se interpuseram aos dos goianos. De Goiás, Mato Grosso tomou toda a faixa de terras situada entre os rios Araguaia e das Mortes; Minas Gerais, como se viu, arrancou-lhe todo o Triângulo Mineiro, território que constituía os antigos julgados goianos de Araxá e Desemboque; para criar e instalar o novo Distrito Federal no Planalto Central, foi cedida uma área de pouco mais de cinco mil quilômetros quadrados; com o Mato Grosso do Sul

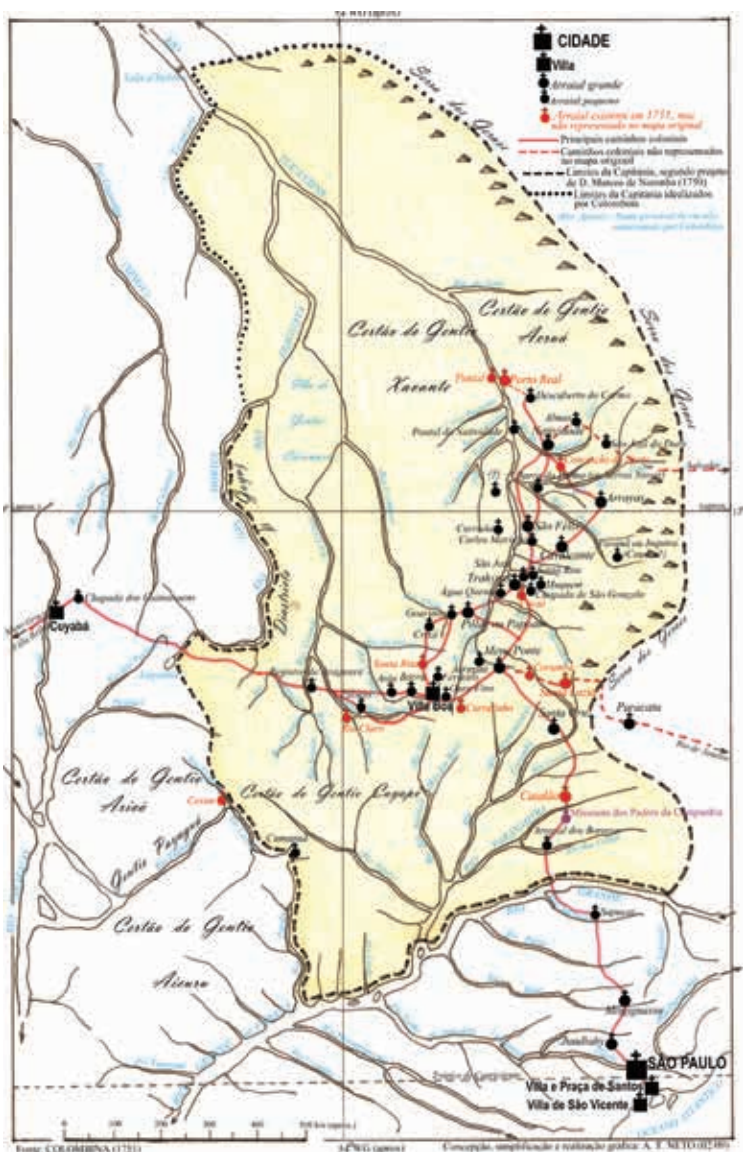
⁹ Segundo a tradição oral, no limiar do Império, da cidade de Araxá Dona Beja comandava a vida política, social e econômica do então “Sertão da Farinha Podre”, atual Triângulo Mineiro. Cf. recantodasletras.uol.com.br/resenhas, Beja era o apelido de Anna Jacintha de São José, cuja vida se tornou conhecida em todo o Brasil e por isso mesmo acabou se transformando em lenda contada de muitas formas.

¹⁰ A esse respeito, vários tratados foram assinados nos períodos colonial (Tratado de Madrid, em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777, assinados entre Portugal e Espanha), imperial (tratados com a Bolívia, em 1867, com o Peru, em 1851, com a Venezuela, em 1859, com o Uruguai, em 1851) e republicano (tratado com a Argentina, em 1898, Laudo Arbitral a favor do Brasil contra a Guiana Francesa, em 1900, tratados com a Bolívia, em 1903, com a Guiana, em 1904, com o Peru, em 1909, com o Uruguai envolvendo a Lagoa Mirim, em 1909, com a Colômbia, em 1907, com a Venezuela, em 1928, e com o Suriname, em 1938).

ainda disputa áreas litigiosas em volta das cabeceiras do Araguaia; o estado do Tocantins ficou com a metade norte do antigo Goiás. Como se isto não bastasse, houve ainda quem, na atualidade, quis extirpar-lhe parte de seu território atual para se criar um novo estado – o Estado do Planalto Central, contra o qual me posicionei em um artigo publicado em 2003¹¹ – ou então para “deslocar” para o Mato Grosso do Sul, como se isto fosse tão simples e natural, um município inteiro – o de Chapadão do Céu. Creio que não há em todo o território nacional um estado, como o de Goiás, do qual se amputaram territórios enormes para criar ou ampliar novas unidades político-administrativas.

Finalmente, pelo seu conteúdo histórico e geográfico acima sublinhado, pelo fato de, pela primeira vez, se verem traçados em um mapa os limites históricos da ex-Capitania imaginados por D. Marcos de Noronha, sem nenhum constrangimento que isto possa causar, é com toda justiça que atribuo ao mapa de Colombina o epíteto de “certidão de nascimento de Goiás”. Depois dele, outros mapas em que Goiás era objeto único de representação gráfica foram realizados – principalmente o de Thomaz de Souza (1778), objeto de estudo e de análise ao longo deste artigo, o de Joaquim Cardoso Xavier (1803), encomendado pelo governador D. João Manoel de Menezes, o de Cunha Mattos (1836), construído a partir de seu *Itinerários pelas províncias de Minas Geraes e Goyaz*, o do conde Francis de Castelneau (1844), que nada mais é que uma cópia litogravada em cores do mapa de Cunha Mattos, e o de Joaquim Rodrigues Moraes Jardim (1874), que já se serviu dos dados e informações do primeiro recenseamento geral do Brasil realizado em 1872 –, mas, pelo fato de ter sido o primeiro, mesmo sabendo que sua abrangência territorial extrapolava o que seria na época o território primitivo de Goiás, nenhum outro mapa o supera como fonte pioneira da cartografia goiana.

¹¹ Cf. artigo Estado do Planalto Central. Para quê? In: O POPULAR de 23/11/2003, p. 10.



MAPA DE FRANCISCO TOSI COLOMBINA DE 1751
(que mostra a Capitania de Goyaz e regiões circunvizinhas)

(1)

MAPA DO PRIMEIRO GRANDE CAMINHO QUE NO SÉCULO XVIII ATRAVESSOU GOIÁS DE LESTE A OESTE

Originalmente, este mapa – que retrata a viagem do governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso, Pereira e Cáceres, em 1772 – se estende do Rio de Janeiro, no litoral, a Villa Bella da Santíssima Trindade, capital da Capitania, erguida próxima à fronteira atual de Brasil-Bolívia. Nesta reprodução parcial (2) deu-se ênfase ao território da Capitania de Goyaz atravessado pelo governador em sua viagem ao extremo oeste do Brasil. Seu título, como se lê abaixo¹², é longo. Em sua realização, em 1772, o cartógrafo (Thomaz de Souza Villa Real) provavelmente não se serviu das informações e roteiros utilizados por Colombina na realização do mapa anterior, porque algumas incorreções – grosseiras, aliás – aqui aparecem, como, por exemplo, a confusão que se faz com relação ao Rio Piracanjuba: no mapa de Colombina ele é mostrado corretamente como afluente do Rio Corumbá, neste ele é afluente do Rio Meia Ponte. Outras incorreções podem ser notadas, como nomear o Rio dos Bois – corretamente mostrado no mapa de Colombina com o nome de Rio dos Animaes – como sendo o Rio Turvo.

Se por este lado o mapa de Pereira e Cáceres é, por assim dizer, falho, por outro ele é bem mais rico que o de Colombina no que concerne aos lugares habitados, principalmente os arraiais de garimpeiros que hoje não mais existem. Sua riqueza informacional reside, sobretudo, na localização e representação desses topônimos, além dos pontos de passagem de rios e de sítios – certamente locais de pouso – existentes ao longo das 569 léguas do caminho percorrido pelo então Governador da Capitania do Matto Grosso. No que concerne à representação dos lugares, nesta simplificação foi utilizada outra simbologia para dar maior legibilidade ao mapa. Do mesmo modo que no mapa de Colombina, procurou-se aqui também combinar desenho manual com

12 Carta de toda a porção da América Meridional que pareceo necessaria a manifestar a viagem de 569 legoas comuns, que da escala e cidade do Rio de Janeiro, executou por terra, em 17 do mez de maio de 1772, a Villa Bella da Santissima Trindade, o governador e Capitão-General do Matto Grosso e Cuyabá, Luis D'albuquerque de Mello Pereira e Cáceres do Conselho de sua Megestade Fidelissima que Deus o guarde

A PRIMEIRA ORGANIZAÇÃO FORMAL DO TERRITÓRIO: A CARTA DA CAPITANIA DE GOYAZ LEVANTADA PELO SARGENTO-MOR THOMAZ DE SOUZA VILLA REAL¹³

Esta carta (3) – de cujo original não se tem notícia¹⁴ –, foi redesenhada por Franklin Antônio Costa Ferreira, Tenente do Estado Maior de 1ª classe do Exército. Do ponto de vista estritamente gráfico, ela tem a cara dos mapas luso-brasileiros da época, ou seja, é um documento simples, condensando, como fora o caso do mapa de Colombina, os conhecimentos geográficos até então acumulados. Embora na época daquele Brasil setecentista muitas missões científicas tivessem se embrenhado nos sertões do Centro-Oeste e da Amazônia levantado mapas e ocupando territórios com vistas à assinatura do futuro Tratado de Madrid – tratado este, como há pouco sublinhado, que deu forma e profundidade ao que é hoje o nosso país –, naquele Goiás de então nenhuma missão científica percorrera o seu território e elaborara mapas com a precisão que os recursos tecnológicos já permitiam. Na verdade, a cartografia que se praticava nos domínios da Capitania e, mais tarde, da Província de Goiás, era uma cartografia prática, empírica, porque baseada quase que exclusivamente em informações e em dados colhidos de maneira expedita no terreno. Avaliavam-se as distâncias, estimavam-se as localizações, assinalavam-se as passagens de rios importantes e as travessias de relevos que chamavam a atenção, como as grandes serras – Dourada, Caiapó, Paranã, Estrondo, Geral, etc – e os grandes ermos e gerais – as grandes chapadas a perder de vista. Ao fio dos anos, à medida que os recursos tecnológicos iam sendo utilizados – como os precursores das lunetas astronômicas que

¹³ Este texto foi tirado de *Genealogia dos Municípios Goiano-Tocantinenses*, trabalho de minha autoria, ainda inédito, do qual um resumo foi publicado recentemente em uma obra organizada por Aidenor Aires Pereira, Elizabeth Abreu Caldeira Brito e Heloisa Helena Selma Fernandes Capel (p. 15 a 136), tendo por título *Goiás e a vinda família real para o Brasil*.

¹⁴ A cópia de que me servi para realizar o desenho acima é conservada no Departamento de Iconografia (mapas antigos) da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

permitiram a determinação das primeiras latitudes, por exemplo – e que as longitudes iam sendo estimadas com mais precisão, os dados iam sendo também corrigidos e, do mesmo modo, os mapas iam também sendo aperfeiçoados.

O valor documental da carta de Thomaz de Souza – desenhada originalmente na escala aproximada de 1:2.000.000, em que cada centímetro no mapa equivale a cerca de 20 quilômetros no terreno – reside, sobretudo, na riqueza da hidrografia, à qual o autor – ou o copista que o redesenhou – acrescentou pinceladas de aquarela e um forte sombreado ao longo dos rios para destacar os vales de cada curso d'água representado. Porém, apesar destes recursos visuais, é evidente a desinformação geográfica acerca dos sertões goiano-tocantinenses fora do eixo Araguaia-Tocantins, pois percebe-se claramente que rios como o Paranaíba e o São Marcos, que já eram percorridos e atravessados desde o descobrimento por bandeirantes e viajantes de toda espécie, são mal representados e que localizações de arraiais, como o de Meia Ponte (Pirenópolis), cortado ao meio pelo rio das Almas, encontram-se, para citar apenas um exemplo, fora dos seus verdadeiros lugares. Equívocos desta ordem não são, por exemplo, vistos em mapas mais antigos, como os de Colombina, de 1751, e o de Pereira e Cáceres, executado pelo próprio Thomaz de Souza em 1772.

Apesar desses senões, ela retrata o esforço quase hercúleo de nossos primeiros cartógrafos que, a pé, em canoas ou em lombo de mulas, percorreram centenas de léguas observando, arguindo e anotando as informações que, acumuladas e aperfeiçoadas ao longo do tempo, permitiram que se chegasse à precisão matemática, astronômica e cartográfica dos documentos contemporâneos. Em suma, ela retrata o desejo do então governador Dom José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho¹⁵ em organizar, pelo menos no que concerne ao funcionamento do judiciário, a vida política dos cidadãos. No conjunto, ela fornece essencialmente as seguintes informações abaixo enumeradas.

¹⁵ Segundo SOUZA E SILVA (1967), p. 30, governou por quase seis anos, entre 1772 e 1778.

LIMITES DA CAPITANIA

Com ligeiras modificações – exclui o rio das Mortes como limite oeste da Capitania –, são praticamente os mesmos estabelecidos pelo Projeto de Limites de Dom Marcos de Noronha em 1750:

- **Norte** – Cordilheira (na realidade trata-se do divisor de águas entre o rio Tocantins e os rios Gurupi, Pindaré, Grajaú, Mearim e Balsas) que divide a Capitania de Goyaz com parte da Capitania do Maranhão (no mapa tido como sendo parte da Capitania do Pará), contornando as atuais cidades de Imperatriz e Carolina em direção ao rio Tocantins, onde termina à altura da Cachoeira do Itabóca, próximo à confluência do rio Tacaiúnas (Itacaiuna).

- **Leste** – Após contornar provavelmente as cabeceiras do rio Manoel Alves Grande (substituído no mapa por um tracejado, como se fosse linha seca) e do rio Parnaíba através da Chapada das Mangabeiras, os limites seguem, grosso modo, a Serra Geral de Goiás, em terras do gentio Acoroá (Akroá), “reduzido (*sic*) à civilização em 1774”. Depois continua em direção ao sul pela Serra Geral até as cabeceiras do rio São Marcos. A partir daí, segue em direção à barra do rio Sapucaí, no rio Grande, passando por serras como Marcela e Lourenço Castanho, deixando para a Capitania de Minas Gerais o arraial do Paracatu e para Goiás todo o Triângulo Mineiro atual. Antes de ser anexado à Capitania de Minas Gerais em 1816, este território – que na época pertencia aos Julgados de Santa Cruz e Villa Boa – constituiu, no início do século XIX, os antigos Julgados de Araxá e Desemboque.

- **Sul** – O rio Grande, a partir da barra do Rio Sapucaí, até a barra do rio Pardo (atualmente, o trecho compreendido entre o Rio Grande e a confluência do Rio Pardo é denominado de Rio Paraná); deste ponto, segue pelo rio Pardo acima, até suas cabeceiras próximas ao Varadouro de Camapuã.

- **Oeste** – Varadouro de Camapuã (ligação por terra entre os rios Pardo, Coxim e Taquari), até à confluência Taquari-Coxim; daí, buscando-se as nascentes do rio Araguaia, segue por este rio abaixo até sua confluência no rio Tocantins. Por este abaixo, segue até à Cachoeira do Itabóca, fechando o perímetro da Capitania.

Nota-se que neste mapa, o rio das Mortes, limite oeste da capitania reivindicado por D. Marcos de Noronha e por todos os governadores que o sucederam, é substituído pelo rio Araguaia. Teria sido um equívoco do autor ou um “erro” proposital do copista, Tenente Franklin Antônio Costa Ferreira, que o redesenhou na mesma época em que Goiás e Mato Grosso se debatiam em uma conferência de limites para resolver essa eterna questão entre os dois estados? Fica a interrogação, mas, também, não resta dúvida de que o Mato Grosso, estado fronteiriço com terras antes espanholas, sempre contou com mais simpatia por parte dos militares de alta patente do que Goiás. Na Conferência de Limites de 1919, por exemplo, o Marechal Rondon era o mais influente e conhecido delegado da comissão que representava Mato Grosso. Não foi a toa que os limites entre os dois estados aprovados na época se basearam em um mapa do estado vizinho por ele realizado.

“REGISTROS”¹⁶ (POSTOS FISCAIS) REPRESENTADOS

1) **Santa Maria** – Próximo à Serra Geral de Goiás, presumivelmente à margem direita do rio Santa Maria, num dos pontos de passagem de rios do caminho que, atravessando a grande serra, levava à Bahia. Pelo que tudo indica, este “Registro” tinha a mesma localização do lugarejo atual de Santa Maria, na passagem do rio de mesmo nome, à margem da BR-020, entre as cidades de Formosa e Alvorada do Norte. No mapa de Thomaz de Souza, em que a hidrografia troca nomes de rios e confunde o pesquisador – o Paranaíba, por exemplo, é confundido com o Corumbá, “caindo” este no Rio Grande – é difícil afirmar que ele localizava-se à margem do rio de mesmo nome. Aqui, o rio Parana é chamado de Paranatinga.

2) **Duro** – Este “Registro” situava-se próximo ao arraial de São José do Duro (Dianópolis), local do aldeamento indígena que deu origem à cidade. A carta também faz menção ao topônimo “Formiga”,

¹⁶ Antigos postos de fiscalização localizados em pontos de passagem nas fronteiras das antigas capitanias e províncias do Brasil. Correspondem aos Postos Fiscais de hoje. Enquanto tais, deram origem a cidades importantes, como Itumbiara, por exemplo. Na Colônia e no Império eram chamados de “Registos”.

local de um aldeamento criado por volta de 1755, várias vezes destruído pelos índios revoltados com a administração rigorosa e corrupta que lhes era imposta pelas autoridades coloniais.

3) **Arrependidos** – Situado no Julgado de Santa Luzia, no caminho que ligava este arraial ao de Paracatu através do que, presumivelmente, é a rodovia BR-251, que leva a Unaí. O “Registro” ficava próximo ao ribeirão Arrependidos, na passagem do Rio Preto.

4) **São Marcos** – Como o próprio nome indica, situava-se na passagem do rio São Marcos (aliás, muito mal representado no mapa de Thomaz de Souza) em local atravessado pelo caminho principal que levava ao Rio de Janeiro. No mapa ele está bem próximo das cabeceiras do rio São Marcos e o rio Paranaíba é denominado pelo autor de Parnaíba. Se a localização do “Registro” de São Marcos estiver mais ou menos correta, ele nada mais é que o ponto de passagem do atual Posto Fiscal de Goiás na BR-040. Na verdade, como enfatizado muitas vezes ao longo de meus trabalhos, esta rodovia, em sua quase totalidade, superpõe-se ao antigo caminho real que, do Rio de Janeiro, se chegava à Capitania de Goiás. Porém, depois de Paracatu, em direção a Santa Luzia, aquele antigo caminho sofria uma ligeira inflexão para o norte, como se pode ver no mapa (2) acima.

5) **Rio Grande** – Localiza-se ao lado de um dos caminhos de São Paulo, entre um rio denominado Posé (?) e o Grande. O autor não faz menção ao “Registro” do Rio das Velhas, que, desde a abertura do caminho por terra entre São Paulo e Goiás (boa parte da atual Via Anhanguera e da BR-050) – tendo Catalão como porta de entrada – já era conhecido e citado nos primeiros mapas, como o de Colombina de 1751.

6) **Ínsua** – No rio Araguaia, acima da barra do rio Guarda-Mor (ao que tudo indica, é o Rio Claro). Com toda evidência, ele corresponde ao sítio atual do distrito de Registro do Araguaia (município de Montes Claros de Goiás), ponto de passagem do antigo caminho que ligava Villa Boa a Cuyabá, hoje ligeiramente corrigido em seu traçado para formar a atual BR-070.

OS JULGADOS E SEUS ARRAIAIS

Ao lado da hidrografia, a representação dos julgados constitui a mais importante informação deste mapa. No período colonial, a realização do primeiro recorte territorial não foi de natureza administrativa, mas sim para introduzir mais ordem na ação dos juízes, daí o nome dado a esses recortes: Julgado, ou seja, território afetado àquele que julga – os juízes. Mais tarde, quando da criação dos primeiros municípios após a Independência, as cabeças de julgado – os arraiais mais importantes – se tornaram sedes de municípios. Vale lembrar que até 1814 a Capitania se constituía monoliticamente de um único município: o de Villa Boa, criado em 1736 e instalado em 1739. Naquele ano foi então criado por D. João VI o segundo município goiano, com sede na também recém-criada Vila de São João da Palma – mais conhecida por Barra da Palma¹⁷. Como se verá logo a seguir, o surgimento de outros municípios só vai realmente ocorrer entre 1831 e 1833, com a consolidação da Independência e com a nomeação dos primeiros presidentes providenciais.

NATIVIDADE – Natividade, Chapada, Carmo, Pontal (à margem esquerda do rio Tocantins, entre o rio Matansa e o ribeirão do Carmo, um pouco ao norte da cidade atual de Porto Nacional) e Matansa (Matança), certamente o primeiro local em que um pequeno arraial foi erguido próximo ao garimpo de ouro. Tanto Pontal quanto Matansa foram destruídos pelos índios (é bem provável que o topônimo Matansa tenha relação com algum tipo de matança sistemática de brancos perpetrada pelos índios Xerente, ou vice-versa). Novo arraial foi erguido à margem direita do Tocantins no local de passagem do caminho em direção às minas de Nossa Senhora do Carmo (Monte do Carmo atual) – ao qual se deu o nome de Porto Real, que provavelmente já existia em 1778, quando da realização do mapa.

¹⁷ Na verdade, a Vila foi instalada, por razões geográficas e, sobretudo, por influência do mais ilustre e poderoso morador do Norte Goiano, o então ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, no insalubre e quase despovoado arraial da Palma – atual cidade de Paranã.

Aliás, são muitas as controvérsias sobre o surgimento da cidade de Porto Nacional: uns (www.ibge.gov.br/cidades-historico de Porto Nacional) atribuem o ano de 1810 como sendo o do nascimento da cidade; outros (IBGE, 1958. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, obra muitas vezes citada em trabalhos como este) dizem que a cidade surgiu no início do século XVIII, pois, quando da destruição do arraial do Pontal em 1738, construiu-se outro à margem direita do Tocantins para dar proteção às minas de Nossa Senhora do Carmo e combater o contrabando. Porto Real nasceu, então, com a função de “Presídio”, na época, nome que se dava aos lugares que abrigavam forças policiais destinadas, sobretudo, a controlar as passagens estratégicas do território e a navegação de rios como o Araguaia e o Tocantins.

CONCEIÇÃO – Conceição (denominada antigamente de Conceição do Norte, hoje Conceição do Tocantins), Duro (que, além da função de “Registro”, foi também sítio de um aldeamento criado em 1755, origem da atual cidade de Dianópolis), Taipas e Almas.

CRIXÁ – Este era um dos julgados mais desabitados de toda a Capitania. Em sua circunscrição, excluindo-se o arraial de Crixá (atual cidade de Crixás) – erroneamente localizado fora dos limites do julgado, como se pertencesse a Pilar –, apenas o minúsculo arraial das Tesoiras, hoje desaparecido, aí desponta como lugar habitado.

SÃO FELIS (SÃO FÉLIX) – São Felis (Félix), Chapada de São Felis (Félix), próximo ao rio São Félix, Trayras, São Jozé, Cocal, Pouso Alegre, entre o rio Verde e outro afluente menor do rio Maranhão (bem próximo à cidade atual de Padre Bernardo).

Uma ressalva deve ser feita aqui, pelo menos do ponto de vista cartográfico: apesar de, na época, Traíras ainda ser um dos arraiais mais importantes e mais ricos da Capitania, neste mapa de Thomaz de Souza ele é representado em dois lugares diferentes: à margem direita do rio Maranhão (onde realmente surgiu) e à margem esquerda (o que, erroneamente, dá a entender que existiam dois arraiais com o mesmo nome e como que fazendo parte do julgado de São Félix). Na verdade, por confusão do autor – ou do copista –, ou por falta de informação, os limites

do julgado de Traíras foram “engolidos” pelo julgado de São Félix, que, na época ainda abrigava a Casa de Fundação das Minas do Tocantins, fato que lhe dava muito prestígio. Mas, no mapa original lê-se a inscrição “*Julgado de Traíras*” logo acima do topônimo *Traíras* localizado ligeiramente ao norte do arraial de Pilar, como que reconhecendo que aquela região pertencia realmente ao julgado de Traíras e não, supostamente, ao de São Félix. Ora, quanto à produção aurífera e ao número de arraiais que surgiram à sua volta, mesmo com a mineração já em franca decadência, Traíras era muito mais importante que São Félix, embora, na atualidade, nenhum dos dois importantes arraiais sobrevivera ao tempo e ao abandono a que foram relegados.

PILAR – Pilar, Estrema (Extrema), próximo às cabeceiras do rio Tesouras à margem esquerda do caminho Villa Boa-Pillar (certamente entre a cidade atual de Morro Agudo de Goiás e a vila de Valdelândia, município de Rubiataba). Embora não representado no mapa original, Goarinos, arraial do ouro surgido antes de Pilar, a duas léguas a oeste deste último, já existia.

ARRAIAS – Além de Arraias, não representado nesta cópia, são mencionados os lugares denominados São Lourenço (Morro do Chapéu, atual Monte Alegre de Goiás?), São Domingos e Barra da Palma (Paranã). Embora não explicitado claramente no mapa, mas apenas sugerido, parte do território sul do julgado de Arraias deveria corresponder ao que Alencastre¹⁸ descreve como os limites do julgado de Cavalcante. Neste espaço – conforme mostrado no mapa (3) simplificado abaixo –, arraiais como Flores, Cavalcante, Corvos (e outro arraial não identificado, que, juntamente com Corvos, fica próximo ao rio Água Fria) e o “Registro” de Sta. Maria, pertenceriam ao julgado de Arraias. Também aqui, dois topônimos idênticos mostram que existiriam dois arraiais chamados Cavalcante: um próximo às cabeceiras do que seria o rio das Almas, afluente do Paranã, local do sítio da atual cidade de Cavalcante, e outro próximo às nascentes do rio Água Fria, local provável do que seria um antigo arraial do ouro denominado Mato Groço, hoje desaparecido.

¹⁸ ALECASTRE (1979), p. 218

SANTA LUZIA – Além do Registro de Arrependidos e da Contagem de São Bartolomeu, apenas os arraiais de Santa Luzia (Luziânia) e de Couros, atual cidade de Formosa, no mapa original grafado “Corvos” – um erro evidente da grafia “Couros” – despontavam no julgado.

MEIA PONTE – Meia Ponte (Pirenópolis), Corumbá e Corgos (corruptela de “Córregos”). Na carta, Meia Ponte e Corgos estão representados fora dos seus respectivos sítios geográficos: Corgos aparece no sítio de Meia Ponte enquanto este é representado ao norte do rio das Almas. Sabe-se, entretanto, que o antigo arraial de Meia Ponte foi levantado sobre as duas margens daquele rio e que a cidade de Jaraguá chamava-se inicialmente Córrego do Jaraguá.

SANTA CRUZ – Depois dos Julgados de Natividade e Villa Boa, o de Santa Cruz era uma das grandes divisões do judiciário da Capitania de Goiás no século XVIII. Limitando-se com Meia Ponte, Santa Luzia e Villa Boa, ia desde o rio dos Bois até o rio Grande, incluindo boa parte do atual Triângulo Mineiro – este, conforme Silva e Souza (*op. cit.*), mais tarde, denominado julgados de Araxá e Desemboque, foi, por força de um Alvará Real de 1816, definitivamente incorporado ao território de Minas Gerais. Nele despontavam os seguintes lugares habitados: Santa Cruz, Bomfim (Silvânia), Araxá, Desemboque (próximo ao Rio Grande, quase em frente à cidade atual de Franca, São Paulo). Vê-se na cópia do documento original que parte deste imenso território formaria o quase despovoado julgado de Rio das Velhas, criado “por necessidade da administração da justiça em um arraial composto de foragidos”, como assim a ele se refere Alencastre¹⁹. Aliás, logo abaixo do rio dos Doirados, lê-se a inscrição “*Julgado do Rio das Velhas*”.

VILLA BOA – Todo o resto do território da Capitania, incluindo a região situada entre os rios Grande-Paraná, Pardo e Coxim, ou seja, todo o NE do Mato Grosso do Sul atual, que tem como referência as atuais cidades de Três Lagoas, Paranaíba, Baús, Cassilândia, etc. Em volta da capital Villa Boa gravitavam os arraiais de Ouro Fino, Anta, Santa Rita, São Jozé de Mossamedes, Pouso Alto (certamente o primeiro

¹⁹ *Op. cit.*, p. 219

nome de Curralinho, atual Itaberaí) e Ferreiro (não representado na carta original). Fora desta “constelação”, os arraiais de Camapuã e Coxim (este último não representado no mapa original) constituíam as sentinelas do extremo oeste do julgado e da capitania. Além destes, contavam-se ainda os arraiais diamantíferos de Rio Claro e Piloens, no mapa assinalados como “Guarda Diamantina”, e outro denominado “Mutrixã”, que nada tem a ver com a cidade atual de Matrinchã. Convém sublinhar que a proibição real de se habitar os arraiais diamantíferos retardou o povoamento e a urbanização daquela banda do território por mais de meio século.

OUTRAS OBSERVAÇÕES

Excetuando-se as observações concernentes aos julgados de Traíras, Cavalcante e Rio das Velhas, não representados explicitamente no mapa original, o autor fornece as coordenadas geográficas de Villa Boa:

- a) longitude: 329°50’ da Ilha de Ferro (aproximadamente 49°50’ WG);
- b) latitude: 16°20’sul.

A localização dos rios e arraiais é ainda muito imprecisa. Do mesmo modo, são também imprecisos e confusos os topônimos atribuídos à hidrografia. Aqui, como se disse, o rio Corumbá é confundido com o Paranaíba, sendo este mostrado como afluente daquele. Isto seria normal se esta carta (de 1778) tivesse sido construído antes do mapa de Colombia (de 1751), mesmo se tratando de uma região em que praticamente nenhuma missão científica de cartografia e geografia percorreria antes dos trabalhos da Comissão Cruls, já no limiar do século XX. Naquela época – como ainda é hoje – era muito comum um mapa mais antigo servir de base para a realização de outro mais atualizado. Ao que parece, Thomaz de Souza desconhecia as fontes sobre as quais se baseou Colombina para realizar seu mapa: os roteiros de viagens, também chamados de “derrotas” em Portugal, dos sertanistas e bandeirantes da época.

Finalmente, a reprodução simplificada (4), realizada a cores, fornece ao leitor uma melhor visualização do conteúdo informacional do documento original e do que nele poderia ter sido representado pelo autor, mas não foi.



(3) Cópia de exemplar conservado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADONIAS, Isa (1963). *A cartografia da região amazônica*. Rio de Janeiro: CNPq-INPA. Serviço Gráfico do IBGE
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de (1979). *Anais da Província de Goiás. 1863*. Brasília: Ed. Gráfica Ipiranga. Convênio Sudeco-Gov. de Goiás
- COLOMBINA, Francisco Tosi (1751) *Mapa da Capitania de Goiás...* Villa Boa de Goyaz: cópia fotostática de original conservado na Diretoria do Serviço Geográfico
- GOMES, Horieste, TEIXEIRA NETO, Antônio & BARBOSA, Altair Sales (2004). *Geografia: Goiás-Tocantins*. Goiânia: Ed. da UFG.
- IBGE (1966). *Atlas Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE
- PALACIN, Luis (1972). *Goiás 1722-1822. Estrutura e Conjuntura numa Capitania de minas*. Goiânia: Oriente.
- PEREIRA, Aidenor A., BRITO, Elizabeth A. C. & CAPEL, Selma F. (2009). *Goiás e a vinda da família real para o Brasil – 200 anos*. Goiânia: Ed. Kelps
- SILVA E SOUZA, Pe. Luiz Antônio da (1967). *O descobrimento da capitania de Goyaz (governo, população e coisas mais notáveis – 30 de setembro de 1812)*. Goiânia: Ed. Da UFG
- SILVA BRAGA, José Peixoto da (1734). *Noticias praticas dadas ao Pe. M. Diogo Soares*. Lisboa: Arquivo Histórico Ultramarino, cx. 343-3, pacote 9 (116 fls. Manuscritas)
- TEIXEIRA NETO, Antônio (1975). *L'État de Goiás dans la cartographie luso-brésilienne et XVIIIe. et XIXe. siècles (O Estado de Goiás na cartografia luso-brasileira dos séculos XVIII e XIX)*. Tese de doutorado. Paris: Université Paris VII (mimeografado)

TEIXEIRA NETO, Antônio (2002-a). *O território goiano: formação e processo de povoamento e urbanização*. In: ALMEIDA, Maria Geralda de (org.). *Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade*. P. 11 a 45. Goiânia: Ed. da UFG

TEIXEIRA NETO, Antônio (2002-b). *Evolução histórica e geográfica das fronteiras do Estado de Goiás*. In: GOMES, Horieste (org). *O espaço goiano. Abordagens geográficas*. Goiânia: AGB-Seção-Goiânia – Gráfica UFG

VILLA REAL, Thomaz de Souza (1778). *Carta da Capitania de Goyaz levantada pelo Sargento-Mor Thomaz de Souza*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional – Departamento de Iconografia. (Exemplar redesenhado por Franklin Antônio Costa Ferreira, Tenente do Estado Maior de 1ª. classe do Exército)

MULHERES NO IHGG

Nancy Helena Ribeiro¹

A Guisa de Introdução

A presente memória visa a resenhar as circunstâncias que propiciaram a admissão do elemento feminino no quadro de Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Como, quando e quais as mãos que abriram a porta de entrada para as sete pioneiras são os alvos da narração.

O texto está embasado em documentação do arquivo do IHGG, na história oral, em fatos tirados da memória, e no acervo da Biblioteca L.A.R. Muito fica-se a dever à confreira Elizabeth Abreu Caldeira Brito pelo empenho despendido na busca de fontes primárias fidedignas. Aliás, diga-se que são inúmeros os préstimos que ela dedica a essa tradicional instituição de cultivo e promoção da cultura em Goiás.

Neste sucinto trabalho, procura-se oferecer uma colaboração para a História do IHGG que, em 2012, comemora seu aniversário de 80 ANOS.

¹ A autora, Sócia Emérita do IHGG, enquanto Sócia Titular ocupou a cadeira 21, patronada pelo historiador José Lobo. É historiadora e professora titular aposentada da UFG. Nancy Helena Ribeiro é o nome literário de Nancy Ribeiro de Araújo e Silva.

No tempo de Colemar Natal e Silva

Com data de 17 de junho de 1974, o Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Professor Colemar Natal e Silva, com a fidalguia que lhe era peculiar, dirigiu-me um cartão reiterando convite para que eu participasse de um curso que o Instituto iria ministrar, o “nosso Instituto”, dizia, com acentuada ênfase. Não era momentânea a predileção pela entidade que dirigia, pois, de público, admitira ser o Instituto “o maior monumento [...] levantado ao culto da história e da geografia” em Goiás (1).

Naquele expediente, adiantando-se à resposta, o ilustre signatário, de quem eu fora aluna na Faculdade de Direito de Goiás e na Faculdade de Filosofia (Católica), solicitava o envio do “curriculum vitae”, o programa das aulas, a bibliografia mínima a adotar, em duas vias, o texto escrito de cada aula-conferência para posterior publicação em série de apostilas ou nas “páginas da nossa revista”. Terminava esclarecendo: “as conferências serão remuneradas conforme a arrecadação das taxas que forem cobradas dos alunos”(2).

A matéria a ministrar seria História da Educação em Goiás, afeta à área do trabalho acadêmico da destinatária.

Assim, o distinto Presidente endossava os termos do Ofício n. 14, de igual data, assinado pelo Sócio Titular da egrégia entidade cultural, Professor Ático Vilas Boas da Mota, idealizador e diretor do **Curso de Cultura Goiana**, programado para o segundo semestre daquele ano.

Com o honroso convite em mãos, em 6 de agosto de 1974, respondi ao entusiasmado Diretor do Curso de Cultura Goiana nos seguintes termos:

De posse do ofício de V.Exa., tenho a satisfação de expressar o meu agradecimento, enquanto acolho o honroso convite para ministrar aulas nesta casa de cultura. Ao ensejo, permita-me cumprimentar o ilustre Professor pela relevância emprestada a este Instituto, colocando a seu serviço a lucidez de sua inteligência. Outrossim, por intermédio de V.Exa., levo ao Exmo. Sr. Professor Dr. Colemar Natal e Silva, a expressão de minha admiração pela realização de obras como as efetuadas neste Instituto.

Estava em andamento, então, a execução de matéria aprovada na sessão extraordinária de 15 de fevereiro do epigrafado ano. Para tanto, fora diligenciado um pedido de disposição, por tempo determinado, do Professor Ático Vilas Boas da Mota à Universidade Federal de Goiás para o IHGG. A carta de solicitação foi emitida pelo então presidente em exercício, Basileu Toledo França.

A pretensão era trazer o conhecido literato, historiador, folclorista e poliglota para implantar e dirigir o nominado Curso, “incrementar a publicação de obras de interesse para a História de Goiás” e “colaborar no levantamento de cadastramento de documentação primária dos arquivos do nosso Estado, atendendo uma das mais reiteradas recomendações do MEC” e preparar os Arquivos Folclóricos de Goiás (3). Na UFG, o Professor Ático era o titular de Língua e Literatura Espanhola no Instituto de Ciências Humanas e Letras, e no Instituto de Artes, lecionava a disciplina Folclore Ibero-Americano e Indumentária Histórica.

A solicitação foi justificada com o argumento de que a Universidade daria cumprimento a uma de suas altas finalidades, ou seja, incentivando a pesquisa científica estaria cooperando com a comunidade goiana em ideais inerentes às finalidades acadêmicas daquela instituição de ensino superior(4). Sabiamente (ou sabidamente), o Presidente em exercício tomou a liberdade e, diplomaticamente, lembrou ao Magnífico Reitor os vínculos de intercâmbio entre as duas Instituições ocorridos nos tempos pioneiros: a cessão, sem ônus, das instalações do IHGG para a UFG a fim de nelas funcionar o curso de Geografia e História e a permissão de uso de espaço para “os serviços de ‘garagem’ durante o período de 1963 a 1970” (5).

Em resposta, o Reitor Paulo de Bastos Perillo, pela Portaria n.00489, de 30/4/1974 (cf. Proc. n.001809/74 – UFG) concedeu a tão desejada disposição do Professor Ático para o IHGG.

Assim nasceu o Curso de Cultura Goiana.

Curso de Cultura Goiana

O convite, para composição do corpo docente, mereceu a acolhida das professoras que se nomina com as respectivas temáticas a lecionar:

Belkiss Spenciere Carneiro de Mendonça (*A Música em Goiás*), Dalísia Elizabeth Martins Doles (*Comunicações Fluviais em Goiás*), Lena Castello Branco Ferreira Costa (*As Comunidades Goianas*), Maria Augusta de Sant’Anna de Moraes (*Mosaico da História Goiana*), Moema de Castro e Silva Olival (*Literatura Goiana - enfoque estrutural*) e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva (*Desenvolvimento da Educação em Goiás*).

Logicamente que o corpo docente incluía membros do Instituto e “convidados especiais ligados ao magistério superior e à pesquisa”. Assim, contou-se com a colaboração de conferencistas de reconhecida bagagem cultural e entre eles estava o Professor Ático, apresentante do tema *Folclore Goiano* (6).

O professor e historiador Basileu Toledo França proferiu, em 3/10/1974, a Aula Inaugural sobre *A literatura oral em Goiás*. Outros professores foram: Padre Luiz Palacin, S.J. (*A época do ouro em Goiás*), Luiz Gonzaga de Faria (*Geografia Humana em Goiás*), Antônio Geraldo Ramos Jubé (*A poesia em Goiás*), Brás Wilson Pompeu de Pina (*Histórico da imprensa em Goiás*) e Domingos Félix de Souza (*As instituições jurídicas em Goiás*).

Em nível de extensão cultural e aberto a candidatos que portassem escolaridade de, no mínimo, 2º Grau, o I Curso de Cultura Goiana foi planejado dentro da seguinte estrutura: duração de três meses; carga horária total de 100 horas, incluindo-se palestras, seminários e pesquisas; frequência de 70% e aproveitamento aferido em prova escrita, para recebimento do certificado (cf.Of.circ. n. 2/74- IHGG). A taxa única investida pelo alunado foi de Cr\$ 300,00. Seus objetivos direcionaram-se para o desenvolvimento do espírito de pesquisa, e estímulo à análise e interpretação da realidade goiana.

Àquele seguir-se-ia o II Curso de Cultura Goiana, em 1976. No dizer do Professor Colemar, levava-se em consideração “o êxito e os bons resultados obtidos pelo 1º” curso (cf. Of. 3 nov. 1975). Agora, o corpo docente seria acrescido com a participação de outros professores, entre esses estava o escritor Aidenor Aires e a Dra. Maria da Glória Scartezini Azerêdo Coutinho, concluinte do I Curso. Aquele é atualmente o Presidente e esta última, durante anos, foi a secretária do IHGG.

Posteriormente, seria oferecido o III Curso de Cultura Goiana, em 1977. Um quarto curso foi pensado para 1979, uma evidência da acolhida advinda do alunado e de estudiosos dos fatos culturais goianos. Alguns matriculados, integrantes do corpo discente, seriam, no futuro, Sócios do IHGG, como Ney Teles de Paula, Mary José Yazigi e Marilda Godoi de Carvalho.

Eram tempos de efervescência e entusiasmo pelo exercício da construção do conhecimento via da pesquisa científica. A Universidade ingressara num programa sistemático de capacitação de pessoal docente. Abriam-se cursos de especialização, avançando além da graduação. Convênios foram firmados com instituições de nível superior de renome para capacitação *in loco*. Mestres e Doutores retornavam ao magistério superior uma vez concluída a pós-graduação *stricto sensu*. Os membros do IHGG souberam valer-se do bom momento para apropriarem-se, em proveito da comunidade estudiosa, dos recursos humanos que a Universidade dispunha. Novos horizontes foram-se abrindo com vistas ao meio, ao homem, aos costumes e aos valores e tradições goianos.

Na esteira da programação do Curso de Cultura Goiana, outras iniciativas de magna relevância foram diligenciadas. O Dr. Colemar, em 8 de outubro de 1974, expediu circular (cf.Of.circ.n.03/74-IHGG) comunicando a organização de “uma biblioteca especializada em Autores Goianos” e solicitando a doação de obras da autoria própria para tal finalidade. E justificava informando: “Nosso pedido se fundamenta na total falta de recursos para a aquisição de tais obras”.

Completava dizendo que se visava a atender a pedidos, pois o Instituto era uma entidade de utilidade pública bastante procurada para estudos e pesquisas.

Ático Vilas Boas da Mota e a Mulher no IHGG

Recuando no tempo, que se historie sobre o idealizador do Curso de Cultura Goiana, Ático Vilas Boas da Mota, relativamente à sua chegada ao IHGG.

Seu nome foi aprovado para compor o quadro da conceituada Casa de Historiadores em 3 de março de 1970 (7) e, solenemente, foi

empossado em 18 daquele mês. A posse foi prestigiada pelo amigo Embaixador Paschoal Carlos Magno (1906-1980), produtor cultural, reconhecido incentivador do desenvolvimento cultural brasileiro; foi o fundador do Teatro do Estudante do Brasil – TEB, entre tantas outras realizações no domínio das artes cênicas, incluindo-se a organização do I Festival Nacional de Teatro do Estudante realizado em Recife, Pernambuco, em 1958. Em Goiás, emprestou grande apoio à Agremiação Goiana de Teatro (AGT), organizada e dirigida por Otavinho Arantes. Os laços de amizade com Paschoal Carlos Magno provinham da época em que o Professor Ático fora professor de uma irmã do Embaixador.

Que se lembre, ainda, que, na juventude, Paschoal Carlos Magno, no Rio de Janeiro, com Colemar Natal e Silva, seu colega de turma no curso de Direito da Rua do Catete, fundara a Casa do Estudante.

Naquela solenidade de posse, com o Professor Ático, outras personalidades da sociedade cultural de Goiás ingressaram no IHGG, ou seja: Altamiro de Moura Pacheco (1896-1996), médico, memorialista e mecenas da cultura, Antônio Theodoro da Silva Neiva, antropólogo, Juiz de Direito e professor universitário, Modesto Gomes, historiador, jornalista e literato, Waldir Castro Quinta (1917-1982), beletrista, e Eli Brasiliense, escritor regionalista. Como o Instituto à época padecia a problemática de espaço adequado para os momentos de atividades solenes, os novos Sócios foram empossados no Instituto França, “gentilmente cedido” pelo seu diretor, professor e historiador Basileu Toledo França, também Sócio Titular da tradicional entidade cultural. (8).

No Instituto, o Professor Ático seria um febril motivador intelectual. Movimenta-se para que se apressasse a publicação da revista do IHGG, da qual seria redator-chefe, idealiza e executa o “curso de problemas goianos” que se concretizaria sob a denominação de Curso de Cultura Goiana.

Em 1975, ele proporia que as portas do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás se abrissem à admissão da Mulher, como Sócias. A propositura não mereceria acolhida universal. Houve voz discordante. O Professor Dr. Ático Vilas Boas da Mota manteve-se firme no seu

propósito, no que foi secundado pelo historiador e educador Basileu Toledo França, que argumentou:

- Se elas podem ministrar aulas e conferências para o Instituto por que não podem ser admitidas no seu quadro de Sócios?

A ideia foi acolhida pelo Presidente Perpétuo do Instituto, Colemar Natal e Silva que, na reunião de 9 de março de 1976, diria: “[...] o Instituto está se procurando atualizar com a inclusão, inclusive, de mulheres” (fls.33-33v). Na aprazada reunião foram lidos os *curricula vitae* e aprovados os nomes das que, convidadas, assentiram em candidatar-se.

Que se focalize aqui que o ano anterior – 1975 - fora consagrado como o *Ano Internacional da Mulher* por determinação da Organização das Nações Unidas – ONU, o que se fez com pleno apoio dos países membros. As Nações Unidas, naquele ano, estabeleceram como tema: “Igualdade, Desenvolvimento e Paz” no objetivo de ressaltar seus esforços direcionados à “promoção da condição feminina no mundo”, com vistas à igualdade entre os homens e as mulheres, princípios já consagrados na *Carta da ONU*, de 1945 e na *Declaração dos Direitos Humanos*, de 1948.

Não tenho elementos para afirmar com certeza que a coincidência com essa iniciativa da ONU tenha influenciado, de forma incisiva, para a tomada de decisão de abrir-se as portas ao ingresso do elemento feminino naquele reduto exclusivo de varões. Certo é que os ecos do *Ano Internacional da Mulher* repercutiram na mídia em Goiás. Proclamavam-se seus objetivos, ou seja, promover a igualdade entre ambos os sexos, integrar a mulher na totalidade dos esforços pro-desenvolvimentistas a fim de que ela contribuísse para o estabelecimento da amizade e cooperação entre as Nações.

Por sua vez, era conhecido que a Assembleia Geral da ONU reconhecera (1967) que a paz mundial dependia de todos os seres humanos. O *Ano Internacional da Mulher*, portanto, visava a “beneficiar a sociedade inteira”, como apregoava Helvi Simpila, a representante da Finlândia na Assembleia das Nações Unidas.

Em 22 de julho de 1976, no Instituto dos Advogados de Goiás, tomaram posse: Belkiss Spenciere Carneiro de Mendonça, Dalísia Elizabeth Martins Doles, Lena Castello Branco Ferreira Costa, Maria Augusta Sant'Anna de Moraes, Marivone Matos Chaim, Maria do Rosário (Rosarita) Fleury e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva. Na mesma data, também, foram empossados os historiadores: Humberto Crispim Borges, José Mendonça Teles, Manuel Onofre e Waldir Luiz Costa (10).

Especificamente em relação às novas Sócias, convém que se detalhe dizendo que todas eram autoras de obras publicadas, de cunho histórico, e detinham qualificação em nível de doutorado ou eram doutorandas. Exceção a Rosarita Fleury (1913-1993), fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás e celebrada escritora, autora de *Elos da mesma corrente*, cuja trama incursa em histórico da vida privada em Goiás e que lhe valeu, em 1959, o prêmio Júlia Lopes de Almeida da Academia Brasileira de Letras (ABL). Esclarece-se que, à época, era o único prêmio que a ABL outorgava a mulheres. Rosarita é, também, a autora de *Sombras em marcha*, romance iniciado em 1948 e lançado em 1985; tem por tessitura a Guerra do Paraguai.

Belkiss Spenciere Carneiro de Mendonça – professora universitária, fundadora do Conservatório de Música da UFG, pianista e concertista de renome internacional, a quem se deve a obra *História da música em Goiás* (Fundação Cultural de Goiás, 1980).

Dalísia Elizabeth Martins Doles – graduada e Doutora em História, professora e pesquisadora, autora de *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia* (Oriente, 1973).

Lena Castello Branco Ferreira Costa – egressa da segunda turma do curso de História da Faculdade de Filosofia de Goiás (atual PUC-GO), professora, pesquisadora, escritora e historiadora. É a autora da obra clássica *Arraial e coronel: dois estudos de História Social* (Cultrix, 1978).

Maria Augusta Sant'Anna de Moraes – bacharel, licenciada e Doutora em História, professora universitária e pesquisadora; autora da obra *História de uma oligarquia: os Bulhões* (Oriente, 1974).

Marivone Matos Chaim – bacharel, licenciada e Doutora em História, autora de *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás* (Oriente, 1975).

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva – pesquisadora, bacharel e licenciada em Pedagogia e Doutora em História da Educação, autora de *Tradição e renovação educacional em Goiás* (Oriente, 1975).

Das indicadas, apenas a Professora e escritora Moema de Castro e Silva Olival, graduada e doutora em Letras Vernáculas, preferiu declinar do convite por entender não ser ela historiadora, como disse-me de viva voz. Posteriormente, pela natureza de escritos de sua lavra, veio a ocupar a cadeira n. 10 tendo por Patrono o historiador e educador Gelmiros Reis.

Eram tempos de efervescência no IHGG. Além da realização dos Cursos de Cultura Goiana, da organização da biblioteca de Autores Goianos, dos trabalhos para a reativação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, ao final do primeiro curso (21/12/1976) o Professor Ático propunha a criação do “Circulo de Estudos Brasileiros” com vistas a congregar e manter em reuniões periódicas os pesquisadores da realidade cultural de Goiás. Ao mesmo tempo, o Professor Basileu sugeria a criação do símbolo e cores do Instituto, a escolha de Patronos para os Sócios e que fossem elaborados trabalhos sobre os mesmos para publicação na Revista, e que as cadeiras fossem numeradas (10). Foi nessa sessão, que o Professor Ático, oficialmente, fez a indicação, com aprovação unânime, do nome da Professora Moema de Castro e Silva Olival para Sócia do Instituto (11).

A Guisa de Fecho

A presença da Mulher no quadro de Sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás foi colaborativa para a entidade e salutar para elas próprias, em termos intelectualmente considerados. Afora a continuidade da produção científica publicada, não desmereceram a confiança dos que apostaram no trabalho que viriam a prestar à egrégia Instituição.

Aquelas pioneiras, passados vinte anos da posse, seriam guindadas à categoria de Sócias Eméritas em cumprimento a dispositivo estatutário. Daquele grupo, estão nesta categoria as historiadoras Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, Maria Augusta Sant'Ana de Moraes e Nancy Ribeiro de Araújo e Silva. E, também, ascenderam a essa categoria as saudosas Belkiss Spenciere Carneiro de Mendonça e Rosarita Fleury.

Usual se tornaria a admissão da mulher no quadro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Viriam a integrá-lo as confradeiras (12): Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles (1925-2009), Ana Braga, Augusta Faro Fleury de Melo, Elizabeth Abreu Caldeira Brito, Esther Barbosa Oriente, Goiana Vieira da Anunciação, Goiandira Ayres do Couto (1915-2011), Heloísa Selma Fernandes Capel, Irmã Áurea Cordeiro de Menezes, Ledonias Franco Garcia, Maria Abadia Silva, Maria Augusta Callado Di Saloma Rodrigues, Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires, Maria do Rosário Cassimiro, Mari de Nazaré Baiocchi, Milca Severino Pereira, Nice Monteiro Daher (1915-2011), Terezinha Vieira dos Santos, além das citadas Marilda Godoi de Carvalho (1924-2011) e Mary José Yazigi (1933-2011). Fora essas intelectuais, o quadro do IHGG é enriquecido com a participação da mulher na categoria de Sócias Correspondentes.

No Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, ao longo dos anos, à mulher tem sido franqueado o exercício de todas as funções previstas regimentalmente, com igualdade e sem deferências, seja em cargo da diretoria ou fora dela. Exemplifica-se lembrando que a direção do Conselho Editorial da *Revista* está entregue à Sócia Emérita Lena Castello Branco e a Chefia de Gabinete à Sócia Titular Elizabeth Abreu.

Notas

1- SILVA, Colemar Natal e. Saudação no lançamento da pedra fundamental do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás em Goiânia in *Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Goiânia: CEGRAF UFG, 1992, p.178). Organização de Moema de Castro e Silva Olival.

- 2 - _____. Cartão endereçado a Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, Goiânia, 17 jun. 1974.
- 3 - Cf. *Ata da implantação do Curso de Cultura Goiana sob os auspícios do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia, 15 fev. 1974. Manuscrito.
- 4 - Idem, fls. 2.
- 5 - Idem, ibidem.
- 6 - Silva, Colemar Natal e, op. cit., p. 199.
- 7 - Cf. ata de 3 mar. 1970, fls.11-11v. Manuscrita.
- 8 - As referências relativas ao Professor Ático Vilas Boas da Mota foram lavradas nas atas manuscritas cujas datas que seguem especificadas: 18 de março de 1970, fls. 13-14v; 16 de agosto de 1971, fls.17; 16 de março de 1973, fls. 23v; 9 de janeiro de 1974, fls. 25v-26v.
- 9 - IHGG. *Livro de Temo de Posse*, Goiânia, 22 jul. 1978, fls. 3-6. Manuscrito.
- 10 - Cf. Ata de 9 mar.1976, fls. 33-33v. Manuscrita.
- 11 - Cf. Ata de 21 dez. 1976, fls, 35 v.
- 12 - A relação nominal das Sócias foi retirada do n. 20, jan./jun. 2009, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás* e contempla as categorias de Sócias Titulares, Eméritas e Honorárias.

Referências

FRANÇA, Basileu Toledo. Ao Prof. Paulo de Bastos Perillo, Magnífico Reitor da UFGO, in *Ata de 15 fev. 1974*, Goiânia, 1974. Carta manuscrita.

JORDÃO, Eduardo. *O Popular*, Especial Mulher, 1975. Suplemento.

JORNAL DO BRASIL.*Hoje na história*. Rio de Janeiro, 8 mar. 1975. <[www.jblog.com.br/hoje na história.php?itemid=19797](http://www.jblog.com.br/hoje_na_historia.php?itemid=19797)>. Acesso em: 15 jul. 2012.

O POPULAR. *Instituto Histórico abriu ontem o Curso de Cultura Goiana*, Goiânia, 4 out. 1974.

_____. *Termina o I curso de cultura goiana*. Goiânia, 25 dez. 1974.

PASCHOAL CARLOS MAGNO. <pt.wikipedia.org/wiki/Paschoal_Carlos_Magno> Acesso em: 17 jul. 2012.

SILVA, Colemar Natal e. *Realizações e projetos de Colemar Natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Organizadora: Moema de Castro e Silva Olival. Goiânia: CEGRAF, 1992. 487p.

SILVA, Nancy Ribeiro de Araújo e Silva. *Carta ao Professor Ático Vilas Boas da Mota*, Goiânia, 6 ago. 1974.´

_____. Saudação proferida por ocasião da outorga do título de Professor Emérito da UFG ao Professor Colemar Natal e Silva in *Realizações e projetos de Colemar natal e Silva no campo da cultura em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992, p. 448-452. Organizadora: Moema de Castro e silva Olival.

ATLÂNTICO SUL, MARE NOSTRUM? (A Capacidade de Dizer Não)

Domingos Castello Branco¹

*Navegar é preciso,
Viver não é preciso.*

Pompeu, 67 AC

I - INTRODUÇÃO

César, com expressão de dor e surpresa, levou a mão direita ao baixo ventre, onde acabara de receber um profundo golpe de adaga, e pronunciou a frase que entrou para a História, desde os idos de março de 44 AC: “Tu quoque, Brute, fili mi!”

Nos estertores da agonia mortal, ele se apoiou na estátua de Pompeu, dominante no anfiteatro do Senado Romano, cenário do assassinato do grande homem por seus pares. Ao tombar no solo de mármore, ainda tentando cobrir o rosto com a toga, para não expor o sofrimento final, ele deixou uma extensa mancha de sangue na placa afixada no pedestal do monumento, preservado em Roma até hoje, no Senado atual.

¹ Almirante (R-1) da Marinha de Guerra do Brasil; ex-instrutor do US National War College; ex-Chefe do Departamento Militar do Interamerican Defense College (Washington, DC); sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. E-mail: domingos860@gmail.com

Essa placa enaltece os feitos de Pompeu como notável general na conquista de enormes territórios para Roma. Contudo, a ênfase maior do texto é para os feitos do grande almirante que ele se revelou. Seus sucessos navais ocorreram no período de 67 a 64 AC, quando, com menos de quarenta anos de idade, recebeu do Senado a missão de assegurar as comunicações marítimas entre Roma e o mundo conhecido. A República estava ameaçada pela pirataria intensa e disseminada por mais de um milhar de embarcações espalhadas pelo Mediterrâneo. Faltava trigo no porto de Óstia.

Pompeu recebeu total autoridade e enormes recursos, incluindo muito dinheiro, centenas de embarcações, milhares de cavalos e dezenas de milhares de homens de tropa e marinheiros. Ele agiu com grande rapidez, notável planejamento e organização, dividindo o Mediterrâneo em treze áreas, nas quais atuou, em gigantesca operação coordenada. Decorrido menos de um ano, os piratas tinham sido varridos do mapa. Eles foram aprisionados e reassentados com as famílias, como agricultores e pescadores, em áreas costeiras desapropriadas, sob constante vigilância. A fome deixou de ameaçar mais de um milhão de romanos.

A superioridade marítima de Roma transformou-se em supremacia após a batalha de Actium, em 30 AC, quando suas forças navais, sob Otávio, derrotaram as galeras egípcias, comandadas por Marco Antônio e Cleópatra. Dominado o último império significativo com acesso ao mar, Roma atingiu outro patamar de poder hegemônico na região. Essa nova situação gerou o conceito de *Mare Nostrum*, ou seja, todo o Mediterrâneo converteu-se no mar dos romanos. Esse conceito prevaleceu pelos próximos séculos de apogeu da grande civilização, com extensões para o Mar Negro e as costas atlânticas da Hispânia, Gália e Britânia.

II - COLÔNIA

A extraordinária epopéia portuguesa teve início nas primeiras décadas do século XV e se estendeu do Atlântico aos demais mares

do mundo, desbravados por seus notáveis navegadores, até meados do século XVI, atingindo os limites na China, Japão e Austrália. Em consequência, boa parcela da escassa população masculina de Portugal se espalhou pelos continentes, fixando-se em inúmeras localidades disseminadas nas costas das regiões descobertas.



Galeão português do século XVIII

Assim é que conquistaram vilas e cidades na sonhada Índia, onde logo fundaram um vice-reinado e iniciaram intenso comércio com Lisboa. Como instrumento essencial, enviaram sucessivas forças navais para neutralizar as atividades dos navios mouros na área. Elas foram até as bases maometanas ao penetrar no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, onde ocuparam pontos estratégicos, como Catar, Barein e Ormuz ! ²

O Atlântico Sul estava no meio do caminho. Por serem regiões

² *Começa o reino de Ormuz, que todo se anda / Pelas ribeiras, que inda serão Claras / Quando as galés do Turco e fera armada / Virem de Castel Branco *a nobre espada.* Os Lusíadas, Canto X, estrofe 101, referenciando Dom Pedro de Castello Branco, Capitão de Ormuz

selvagens, estabeleceram muitas feitorias nas costas da Terra de Santa Cruz e da África Subsaariana, passando a explorar suas riquezas naturais. Em pouco tempo, ergueram vilas e cidades no Brasil, como Salvador e Rio de Janeiro; Mina e Luanda foram fundadas na Guiné e em Angola. Surgia o nefando comércio negreiro, criando as bases de um cruel sistema econômico, a perdurar por mais de três séculos.

Portugal começou a enriquecer muito. Esse processo atingiu seu ápice nos anos da década de 1570. Tudo mudou a partir da trágica derrota e desaparecimento de D. Sebastião I, na batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, em 1578, com o massacre da nata da jovem nobreza de Portugal, que o acompanhara.

Sem rumo e desarvorada, a monarquia portuguesa foi absorvida pela casa reinante de Espanha. No período de 1580 a 1640, o país perdeu seu ímpeto.

O século XVII foi bem diferente. Portugal permaneceu com o controle de suas colônias, porém viu-se engolfado na política de confronto da Espanha, feroz bastião católico, com os países da agressiva nova ordem protestante.

Inglaterra e Holanda transformaram-se em potências mercantilistas, e foram aos mares, com suas Companhias das Índias. Ao ocorrer a “Restauração” portuguesa, em 1640, bretões e neerlandeses estavam no acelerado afã de ocupar inúmeras instalações portuguesas, em direção ao Oriente. Isso ocorreu nas costas d’África, da Índia, do Golfo Pérsico/Mar Vermelho(Socotra), Ceilão, Singapura, Estreito de Malaca e Índias Orientais (Indonésia).

O Atlântico Sul foi objeto de atenção especial dos holandeses, que tentaram fixar-se em Salvador (1624/1625), mas acabaram se instalando em Pernambuco e regiões adjacentes (1630). Do outro lado do Atlântico, ocuparam a fortaleza da Mina (1638), no Golfo da Guiné, e tomaram Luanda (1641), em Angola. Para conquistar e manter esses objetivos, os neerlandeses reuniram forças navais numerosas que enfrentaram forças semelhantes, espanholas e portuguesas, em ferozes combates, notadamente ao largo do Nordeste brasileiro. Assim, passaram a dominar a produção de açúcar e o comércio negreiro, com grandes prejuízos para os lusitanos.

Portugal só conseguiu retomar Pernambuco em 1654, bastante depois da “Restauração” - que se dera em 1640 - com expressiva participação dos brasileiros nativos. O mesmo ocorreu com Angola, cuja reconquista deveu-se ao extraordinário esforço de Salvador de Sá. O notável governador do Rio de Janeiro montou uma força naval, com meios locais, atravessou o oceano, retomou Luanda e reassumiu o tráfico negreiro, vital para os interesses luso/brasileiros no Atlântico Sul. Angola continuou colônia portuguesa por mais de três séculos.

O açúcar produzido no Brasil passou a sofrer a concorrência da produção nas ilhas do Caribe e alhures. Portugal, que havia perdido muitos entrepostos comerciais pelo mundo, entrou em recessão na segunda metade do século XVII. Entretanto, teve a enorme sorte de entrar nos anos setecentos com a extraordinária notícia da descoberta de ouro na região das Minas Gerais, no Brasil. O primeiro carregamento do precioso metal para Lisboa seguiu em 1699, com quatro toneladas registradas.

Iniciou-se, então, um período de plenitude. Anualmente, nos meses do outono austral, sendo melhores as condições de navegação, organizava-se um comboio, a partir da região Sul do Brasil, com destino a Lisboa. Ele subia nossa costa, incorporando navios nos diversos portos e levava de tudo que fosse de interesse da metrópole, em especial madeira de lei. Entretanto, o fato marcante era o embarque de ouro nos portos do Sudeste, procedente das Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O metal era transportado em caravanas de burros, descendo para o mar por trilhas tortuosas e íngremes, abertas na floresta dos contrafortes da serra majestosa.

O embarque do ouro ocorria mais nos portos de Santos, São Sebastião, Paraty, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Vitória e até Salvador. Por motivo de segurança, o transporte se fazia nos navios de guerra da pequena escolta do comboio. Eram poucos navios, dada a garantia negociada com a Inglaterra, o que os livrava dos ataques dos ferozes corsários ingleses. Estes preferiam, de posse de uma “carta de corso” expedida pela Coroa Inglesa, dedicar-se com afinco a assaltar navios espanhóis carregados do ouro e prata, cruzando o Mar dos Caraíbas, em direção à Península Ibérica.

Os galeões da escolta também levavam autoridades civis, eclesiásticas e familiares, além de outros portugueses dos mais diversos níveis sociais e procedências, que vieram fazer fortuna no Brasil e estavam regressando para a metrópole. O ouro “oficial” a bordo, marcado pelas autoridades por ocasião do recebimento do “quinto”, ficava sob a guarda dos militares. Entretanto, apesar de proibido, praticamente todos os embarcados levavam ouro consigo, das autoridades aos mais humildes, sem impostos e nas mais diversas formas. A expressão “santo de pau oco” vem daí. Eram imagens religiosas de madeira, com buracos na base ou nas costas, onde se escondia o ouro em pó. Todos sabiam, ninguém comentava, muito menos delatava...

O comboio anual incorporava navios em sua derrota ao longo da costa brasileira, atingindo dezenas de unidades, até chegar ao largo do Cabo de Santo Agostinho. Ali, marcava a posição geográfica precisa na carta de navegação e guinava para boreste, tomando o rumo nordeste, em demanda das Ilhas Canárias, em frente ao Saliente Africano. Um mês depois atingia Lisboa. O galeão que transportava o ouro, muitas vezes desembarcava os passageiros e, sem demora, tomava o rumo da Inglaterra, a fim de entregar sua carga mais preciosa aos credores da Coroa Portuguesa.

Esse cruel esbanjamento de riquezas mais que justificava o nome de “vaca de leite”, epíteto dado ao Brasil em Lisboa. O estrato superior da sociedade lusa viveu um período de fausto durante o século XVIII. Estima-se a transferência, nesse período, de quatro mil e quinhentas toneladas de ouro “legal” brasileiro para a metrópole, representando cerca de oitenta por cento da arrecadação total do país. Além disso, outro tanto, ou mais, era desviado para os espertos bretões iniciarem sua Revolução Industrial.

O pior foi que Portugal estava “quebrado” em meados do século XVIII. Por sorte, surgiu a extraordinária personalidade do marquês de Pombal, notável estadista, que se esforçou o sentido de modernizar o país, no período de 1750 a 1777, como poderoso ministro no governo do Rei D. José I.

A medida mais significativa, tomada pelo marquês de Pombal em relação ao Brasil, foi a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. Assim ocorreu pelo fato de o Rio ter passado a ser o centro do comércio de ouro, pela posição geográfica mais próxima de Minas Gerais. Além disso, era o porto de maior atividade negreira do país. O movimento de navios na Guanabara era intenso e justificou a criação, no mesmo ano, do Arsenal do Rio de Janeiro (atual Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro). Com o tempo, a produção de ouro tornou-se inexpressiva e a agricultura voltou a ter importância, reativando-se sua exportação.

III - IMPÉRIO



Nau portuguesa do século XVI

A chegada de D. João VI ao Rio, em 1808, causada pela invasão de Portugal pelos franceses, provocou extraordinárias alterações no Rio e no Brasil. A abertura dos portos a outros países foi a primeira decisão do

monarca, tomada ainda na escala em Salvador. Isso demonstrou, de forma cabal, a enorme importância da navegação marítima para o país que iria surgir dentro em pouco. O Atlântico Sul continuaria a ser o elo vital de sua existência e atuação continental e mundial. Dessa vez, para sempre.

A união do Brasil, sob a égide da coroa imperial, após a proclamação de 7 de setembro de 1822, somente seria possível pelo uso do mar. Sabedores disso, Pedro I e José Bonifácio providenciaram, com a maior rapidez, a formação da Esquadra brasileira. Reformaram os poucos navios antigos aproveitáveis, compraram novos, iniciaram a construção de outros. Definiram a situação dos tripulantes existentes, oficiais e praças, quanto à fidelidade ao Imperador, buscaram outros no mercado brasileiro e contrataram estrangeiros na Europa, majoritariamente ingleses, desempregados pela grande redução da Royal Navy, após o fim das Guerras Napoleônicas.

A novel Esquadra, sob comando do experiente Almirante Lord Thomas Cochrane, deixou o Rio em 1º de abril de 1823, menos de um ano depois do Grito do Ipiranga, com destino a Salvador e outras capitais de províncias do Nordeste e Norte. Sua missão seria consolidar a Independência, pela confirmação da obediência ao Imperador, mediante juramento dos brasileiros e dos portugueses nelas residentes. Assim ocorreu em Salvador, de onde foram expulsas as tropas, em navios portugueses, que lá estavam em nome da antiga metrópole. São Luiz do Maranhão e Belém do Pará foram os outros portos visitados, obtendo-se a concordância com o novo regime.

Ao longo do século XIX, a Marinha e o Exército brasileiros foram chamados várias vezes para intervir em problemas internos e externos, decorrentes da consolidação do jovem país. A chamada Guerra da Cisplatina foi o primeiro deles, na qual a Marinha atuou de forma plena e decisiva. O conflito se deu contra a Argentina, entre 1825 e 1828, e resultou na criação do Uruguai. Isso ocorreu conforme desejado e incentivado pela Inglaterra, com oficiais seus no comando de navios dos dois lados.

Foi uma guerra duríssima para a inexperiente Marinha Brasileira, sob os aspectos operativo e logístico. Ela se resumiu a um bloqueio

permanente do acesso ao porto de Buenos Aires. Para tanto, os navios brasileiros passavam longos períodos na foz do Rio da Prata, enfrentando carências de abastecimento, de toda ordem, e um mar famoso pelo mau tempo. Quando os navios argentinos tentavam romper o bloqueio, ocorriam violentos combates de curta duração, sem resultados decisivos. Outro fator relevante nessa guerra foi a atuação de navios de diversos países, com “cartas de corso” expedidas pelos argentinos. Eles atacavam o tráfego marítimo brasileiro, dificultando muito a logística de apoio às nossas unidades na foz do Prata.

Para a política mundial inglesa, não convinha que a foz de um rio importante como o Prata, com acesso a um vasto e rico território interior, ficasse na dependência de somente dois países de grande porte. O conflito terminou inconcluso, sob mediação da Inglaterra, que conseguiu - no dizer do seu diplomata que coordenou as negociações de paz - “colocar um algodão entre dois cristais”, ou seja, o Uruguai, entre o Brasil e a Argentina.

Outro conflito significativo ocorreu na mesma região, em 1850/1852. Sua origem esteve na tentativa de união do governo do Uruguai (Oribe) com o da Província de Buenos Aires (Rosas). A intenção era enfraquecer a posição do Brasil na região da foz do Rio da Prata, onde ele era apoiado por aliados dos dois países. O objetivo final de Rosas e Oribe era restabelecer o Vice-Reinado do Prata. A reação brasileira incluiu ações terrestres e navais. Uma força naval brasileira bloqueou Buenos Aires e Montevideo, no rio da Prata. Além disso, nossos navios também romperam a resistência fortificada do Paso del Tonelero, no rio Paraná, e fizeram a travessia das tropas rio acima. Isso contribuiu para a vitória dos brasileiros e aliados na batalha de Monte Caseros, em solo argentino, encerrando o conflito. Vale registrar que essas ações foram as primeiras com a Marinha empregando navios com propulsão a vapor.

A Guerra da Tríplice Aliança – mais conhecida como Guerra do Paraguai - durou de 1864 a 1870. Da mesma forma que o conflito anterior, ela ocorreu no grande teatro fluvial da bacia do Paraná, porém em escala muito mais ampla. A Marinha do Brasil, naturalmente oceânica, teve de

fazer um enorme esforço de adaptação para operar eficazmente nessas extensas águas interiores. Ainda mais, as dificuldades ampliadas pela distância de suas bases no Rio de Janeiro obrigaram à instalação de uma base de apoio às operações brasileiras , em Montevideo.

A participação das forças navais brasileiras estendeu-se por todo o conflito. Contudo, os maiores sucessos contra o inimigo ocorreram nos três primeiros anos. A batalha de Riachuelo, em 11 de junho de 1865, foi travada no rio Paraná, próximo à cidade argentina de Corrientes. A destruição de quase todos os navios paraguaios, no entrevero, resultou no domínio da bacia do grande rio pelos brasileiros. Isso possibilitou o bloqueio permanente de toda a logística paraguaia e a penetração das unidades brasileiras rios acima, apoiando as operações do Exército nacional. A ultrapassagem da grande fortaleza de Humaitá, no rio Paraguai, em fevereiro de 1868, resultou na chegada da nossa esquadra a Assunção em julho de 1868. A guerra estava decidida, seguindo-se mais dois anos de escaramuças com o restante das tropas paraguaias, até a morte de Lopez, em março de 1870.

A Guerra do Paraguai foi o maior e mais longo conflito na América do Sul e no Hemisfério Sul. Ela envolveu grandes contingentes de tropas e conjuntos de navios, dotados de armas e equipamentos militares modernos, fornecidos pela Europa e Estados Unidos. Em conseqüência, foi acompanhada com grande interesse pelos países ocidentais, mediante ampla cobertura jornalística.

Em termos da Marinha, além das operações bem sucedidas no teatro do Paraguai/Paraná, vale destacar o surgimento de uma forte e bem aparelhada indústria de construção naval no Rio de Janeiro. Esse salto tecnológico e gerencial ocorreu no Arsenal de Marinha da Corte e no Estaleiro Mauá, que entregaram dezessete navios encouraçados novos às nossas forças navais, durante o conflito. Essas unidades, construídas por engenheiros navais brasileiros, especializados na França, com projetos bastante avançados na época, foram decisivas para os bons resultados obtidos nas operações fluviais.

IV - REPÚBLICA

Os anos finais do século XIX assistiram a uma extraordinária evolução nas tecnologias de concepção e construção naval militar. Esse processo se estendeu ao século XX, pela competição industrial entre as principais potências militares da época. Além disso, surgiram os primeiros submarinos e aviões navais, que viriam revolucionar a guerra no mar. A incipiente indústria brasileira, em todos os sentidos e por várias razões, não teve capacidade de acompanhar essa corrida de obstáculos.

A Marinha do Brasil viveu nesse período grandes dificuldades orçamentárias, como consequência política da malfadada revolta anti-republicana havida na última década do século anterior. Tal situação só foi atenuada nos primeiros governos civis da jovem República, pelo apoio do Barão do Rio Branco, preocupado com nossas relações no Cone Sul.

Na oportunidade, um audacioso (para a época) plano de modernização naval foi aprovado no Congresso e executado mediante a aquisição de navios modernos na Inglaterra, dando origem à “Esquadra de 1910”, que era constituída por dois encouraçados, dois cruzadores, dez contratorpedeiros e dois navios de apoio. Além disso, foram adquiridos na Itália, três submarinos e um navio de apoio especializado, recebidos em 1914.

A presença desses navios revitalizou a Marinha. O efeito mais imediato foi no nível técnico do pessoal, exigindo preparo muito maior dos oficiais e praças, para um desempenho satisfatório a bordo. A infra-estrutura de apoio logístico teria de ser ampliada e modernizada, o que não ocorreu de forma adequada. Esse fato, associado à virtual inexistência de indústria no país, logo se refletiu na prontidão dos navios. A corrida armamentista na Europa complicou mais as coisas, com a Inglaterra dedicando total prioridade a um conflito muito provável com a Alemanha.

A Grande Guerra eclodiu de fato, como esperado. O Brasil acabou sendo arrastado, apesar de sua situação marginal ao problema.

A decisão de entrar no conflito foi tomada após vários torpedeamentos de navios mercantes brasileiros, por submarinos alemães, em diferentes rotas de navegação distantes da costa brasileira.

Nossa participação militar foi pequena, em relação ao porte da catástrofe. O Exército enviou um reduzido grupo de pilotos e uma delegação de médicos para a França. A Marinha teve o encargo de enviar uma força naval para o teatro de operações do Atlântico, nas costas da África, no triângulo entre Dakar, a entrada do Mediterrâneo e a ilha de São Vicente, em Cabo Verde. Ela ficaria subordinada ao Comando Naval Britânico, com sede em Gibraltar. Além disso, seguiu para a Inglaterra um grupo de pilotos, integrantes da Aviação Naval, fundada em 1916, para atuarem em patrulhas marítimas da Royal Air Force.

Essa força naval brasileira recebeu o nome de DNOG - Divisão Naval em Operações de Guerra, composta por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros e dois navios auxiliares, com 1.500 tripulantes, sob comando do Almirante Pedro de Frontin, irmão de Paulo de Frontin, prefeito da capital da República. Sua partida do Rio deu-se em maio de 1918, após grandes dificuldades logísticas para aprestar os navios, chegando a Dakar ao final de agosto.

A “gripe espanhola” começou a se manifestar nos tripulantes poucos dias após a chegada à capital do Senegal, por terem sido infectados durante escala anterior no porto de Freetown, Liberia. À semelhança do que ocorria com os navios britânicos no porto, a moléstia atingiu duramente as tripulações brasileiras, tendo falecido cerca de 180 homens. Mesmo assim, foram realizadas patrulhas na área prevista, por navios com tripulações completadas por integrantes de unidades mais afetadas.

A DNOG, incompleta, partiu de Dakar em 3 de novembro de 1918, com destino a Gibraltar, lá chegando a 11. No dia seguinte foi assinado o Armistício, terminando com a guerra. A DNOG deu entrada no porto do Rio de Janeiro em junho de 1919, com sua missão cumprida. Existe um mausoléu no cemitério de São João Batista, em memória dos seus bravos marinheiros, falecidos no cumprimento do dever.

O período de vinte anos entre as duas Guerras Mundiais caracterizou-se pela inoperância da Marinha Brasileira. Data de 1932 um relatório dramático do Ministro da Marinha, em luta por recursos financeiros, em que dizia:

Estamos deixando morrer nossa Marinha. A Esquadra agoniza pela idade (a maior parte dos navios era da Esquadra de 1910)... Estamos numa encruzilhada: ou fazemos renascer o Poder Naval, sob bases permanentes e voluntárias, ou nos resignamos a ostentar a nossa fraqueza provocadora (...) estamos completamente desaparelhados...”.

Uma fraca reação efetiva a tais circunstâncias só ocorreu em 1940, quando começaram a ser construídas seis corvetas, pequenos navios de poder combatente limitado. A Segunda Guerra Mundial já havia começado, porém o Governo brasileiro ainda mantinha uma atitude dúbia sobre o que fazer. De qualquer maneira, a vulnerabilidade de nossa Marinha Mercante era enorme. Isso ocorria apesar de ela ser o único elo efetivo de ligação entre as diversas partes do país, uma vez que a esmagadora maioria da população vivia nas proximidades do litoral.

O Brasil só declarou guerra aos países do Eixo no final de agosto de 1942, tanto por pressão dos Estados Unidos, como pelo afundamento de dezenove navios mercantes por submarinos alemães e italianos em nossas costas, desde o início daquele ano, sendo seis deles somente no último mês. A partir daí, iniciou-se intensa articulação com a Marinha Americana, já operando no Atlântico Sul.

O principal objetivo dessa colaboração era a defesa dos navios brasileiros e aliados ao longo do litoral, no transporte de material e pessoal, vitais para a economia brasileira e para o esforço de guerra. Tal cooperação era parte de um acordo político maior, abrangendo outros setores no campo militar. Foi o caso do envio, para a Itália, da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e de um Grupo de Aviação de Caça, da FAB, o famoso “Senta a Pua”.

No âmbito naval, isso ocorreu, principalmente, pelo fornecimento de navios de guerra para a MB (Marinha Brasileira), incluindo todo tipo de material e de treinamento do pessoal necessário à sua operação eficaz. Além disso, montou-se uma infra-estrutura operativa, logística e administrativa para o desempenho adequado de todo o sistema. Seu elemento mais importante era a Força Naval do Nordeste, sediada em Natal e comandada por um almirante brasileiro. Esse oficial, por sua vez, era subordinado à Quarta Esquadra americana, operando em todo o Atlântico Sul.

Os navios fornecidos pelos Estados Unidos à MB eram novos e concebidos para combater submarinos inimigos, sua principal missão. Foram oito contratorpedeiros de escolta e dezesseis caça-submarinos, em dois grupos de tamanhos diferentes. Eles chegaram durante os três anos finais da guerra e tiveram grande utilidade para a proteção dos comboios mercantes, em nosso litoral. Alguns navios de guerra já existentes na Marinha Brasileira sofreram adaptações para a atividade anti-submarino, recebendo os modernos equipamentos A/S americanos. Seus desempenhos, contudo, deixavam a desejar, por diferenças de projeto. Mesmo assim, foram de grande utilidade, contribuindo para os resultados alcançados.

Ao terminar a guerra, em 1945, o Brasil tinha perdido 33 navios mercantes, não comboiados, com um total de 982 mortos e desaparecidos. Realizaram-se 575 comboios, protegendo cerca de 3.200 navios, com perda de 1% de mercantes, demonstrando, de forma cabal, a eficácia das medidas tomadas. O total de milhas navegadas pelos escoltas brasileiros foi de 600.000 milhas, ou seja, 28 voltas em torno da terra. O navio que mais operou nessa epopéia, o pequeno e valente caça-submarino “Guaporé”, somou 427 dias de mar, em pouco mais de três anos de conflito.

Nesse gigantesco esforço para manter funcionando as comunicações marítimas essenciais à economia brasileira, foi vital a participação dos tripulantes dos nossos navios de escolta. Eles não mediram esforços e sacrifícios de toda ordem, inclusive da própria vida. Assim é que, a MB teve três navios afundados, com perda de

486 tripulantes, entre oficiais e praças. Homens que passaram anos em pequenos navios, protegendo outros brasileiros, sob o risco de afundamento a qualquer instante. Além disso, enfrentaram dificuldades inimagináveis, inerentes à vida a bordo, que só os marinheiros calejados conhecem. No total, pereceram 1.468 brasileiros, civis e militares, nesse episódio tão pouco conhecido de nossa História, honrando as mais fortes tradições dos homens do mar.

A II Guerra Mundial transmitiu várias lições importantes para nossa Marinha, apesar de as operações terem ocorrido em um teatro costeiro e serem limitadas, em geral, ao combate anti-submarino. Cabe reafirmar o despreparo, material e humano, para enfrentar o problema, conforme fora enfatizado no já citado Relatório do Ministro, em 1932. Seria impossível encarar a situação sem o apoio dos Estados Unidos que, ressalve-se, também era um grande interessado. O maior efeito disso, no pós-guerra, foi a manutenção dessa dependência, por mais de duas décadas, inibindo o desenvolvimento da MB, em todos os setores,

Outro resultado importante dos riscos e múltiplas experiências vividas no mar foi a profissionalização imposta aos diversos atores envolvidos, desde os almirantes até os marinheiros. A tensão permanente, permeando toda a Marinha, despertou a consciência de que os problemas, de qualquer ordem, tinham que ser resolvidos com competência, em tempo e da melhor forma. Tais práticas e atitudes foram transmitidas pela “geração da guerra” às seguintes, com resultados positivos na sua capacitação profissional.

A eficácia logística foi mais uma grande lição dos americanos. Os Estados Unidos atingiram o apogeu industrial com a II Guerra Mundial, e dela saíram com a metade do PIB global. O mote “O necessário, em tempo, no local adequado” bem resume a prática logística dos EUA, militar e civil. Os custos financeiros e materiais, condicionantes da aceitabilidade, eram relegados a segundo plano, no caso de necessidades militares. Isso era possível pelo imenso poderio do país, em relação aos inimigos. A Marinha brasileira, enquanto lidou com a americana,

durante a II Guerra Mundial, vivenciou essa experiência e dela procurou aproveitar as lições cabíveis, dentro de nossas limitações.

A total influência militar dos Estados Unidos nas Forças Armadas brasileiras perdurou até meados dos anos 70, como reflexo do nosso envolvimento na II Guerra Mundial e do surgimento da Guerra Fria, logo em seguida. Essas novas condições político-estratégicas levaram a então URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - a executar um grande programa de construção de submarinos, que passaram a ser uma das maiores ameaças à Organização Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no mar, com possíveis reflexos no Atlântico Sul. Em consequência, a Marinha Brasileira e outras Marinhas sul-americanas continuaram a realizar, anualmente, exercícios anti-submarinos conjuntos com a US Navy, dificultando a prática de exercícios táticos diferentes, em outras modalidades da guerra naval.

Outro fato relevante, nesse contexto, foi a prática adotada de buscar a “atualização” do nosso material flutuante, mediante recebimento de unidades americanas que estivessem “dando baixa” do serviço ativo. Eram navios ainda da II Grande Guerra, cada vez com mais restrições operativas e logísticas, pela idade e falta de sobressalentes. Isso dificultava sua manutenção pela MB, resultando em obsolescência e reduzida capacidade operativa.

Em meados da década de 1960, ficou claro que insistir nessa dependência dos EUA prejudicava a modernização dos meios militares nacionais, da Marinha, em particular. Decidiu-se, então, adquirir navios modernos na Europa, em maioria na Inglaterra. O resultado foi a incorporação à Esquadra, durante a década de 1970, de seis fragatas e três submarinos convencionais modernos, de origem britânica. Em complemento, encomendaram-se seis navios-varredores de minas, na Alemanha.

O recebimento desses navios resultou em uma grande modernização na Marinha. A principal evolução ocorreu na eficácia operativa, razão de ser da sua existência. A confiabilidade dos equipamentos e do armamento, em especial, atingiu patamares elevados. A existência desses meios modernos possibilitou ampliar muito o raio

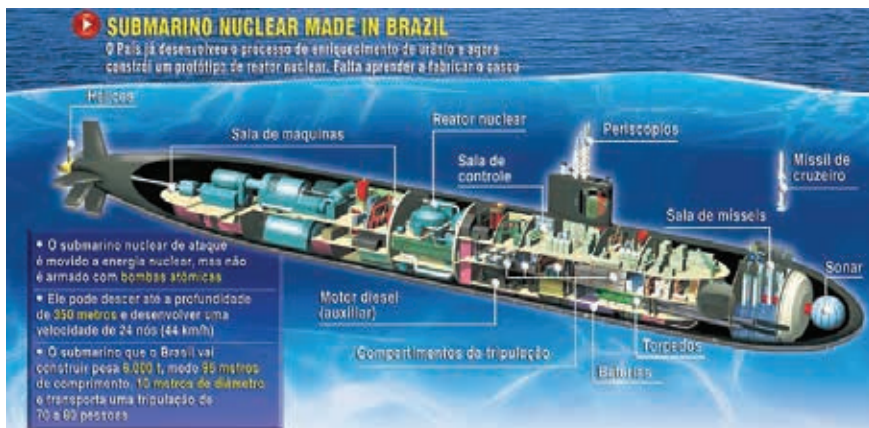
de ação dos navios e das aeronaves embarcadas. Cruzar o Atlântico Sul virou rotina. A África, prioridade de nossa política externa, passou a ser visitada, com frequência, pela bandeira brasileira hasteada em navios da MB. A logística melhorou muito pela facilidade de fornecimento dos equipamentos e sobressalentes, ainda no mercado.

Uma medida de grande acerto foi a exigência contratual de construir as duas últimas fragatas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Isso obrigou a um esforço muito produtivo de transferência de tecnologia, com a ida de grande número de engenheiros e técnicos aos estaleiros ingleses, para acompanhar a construção das quatro primeiras unidades. Esse fato possibilitou a construção, no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, das cinco corvetas que se seguiram, de projeto nacional. O mesmo ocorreu com a série seguinte de cinco submarinos, atualmente operativos, sendo o primeiro construído na Alemanha e os demais no Arsenal de Marinha, atingindo crescente grau de nacionalização.

Esses avanços na construção naval, em particular, e em todos os demais setores operativos e administrativos da MB, apoiaram-se em expressiva modernização dos cursos de formação de oficiais da Escola Naval. A partir daí, foi praticável um grande aumento na interação com a universidade brasileira, nas décadas finais do século passado. Assim ocorreu que elevado número dos cursos de pós-graduação, “lato e stricto sensu”, foram freqüentados por oficiais e técnicos civis da Marinha. Essa notável providência resultou, e assim continua sendo, no preparo de muitas centenas de especialistas de alto nível, em uma plethora de áreas de conhecimento de interesse da MB.

O projeto nuclear da Marinha teve sua gênese na Escola de Guerra Naval, onde foram realizados os primeiros estudos a respeito no distante ano de 1971, com ênfase crescente nos anos subsequentes. O enriquecimento de urânio, atingido em meados da década de 80, criou a condição essencial para o Brasil poder usufruir, autonomamente, de todas as possibilidades de emprego do átomo. Esse extraordinário feito tecnológico, realizado de forma independente em poucos países, só foi possível pelo empenho de um grupo de oficiais de marinha,

somado à indispensável participação da Universidade de São Paulo (USP), com todo o seu cabedal científico. Também é importante ressaltar a participação da indústria nacional no projeto, através de um grande número de empresas brasileiras, com alto grau de sofisticação tecnológica.



Submarino nuclear fabricado no Brasil

V - CONCLUSÃO

O mundo atual passa por grandes e velozes modificações políticas, econômicas e estratégicas. A bipolaridade da Guerra Fria, com a imposição estática de duas certezas, passou para uma dinâmica multipolaridade, com muitas incertezas. Historicamente, parece tratar-se de um período de transição acelerada, cujo processo e conseqüências são de extrema dificuldade de antecipação. É nesse cenário cambiante que o Brasil desponta como um ator de crescente importância, com todo o lastro necessário para atingir posições de destaque e responsabilidades.

O Oceano Atlântico, ao Sul do trópico de Câncer, é balizado pelas ilhas do Caribe, costa da África, continente Antártico e a América do Sul, onde se ressalta a costa brasileira. Essa enorme região do planeta é de interesse direto para o Brasil, sob aspectos políticos, econômicos

e estratégicos. O mar é um elo de ligação fundamental entre nós e o resto do mundo, para todos os efeitos. Os aviões o sobrevoam, ao nos transportarem para terras distantes. É por ele que circulam mais de noventa por cento de nosso comércio exterior. Dele, iremos extrair cada vez mais petróleo, em nossas costas e nas de países africanos. E, quem sabe, também da plataforma continental das ilhas Malvinas. É sobre ou sob ele que poderão navegar ou sobrevoar ameaças à nossa segurança.

A política externa brasileira dá crescente importância aos países africanos, em especial os da costa atlântica. Esse fato é corroborado pelas nossas embaixadas em quase todos eles, a maioria de inauguração recente. A África se desenvolve rapidamente, após seus países superarem os traumas da transição de colônias para entidades livres. Contudo, ainda há bastante influência das ex-metrópoles nesse processo. Além disso, a China entrou forte nesse mercado, aportando recursos humanos, financeiros e tecnológicos. Mesmo assim, o Brasil tem tido sucesso na criação de parcerias na região, pelas evidentes afinidades com seus países.

No campo estratégico militar, um aspecto relevante em relação ao Atlântico Sul é a presença da 4ª Esquadra americana, sediada na Flórida, com eventuais forças-tarefas em exercícios na área. Além disso, os EUA são associados à Grã Bretanha, no acesso a instalações militares nas diversas ilhas que ela possui, em pontos estratégicos da região. As ilhas Malvinas (Falklands), Ascensão e Santa Helena, dentre outras, são exemplos históricos disso. A propósito, a Guerra das Malvinas, ora completando trinta anos, foi decidida por um único submarino nuclear britânico, ao afundar o maior navio argentino, com uma salva de três torpedos convencionais. A partir daí, a Marinha Argentina, praticamente recolheu-se aos portos.

A França é outro país com fortes interesses no entorno do Atlântico Sul. O mais importante é na Guiana Francesa, onde existe o Centro Espacial de Kourou, da Agência Espacial Européia, com gigantescas e sofisticadas instalações, e uma estação naval de apoio. Outra instalação naval francesa fica na Martinica, no Caribe. Além disso, seus navios de

guerra podem se apoiar em ex-colônias na costa africana, como é o caso de Dakar, no Senegal.

É importante mencionar a existência de instrumentos diplomáticos que procuram evitar a presença de navios de guerra de países externos ao Atlântico Sul, portando armas nucleares. Um deles é a Resolução 41/11, de 1986, da ONU, que criou, por proposta do Brasil, a ZPCAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Outro documento é mais explícito, com o título de “Declaração de Desnuclearização do Atlântico Sul”, aprovado em 1994, em reunião do Conselho da ZPCAS. Apesar desses esforços dos países litorâneos do Atlântico Sul, eles são simplesmente ignorados pelos detentores de armas nucleares, cujas Marinhas freqüentam a região, com elas a bordo.



Amazônia Azul

“Amazônia Azul” passou a ser a designação dada pela Marinha Brasileira a área costeira do Atlântico Sul, incluindo nosso mar territorial e áreas adjacentes, sobre as quais o Brasil tem direitos assegurados pela Lei do Mar, de 1982. O nome origina-se da enorme extensão dessa área, somando 3.500.000 km². No momento, o Brasil postula, na ONU, com grande probabilidade de sucesso, um acréscimo a esse número, de 960.000 km², totalizando quase 4.500.000 km², valor semelhante à área da Amazônia Brasileira.

Para fundamentar nossos argumentos, desde a entrada em vigor da Lei do Mar no Brasil, em 1988, a MB realizou um gigantesco levantamento oceanográfico de toda essa imensidão, com vários navios, durante mais de uma década. Esse trabalho ganhou muito mais importância quando foi descoberto o petróleo do Pré-Sal dentro dela.

A Marinha, há alguns anos, vem incorporando navios-patrolha para a proteção da Amazônia Azul, com todas as suas riquezas. No momento, eles já somam dezoito unidades, construídas em estaleiros nacionais, com recursos de 1,0% (!) dos “royalties” do petróleo. O programa prevê mais quatorze navios desse tipo e três de maior porte. Eles estão distribuídos pelos Distritos Navais, ao longo da costa, e suas características de tamanho, raio de ação e armamento são adequadas a esse tipo de operação.

Os navios da Esquadra, como corvetas e fragatas, são capazes de operar tanto em áreas próximas como distantes, por mais tempo, contra forças do mesmo porte ou maior. A MB dispõe de poucos navios desses, para o caso de intervenções mais significativas e demoradas. Sua reposição também é muito cara, pela elevada tecnologia que lhes é inerente. O apoio logístico eficaz dessas operações é muito complexo e de custo elevado, sendo um fator de grande vulnerabilidade perante eventual inimigo.

Os submarinos surgiram no início do século XX e, rapidamente aperfeiçoados pelos alemães, participaram da 1ª Guerra Mundial, devastando a logística marítima da Inglaterra. O mesmo ocorreu na 2ª Guerra Mundial, apesar da pouca importância inicial que, paradoxalmente, Hitler lhes atribuiu. Eles também foram decisivos na

guerra do Pacífico, quando os americanos os empregaram para estrangular o Japão, antes das bombas atômicas. O surgimento do submarino de propulsão nuclear, nos anos 50 do século passado, mudou a grande guerra estratégica e a guerra naval. Esse fato os transformou nos navios capitais das poucas Marinhas que têm capacidade de possuí-los.

A Esquadra Brasileira já se prepara para receber os submarinos nucleares que a Marinha decidiu construir. O PROSUB - Programa de Construção de Submarinos da Marinha é fruto de um Acordo entre os governos brasileiro e francês, assinado em 2008. Ele prevê a construção de quatro submarinos convencionais da classe “Scorpène” no Brasil, ao longo desta década, em estaleiro que está sendo instalado em Itaguaí, no Rio de Janeiro. Em paralelo, a partir de 2015, será construído um submarino nuclear, com conclusão prevista para 2022. No caso dos submarinos convencionais, a transferência de tecnologia será crescente, até atingir 100% na quarta unidade. Quanto ao submarino nuclear, a tecnologia a adquirir será integral para o casco, reservando-se para o Brasil o fornecimento de todo o sistema de propulsão nuclear, ora em fabricação no país. Estão previstos mais cinco submarinos nucleares na mesma década, garantindo sua atuação permanente onde, como e quando necessário, em todo o Atlântico Sul e alhures.

Os fatos e as circunstâncias político- estratégicas, analisados neste texto, apontam para uma realidade mutante e complexa no mundo, com reflexos diretos para o Brasil. O Atlântico Sul é uma vasta área em que, certamente, ocorrerão importantes eventos e ações decorrentes dessa evolução. A Marinha Brasileira tem responsabilidades diretas em garantir a paz nesse contexto, possibilitando a laboriosa construção da nossa sociedade, em proveito da grandeza que o Brasil merece.

O Atlântico Sul será o “Mare Nostrum” brasileiro? Acredito não ser necessário, nem viável, isso acontecer. Basta termos a capacidade de dizer “NÃO!...”

VALPARAÍSO DE GOIÁS: MIGRAÇÃO E ESTRUTURA TERRITORIAL

Gilmar Elias Rodrigues da Silva¹
Eguimar Felício Chaveiro²

Resumo

Com o objetivo de compreender a relação entre o processo migratório e a estrutura territorial de Valparaíso de Goiás é que foi delineado o presente trabalho. A pergunta central que motivou a ação de pesquisa foi: quais são os efeitos socioterritoriais de um município, tal como é Valparaíso de Goiás, constituído pelo processo de migração por meio do que denominamos de “Trampolim Demográfico”? Procurou, além de busca, tratamento e organização de dados e informações quantitativas em representações cartográficas, ouvir as vozes dos sujeitos envolvidos. O pressuposto teórico que norteou o trabalho tomou como baliza a ideia de que as transformações recentes da região Centro-Oeste e o papel de Brasília como capital federal operaram uma ação interescalar gerando, num só termo, a formação de municípios e a sua fragmentação territorial.

¹ Mestrando em Geografia no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás sob a orientação do Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro.

² Professor associado da Universidade Federal de Goiás. Vice-diretor do Instituto de Estudos Socioambientais e sócio-titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás - cadeira nº 28.

Introdução

No contexto territorial em que um conjunto de municípios goianos, radicados nas proximidades do quadrilátero do Distrito Federal, veem seus territórios serem comandados e fragmentados por este distrito, é que desemboca o processo de constituição de Valparaíso de Goiás. Por nascer com a capital planejada, esse território vai abrigar pessoas que, na procura de um lugar que lhes condicionem a produção da existência, precisam ocupar novos espaços. Ao ocuparem os novos espaços, a sua prática social lhes dá vida, produz sentidos e significados. Enfim, território e migração imbricam-se num único processo.

A dinâmica territorial que surge da produção/reprodução desses espaços apresenta um conflito evidente: é filha da modernização do território. Produto do modo pelo qual o território brasileiro foi organizado e incompatível com o discurso de modernidade. Dessa forma, algumas considerações podem ser levantadas quando nos referimos à gênese do município de Valparaíso de Goiás pela migração. Que no momento da consolidação da capital federal pertence ainda ao município goiano de Luziânia, fronteiro com o DF e nasce concomitante à capital da república.

A capital da república traz no bojo de seu planejamento a segregação socioterritorial, o aumento demográfico e a periferização de municípios de seu entorno, denominado Entorno do Distrito Federal. Vale aqui reportar às palavras expressas por Castello Branco (2007) considerando que o território goiano possui características diversas por apresentar desigualdades em seus municípios. Essas desigualdades possuem causas econômicas e sociais que têm repercussão demográfica. Existem municípios que tiveram intensa absorção por seus polos de proximidade na hierarquia escalar. Enquadram-se nas relações da dinâmica exercida pela força de atração, à qual o lugar encontra-se subordinado pelo polo na inserção territorial regional, nacional e global. E há municípios com população pequena, com dinamismo igualmente pequeno; ambos são responsáveis por gerar impactos territoriais de diferentes ordens.

Esses impactos territoriais, por essa conexão, estimulam uma considerável densidade demográfica. Segundo a autora (Ibid.) é a expressão de um espaço efetivamente urbanizado e conectado pelos sistemas de redes, de fluxos, funções, fixos e sentidos imaginados pelos indivíduos, coadunando todos eles para dar vida e movimento aos espaços da metrópole brasiliense; considerado no contexto o seu Entorno Imediato, em específico, Valparaíso de Goiás.

Como produto da fragmentação territorial do Entorno de Brasília, especificado na origem por ser constituído por migrantes, pode ser observado no processo exposto que Valparaíso de Goiás sugere problemas que mobilizam a presente pesquisa: que tipos de dinâmicas socioterritoriais possui um município formado por migrantes? A partir desse problema, outro se desponta: quais são os conflitos socioterritoriais de um município originado por essas condições?

Valparaíso de Goiás na estrutura territorial dos municípios do Entorno de Brasília

Valparaíso de Goiás é um município que, no entorno da metrópole Brasília, apresenta um crescimento vertiginoso. Por isso é expressão dos conflitos do modelo vertical de desenvolvimento econômico advindo do novo padrão territorial nacional. A partir da função de duas metrópoles, Goiânia e Brasília, em caráter regional e nacional, respectivamente, constroem sua dinâmica socioterritorial.

Os municípios do Entorno dessas duas metrópoles – Goiânia e Brasília – tornam-se guarida de migrantes. A partir da importância na divisão regional do trabalho, em que o Centro-Oeste passa a ocupar posição de destaque na nação brasileira, ganham especificidades e dinâmicas próprias. Em razão dessa realidade vão servir como arena de reserva de mão-de-obra para abastecer essas metrópoles terciárias. Tal processo torna-se relevante numa das primeiras ordens dos estudos demográficos: a evolução populacional.

Acerca dessa ordem de estudo e a inserção do município de Valparaíso de Goiás no processo em análise, o gráfico que segue estabelece e demonstra o poder de atração que um município nessas condições possui de atrair migrantes.

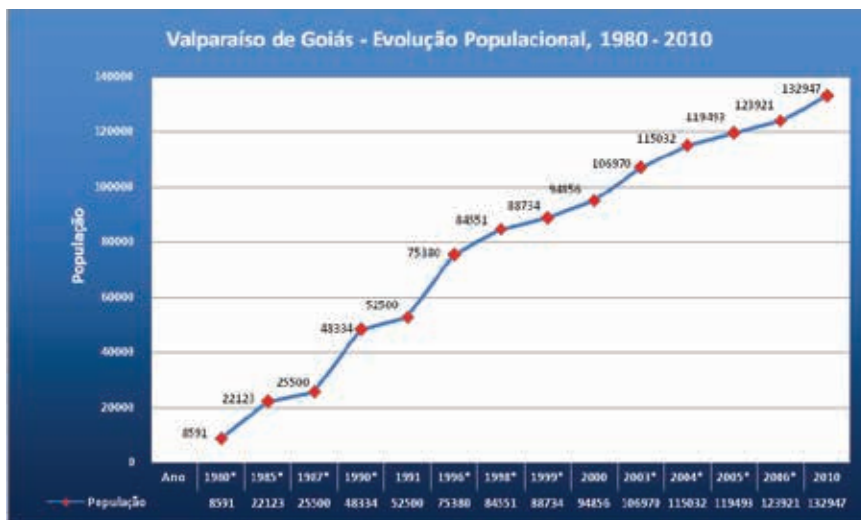


Gráfico 01- Evolução do crescimento populacional de Valparaíso de Goiás: 1980-2010. Organização e elaboração: SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. 2011.*Estimativa do IBGE/ Acervo de Luziânia-2011.

O município de Valparaíso de Goiás, mais do que enquadrar nesta realidade por pertencer ao Entorno de Brasília, tem uma especificidade espacial: a sua origem é protagonizada pelo crescimento de Brasília por meio de afluxos de migrantes que se deslocaram para a mesma, interessados em produzir a sua existência na capital federal. Mudar de vida, esse o objetivo do migrante. Por não conseguir estabelecer moradia na capital, onde, em tese, sua vida seria transformada, foram obrigados a migrar para o seu Entorno.

Para compreender um dado território mister se faz conhecer sua dimensão geográfica. Bem como o contexto de sua formação espaço-temporal, na qual estão inseridas as manifestações políticas, econômicas e sociais. Neste sentido, faz-se necessário que conheçamos a localização do município de Valparaíso de Goiás. Este se situa na coordenada -47° 58' 44,40"W e -16° 03' 57,60"S, na altitude 1.080m (IBGE, 2010).

Conforme Ross (2000, p.58), em seus estudos acerca das unidades geomorfológicas do Brasil, o território no qual se localiza o referido município pertence no relevo brasileiro à Unidade denominada Planaltos e Serras de Goiás-Minas. Segundo o autor “estes estão associados à

faixa de dobramentos do cinturão de Brasília, que se estendem desde o sul do estado do Tocantins até o sudoeste de Minas Gerais”. Nesta região registra-se com frequências a ocorrência dos extensos topos planos em chapadas, sendo exemplos destes as chapadas de Brasília, de Cristalina e dos Veadeiros. Observa-se que esses chapadões planos oferecem boas condições para a construção de moradias e para a expansão urbana, de acordo com o modelo urbanístico das cidades modernas e contemporâneas.

Deve ser salientando também que o município de Valparaíso de Goiás é cortado em 8,5 km de seu território pela rodovia BR-040/050, que liga Brasília às Regiões Sudeste/Sul do país. E em 15,0 km pela Ferrovia Centro-Atlântica, que sai do entroncamento em Leopoldo de Bulhões-GO, passando por Luziânia-GO, com término na Rodoferroviária de Brasília. Estas cumprem um papel fundamental na organização da expansão urbana de Brasília dentro do território goiano, notadamente no que diz respeito ao município de Valparaíso de Goiás.

O referido município possui um território de 60,111 km² e uma população, segundo dados do IBGE/2010, de 132.947 habitantes, uma das maiores do estado de Goiás. Está localizado na Microrregião do Entorno do Distrito Federal, que se configura em uma subdivisão da Mesorregião Leste do estado. Dista da capital federal 35 km e de Goiânia, 191 km. Ressalta-se que a proximidade com Brasília e a distância de Goiânia cria uma cisão: embora radicado na jurisdição de Goiás, na qual Goiânia cumpre papel centralizador, as relações socioculturais efetivas se dão com Brasília. Fato que justifica sua inserção entre os 22 municípios que compõem a RIDE/DF (fig. 02).

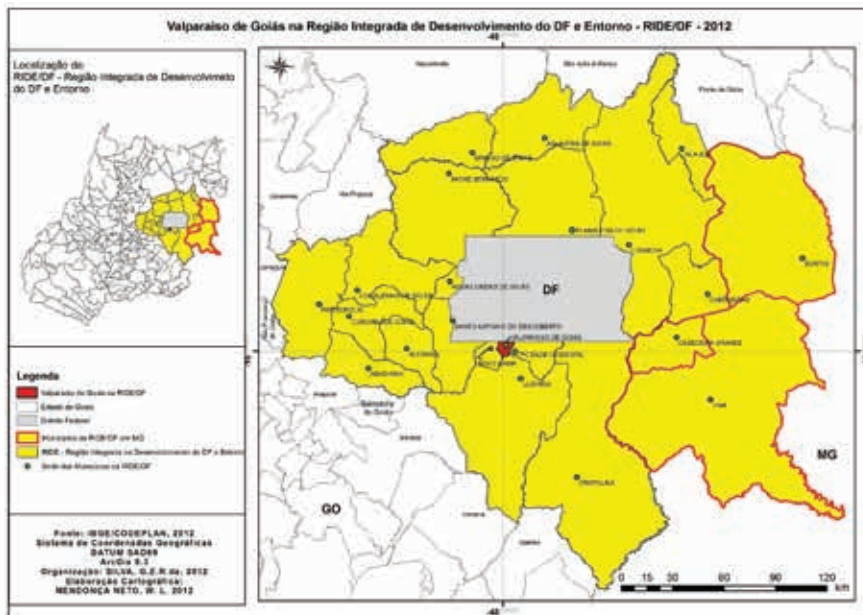


Figura 01- Valparaíso de Goiás na RIDE/DF, 2012. Fonte: IBGE/CODEPLAN, 2012. Organização: SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. 2012. Elaboração: NETO, Wilson L. Mendonça. 2012.

O município de Valparaíso de Goiás faz limite com Novo Gama, a oeste; Cidade Ocidental, a leste; Luziânia, a sul e a norte com o Distrito Federal, numa extensão de 8,73 km. Sua base econômica estrutura-se em torno do setor terciário, na construção civil e com tendência ao setor moveleiro. A ausência de uma economia embasada no setor primário se justifica em função da inexistência de área rural neste município.

Valparaíso de Goiás foi elevado à condição de Distrito Administrativo de Luziânia pela Resolução nº 341 de 4 de agosto de 1989, mas sua emancipação político-administrativa consolida-se com a realização da terceira consulta popular em 15 de junho de 1995. Antes dessa, houve outras duas: em 26 de abril de 1987 e 09 de dezembro de 1990, no entanto, foram ineficientes por não atingirem o quórum necessário de votantes. (Valadão e Nascimento, 2004, p.28).

Valparaíso de Goiás no *ranking* dos municípios do Entorno do DF e de Goiás possui a maior densidade demográfica: 2.212 hab./km²; alcançando algumas peculiaridades tais como o fato de ser um município com ausência total de zona rural, colocando-se entre os três menores em área territorial do estado de Goiás.

Em termos de crescimento populacional do Entorno do DF, de acordo com o IBGE/2010, esse município, entre 2000 e 2010, teve um aumento populacional de 41%, perdendo somente para Águas Lindas de Goiás que cresceu 51%. A sua alta taxa de crescimento é concomitante com a realidade territorial do Entorno e justifica-se pela proximidade da capital federal.

Deve ser destacado que o município de Valparaíso de Goiás possui uma realidade territorial eminentemente formada por migrantes, onde 45,8% da população, segundo dados obtidos com a pesquisa, trabalha e/ou estuda no Distrito Federal (gráfico 02). Esta situação nos leva a problematizar: como é a realidade territorial de um município cuja estrutura demográfica é formada por migrantes? Ou mesmo: como se configura um município que aparentemente não possui um enraizamento sociocultural em relação ao estado em que se situa?

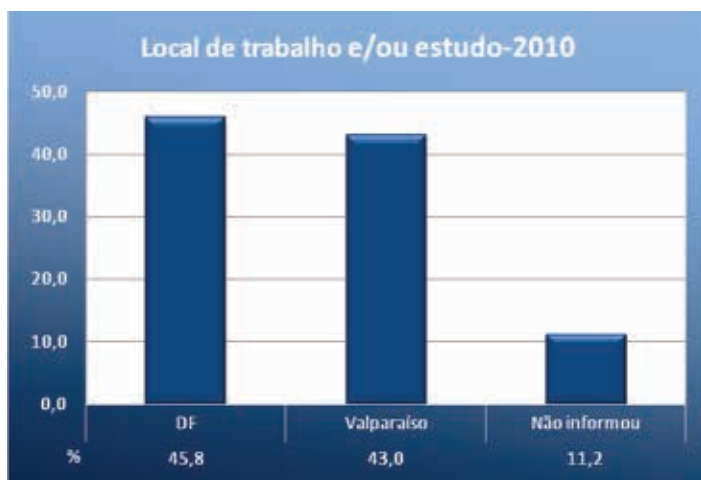


Gráfico 02- Local de trabalho e/ou estudo dos moradores de Valparaíso de Goiás, 2010. Organização e elaboração: SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. 2011.

Ao observar os dados do gráfico, percebe-se que 45,8% do universo dos entrevistados no município de Valparaíso de Goiás possuem vínculos empregatícios e/ou de estudo com Brasília. Torna-se evidente uma ligação umbilical do município com a capital federal, no que tange a trabalho e/ou estudo. A situação dada no gráfico nos faz perceber que a fragmentação territorial advinda da relação com Brasília ressoa em sua dinâmica socioterritorial.

A fragmentação territorial, vista dessa forma, não altera apenas o arranjo espacial, mas entranha a vida dos sujeitos e o seu dispositivo para significar a vida no lugar. Muitas vezes o repelindo. Sendo assim, a determinação histórica participa da visão dos munícipes sobre o seu lugar.

Valparaíso de Goiás: a gênese de um município formado por migrantes

A atual configuração do território do município de Valparaíso de Goiás, situado no Entorno Sul, limítrofe ao Distrito Federal, deve ser entendida a partir do momento em que os problemas da urbanização brasileira no Planalto Central se intensificam, advindos da interiorização da capital federal. Esta se insere no contexto regional, desde sua inauguração, por sua dinâmica enquanto cidade planejada e político-administrativa.

A partir daí, por seu processo de desenvolvimento, “cria-se” intensa oferta de bens e serviços que até então, 1960, inexistia em seu entorno regional. O Planalto Central, antes da inauguração de Brasília, caracteriza-se por um território voltado para atividades com resquícios da mineração ou de significativas atividades agropecuárias, principalmente nos municípios que cederam parte de seus territórios para a edificação da capital federal. Dentre eles, cita-se Luziânia, Planaltina de Goiás e Formosa.

Pode-se assegurar, pois, que o processo dinamizador da capital deu-se de forma centrífuga (Paviani, 2010) de desenvolvimento. Ou seja, aconteceu “de dentro para fora” e por etapas, “a cidade surge regional” (Steinberger, 2010). A partir da década de 1960, com a inauguração de

Brasília, acentuou-se o processo de ocupação da região Centro-Oeste do Brasil. Tal decorre da expansão da fronteira agrícola, enfatizando-se a marcha para o Oeste evidenciada no governo de Vargas.

Com alguns setores já consolidados e com o crescimento ocorrido nas áreas de prestação de serviço e comercial e, concomitante a estes, a presença de uma ampla e diversificada infraestrutura social, delineiam-se no cenário da capital federal duas escalas no âmbito regional. Conforme o IPEA (2002), essas escalas podem ser assim caracterizadas.

Primeira: o DF põe-se em relevo como agente dinamizador no âmbito sub-regional. Brasília assume um caráter polarizador dos vários municípios que se localizam na região do Planalto Central, devido ao fato de estes apresentarem problemas de infraestrutura e equipamentos sociais. Segunda: no âmbito metropolitano, já na década de 1970, acentua-se o afluxo de contingentes migratórios que são atraídos pelos investimentos operados na expansão da cidade e pela qualidade da infraestrutura social na capital federal. Esses componentes serviram como atrativo ou como “ilusão” do emprego fácil, e atuaram enquanto fatores para estimular os assentamentos regulares e irregulares, além de “invasões”.

Os fatores acima apontados asseguram Brasília enquanto alvo de atrativo migratório de várias regiões do país. A consolidação dessa tendência dá-se na década posterior, 1980, com o maior contingente vindo da Região Nordeste. Fato que se explica pelas desigualdades regionais do Brasil, intensificadas pelo processo de modernização, que aumenta os desequilíbrios conforme o critério da renda territorial.

Essa realidade condiciona a mobilidade espacial do trabalho subserviente à mobilidade espacial do capital. Ou seja, a divisão regional do trabalho tramada pela desigualdade regional torna algumas localidades exportadoras de migrantes. Estes saem em busca de trabalho para alimentar a esperança de dias melhores e escapar da exclusão. Num eterno giro procurando “lugares salvacionistas”, trabalhadores são expelidos de alguns lugares e radicados em outros.

Motivados pela crença de uma vida melhor, montam realidades territoriais com extravagantes crescimentos demográficos, expondo

os conflitos de um país inteiro e de um modelo de desenvolvimento histórico que transforma o território no estuário de sua ação. Em observância à problemática, as palavras de Telles (2010, pp.79-80) se fazem pertinentes:

A maioria dos que fazem os grandes deslocamentos em direção à cidade nos anos de 1960 e 1970 foram os agentes da chamada urbanização por expansão de periferias, experimentaram a autoconstrução da moradia mobilizando espaços familiares e a solidariedade intrapares (...)

A autora, ao discorrer sobre a mobilidade no território brasileiro no período mencionado, imputa a esta a criação de periferias. É de relevância ressaltar na pesquisa que na vida colocada sob o signo da mobilidade, ou seja, em constante migração, as mobilidades residenciais, os deslocamentos diários são impostos pela desigualdade territorial. Configuram-se em produto das desigualdades sociais. Sendo assim, não se pode separar a leitura do território – e do processo migratório – da leitura das classes, das transformações socioculturais e da luta dos trabalhadores pela existência.

Em muitos casos os deslocamentos de trabalhadores atravessam fronteiras. Tornam-se verdadeiras sagas. Aventuras que enfrentam hostilidades culturais, barreiras naturais ou mesmo preconceitos renitentes, como se houvesse brasileiros mais brasileiros que outros. Ou mesmo outros menos brasileiros que aqueles que dominam os territórios, apropriando-se dos espaços sociais diversos.

Acerca da importância desempenhada pelo trabalho no processo migratório em diferentes espaços, em seus estudos sobre os deslocamentos populacionais no território brasileiro, Oliveira (2005), Santos (2009) e Chaveiro (2011) asseveram que o trabalho está intrinsecamente vinculado às transformações dos processos econômicos.

Num primeiro momento os movimentos populacionais consistiam basicamente em três formas de fluxos: rurais-rurais, de longa distância, ou rurais-urbanos. Esse cenário persiste até fins da década de 1960. Nesse período verifica-se a penetração do capital no campo e o desenvolvimento do Centro-Sul pela concentração industrial.

A partir da década de 1970, observa-se outro tipo de deslocamento, que passa a ser realizado num movimento urbano-urbano e a curta

distância. Este pode ser caracterizado pela capacidade que uma cidade exerce em uma região por seu desenvolvimento econômico. A desconcentração produtiva acompanhada de diversificadas formas de produção pode ser apontada como justificativa para o mesmo. E atribuirá um caráter peculiar a esses deslocamentos.

Desta feita, o deslocamento de trabalhadores para Brasília no período de sua construção está intrinsecamente ligado à oferta de trabalho. O que se coaduna com as assertivas acima. A inauguração da capital federal irá coincidir com um período de grandes deslocamentos populacionais no Brasil. Este fenômeno, segundo Ervatti (2003) e Oliveira (2010) se deu quando intenso volume de migrantes se deslocou do campo para as cidades. O que irá contribuir para a urbanização do território brasileiro e caracterizar no país espaços de expulsão ou de atração populacional.

Neste momento, que compreende as décadas de 1960 e 1980, verifica-se que a Região Nordeste, os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são áreas de expulsão. E estados como Rio de Janeiro e São Paulo, em função de possuírem um núcleo industrial com alto grau de investimentos, constituem-se em localidades receptoras de migrantes.

Entretanto, de acordo com dados divulgados no censo demográfico de 1991, observa-se uma inversão do momento anteriormente assinalado. A partir dos anos finais da década de 1980, segundo Oliveira (2010, p.03), percebe-se uma redução no volume desses migrantes em direção a tais centros urbanos. Delineiam-se assim novos fluxos migratórios para outros espaços a curta distância e desses em direção às cidades médias.

Oliveira afirma ainda que o censo de 2000 traz ricas informações pertinentes às tendências nos fluxos migratórios, evidenciando desta feita novos espaços de redistribuição populacional no Brasil.

(...) os deslocamentos entre as regiões brasileiras envolvem cerca de 3,3 milhões de pessoas, dentre as quais, entre entradas e saídas, destacou-se a região Nordeste que apresentou a maior perda absoluta (750 mil pessoas), tendo as trocas com o Sudeste contribuído com cerca de 2/3 dessa perda. Nos últimos anos da década passada, o Nordeste continuou sendo uma região

de expulsão populacional, visto que a região Sul foi a que apresentou o menor saldo nas trocas com o nordeste brasileiro.

Segue o autor falando acerca dos deslocamentos populacionais interregionais entre os anos de 1995 e 2000. Observa-se que, de certo modo, há regiões brasileiras que possuem capacidade de atrair migrantes e mantê-los aí. Enquanto que outras os atraem, mas “os expulsam”. Além do Nordeste, algumas regiões possuem saldo migratório negativo ou positivo. Destas a Região Sul apresentou um pequeno saldo negativo, tendo o maior volume de trocas com o Sudeste.

A região Sudeste foi a que apresentou o maior saldo líquido absoluto, fruto da imigração nordestina, pois as trocas com as outras regiões não foram expressivas em termos quantitativos (...). A Região Norte apresentou saldo positivo nas trocas com as outras regiões, sendo o maior volume de imigrantes nordestinos. A migração de retorno representava 19% do total de imigrantes no quinquênio.

Neste contexto inserem-se as unidades federativas da nação, como também as grandes áreas com potencial de absorção migratória. Baeninger (2000) e Oliveira (2010) classificam esses saldos como Índice de Eficácia Migratória. Assim sendo, a Região Centro-Oeste destaca-se por apresentar saldo migratório positivo na troca com todas as outras regiões. Torna-se um polo de atração de população em relação às demais regiões do Brasil. A figura abaixo é ilustrativa do exposto.

Brasil: saldo e principais fluxos migratórios 1995 - 2000

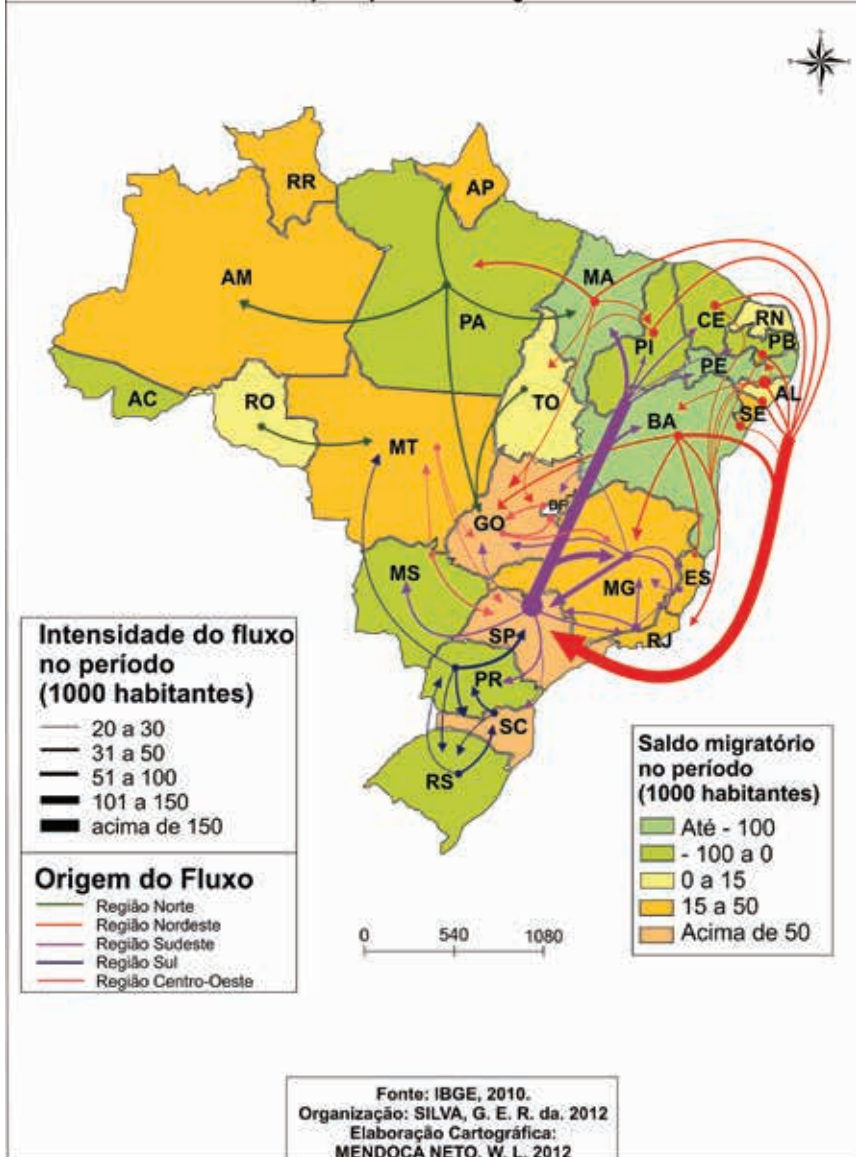


Figura 02- Brasil: Fluxos Migratórios – 1995/2000. Fonte: IBGE/ 2010. Organização: SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. 2012. Elaboração: NETO, Wilson L. Mendonça. 2012

Quanto à mobilidade populacional que se refere aos deslocamentos intrarregionais no período do último quinquênio do século passado, há que se evidenciar que este fenômeno envolveu 1,8 milhões de pessoas. Destas, 227.664 migraram para a Região Centro-Oeste. Baeninger (2008) e Oliveira (2010), ao considerarem os estados da Região Centro-Oeste envolvidos nessa modalidade de deslocamentos, classificam-na como novos espaços atrativos de migração.

Por estar relacionado no âmbito das características de sua região, o estado de Goiás, conforme dados do IBGE e PNAD (2009), registra um saldo líquido migratório de 202.802 no ano de 2000 e 146.997 em 2004. Observa-se que essa tendência de atração migratória se efetiva também em 2009. Pelos dados analisados o estado de Goiás apresenta, se comparado aos demais anos, uma queda na chegada de migrantes. Mas possui um saldo líquido migratório de 129.056 indivíduos. Bastante acima das outras unidades federativas da Região Centro-Oeste. Em suma, Goiás apresentou eficácia na sua capacidade de reter migrantes.

A tabela que segue evidencia os saldos líquidos migratórios dos demais estados da Região Centro-Oeste. Verifica-se que, em 2000, o estado do Mato Grosso do Sul apresentou saldo migratório negativo, o que se repetiu em 2004. Já no ano de 2009, embora com reduzido número, esse saldo foi positivo. No estado de Mato Grosso e no Distrito Federal, a tendência se repete. Alternam resultados positivos e negativos no balanço total do saldo líquido migratório.

Movimento migratório, Saldo líquido migratório/Região Centro-Oeste – 2000/2004/2009

Unidades da Federação	2000			2004			2009		
	Imigrantes*	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes*	Emigrantes	Saldo líquido migratório	Imigrantes*	Emigrantes	Saldo líquido migratório
MS	97.709	108.738	(-)11.029	90.071	97.271	(-)7.200	57.900	50.205	7.695
MT	166.299	123.724	42.575	192.691	81.011	111.680	78.627	90.654	(-)12.027
GO	372.702	169.900	202.802	315.571	168.574	146.997	264.087	135.031	129.056
DF	216.200	188.577	27.623	152.073	199.982	(-)47.909	149.903	138.037	11.866

Tabela 01- Movimento migratório e Saldo líquido migratório da Região Centro-Oeste, 2000/2004/2009. Fonte:IBGE , Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2000/2004/2009. *Inclusive os estrangeiros. Adaptação e organização: SILVA, Gilmar Elias Rodrigues da. 2011.

Pelo exposto na tabela, o estado de Goiás classifica-se como área de média absorção migratória (IBGE, 2010). É importante receptor de migrantes cuja origem se localiza em estados mais distantes como Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e da unidade federativa “mais próxima”, o Distrito Federal. É relevante registrar que a maior incidência de chegada de migrantes no estado de Goiás verifica-se nos municípios goianos próximos ao DF.

Considerações finais

Conforme o exposto, compreender o fenômeno da migração incitou-nos a recorrer aos estudos da Sociologia, História, Economia, dentre outros, que, aliados à Geografia, conduzem à análise do processo migratório enquanto movimento social no território, no tempo e no espaço realizado na pessoa dos sujeitos através da mobilidade.

Donde se conclui que, à medida que o sujeito faz a opção por migrar, resulta daí que o lugar de origem não lhe oferece mais condições para a concretização de seus anseios, o que representa um dos “fatores de expulsão”. A escolha do destino, o migrar até aí implica em transformações tanto no campo imaginário quanto na estrutura territorial. Uma vez que a passagem do migrante pelos “espaços indomáveis” (Chaveiro, 2009) até o lugar escolhido, que a seu ver, apresenta os chamados “fatores de atração”, vai promovendo, em si e no outro, modificações na composição individual e social.

A imagem do migrante como “ladrão de lugares”, como forasteiro ou intruso, por sua vez se sobressai e é apontada na origem de doenças como o banzo, a síndrome dos sem-lugares. Ou reforça, noutra pleito, a rejeição pelo genótipo do migrante. No caso específico do trabalho que foi apresentado, o município de Valparaíso de Goiás sintetiza, em sua formação, várias dessas nuances a partir da construção de Brasília que serviu como um “Trampolim Demográfico”.

Este repercute na vida social de Valparaíso de Goiás, tornando-o receptor de migrantes, acentuando as desigualdades regionais, impondo uma ação segregadora por parte do Estado no território. Enfim, o

estabelecimento de indivíduos no município em condições desfavoráveis é alternativa para a sobrevivência, mas gera outros problemas.

O município de Valparaíso de Goiás, por se inserir no processo de polinucleamento – e de fragmentação – mencionado alhures cria diversos problemas sociais e ambientais advindos do mesmo. Em suma, a capital federal concentra as funções econômicas e as oportunidades de emprego. Mas desconcentra as atividades residenciais e redonda novamente em desemprego estrutural em Valparaíso de Goiás.

Referência Bibliográfica

BAENINGER R. **A População do Centro-Oeste segundo o Censo 2000**. p.134-146 s/i.

CASTELLO BRANCO M. L. G. **A Dinâmica Metropolitana, Movimento Pendular e Forma Urbana**: o espaço urbano do Rio de Janeiro. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu-MG – Brasil, de 18 a 22 de Setembro de 2006. p.1-13.

CHAVEIRO, E. F. **Goiânia reinventada**. Editora Kelps. Goiânia, 2011. 115p.

_____. **Goiânia**: travessias sociais e paisagens cindidas. Editora da UCG. Goiânia, 2007. 102p.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M. **A dinâmica demográfica do Cerrado**: o território goiano apropriado e cindido. In: Universo do Cerrado. Editora UCG. Goiânia, 2008. pp.287-307.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M.; RESENDE, M. C. da S. **A dinâmica demográfica de Goiás**. Editora Ellos. Goiânia, 2009. 130p.

ECO, H. **Como se faz uma tese**. Tradução: SOUZA, G. C. C. de. 23ª edição. Editora Perspectiva. São Paulo, 2010. 176p.

ERVATTI, L.R. et al. **Migrações internas, o panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil:** PNADs e Censos Demográficos. IBGE, 2010. 103p.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** Tradução: SOUZA, G. G. de. Editora USP. São Paulo, 1993. 312p.

LABLACHE, P. V. de. **Principes de géographie humaine.** 1. – Examen critique de la conception de la géographie humaine. Aux éditions: Utz. Paris, 1995. pp.29-41.

OLIVEIRA, L. A. P. de.; OLIVEIRA, A. T. R. de. (Orgs.). **Reflexões sobre os Deslocamentos Populacionais no Brasil.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Estudos & Análises 1. Rio de Janeiro, 2011. 101p.

PARK, R. E. **A cidade:** sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: O fenômeno urbano. VELHO, O. G. (Org.). Tradução: Santeiro, S. M. 4ª ed. Editora Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1979. pp.26-67.

PAVIANI, A. (Org.). **Urbanização e metropolização.** Editora da UnB. Brasília, 1987. 256p.

PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. de C. (Orgs.). **Brasília:** controvérsias ambientais. Editora da UnB. Brasília, 2003. 316p.

PAVIANI, A. et al. (Orgs.). **Brasília 50 anos:** da capital a metrópole. Editora UnB. Brasília, 2010. 490p.

ROSS, J. L. S. et al. **Geografia do Brasil.** 3ª ed. Editora da USP. São Paulo, 2000. 553p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Razão e emoção. 3ª ed. Editora Edusp. São Paulo, 2002. 384p.

_____. **A Urbanização Brasileira.** 5ª ed. Editora Edusp. São Paulo, 2009. 176p.

_____. **Pobreza Urbana.** 3ª ed. Editora Edusp. São Paulo, 2009. 134p.

_____. **A região de Amargosa.** Milton Santos e uma equipe do Laboratório de Geo-Morfologia e Estudos Regionais da U.B. Publicação da Comissão de Planejamento Econômico. Salvador-Bahia-Brasil, dezembro de 1963. 40p.

Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento-SEGPLAN. **Dinâmica populacional de Goiás:** Análise de Resultados de Censo Demográfico 2010-IBGE. Goiânia, 2011. 28p.

_____. **Goiás em dados 2011.** Goiânia, 2011. 106p.

SILVA, E. B. B.; SILVA, G. E. R. da. **Aspectos Histórico-geográficos do município de Valparaíso de Goiás.** In: História de Nossa Terra: Valparaíso de Goiás. Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás (Org.). Valparaíso de Goiás, 2008. 152p.

SIMMEL, G. **A metrópole e a vida mental.** In: O fenômeno urbano. VELHO, O. G. (Org.). Tradução: Reis. S. M. dos. 4ª ed. Editora Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1979. pp.11-25.

STEINBERGER, M. (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais.** Editora Paralelo 15. Brasília, 2006. 408p.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal.** Editora Argumentum. Belo Horizonte, 2010. 276p.

VALADÃO, L. A. N.; NASCIMENTO, L. C. do. **Lixo e cidadania:** a construção a partir da organização. Monografia de especialização. Universidade Estadual de Goiás.

Formosa, 2004. 75f.

NAS DOBRAS DO TEMPO

A origem de Inhumas em documentos

Antônio César Caldas Pinheiro¹

RESUMO

Este trabalho é uma revisita às fontes para a história da cidade de Inhumas, a antiga Goiabeiras. Formando-se como arraial nas duas últimas décadas do século XIX, em pleno mato grosso goiano, em território então pertencente ao município de Currálinho, hoje Itaberaí, teve a sua história primeva levantada por alguns pesquisadores que repetiram, quase sempre, o que o escritor Derval Alves de Castro registrou em seu livro *Annaes da Comarca do Rio das Pedras*, publicado em 1933. A pesquisa para este trabalho levantou alguns documentos inéditos que permitiram conhecer com mais segurança a origem de Inhumas e os primeiros tempos da antiga povoação de Goiabeiras.

PALAVRAS-CHAVE: Inhumas, memória, história, documentos inéditos.

A região de Inhumas antes da quarta década do século XIX se constituía em um grande vazio demográfico. Até então não existia a estrada que de Currálinho demandava o arraial de Campinas. Entre

¹ Vice-presidente da Academia Itaberina de Letras e Artes, do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central da Universidade Católica de Goiás e sócio-titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, cadeira nº 41.

estes dois arraiais existia com toda a sua pujança a luxuriante selva do mato grosso goiano. Campinas era distrito de Bonfim (Silvânia); uma estrada vicinal ligava estes dois arraiais. De Bonfim havia, desde o final do século XIX, uma estrada (a estrada para São Paulo) que seguia para Meiaponte (Pirenópolis), Jaraguá, Ouro Fino, Ferreiro e Cidade de Goiás . Entre Campinas e Curalinho a mata fechada dificultava a abertura de uma estrada. Existia, porém, já em 1838, uma estrada de Campinas para a Cidade de Goiás via arraial de Anicuns. Estas estradas davam uma volta enorme e por isso em 1832, o Cura de Campinas, padre Antônio Marinho da Fonseca, requereu ao Conselho da Província de Goiás privilégio para abrir uma estrada da Cidade de Goiás a Uberaba, passando por Curalinho, ligando este arraial a Campinas² por uma nova estrada. Ao que parece este empreendimento não se realizou, pois um discurso-relatório³ do presidente da província de Goiás de 1838 se refere ao projeto da abertura de uma “picada” de Curalinho a Campinas. Vejamos:

Na estrada de Anicuns para Campinas são necessárias tres pontes, e algumas estivas, mas o orçamento com esta despesa ainda não veio, e como eu projecto mandar abrir uma picada do Arraial do Curalinho ao de Campinas, que por informação distarão desasseis legoas um do outro, só mandarei proceder o concerto da estrada de Anicuns para Campinas, se não puder verificar a abertura da dita picada, ou se a estrada pela picada não oferecer as vantagens que se esperão.

Ao que parece esta “picada” de Curalinho a Campinas só foi aberta na década de 1840. Antes, como dissemos, a região era dominada pelo mato grosso de difícil penetração. Foi por isso, pela inexistência de uma estrada cortando o mato grosso entre Campinas e Curalinho, que os viajantes europeus que visitaram a província de Goiás nas duas

² Jornal Matutina Meiapontense, nº 355, de 01-08-1832.

³ Discurso com que o presidente da província de Goyaz fez a abertura da primeira sessão ordinária da segunda legislatura da Assembleia Provincial no 1º de julho de 1838. IN *Memórias Goianas*, nº 3, Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1986, pág. 121.

primeiras décadas do século XIX, Luiz D’Alincourt (1818), Auguste de Saint-Hilaire (1819) e Joahann Emanuel Pohl (1819), ao chegarem ou saírem de Curralinho o faziam pela estrada de Jaraguá.

Ainda acerca dessa estrada nova que cortava o mato grosso de Campinas a Curralinho, por ser uma estrada que diminuía muito a distância entre estes dois arraiais, facilitando a comunicação com as províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a província de Goiás preocupou-se com a sua manutenção, visando o trânsito de viajantes e o escoamento de mercadorias e bens da lavoura. A este respeito, assim se manifestou o presidente da província, Antônio de Pádua Fleury, em relatório⁴ de 1848:

Seria muito conveniente que o Governo fosse authorizado para mandar derrubar nas estradas que se dirigem ao arraial do Curralinho para a Villa de Meiaponte,, pela do Jaraguá; para a Villa do Bomfim pela estrada de cima; e para o Arraial de Campinas pelo Sitio de Matheos Vieira, nos lugares em que ellas passam em matas, as arvores que se achão de hum, e outro lado, afim de que o sol possa sobre ellas exercer a sua acção; estas estradas recebendo o beneficio de que trato facilitarião a importação dos generos de lavoura, de que tanta carestia temos sofrido (...)

Percebe-se claramente que a “estrada nova” em 1848 era, na verdade, ainda uma “picada” que por estar em região estratégica foi sendo melhorada. Por ela os fazendeiros de Curralinho e Campinas foram arroteando o mato grosso para as suas plantações, constituindo dezenas de fazendas dentro da mata. Estava, desta forma, consolidado o povoamento na região.

⁴ Relatório que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinaria de 1848 o Exm. Vice-Presidente da mesma Província Antonio de Padua Fleury. IN *Memórias Goianas*, nº 4, Goiânia: Ed. Da Universidade Católica de Goiás, 1996, pág. 132.

SAINT-HILAIRE ESTEVE NA REGIÃO DE INHUMAS?

Alguns citam o registro que o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire fez em seu livro sobre o seu pernoite, em 1819, no rancho das Goiabeiras. Ora, sem dúvida este “rancho das Goiabeiras” não é onde hoje está Inhumas. Vejamos o que diz Saint Hilaire:

Pouco depois de ter deixado Jaraguá comecei a perceber que já me encontrava próximo da capital da província. A região era menos deserta e encontrei várias pessoas pelo caminho. Passei por três casas habitadas, uma das quais tinha um rancho destinado aos viajantes e aberto de todos os lados, como os que se vêem na estrada Rio de Janeiro-Minas.

A casa onde parei tinha também um rancho (Rancho das Goiabeiras), e foi nele que passei a noite⁵.

Depois de deixar o rancho das Goiabeiras, Saint-Hilaire, andando três léguas, chegou ao sítio das Lajes. Isto induz ainda mais a se acreditar ser este rancho das Goiabeiras o rancho existente no início de Inhumas, pois sabemos que uma das mais antigas fazendas da região de Inhumas tem o nome de Lajes.

Na realidade os nomes das fazendas, pousos e sítios são muito repetidos nas descrições dos viajantes e memorialistas do passado. O rancho das Goiabeiras e o sítio da Lajes não são de forma alguma os da Inhumas nascente.

Para aprofundar o que dizemos, basta perceber o que diz Saint-Hilaire: “*Pouco depois de ter deixado Jaraguá*”, indicativo de que o rancho das Goiabeiras de que ele fala ficava próximo ao arraial de Jaraguá.

O militar Luiz D’Alincourt é mais explícito em sua narrativa. Passou pela mesma região um ano antes de Saint-Hilaire e assim a descreve:

⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, pág. 46.

Parte-se de Jaraguay⁶ a Oeste, volta-se ao Sudoeste, e vai passar, marchando por boa e descoberta estrada, mui perto do morro de que falei; logo está o ribeirão do Parí, e no fim de duas léguas, o Rio dos Patos e habitantes das suas margens; e mais além uma légua, os moradores do sítio das Areias, e ribeirão do mesmo nome; o caminho entra a ser descoberto; daqui a três quartos corre o ribeirão Goiabeiras, e deste a uma légua há um morador e o ribeirão Secury (...)⁷

Para não deixar dúvidas, porém, lançamo-nos a pesquisar nos livros de registros de batizados de Jaraguá para esclarecermos de vez esta questão. Encontramos muitos registros realizados no sítio Lajes e na fazenda Goiabeiras, nos quais o padre teve o cuidado de registrar o quanto distavam do arraial de Jaraguá. Para não sermos enfadonhos transcrevemos aqui apenas dois destes assentos de batismos:

A 28 de Março me veio dar parte Joze Patricio dos Santos, pardo livre, casado com Eufrazia Liria de Brito, vivem de lavoura, que tinha hum minino, seo filho, para se baptizar, nascido aos 29 de Dezembro de 1841, terça feira, às 12 horas do dia, pouco mais ou menos, no sitio chamado Goiabeiras, distante desta Villa 3 legoas, e para constar fiz este termo. Jaraguá 28 de Março de 1842⁸.

Também encontramos um assento de batismo que se refere ao sítio Lajes:

⁶ D'Alincourt escreve Jaraguay, evidentemente influenciado por “Córrego do Jaraguá”, outro nome pelo qual o arraial foi conhecido no século XVIII e XIX, já que o “y” das palavras indígenas significa rio, ao invés de dizer arraial do Córrego de Jaraguá, escreveu Jaraguay, com o mesmo significado. Incorre porém em erro quando escreve “arraial do Córrego de Jaraguay”.

⁷ ALINCOURT, Luis d'. *Memória sobre a viagem do porto de santos á cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, pág. 93.

⁸ Segundo costume do vigário de Jaraguá, este é o registro de nascimento da criança. O termo de batismo propriamente dito vem em seguida. Por ele sabemos ter recebido o nome de Manuel. Cremos não ser necessário transcrevê-lo. Livro B-12 de Assentos de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá, fls. 55v. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Goiânia.

Aos 21 de Junho me veio dar parte Belizaria Maria da Conceição, branca, cazada com Joze Antonio de Almeida, branco, e vivem de lavoura, que tinha hum menino seo filho para se baptizar, nascido a Oito de Agosto de 1840, Sabbado, as doze horas da noite pouco mais ou menos, no seo sítio chamado as Lajes, distante desta Villa treis legoas, e para constar fis este termo. Jaragua a 21 de junho de 1841⁹.

Como vemos pelos documentos acima transcritos, o rancho Goiabeiras e a fazenda Lajes citadas por Saint-Hilaire e outros viajantes europeus situavam-se a três léguas de Jaraguá. A região palmilhada por eles não foi a região de Inhumas que, como dissemos, era despovoada até a quarta década do século XIX.

O povoamento da região

Região de terras férteis, com o aumento da população e a abertura da nova estrada de Currallinho a Campinas, foi apenas questão de tempo o seu povoamento. Os seus primeiros povoadores foram penetrando a mata seguindo a execução da picada. Assim, já em 1847¹⁰ encontramos várias fazendas na região, às margens da picada então chamada “Estrada Nova”:

Sítio das Lages – Sr. Vicente Bueno;
Sítio das Lages – Sr. José Bueno;
Estrada Nova – Sr. Custodio José da Luz;
Estrada Nova – Sr. Joaquim Antônio de Souza;
Estada Nova – Sr. Félix Rodrigues de Siqueira;
Estrada Nova – Sr. Antônio Alves de Oliveira.

Estas fazendas, algumas ainda existentes com o mesmo nome e cujos sobrenomes dos proprietários podem ser encontrados entre os primeiros habitantes do arraial de Goiabeiras, eram enormes

⁹ Livro *idem*, pág. 37 v.

¹⁰ Livro de Lançamento do rendimento dos Dízimos de Miunças e do Gado vacum e Cavalari de 1847 –1848. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia.

propriedades à beira da estrada nova. Situadas em lugar de terras férteis e de madeira abundante, a região, tão logo aberta a estrada, chamou a atenção de adventícios.

Em 1849¹¹ encontramos as seguintes fazendas na região:

Estrada Nova – Sr. Mateus Vieira Gonçalves;

Sítio do Quilombo – Sr. José da Fé;

Sítio do Quilombo – Sr. Lino José da Silva;

Sítio do Quilombo – Sr. Joaquim Nicolau Bueno;

Estrada Nova – Sr. Antônio Alves de Oliveira;

Estrada Nova, Sítio das Lages – Sr. Manoel Peregrino;

Sítio do Mato Seco – Sr. Ezequiel Pinheiro.

Observando-se a lista das fazendas que pagavam o dízimo de miunças e do gado vacum e cavalari dos anos de 1847 a 1850 certamente já existiam outras fazendas na região. Esse levantamento, porém, é dificultado pela repetição dos nomes das fazendas (existentes com o mesmo nome em outras regiões de Currálinho) e a falta de se registrar com certa constância, os sobrenomes. Como exemplo poderíamos citar o nome de Félix Rodrigues Ramos que às vezes vem escrito Félix Ramos, Félix Rodrigues e Félix Rodrigues de Siqueira. Isto, porém, não nos surpreende, pois era comum este “relaxo”, conhecido por todos os que se dedicam ao estudo do século XIX.

O surgimento do arraial de goiabeiras

Até há pouco, tudo o que se conhecia acerca do surgimento do antigo arraial de Goiabeiras se devia a Derval Alves de Castro, engenheiro vilaboense, casado na família Caldas/Fonseca de Itaberaí. Derval, em seu livro *Annaes da Comarca do Rio das Pedras*, editado em 1933, escrevendo sobre a origem de Itaberaí, registra o que pôde

¹¹ Livro de Lançamento dos créditos dos Dízimos de Miunças de 1849 –1850. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia.

conhecer sobre a origem dos arraiais que surgiram dentro do antigo município de Currálinho. Sobre Inhumas registra um pouco mais, pois participou da realização dos trabalhos técnicos da divisão da fazenda Goiabeiras, em 1923, ocasião em que pode ter em mãos registros de fazendas antigas da região.

Segundo Derval, Inhumas surgiu dentro das terras da antiga fazenda Cedro, que teve como seu primeiro proprietário João Antônio da Barra. Aduz mais, escreve que em 15 de julho de 1858 este vendeu uma grande parte desta fazenda a Félix Rodrigues Ramos e que este, atendendo à obrigação surgida com a Lei de Registro de Terras de 1850, registrou esta porção de terras, com a denominação de Goiabeiras, a 20 de setembro de 1858, sob o nº 184, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do arraial de Campinas.

Pesquisando os registros de terras da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currálinho, encontramos o registro da fazenda Cedro, sob o nº 125, realizado a 19 de agosto de 1858:

Declaração de terras q fas Jose Antonio de Sousa como abaixo se segue – nº 125.

Jose Antonio de Sousa morador nesta Freguezia possui hum sitio denominado Cedro na estrada que vai deste Arraial para o de Campinas, dentro da matta a distancia deste Arraial nove legoas, divisando pelo nascente com Feliz Ramos pelo correjo do cemiterio p^o. uma lagoa, seguindo para o Sul pela Capoeira do Cedro, divisando com Hilário Jose dos Santos, seguindo p^o. o puente, atravessando o Rio da meia Ponte alem deste a três quartos de legoa, tudo q^o. comprehender esta distancia athe feixar aonde tem principio a diviza; pode ter de comprido legoa e meia e de largura meia legoa – Currálinho 19 de Ag^o. de 1858 – Arrogo de Jose Antonio de Sza. – Bernardo Francisco da Silva – Visto – Currálinho 24 de Agosto de 1858. O Vigario Joaquim Ildefonso de Almeida. Contem 491 letras, importa em 980 rs. Pagou. Eu João Jozé de Almeida q. o escrevi.

Derval apenas se equivocou quanto ao nome do vendedor das terras que formaram a fazenda Goiabeira. Escreve ser João Antônio da Barra o primeiro possessor das terras da fazenda Cedro, sendo na realidade Joaquim da Barra quem vendera a Félix Rodrigues Ramos

uma porção de terras que deram origem à mencionada fazenda. Vejamos o registro:

Nº 184

Diz o abaixo assignado que he Senhor e possuidor de huma Fazenda com terras de culturas cita nesta Freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, beira da Estrada Nova, a qual regula ter de comprimento huma legoa, e de largura outro tanto, mais ou menos, e parte pelo Nassente com João Ramos, pelo Norte com terras da Nação, pelo Puente com Joze da Barra, pelo Sul com o Sumiterio, o qual houve por compra a Joaquim da Barra pelo preço de quarenta mil reis, e para ser apresentada ao Senr. Vigr^o. para fazer o competente registro passo dous de hum theor. Campinas, vinte de setembro de mil oitocentos e cincoenta e oito. Por Feliz Rodrigues Ramos. Espíndola. Escrivão que escrevy. (fls. 26. TomoII).

Fica claro o engano de Derval. Porém, pelo registro acima, percebe-se que na região existiam outros fazendeiros da família Barra, como os citados nos registros acima: José Antonio de Sousa (do registro da fazenda Cedro), que sem dúvida é o mesmo José da Barra do registro da fazenda Goiabeira e Joaquim da Barra, o vendedor do quinhão que originou a fazenda Goiabeira. Quanto a João Antônio da Barra, citado por Derval, encontramos o seu registro de óbito. Faleceu a 11 de dezembro de 1860 e deixou viúva Joana de tal. Também encontramos o óbito de uma sua filha, Maria, falecida em idade infantil, a 24 de maio de 1862¹².

Mas quem era Joaquim Antônio de Souza Barra? Pouco ou quase nada pudemos descobrir. Em 1847, como vimos acima, já era proprietário de uma fazenda à beira da Estrada Nova. Em 1871 é arrolado em uma lista dos pagadores de impostos do arraial do Currallinho, constando possuir uma casa, sob nº 22, no Largo da Matriz

¹² Livro A-03 de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currallinho, de 1858-1883, fl. 28. Arquivo Geral da Diocese de Goiás. Cidade de Goiás.

do arraial¹³. Encontramo-lo ainda como proprietário de uma taverna em Currealinho, estando arrolado como devedor do imposto devido à Coletoria de Currealinho em 1883¹⁴. Por fim, encontramos o seu registro de óbito:

Aos oito dias do mez de Novembro de mil oito centos e oitenta e sete falleceu e sepulthou-se a nove, Joaquim Antonio de Souza Barra, de idade de sessenta e nove annos; côr parda, casado, negociante – Hepatite. E para constar fiz este termo. O Vigr^o. Pe. Ignacio Fran^{co}. de Campos¹⁵.

Laurindo de Oliveira e Souza e Maria Luzia Rodrigues Ramos

Derval escreve em seu livro que a primeira habitação do arraial das Goiabeiras surgiu após o casamento de Laurindo de Oliveira e Souza e Maria Rodrigues Ramos.

Derval diz claramente que isto se deu *posteriormente, em 1886, APÓS o casamento de Maria Rodrigues Ramos*. Ora, Derval não afirma que Laurindo e Maria se casaram em 1886. Ele escreve que em 1886, após o casamento (o qual poderia ter ocorrido naquele ano ou nos anos anteriores) é que se construiu a primeira habitação no lugar onde surgiria mais tarde o arraial.

Laurindo de Oliveira e Sousa e Maria Luzia Rodrigues Ramos se casaram em Currealinho em 1873. Quanto à questão de Laurindo ser negro e Maria, branca não havia, mesmo no Império, impedimento para matrimônio. Laurindo era negro, porém, livre. Sabemos que o negro poderia nascer escravo, ser alforriado, passando à condição de liberto;

¹³ Lançamento do imposto sobre prédios urbanos do arraial do Currealinho do exercício de 1871-1872. Caixa nº 02 do município de Itaberaí. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia.

¹⁴ Relação dos devedores da Coletoria do Currealinho dos impostos do exercício de 1883-1884. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

¹⁵ Fragmento de um livro de óbitos da paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currealinho, fls. 06. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/UCG. Goiânia.

ou poderia nascer livre, como Laurindo. Sem impedimento algum o casamento se realizou:

10 de Setembro

Aos deis [sic] de setembro de mil e oito centos e setenta e três, nesta Matriz do Currealinho, observada as disposições civis e canonicas, com três admoestações do costume, e não havendo impedimento algum, em minha presença e das testemunhas Francisco José da Silva e Felipe Antonio Cardoso, recebi em matrimonio os contraentes Laurindo de Oliveira e Souza e Maria Luzia Rodrigues Ramos, este filho legitimo do finado Manoel de Oliveira e Cesaria Maria de Jesus, e esta filha legitima de José Rodrigues Ramos e Anna de Moraes, e findo o acto receberão na estação da Missa Conventual a benção nupcial; e para constar faço este termo. O Vig^o. Pe. Luis Ant^o. da Fonseca¹⁶.

Pelo documento transcrito acima, a tese de que Maria Rodrigues Ramos (segundo o termo de casamento - Maria Luzia Rodrigues Ramos) era bem mais velha que Laurindo de Oliveira e Souza cai por terra.

O que ocorria muito nos séculos passados era a pessoa não possuir consigo documentação identitária. O que quer isso dizer? É que os antigos apenas tiravam cópias de seu registro de batismo (o que valia pela nossa certidão de nascimento) ou outro qualquer, quando dele necessitavam. Muitas vezes nem certidões possuíam. Ora, nasciam em uma freguesia, nela se casavam e faleciam. Eram conhecidos do vigário que geralmente eram “colados” ou seja, ocupavam o paróquiato vitaliciamente. Quando do casamento, bastava o vigário consultar os registros e obtinha as informações necessárias acerca da idade, filiação etc. O que temos notado em nossas pesquisas é que apenas nos casamentos com adventícios os vigários solicitavam o batistério e documentos ou testemunhas de que o contraente adventício era desimpedido (medida contra a bigamia). Assim, é muito comum registrar-se a idade “mais ou menos”, já que não traziam consigo os documentos pessoais que temos hoje.

¹⁶ Livro C-04 de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currealinho, fl. 62. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

Em nossas pesquisas encontramos o batismo de Maria, filha de José Rodrigues Ramos e sua esposa Ana. Não podemos afirmar, porém, ser esta a Maria a que se casou com Laurindo, já que outras filhas de José Rodrigues Ramos podem ter recebido também o nome de Maria. Isto era muito comum e o problema se vê aumentado pelo motivo dos padres registrarem apenas o primeiro nome no termo de batismo. Eis o assento que descobrimos e que pode ser o de Maria Luzia Rodrigues Ramos:

Aos 24 de Junho de 1858 Batizei solenem^{te}. a Ignocente Maria filha legitima de Joze Roi'z¹⁷ Ramos e sua mulher Anna: foi Padrinho João Fran^{co}. dos St^{os}. Todos moradores no destricto desta Freguezia; p^a . constar lavrouçe [sic] o presente. Joaquim Ildefonço de Alm^{da}.¹⁸

Pelo exposto, se este for o batismo de Maria Luzia Rodrigues Ramos, ela teria 15 anos quando se casou, portanto, não era mais velha que Laurindo de Oliveira e Sousa. Além do mais as certidões de óbitos de Laurindo e de Ana Francisca Fagundes¹⁹ (a doadora do patrimônio de terras para Santana) não provam, de forma alguma, ser Ana Francisca filha de Maria Luzia Rodrigues Ramos em uma união anterior. Se assim o fosse, no termo de casamento de Laurindo e Maria Luzia Rodrigues Ramos estaria anotado ser ela viúva, como obrigava ao pároco as *Constituições do Arcebispado da Bahia*, documento pelo qual se regia a Igreja Goiana. Ainda mais, quando se era viúvo e se casava novamente, pelas leis canônicas, não se recebia novamente as bênçãos matrimoniais. Havia, sim, sacramento, mas não segunda bênção²⁰. Para

¹⁷ A abreviatura Roi'z ou simplesmente Roiz é a abreviatura do sobrenome Rodrigues.

¹⁸ Livro B-04 de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Curalinho, fl. 55. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

¹⁹ MIGUEL, Jamil et alii. *Instantes da história de Inhumas*, vol. I. Goiânia: Kelps, 2003.

²⁰ “As bênçãos se podem e devem dar a todos os noivos; salvo sendo ambos viuvos, ou a mulher somente viuva; porque então se lhe não devem dar as bênçãos, se ambos, ou a mulher já as recebeu, quando outra vez se casou.” *Constituições do Arcebispado da Bahia* (1853), Título LXVIII, artigo 292. Brasília: Edições do Senado Federal, 2007, pág.121.

dizer que Ana Francisca Fagundes seria filha natural de Maria Luzia Rodrigues Ramos também não temos subsídios para asseverarmos isso.

No Cartório de Família da Cidade de Goiás, localizamos o inventário de Manuel Francisco Fagundes²¹, casado com Genoveva Pedroza e falecido na Freguesia de Currealinho a 24 de agosto de 1873, dono do sítio Taquaral. Seu inventário se processou em 1874. Deixou sete filhos, dentre estes, três com o mesmo nome: Ana, que foi casada com João Francisco, nascida em 1850; Ana Rosa Francisca Fagundes, nascida em 1853 e que se casou em Currealinho a 27 de março de 1884 com Simplício José Leite e são pais de Zeferino batizado em “Goyabeiras” a 28 de julho de 1891; e Ana de Sant’Ana, nascida em 1867. Para complicar ainda mais, encontramos o batismo de Contância, inocente, batizada a 26 de julho de 1891 em “Goyabeiras”, filha natural de Ana Francisca Fagundes. Acreditamos que uma destas é a Ana Francisca Fagundes, doadora do patrimônio de Sant’Ana de Inhumas.

O certo é que pelo menos uma dessas irmãs, a Ana Rosa Francisca Fagundes, era moradora de Goiabeiras e uma outra Ana Francisca Fagundes também estava em Goiabeiras em 1891, sendo mãe solteira. Descobrir qual destas é a Ana doadora do patrimônio de Inhumas demandará outras pesquisas.

Quanto a Laurindo de Oliveira e Souza, encontramos também o assento de casamento de seus pais:

Aos dezassete de Agosto de mil oito centos e trinta e quatro, pelas cinco horas da tarde nesta Capella de N. Snr^a da Abbadia do Currealinho filial da Cathedral de Goyás, guardada a forma dos sagrados Cannones e Ritual Romano, com palavras de presente, não havendo impedim^{to}. algum, em prezença das testemunhas abaixo assignadas, Recebi em Matrimonio a Manoel de Olivir^a . e Cezaria Maria de Jesus, esta filha natural de Felicianna Maria de Jesus e aquelle f^o. legitimo de Manoel de Oliveira e de Maria do Spirito Santo, ambos baptizados nesta Capella onde

²¹ Arquivo do Cartório de Família da Cidade de Goiás, caixa de 1874. Cidade de Goiás.

são moradores, e lhes dei as bençãos. E para constar lavrei o presente por mim assignado. Joaquim Ildef^o. de Almeida. Como tt^a. Thomaz Ant^o. da Fon^{ca}. Como tt^a. Joze Caetano dos Santos²².

Derval de Castro, como dissemos, escreveu também subsidiado por informações orais, lembranças deformadas com o tempo, com nuances esquecidas e outros fatos agregados pela imaginação popular. É natural que claudicasse. Escreveu Derval que Maria Luzia Rodrigues Ramos era filha de Félix Rodrigues Ramos, o proprietário da fazenda Goiabeira, o que o documento acima contraria. Mas quem foi Félix Rodrigues Ramos?

Pelos documentos que encontramos cremos ser Félix Ramos tio de Maria Luzia Rodrigues Ramos. Vejamos o assento do casamento de Félix Rodrigues Ramos:

Aos vinte de Fevereiro do anno de mil oito centos e vinte e sinco, pelas sinco horas da tarde nesta Capella, por licença do senhor Provisor Luiz Antonio da Silva e Souza, guardada a forma dos sagrados Cannones, e Ritual Romano, com palavras de presente, não havendo impedimento, em prezença das testemunhas abaixo assignadas, se receberão em Matrimonio Felliz Rodrigues e Maria Lemos, aquelle filho legitimo de João Rodrigues e Marianna Tavares, e esta de Agostinho Alvares e Anna Bicuda, e lhes dei as bençãos; e para constar fis o presente. P. Joaquim Ildefonço de Almeida²³.

Em 1839 Félix Ramos era dono do sítio “Corgo Grande” na freguesia do Currealinho, ocasião em que pagou o imposto do dízimo ao governo provincial e que *p^r. não saber escrever pediu ao Cap^m. João Luis Brandam q^e. a seo rogo assignasse*²⁴.

²² Livro C-02 de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currealinho, fl. 8v. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

²³ Livro C-01 de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currealinho, fl. 14. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

²⁴ Livro de Registro das Obrigações dos Devedores do Dízimo do Distrito da Cidade de Goyaz –1839. Arquivo Histórico do Estado de Goiás. Goiânia.

Foi padrinho, juntamente com Ana Rodrigues Ramos, de Angélica, filha natural de Maria Joana Lemes, batizada em Jaraguá a 25 de junho de 1841²⁵ e em 1847 já estava em sua fazenda à margem da estrada nova.

Félix Rodrigues Ramos foi casado duas vezes. A primeira com Maria Lemos, como vimos atrás no assento de seu casamento. A segunda vez seu casou com Caetana Rodrigues de Bessa. Félix Rodrigues Ramos faleceu a 31 de janeiro de 1873, tendo sido sepultado no cemitério São Miguel de Curalinho. Eis o seu assento de óbito²⁶:

Aos trinta e um de Janeiro de mil oito centos setenta e treis falleceo Feliz Rodrigues Ramos, cazado com Caetana Rodrigues de Bessa. Foi sepultado no Cemiterio d'esta Freguezia. Para constar faço este termo.

Sua segunda esposa Caetana Rodrigues de Bessa sobreviveu a ele dezoito anos, falecendo na Cidade de Goiás a 5 de dezembro de 1891²⁷:

Aos 5 dias do mez de Dezembro de mil oito centos e noventa e um, em a Parochia de Sant'Anna da Cidade de Goyaz, falleceo da vida presente, Caetana Rodrigues de Bessa, viúva da idade de 72 annos, natural de Jaraguá; sem mais declaração; jaz no Cemiterio. E para constar faço o presente.

A primeira capela do arraial de Goiabeiras

A primeira capela construída no lugar onde se formaria o arraial de Goiabeiras já estava pronta em julho de 1891. Era uma prática costumeira edificar-se as casas de oração ou capelas como marco inicial dos arraiais. Conforme Derval de Castro, a primeira edificação do lugar

²⁵ Livro B-12 de Assentos de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá, fls 38v. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Goiânia.

²⁶ Livro A-03 de Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Curalinho, de 1858-1883, fl. 78. Arquivo Geral da Diocese de Goiás. Cidade de Goiás.

²⁷ Livro 05 de Óbitos da Paróquia de Santana da Cidade de Goiás, fl. 37v. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

foi a casa de morada do casal Laurindo de Oliveira e Souza e Maria Luzia Rodrigues Ramos. Não nos diz, porém, de quem foi a iniciativa da construção da capela.

Derval, porém, dá a entender que a primeira capela foi edificada apenas no início do século XX, segundo ele concluída em 1905:

Doando Anna Francisca Fagundes de Souza, filha de Laurindo de Oliveira e Souza, no início do século vigente [século XX], um pequeno patrimonio em terras para se construir uma Capella sob a invocação de Nossa Senhora de Sant'Anna, o Revmo. Padre Antão Jorge, Superior e Vigario da Freguezia de Campinas, deu começo à construcção da sua actual Igreja, que foi concluída em 1905, pelo então Superior e Vigario de campinas, o Revmo. Padre José Wendl. [Castro, pág. 133]

Na realidade, esta capela construída pelos Padres Redentoristas, foi a segunda capela do arraial e foi inaugurada não em 1905, mas em 1908. Nós o afirmamos baseando-nos nos assentos de batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia de Itaberá e nas anotações dos padres redentoristas.

Nesta época eram os vigários de Currealinho que atendiam os fregueses de Goiabeiras. Em uma visita (desobriga)²⁸ do vigário de Currealinho ao local foram assentados 25 batizados ocorridos no dia 27 de julho de 1890. Os assentos registram que os batizados foram realizados no “logar denominado Goyabeiras”, portanto, ainda não haviam edificado a capela.

Chamamos a atenção para a data: 27 de julho de 1890, um dia após a comemoração litúrgica de Santana pela Igreja Católica. Isto é significativo. Aventamos a hipótese de o vigário de Currealinho ter comparecido ao “logar denominado Goyabeiras” para celebrar a festa de Santana, escolhida para padroeira da capela que os moradores da região almejavam construir; terminada a festa, desobrigou os fiéis, batizando e distribuindo outros sacramentos, como era de praxe naquele tempo. Por essa época devem ter começado a edificar a capela.

²⁸ Desobriga: visita periódica feita por padres a regiões desprovidas de clero com o fim de desobrigar os fiéis, ou seja, proporcionar os sacramentos aos fiéis. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

Creemos ser plausível esta nossa hipótese, pois um ano depois, no dia 26 de julho de 1891, dia consagrado a Santana, encontramos assentos de batismos nos quais o vigário de Currálinho, à época o Cônego Cândido Marinho de Oliveira, registrou os batismos realizados na “Capella das Goyabeiras, d’esta Freguezia do Currálinho”. Já estava edificada a capela, a mesma que no mês de setembro desse mesmo ano de 1891 seria visitada e descrita por Dom Eduardo Duarte Silva, Bispo de Goiás de 1891 a 1907, em sua viagem para a Cidade de Goiás, onde iria tomar posse da Diocese de Santana de Goiás.

Dom Eduardo deixou um diário de viagem no qual descreve sua vinda para Goiás, desde o Rio de Janeiro até sua entrada na antiga capital goiana. Este diário, uma raridade, é inédito. Transcrevemos aqui as partes que nos interessam e que narram a estada de Dom Eduardo no arraial de Goiabeiras, onde chegou na tarde a 24 de setembro de 1891, vindo do arraial do Barro Preto (Trindade):

Descançados e algum tanto refocilados fizemos alegremente as outras três legoas, chegando às 2 horas no sitio Goiabeira onde existe uma mesquinha Capellinha dedicada a S. Anna, e mais tres casebres de sapé, estando quase todos os moradores atacados de maleitas, febres paludosas. Não havendo outro lugar para armar a minha cama e dos padres, nos aboletamos na Capellinha. Jantamos com bastante appetite n’um dos casebres, sendo os acepipes os mesmos de sempre. À noite ainda o bom morador obsequiou-nos com um cangicão de leite azedo e farinha de milho. Sendo o lugar muito febril antes de se deitarem tomarão os Padres uma capsula de sulfato de quinino. A noite vae ser horrivel porq. está ventando muito e o ar está sendo cortado por frequentes relampagos, e ouve-se ao longe o roncar do trovão.

Após uma noite tumultuada pela tempestade, por um lavrador que viera pedir socorro para sua esposa que estava de resguardo e ao qual Dom Eduardo atendera de pronto, e pelos muitos carrapatos, Dom Eduardo continua a narrativa de sua estada no recentíssimo arraial de Goiabeiras:

Acordamos muito cedo, e ainda escuro estava o Lamego a tanger o sino rachado q. está dependurado em uma forquilha. Parece incrível! Pois apesar do máo tempo q. houve de noite, de

caminhos pessimos, por entre matta espessa, cheio de atoledos [sic] e barrancos escorregadios, às 5 horas da manhã estavam presentes à missa q. celebrou um dos religiosos, cento e tantas pessoas, vindas de tres e mais legoas de distancia. Durante toda a missa cantamos a Ave Maria de Lourdes, e depois chrismei 52 pessoas, fazendo no fim uma pequena pratica, louvando a fé de tão boa gente e exhortando-a a permanecer firme na religião. Às 8^{1/2} deixei aquelles bons filhos, q. todos quizerão-me beijar-me a mão; agradeçi o pobre morador do rancho q. não quiz receber um vintem q. fosse pelos gastos q. fizemos, e com mais dois companheiros seguimos para a Fazenda dos Mineiros.

Bela descrição que Dom Eduardo faz do arraial de Goiabeiras, dos seus primeiros habitantes e dos lavradores da região. Gente de fé que mesmo em uma noite de tempestade, chuva torrencial, relâmpagos e trovões, não mediu esforços para estar junto ao seu pastor; gente de virtude, daquelas virtudes que o Cristo disse que os ladrões não roubariam e a traça não corroeria. Por isso suas virtudes, vencendo o tempo, são de nós hoje conhecidas devido aos escritos do Bispo de Goiás, o qual muito elogiou aqueles seus antigos diocesanos que sob a proteção de Santana deram, a partir de um começo humilde, início a uma grande e próspera cidade.

Esta capela recebeu melhoramentos. Um ano depois, no dia 05 de agosto de 1892, Dom Eduardo de volta da festa do Divino Pai Eterno do Barro Preto (Trindade), faz pouso novamente no arraial, descrevendo um “puxado” que haviam construído ao lado da capela de Santana:

As 3 e tanto montamos e ao escurecer estavam entrando no arraial das Goiabeiras. Um tiro de garrucha dêo signal de minha chegada e a sineta rachada da Capellinha repicava a mais não poder. Acudio toda a gente da vizinhança, com muita demonstração de alegria, inclusive o celebre desordeiro Ladeão, que no ano passado acompanhou-me até ao Currealinho carregando a arara qua ali comprei. Depois de algum descanso e de arrumar n’um puchado que este anno fizerão ao lado da Capella, e onde todos pernoitarão excepto eu e o P^e. Joubé q. dormimos na Capella, fui vizitar os moradores em seus ranchinhos. Avizei que havia têrço, confissões e chrisma no dia seguinte. Até bom pedaço da noite os Padres confessarão sentados em troncos na frente da Capella.

Passamos a noite muito bem e fiz todos se erguerem ao grito de *Benedicamus Dominum!* Preparou-se o altar, celebrei, dei a comunhão a umas trinta pessoas e depois *chrisme*.

Goiabeiras – A Filha predileta do Padre Pelágio

Até o ano de 1894, o arraial de Goiabeiras foi atendido pelos padres de Currallinho. Quando Dom Eduardo Duarte Silva trouxe da Alemanha os padres redentoristas para cuidarem da romaria de Trindade, eles fixaram residência em Campinas. Dom Eduardo cumulou a eles o atendimento de Goiabeiras. A primeira visita oficial dos redentoristas à capela de Goiabeiras se deu a 24 de janeiro de 1895, quando o padre Miguel Siebler tomou posse da capela, registrando o fato na crônica do convento de Campinas²⁹. Até então a capela, sob a jurisdição do vigário de Currallinho, era administrada por uma comissão formada por leigos, o que não agradava a Dom Eduardo que, imbuído de uma mentalidade romana, quis logo cometê-la aos religiosos redentoristas que passaram a atendê-la todo o quarto domingo do mês, gastando de 12 a 14 horas de viagem a cavalo de Campinas a Goiabeiras.

Essa atitude do Bispo causou problemas entre os habitantes do arraial e os padres redentoristas. Agravou-se mais ainda devido à existência de uma certa rivalidade entre os moradores de Goiabeiras e das fazendas adjacentes em relação a Campinas. Isto, talvez, por serem os fazendeiros e os habitantes do arraial quase todos originários de famílias de Currallinho, que para a região se mudaram quando da abertura da “estrada nova”.

Miguel Arcângelo Nogueira dos Santos que historiou a atuação dos redentoristas em Goiás, assim se expressa quanto ao desagrado dos habitantes de Goiabeiras com a atitude de Dom Eduardo passando o atendimento da capela para os redentoristas:

Não havendo pároco residente, a igreja era administrada por uma comissão leiga, situação que o Bispo D. Eduardo quis modificar

²⁹ Santos, Miguel Arcângelo Nogueira dos. *Missionários Redentoristas em Goiás, uma Participação nos Movimentos de Reforma e de Restauração Católicos (1894 – 1944)*, Vols. I, II, III, São Paulo: USP, 1984, pág. 605.

logo em 1895, em nome do Movimento de Reforma Católica. Isso irá deteriorar o relacionamento entre os redentoristas e a localidade, aspecto ainda agravado pela rivalidade existente em relação a Campininhas, de quem Goiabeiras ficava dependente, e também por causa de problemas ocasionados pela reivindicação de direitos sobre o patrimônio eclesiástico³⁰.

Assim, já em 1894, por meio de um abaixo-assinado, os moradores de Goiabeiras e vizinhanças requereram ao Bispo Dom Eduardo Duarte Silva que se mantivesse as antigas divisas das freguesias (paróquias) de Currálinho e Campinas, alegando conflito entre estas duas jurisdições eclesiásticas. Dessa forma, os moradores de Goiabeiras esperavam que continuassem sendo atendidos pelos vigários de Currálinho. Transcrevemos a seguir na íntegra esse abaixo-assinado devido sua importância para a história de Inhumas, pois traz as assinaturas dos principais e mais antigos moradores de Goiabeiras e das fazendas vizinhas:

Exm^o. e Reverend^{mo}. Sr. Bispo Diocesano

Os abaixo assignados tem a honra de communicar a V. Ecia. [sic] que sendo as divisas da freguesia de Campinas com a de Currálinho, a partir do Rio Meia-ponte pelo Corrego denominado Cemiterio acima ate sua Nascente, e d'esta a do Corrego de Serra Abaixo e por este abaixo ate sua foz no Anicuns ou Sta. Maria, onde este faz a divisa de Campinas e Allemão, e havendo Confusão entre uma e outra freguesia, e Colisão no direito ecleziastico, humildemente recorrem a V. Ecia. [sic] para que Mantenha esses limites que ate a pouco, forão respeitados.

Goiabeiras, 27 de 10^{bro}. De 1894.

Aureliano Machado
Gabriel dos Pasços Assunção
Ignácio Lima de Sequeira
Manuel Vieira Manço
Porfirio da Fonseca Silva
João Apolinario Manço
Joaquim Miranda da Rocha

³⁰ Ídem, pág. 605.

Por J^e. Rafael da Silva
Aureliano Machado
Por J^e. Gonçalves Manço
Aureliano Machado
Justino José de Barros
Por Jose dos Pasços Assunção
Joaquim Miranda da Rocha
Manoel Mor^a. Manço
Por Candido Cesario de Oliveira
Jose de Sousa Rocha
Por Zefirino Glz. [Gonçalves] Manço
Justino Jose de Barros
Por Joaquim Francisco Vieira
Justino Jose de Barros
João Vieira da Cunha
Por Jose Pimenta de Abreo : Joaq^m. Miranda
Por Joaquim Miguel Manso [sic]
Jose de Sousa Rocha
Por Laurindo de Oliveira e Sousa
Jose de Sousa Rocha
Por Lorenço [sic] Fran^{co}. de Souza: Joaq^m. Miranda
Por Silvestre J^e. Rosa, João Miguel Manso, Pedro de Abreo,
Ignacio de Paula Rocha, Aureliano Machado
Por Joaq^m. Roi'z Rosa, Matheos Antonio Roi'z, José Pereira de
Jesus, Belchor [sic] Fran^{co} de Sousa, Joaq^m. Sant. Anna, Antonio
Glz [Gonçalves] Manso, Miguel Ribeiro da Silva, Manoel Sant.
Anna, Marcellino Ribeiro da Silva e Domingos Joaquim Gomes,
Jose de Sousa Rocha
João Fran^{co}. de Toledo, Thesoureiro
Por Elias José da Silva
João Fran^{co}. de Toledo
Domenciano Glz' [sic] Manso
Jose de Sousa Rocha
Por Benedito de Almeida Guerra
João Fran^{co}. de Toledo
Manoel Vieira da Cunha
Jose de Sousa Rocha
João de Almeida Guerra

À margem do abaixo-assinado encontram-se dois despachos:

Apresente-se o presente requerimento para resolvermos dentro em pouco.

Como requerem. Passe a respectiva Provisão demarcando os limites das duas Freguesias, conforme os signatarios e dê-se conhecimento aos administradores de ambas.
Goyas, 21 de janeiro de 1895.
+ Eduardo, Bispo de Goyas

Apesar do atendimento do Bispo ao pedido dos moradores de Goiabeiras, o arraial continuou a ser atendido pelos redentoristas que realizaram excelente pastoreio, tendo a religião florescido junto àqueles antigos, inclusive diminuindo os crimes que eram comuns na região.

Os redentoristas registraram a impressão que tiveram do arraial que à época não possuía mais *que 20 casas, uma igreja dedicada a Sant'Ana, padroeira da Diocese, e uma casa paroquial que mais se parecia com curral de ovelhas de que com casa paroquial*³¹. Certamente esta “casa paroquial” era o “puxadinho” construído em 1892 e ao qual se refere Dom Eduardo.

Em 1896, temos a notícia deixada nas anotações de viagem de Augusta Faro Fleury Curado³² que de mudança do Rio de Janeiro para Goiás, deixou escritas as impressões do caminho. Após passar por Campininhas e outras fazendas, atravessando o mato grosso por ela descrito com realidade vivaz, chegou, a 16 de outubro de 1896, ao arraial de Goiabeiras o qual descreve cinco anos após Dom Eduardo ter passado a primeira vez pelo lugar:

Ainda andamos uma légua e tanto no Mato Grosso (que eles denominam assim para diferenciar do mato em que se viaja e que tem paus finos, muitos vales e campos). Passamos o arraial de Goiabeiras; 25 casinholas brancas. É um lugarejo novo, mas muito aprazível. Descansamos sob uma árvore e tomamos excelente café. Pousamos no Manuel Bueno. Grande sítio de criar gado.

Percebe-se que o arraial crescia a olhos vistos. Em 1891, Dom Eduardo contou a capela e três casebres cobertos de sapé. Em 1895 os

³¹ Idem, pág. 606.

³² GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás –1896 (a viagem era assim)*. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1985, pág. 66.

redentoristas encontraram cerca de vinte casas. Agora, em 1896, Augusta Faro Fleury Curado, conta vinte e cinco casas. Era o arraial crescendo, ocupando o seu lugar em Goiás e destinado a um grande futuro.

Por uma provisão de 09 de dezembro de 1899, Dom Eduardo, a pedido dos redentoristas, autorizava a edificação de uma nova igreja em Goiabeiras, pois a antiga capela cabia apenas 30 pessoas. Não obstante, a construção da nova igreja só foi iniciada em 1907, ficando pronta a 15 de novembro de 1908³³. A demora para o início de sua construção se deveu à dificuldade de se formar uma comissão local, dos meios materiais e mão de obra, bem como pelo motivo de os redentoristas estarem ocupados com a construção da antiga matriz de Campinas e da capela de Ribeirão (Guapó).

Segundo registro dos redentoristas, foi gasta a quantia de 9:000\$000 (nove contos de réis). Esta igreja possuía três naves e media 24 metros de comprimento por 16 de largura³⁴.

O arraial de Goiabeiras nessa época era famoso pelas desordens e brigas. Lugar de futuro, atraía numerosos adventícios, dentre os quais alguns desordeiros, foragidos, gente que vinha de longe se esconder no sertão. A festa de Santana no arraial já atraía inúmeros romeiros da região e dos arraiais vizinhos. Em 1910, anota a crônica redentorista, a festa de Santana em Goiabeiras se assemelhava à de Trindade, chegando a reunir de cinco a seis mil pessoas³⁵. Os padres redentoristas anotavam os acontecimentos tristes ocorridos no arraial e lutavam para que houvesse mudança de comportamento:

É conhecido o fato (...) de não passar quase um domingo em Goiabeiras, sem desordem, facadas ou tiros; não há autoridade (...) A pequena povoação não pode ficar sem policiamento. As desordens lá são semanaes, os tiros frequentes, os palavrões sempre e a única Lei é a de 2 canos (...)³⁶

³³ Santos, Miguel Ancângelo Nogueira. Op. cit., p. 606.

³⁴ Idem.

³⁵ Idem.

³⁶ Idem, p. 729.

Por meio de uma doutrinação séria e constante, com presença aos domingos e dias santificados, pregações e missões durante as festas religiosas do lugar, criação de associações religiosas como o Apostolado da Oração, Congregação para a Doutrina Cristã, Confrarias de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e de Nossa Senhora do Rosário, Conferência de São Vicente de Paula etc, os redentoristas conseguiram mudar a fama do lugar. Principalmente a catequese das crianças recebeu a atenção dos redentoristas. Em 1916 conforme noticiou o jornal Santuário de Trindade de 1922, Goiabeiras contava com 90 crianças aprendendo o catecismo³⁷.

Já em 1923, o mesmo jornal publicava em suas páginas uma crônica dos padres redentoristas intitulada *Presença Redentorista em Inhumas*, onde testemunhavam:

(...) Já se foi o tempo em que esta próspera povoação se tornava com bastante frequência teatro de ocorrências desagradáveis, graças ao trabalho constante dos Padres de campinas e a presença de diversas pessoas de real influencia que passaram a residir aqui; o lugar está transformado (...) ³⁸

Com o atendimento redentorista a Goiabeiras desde 1895, vários desses abnegados filhos de Santo Afonso trabalharam na povoação, atendendo os do arraial e das redondezas. Um deles, porém, afeiçoou-se por Inhumas. Os inhumenses devem ter o maior orgulho, pois a capela de Inhumas é chamada nas crônicas redentoristas de *a filha predileta do Pe. Pelágio e cuja fama ele transformou. Era mal afamada(...)*

Que elogio eloqüente ser a filha predileta de um santo! Exulte, pois, Inhumas, pois no altar de sua capela muitas e muitas vezes celebrou o Venerável Padre Pelágio Sauter, cujo processo de beatificação tramita no Vaticano. Por seu povo teve ele especial predileção, que do céu continue olhando por Inhumas, pelo seu crescimento material e ainda mais pela paz e concórdia de sua gente.

³⁷ Jornal Santuário de Trindade, nº 12, de 02 de dezembro de 1922. IN Santos, Miguel Arcângelo Nogueira dos. Missionários Redentoristas em Goiás, uma Participação nos Movimentos de Reforma e de Restauração Católicos (1894 – 1944), Vols. I, II, III, São Paulo: USP, 1984.

³⁸ Idem, pág. 732.

De Goiabeiras para Inhumas – a quem creditar a ideia da mudança do nome?

É sobejamente conhecido ter o arraial de Goiabeiras tomado o seu nome desta árvore frutífera abundante, áquela época, na mata, no local onde surgiria o arraial. Mas quem teve a idéia de mudar-lhe o nome para Inhumas, em homenagem a esta ave de cantar soturno, exemplar representativo, talvez em vias de extinção, de nossas matas e beira de brejos? Até há bem pouco tempo era pacífico ter sido este nome idéia do jornalista e escritor Moisés Santana, barbaramente assassinado na porta do jornal Lavoura e Comércio de Uberaba, em 1922.

O certo, porém, é que o nome “Inhumas” já existia na região pelo menos desde 1857, dando nome a um córrego existente para o lado do rio Quilombo, como se pode constatar do registro de terra lançado por Antônio Alves de Oliveira, sob o número 49, na freguesia do Curralinho³⁹.

A notícia mais antiga que se tem de ter sido Moisés Santana o autor desta ideia está registrada no livro de Derval Alves de Castro, inúmeras vezes citado aqui.

Alguém discordou dessa tradição antes nunca refutada, citando uma errata existente no livro de Derval, sob o nome de “Observação ao Leitor”, onde Derval escreve o seguinte adendo à informação que dera na página 134 de seu livro: *Na pag. 134, linha 10, o leitor **accrescente** ao nome de Moysés Sant’Anna o do capitão José de Freitas Machado, a quem tambem se attribue a idea.*

A par deste adendo de Derval Alves de Castro, interpretou-se que ele queria, com aquela errata, fazer justiça ao verdadeiro autor da nova denominação “Inhumas”. Ora, de forma alguma Derval de Castro diz que a idéia não fora de um, mas de outro. Derval apenas registra que na época da elaboração de seu livro corria a versão de que se atribuía a idéia do nome Inhumas também ao capitão José de Freitas Machado. Tanto é que, na mesma errata, Derval separa os “erros historicos”

³⁹ Procuradoria Geral do Estado. Registro de Terra da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Curralinho. Goiânia.

ocorridos em seu livro, solicitando ao leitor, por exemplo, que “Onde se lê” Arthur Pinheiro de Abreu, “Leia-se” Virgínio Pereira da Cunha.

Quanto ao nome do idealizador da troca do nome de Goiabeiras para Inhumas, Derval, na mesma errata, mas em uma nota em separado, pede ao leitor **ACCRESCENTAR** ao nome de Moisés Santana o nome do capitão José de Freitas Machado, ao qual também se atribuía a idéia. É muito claro que Derval não queria retirar a menção ao nome de Moisés Santana, mas apenas acrescentar outro nome ao qual também se atribuía o mesmo fato.

Não obstante, opinamos que o autor da idéia foi, sim, o jornalista Moisés Santana. As objeções a seu nome não resistem ao menor vasculho pela documentação do passado. Vejamos:

Apesar de, em 7 de agosto de 1907, Moisés Santana estar em Catalão onde lançou o jornal “Sul de Goiás”⁴⁰, em dezembro de 1908 já estava na Cidade de Goiás, ocasião em que tomou posse do cargo de Secretário da Polícia, isto a 31 de dezembro de 1908⁴¹. Aliás o próprio Moisés alude, em seu livro *Vultos e Factos de Goiás*⁴², ter a Folha do Sul, de Catalão, existido de 4 de julho de 1907 a junho de 1908, deixando de ser necessária a sua permanência em Catalão⁴³. Portanto, Moisés Santana deve ter regressado à Cidade de Goiás em julho ou agosto de 1908, alguns meses antes de o Coronel João Elias da Silva Caldas, Presidente do Conselho Municipal de Currálinho, promulgar a Lei nº 40 que dava outra denominação ao distrito de Goiabeiras.

Aduz a isto a amizade que aproximava Moisés Santana e o Coronel João Caldas, ambos bulhonistas. Após ter tomado posse como Secretário da Polícia, Moisés Santana, ressentido com a política da capital goiana, deixa o cargo fixando-se, provisoriamente, em Currálinho. É ele mesmo, Moisés Santana que o diz:

⁴⁰ BORGES, Humberto Crispim. *Moisés Santana, Vida e Obra*. Goiânia: CERNE, 1980, pág. 46.

⁴¹ Idem, pág. 153.

⁴² Reeditado em BORGES, Humberto Crispim. *Moisés Santana, Vida e Obra*. Goiânia: CERNE, 1980.

⁴³ Idem, pág. 150.

Voltei ainda a palácio a 1º de fevereiro [já em 1909]. O “proximo despacho” passara. (...) Fiz mal em ter voltado. (...) No dia imediato, deixei o lugar na Secretaria de Polícia e me retirei da Capital, com a minha família. Fixei-me em Curralinho, provisoriamente. Desinteressara-me pelo partido, ralado pela frouxidão que me escandalizara. Amigo íntimo do chefe da oposição local, coronel João Elias da Silva Caldas, conversávamos calmamente sobre os fatos, sem interesses e sem paixões⁴⁴.

Além de amigo do Coronel João Caldas, Moisés Santana era compadre de Augusto da Silva Baylão, este, por sua vez, era cunhado de João Caldas (casado com Dona Deolinda da Silva Baylão) e irmão de Arlindo Baylão, morador de Inhumas nas primeiras décadas do século XIX, casado com Jacinta Pinheiro de Abreu, sobrinha do Coronel João Caldas.

Moisés Santana era também irmão de Maria Santana, esposa do primeiro professor do arraial de Goiabeiras, o professor Antônio Fulgêncio Sampaio.

Por estes arrazoados se percebe a ligação de Moisés Santana com Goiabeiras. Mas a tudo isso acresce a tradição, sempre corrente em Itaberaí, de que foi Moisés Santana o autor da idéia da mudança do nome de Goiabeiras para Inhumas.

José Pinheiro de Abreu, sobrinho e genro do Coronel João Caldas, contou-nos algumas vezes este fato, acrescentando que em seu casamento com Maria da Silva Caldas, filha do Coronel João Caldas, a 5 de maio de 1920, Moisés Santana discursou, brindando aos noivos.

Quanto ao Coronel José de Freitas Machado, apenas em Derval de Castro se encontra o registro de que a ele, também, poder-se-ia cometer a idéia do nome Inhumas. Em Itaberaí a tradição nunca perpetuou essa outra versão.

José de Freitas Machado era natural do arraial de São José do Tocantins (Niquelândia), tendo se mudado com a família para Curralinho na década de 1880. Ocupou postos de relevo em Curralinho e de 1907 a 1908 foi sub-intendente do distrito de Goiabeiras.

⁴⁴ Idem, pág. 155.

Por todos os subsídios históricos analisados acima, queremos crer que a Moisés Santana poder-se-á imputar a idéia da mudança do nome de Goiabeiras para Inhumas.

De um pequeno arraial perdido no mato grosso goiano, Inhumas, pelo arrojado espírito de seu povo, venceu os obstáculos que se antepuseram em seu caminho e abraçou o lugar que lhe estava reservado: ser uma cidade progressista, de gente ordeira e trabalhadora, um dos principais municípios do Estado de Goiás.

REFERÊNCIAS

ALINCOURT, Luis d'. *Memória sobre a viagem do porto de Santos á cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, pág. 93.

BORGES, Humberto Crispim. *Moisés Santana, Vida e Obra*. Goiânia: CERNE, 1980, pág. 46.

Constituições do Arcebispado da Bahia (1853). Brasília: Edições do Senado Federal, 2007, pág.121.

GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás –1896 (a viagem era assim)*. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UCG, 1985, pág. 66.

Memórias Goianas, nº 3, Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1986, pág. 121.

Memórias Goianas, nº 4, Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1996, pág. 132.

MIGUEL, Jamil et alii. *Instantes da história de Inhumas*, vol. I. Goiânia: Kelps, 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1975, pág. 46.

SANTOS, Miguel Arcângelo Nogueira dos. *Misionários Redentoristas em Goiás, uma Participação nos Movimentos de Reforma e de Restauração Católicos (1894 – 1944)*, Vols. I, II, III, São Paulo: USP, 1984, pág. 605.

DOCUMENTOS E LIVROS MANUSCRITOS

Livro B-12 de Assentos de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá, fls. 55v. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Goiânia.

Lançamento do imposto sobre prédios urbanos do arraial do Currallinho do exercício de 1871-1872. Caixa nº 02 do município de Itaberaí. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia.

Relação dos devedores da Coletoria do Currallinho dos impostos do exercício de 1883-1884. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia.

Fragmento de um livro de óbitos da paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currallinho, fls. 06. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central/UCG. Goiânia.

Livro C-04 de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currallinho, fl. 62. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

Livro B-04 de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currallinho, fl. 55. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

Livro C-02 de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currallinho, fl. 8v. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

Livro C-01 de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Abadia do Currallinho, fl. 14. Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

Livro de Registro das Obrigações dos Devedores do Dízimo do Distrito da Cidade de Goyaz –1839. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia.

Livro B-12 de Assentos de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá, fls 38v. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Goiânia.

JORNAIS

Jornal Matutina Meiapontense, nº 355, de 01-08-1832.

Jornal Santuário de Trindade, nº 12, de 02 de dezembro de 1922.

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Goiânia.

Jornal Santuário de Trindade, nº , de 2 de junho de 1923. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Goiânia.

ARQUIVOS PESQUISADOS

Procuradoria Geral do Estado de Goiás. Goiânia.

Paróquia de Nossa Senhora da Abadia de Itaberaí.

Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Jaraguá.

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central. Goiânia.

Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia.

Arquivo Geral da Diocese de Santana de Goiás. Cidade de Goiás.

UM HISTORIADOR-FICCIONISTA-POETA: BENITO BARRETO

Moema de Castro e Silva Olival¹

“Por todo o sempre, a verdade e a poesia dos vencidos”

“E assim a vida, e vai o mundo e cada um de nós são vários”.(p.396)

Para a Crítica Literária, a História- entre outras disciplinas que dizem respeito ao ser humano- é poderosa matéria interdisciplinar para uma visão cosmopolita da obra de ficção, uma vez que, hoje, o “corpus” literário se alimenta dos inúmeros filões ônticos e estéticos que o arregimentam.

Quando li o premiado livro *I808-romance histórico*-de Laurentino Gomes (São Paulo: Editora Planeta do Brasil,2007; 2ed.369pp, 2010)-livro que, inteligentemente, junto ao título traz uma ementa de sua matéria, a saber: “Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil”, senti interagirem com o fato histórico real, o perfil subjetivo e crítico das personagens, ainda que participe do momento histórico vivido pelo Brasil, trazendo para esta obra não só uma feição, preponderante e fundamentalmente histórica, a dirigir a narrativa, extensa pesquisa sobre a matéria, ao seguir as etapas do período inicial do nosso processo de colonização.

¹ Ensaísta, crítica literária, escritora, sócio-titular do IHGG, ocupando a cadeira nº 10.

Mas, também, o processo criativo engendrando pinceladas estilísticas, políticas, psicológicas na evolução da trama, e provocando a feição caricatural das personagens, o que acentua o aspecto épico-literário desta narrativa, a saber: (ficção alicerçada sobre a história, e, modernamente, sobre dados interdisciplinares como os da psicologia, da filosofia, da estética, da lógica, da sociologia, etc o que quer dizer: romance (literatura) e História (memória real de fatos acontecidos), podendo ser considerada “romance histórico”, o que reforça o interesse que desperta no leitor, interesse bem maior que se fosse só um livro pontual de História. (Uso didático).

Os mencionados registros tornam-se, sem dúvida, condição básica para que o autor possa declarar que a narrativa foi urdida com os fios da história, que a narrativa corre sobre o leito de fatos reais, registrados historicamente, mas, isto, sem prejuízo da ficção, do ato criativo, como entendemos hoje. Possibilidade que, ao que parece, amedrontou o autor, Bernardo Élis, ao lançar o romance *O Senhor Governador* quando recusou, a princípio, em atribuir ao seu romance o feitiço de histórico- tão bem zelado por ele, sem dúvida,- embora responsável também pela estrutura ficcional da obra-o que quer dizer criador de sua verdade literária. Então aí, a história entrará, apenas, como colaboradora da temática, respeitada, sem dúvida, na substância de sua matéria, mas retrabalhada esteticamente para montar o cosmos virtual que é a obra literária. Registros como o já citado “traço psicológico” entre outros, muitas vezes, escapam ao historiador, ainda que estejam sempre presentes na visão dos escritores, poetas e cronistas, arautos de seu tempo.

Tive oportunidade de discutir este aspecto quando de meu ensaio crítico sobre o referido romance: *O Senhor Governador*, romance de Bernardo Élis, cuja temática revela-se de enorme presença no período colonial, fazendo um levantamento crítico da mentalidade das autoridades portuguesas em relação aos nativos de Goiás. (Olival, *O Espaço da crítica III*- Gya:Editora da UFG, 2009, 456pp- Prêmio de Crítica: Antonio Olinto- UBERJ-).

E agora, já com certa experiência no gênero mencionado, temos pela frente a bela e expressiva tetralogia do escritor e historiador Benito Barreto,- membro do Instituto Histórico de Minas Gerais e da UBERJ- cuja primeira tetralogia intitulou-se *Os Guaiãs* – em homenagem à sua cidade natal em Minas: Dores de Guanhões(a antiga

Capelinha de Nossa das Dores.). Esta segunda tetralogia compreende os romances históricos: *Saga do Caminho Novo- os Idos de Maio*. Belo Horizonte: Editora Casa de Minas- 2009, (pp448); *Saga do caminho Novo: Bardos & Viúvas*- melhor romance histórico de 2010-premiado pela UBERJ. Editado em Belo Horizonte: Casa de Minas,2010,(pp 464); *Saga do Caminho Novo: Toque de silêncio em Vila Rica*.Belo Horizonte: Editora Casa de Minas,2011,(pp352); *Saga do Caminho Novo: Despojos - a Festa da morte na Corte*.Belo Horizonte: Editora Casa DE Minas, 2012, (pp584)

Como *Os Guaiãs*, também esta série é a referência indiscutível de nossa prosa regional, local, (mas misto, ainda, do universal, ao retratar as forças inerentes ao ser humano como força e poder, portanto literatura épica, regional-universal, como será a segunda tetralogia *Saga dos Caminhos Novos*, que ora vamos examinar, compartilhando o espaço também percorrido por Guimarães Rosa, Bernardo Élis, Graciliano Ramos, Jorge Amado, etc), assunto de teses e dissertações, de estudos e artigos, de autores os mais diversos.

Nela, como em tudo o que Benito faz e escreve, estão presentes, de forma preponderante, as causas e as lutas do homem, por seu espaço e por suas idéias e crenças.O que leva as obras reunidas sob o título- *Saga do Caminho Novo*- a esta reconstrução da Conjuração Mineira, “com todo o seu povo a tomar vida, a expressar as vozes de Minas, mais que personalidades referenciais de empoeirados livros de História.”.

Iniciemos, então nosso ensaio, com *Os idos de Maio*- o volume inicial- que fala dos motivos da vinda para o Brasil, “ fuga” provocada pela invasão de Portugal por Napoleão em desentendimento com os ingleses, do impacto da população com a chegada da Corte, da irreverência da Rainha Maria, a Louca, em relação à terra que a recebia, dos momentos iniciais das referências sobre o ânimo e revolta dos nativos comandados- secretamente, por Tiradentes, das reações dos portugueses às primeiras notícias sobre o assunto, dos governantes que do Brasil só queriam o ouro, diamantes e escravos. Cada exemplar desta série: *Saga do caminho Novo*, mostra fases dos momentos históricos que Minas viveu, com a Inconfidência, fases que se alimentavam nos interesses e ambições dos governantes, permitindo discenir o perfil de personagens heróicas, idealistas, as respectivas reações e as que prenunciavam a torpeza e traição, numa verdadeira prospecção

subjetiva das personagens, às voltas com seus sentimentos, de revolta e de amor.

O segundo volume: *Saga do caminho Novo: Bardos & Viúvas*. Belo Horizonte: Editora Casa de Minas, 2010 (pp464.il), mereceu o Prêmio João Felício dos Santos- da UBERJ- de “Melhor romance histórico de 2010”. Na dedicatória inicial, Benito Barreto faz bela homenagem à sua terra natal: “Tributo a Minas, meu chão, e aos Bardos de Vila Rica, nossos gloriosos irmãos . Dedico sobretudo este livro à beleza e bravura da mulher inconfidente.”.

O romancista Luís Giffoni, um dos apresentadores deste volume também ressalta o profundo conhecimento, da parte de Benito Barreto, de nossa história e da alma humana, salientando o fato de que, “ nesse caldeirão de sítios históricos, personagens, embates e emoções, Benito tece sua própria inconfidência, revelando-nos o que teria passado pela cabeça e pelo coração dos conjurados mineiros”.

Insiste no abuso das autoridades portuguesas como a do barão de Barbacena, que se aprazia em demonstrar, perversamente, uma força advinda, apenas da posse material de um poder alheio aos direitos dos nativos, cuja coragem o autor- com argúcia e espírito crítico-, faz sobressair, através da reação valente daquele povo mineiro.

Segue-se uma enfiada de ações corajosas, não só da parte dos homens, mas, sobretudo das mulheres, sustentáculos daquela mostra de capacidade de reagir, do prenúncio dos castigos que as levariam à viuvez—*Bardos e Viúvas*- expondo seus sofrimentos e seus amores perseguidos, seus homens, aprisionados, com especial ênfase para Tiradentes- o líder- e para os poetas que ousavam reagir, enfrentando as perseguições muitas vezes brutais da parte do pessoal da Corte.

Ascenas explícitas de paixões ameaçadas marcam emocionalmente a narrativa.

Iniciemos com Tiradentes, até então aventureiro no amor, e sua atual amada: Perpétua. Refere-se Benito, numa amostragem lúcida sobre a personalidade do “ Herói”, a maneira instável como ele encarava o amor, referindo-se às mulheres que chegara a conquistar: Vejamos:

“Tanto lá na Rua do Ouvidor, no Rio, com Perpétua, quanto, como na Serra da Estrela, com Ana Mariana; ou na Estalagem da Varginha, com Izidora , ou em Vila Rica, com Antônia- que lhe dera uma filha Joaquina-,ou mesmo, na longínqua Conceição do Mato Dentro, com

Nadya-a Nadinha- , quando , naqueles tempos, o que mais queria, era amar sem se comprometer em virtude de seus compromissos ... ”

Deles, o mais importante seria seu projeto nacionalista, sua reação contra os que queriam usurpar os direitos e posses dos nativos mineiros: os que considerava os verdadeiros donos da terra; reação, pois, contra os invasores portugueses.

Como explicar à Perpétua que precisava viajar, que - ele, sendo do regimento de Minas, era alferes-, não podia e não tinha dinheiro para levá-la para Vila Rica etc.. E a amava com ardor, o que ,afinal, não impediu seus planos e ela que seguisse sua vida...

Nesses apanhados dos perfis das personagens, Benito Barreto consegue preparar a sua narrativa, segurando o grande fato histórico da Inconfidência , fazendo interagir os dois mundos, História e Ficção, com recursos estilísticos, imagens, estruturas frásicas: fluxos de consciência, frases de arrastão. Frases nominais, caóticas, monólogos e solilóquios, frases fragmentárias, frases entrecortadas, enfim recursos que permitem delinear com riqueza os perfis dos atuantes da narrativa, e que iremos mencionar , ainda que sucintamente, à medida que nos depararmos com eles.

Muitos dos títulos dos capítulos impregnam-se de poesia, como “ No chão Minas Gerais menina com seus pés descalços”...Bela metonímia, como também: “ No silêncio da masmorra, conversando com Minas...” e outros... Assim, a poesia, volta e meia, formata a linguagem como neste parágrafo do referido capítulo (à p.87, estando já preso nosso herói). Importante notar as reticências,no começo ou fim dos parágrafos, num emprego reiterativo da ideia de continuidade, muito usado no modernismo, retornando ao barroco, estilo a que, por vezes, recorre na extensão de seus períodos, e excessos de expressão, como a relembrar a época do fato histórico, final do século XVIII: Ex: “...e no silêncio profundo da masmorra fica ele, Tiradentes, então, a segredar, conversando com Minas, numa obscura e incestuosa efusão, na qual, se sente, em relação a ela, filho, pai, e, ao mesmo tempo, irmão e amante...”

Digno de menção, ainda, a generosidade de Tiradentes, se oferecendo, como um prático-dentista, para aliviar seu carcereiro de um dente inflamado. Este, aliviado da dor, pergunta ao réu- dentista, por que se aventura nesse movimento revolucionário e ele explica:

“Vê nisso, nessa evidência de administração cega e trato estúpido com as coisas, a marca e os modos do colonizador luso, algo, na mesma linha e natureza da maneira descuidada e bruta, certamente, inábil, como conduzem os assuntos da colônia e lidam com as pessoas e os seus sentimentos. Sem zelo nem cuidados, nenhum escrúpulo, sem limites”. Acrescenta: “ Tiram a Minas seu ouro e os diamantes; ao Nordeste, o açúcar; à Bahia, o fumo; as castanhas ao Pará; os bois ao Sul, de São Paulo levam o café; entregam ou vendem a terceiros para nós os locais- mazombos e nativos- só deixando, as feridas e os buracos, as esvaziadas minas e os bagaços fermentando, clamando à borda dos caminhos e a apodrecer no pátio dos engenhos.”

Nesta síntese, pois, Tiradentes expõe a semente desta reação de que era o líder.

No capítulo seguinte, alimentando poesia, temos: “ Que poema essa menina escreve! Que poema em tuas pedras, Vila Rica!”, do diálogo de Claudio Manuel da Costa- o mais velho do grupo de poetas, o de relativo prestígio com a corte portuguesa, embora, agora, retido como refém em sua confortável casa- diálogo travado com a noiva de Thomaz Antonio Gonzaga, este, também poeta, aprisionado, pela ambiciosa corte, logo no dia em que seria o seu casamento com Maria Dorothéia, a quem Cláudio, neste momento , chama de Marília de Dirceu, em homenagem ao seu amigo Gonzaga que assim, poeticamente, os designava.

E, em ato de bravura inusitado, a noiva, a caminho do altar, para se encontrar com o noivo, ao sabê-lo preso, corda no pescoço, postase à frente da Guarda oficial, declarando que dali não sairia sem que o general explicasse o que o noivo tinha feito e os porquês de ato tão arbitrário. Ante a ameaça de tirá-la à força, Marília grita que mandasse a carruagem passar em cima dela.

-Belo capítulo, este: exemplo de arrojo e determinação. Impossibilitado de prosseguir, o general bateu em retirada. Então Cláudio pediu desculpas a todos- amigos e convidados-ao povo de Vila Rica- pelo fracasso da festa prometida, e, choram juntos ele e Marília-esta- pelo, noivo arbitrariamente preso por ordem da Corte Portuguesa .

E um cantador de rua se incumbe de espalhar, com detalhes, o infausto acontecimento. Assim, Benito Barreto vai dramatizando as reações desumanas, infringidas pela corte portuguesa, àqueles

brasileiros-mineiros, preparando os passos para focar o movimento histórico da Inconfidência, retratando a valentia com que lutavam pela independência, fato já percebido pelos portugueses, que agora, passaram a impor sua desalmada reação.

Aos poucos, o alferes Tiradentes conquista novos adeptos à sua bandeira de libertador não só de Minas- sua terra- mas, quem sabe do próprio Brasil, com seus discursos libertários, a ponto de ser chamado de louco, : além dos poetas já mencionados, a saber: Cláudio Manuel da Costa, Thomáz Antonio Gonzaga, Ignácio de Alvarenga Peixoto, outros como padre Oliveira Rolim, o grande artista Aleijadinho, o comandante de cavalaria, o tenente- coronel Paula Freire de Andrada, os Toledo, o padre e seu irmão, sargento- mor Luís etc, além das obras escritas pelos mencionados poetas: *Arcádia e as Cartas Chilenas*, que passavam de mão em mão, cumprindo a missão de conquistar novos partidários.

Entremeio aos fatos dos homens de ideal, como os que mencionamos, prende-se a narrativa à posição de coragem das mulheres- as candidatas à viuvez- dada a perseguição aos seus homens, aos bardos que amavam e admiravam, como a cena do encontro de Hipólita, a quem chegara a notícia que seu marido o coronel Oliveira Lopes comandava, contra o governador, uma aguerrida tropa de revoltosos, e que, então, em desespero acompanha Bárbara Heliadora e com ela parte para Vila-Rica, em busca de mais notícias. E, ao verem “o ouvidor e poeta Gonzaga algemado, amarrado na sela, puxado a laço, sendo levado para o Rio por uma escolta,” Bárbara Heliadora entra em pânico e exclama: “ o que não estarão fazendo com o meu amado, o meu pobre coitado esposo tão despreparado para a dor e a humilhação.”

E revela, à amiga, o que resolve, naquele momento, face à dúvida de Hipólita se fizeram bem em sair para a estrada: Diz: “ Eu, por mim, prefiro sair e até cair num buraco, se for o caso ou me ver apanhada e presa num alçapão, como dizes, mas sempre hei de esfregar na cara do algoz o que ele faz comigo; há que fazê-los ver e ouvir, com palavras de fogo, o que fazem de nós, com a gente-pelo menos-”.(p.366, 2 vol.).

Este segundo livro, justamente premiado, é um grande grito de amor e também, de revolta e liberdade. Procurei, com atenção os traços fundamentais que os caracterizam, isto, é aos principais inconfidentes, não podendo me esquecer de um belo trecho sobre os poetas aprisionados, que, sofrendo duros castigos, fazem a sua

humilhante caminhada rumo ao Rio de Janeiro, sede da Corte Portuguesa. E, também, e infelizmente, para quem confiava nele, alguns traços do traidor Silvério dos Reis. Acompanhemos a agudeza de observações do autor, sobre a natureza humana.

Vejamos, em primeira mão, transpirando poesia, Gonzaga, português de nascimento mas mineiro de coração, que, - perante o seu chão amado, a caminho de seu julgamento, fato retratado, numa longa frase labiríntica- reproduz período ciceriano, muito usual no século XVII-XVIII e, mesmo por barrocos extemporâneos, como Proust no início deste século, e capaz de criar um clima de continuidade e permanência de sentimentos:

“Gonzaga aspira, então, com hausto fundo e sentimento, a aragem e os cheiros deste chão e destes verdes, dos quais quisera, ele, também, impregnar seus versos, mas não há mais tempo, julga que não, e não somente porque já a fronteira se avista, atrás dos montes, e dentro em breve ele terá transposto o Paraibuna e deixará Minas talvez, pra sempre, como , e mais principalmente, porque, por isso mesmo, toda a poesia de sua alma e todo o espaço da sua poesia os vê sendo ocupados pela presença avassaladora conquanto imaterial, de Marília, no vazio real, inestancável, da ausência de Maria Dorothéia.”

Bárbara Heliódora e sua amiga Hipólita, ao perceberem que haviam sido salvas de um assalto traiçoeiro por uma mulher desconhecida, simples, do povo, conjuram entre si: “Veja isto:...neste mundo, o mal e o bem misturados é o que presenciamos. Ao lado desse Pamplona, violento e bruto, sua mulher... essa atitude dela, a honradez e a coragem, na pessoa dessa mulher sem luz nem berço, a Eugênia, que é por sinal, filha ou neta de escravos, sabia? Pois é, e enquanto que debaixo da vestia de belbute e ouro do coronel Silvério dos Reis, vive, satisfeito e gordo, um verme, um vil traidor anima e guia as mãos doentes do Aleijadinho, um gênio, o gênio da arte, um dom divino... e assim a vida, e vai o mundo, e cada um de nós são vários...”

E, para encerrarmos a visão crítica deste segundo volume, *Bardos & Viúvas*, - ainda na descrição dos tipos dos poetas prisioneiros- uma cena de coragem do poeta Alvarenga Peixoto, o marido de Bárbara Heliódora, também a caminho do desterro, que reage violentamente à

agressão do alferes que o aprisionava: “ O dragão toca com a ponta da bota a cuia em que ele, o prisioneiro, enfia a cara e lava a boca, lhe encobrindo o rosto: Não aprendeu a beber não, doutor? (...) Alvarenga Peixoto afasta, lentamente, a cuia e com a mesma lentidão, vai levantando os olhos para o figuraça à frente, que, de pé e do alto da própria enormidade, o espia: atira-lhe então, de baixo para cima, a cuia d’água.; o outro, surpreendido, salta, praguejando, com o que ri o poeta às gargalhadas (...) esbraveja: agora, em vingança , mata-me (...) ou é o vil ajudante tão covarde quanto o foi frente ao padre Toledo.”...- Tom cinematográfico, bela cena de dramaturgia ,ao tornar evidente a imagem suscitada.

Assim, passaremos ao terceiro volume, *Saga do Caminho Novo: Toque de silêncio em Vila Rica*,(I ed, Editora Casa de Minas, Belo Horizonte,2011,) com um conhecimento arguto das principais personagens. Obra em que, no dizer de um dos apresentadores; Alberto Pinto Coelho-Vice- governador de M.G- “Benito vai tecendo uma enorme teia de sentimentos e emoções que nos remetem, de imediato, , tal qual máquina do tempo, ao cerne da luta e da motivação daquele homem “ensandecido de esperança” que mencionava nosso líder Tancredo Neves, quando se referia, orgulhosamente, ao protomártir da Inconfidência, o herói Tiradentes.”

Deste modo, se em *Bardos & Viúvas*, o enfoque principal caiu sobre as mulheres “ guerreiras” dos inconfidentes-elas, também, emocionalmente unidas aos seus amores, e aos seus ideais- como Bárbara Heliodora e seu poeta Alvarenga Peixoto, Maria Dorotéia e o seu Thomaz Antonio Gonzaga, que, pelo sofrimento ao vê-lo arrastado e humilhado pelos portugueses, ante a dor que lhe foi infligida com a prisão de seu poeta, passou a designar-se só pela alcunha com que seu amor a distinguiu: Marília de Dirceu; Claudio Manuel da Costa, já apresentado como o mais velho do trio, de maior representação social, bom poeta, a princípio bem relacionado com os portugueses, de personalidade mais moldável, mas depois arrependido do jogo político de interesse, enclausurado em sua própria casa, deixa-nos momentos de recordações e reflexões significativas. Isto fora o próprio Tiradentes à volta com os seus amores passageiros, fora personagens femininas que vão se distinguir pela coragem e ousadia como Hipólita e demais mencionadas.

Agora, neste terceiro volume, *Toque de silêncio em Vila Rica*, vamos acompanhar, com mais penetração existencial, toda a dramaturgia amorosa, existencial, dos vultos guerreiros, já apanhados nos volteios de seus relacionamentos de rebeldia e protesto.

A própria Igreja, unida oficialmente à Corte, começa a marcar seus vultos, como o cônego Luís Vieira, ao ouvir a reprimenda que lhe passa o seu superior, o bispo Pontével, no seminário em Mariana, ao descobrir suas simpatias à rebelião mineira. E lhe diz: “ Fica feio, muito feio, indigno do professor e do pregador que, até aqui, tens sido, isso de tentares imputar a outrem (leia-se: os portugueses) os desastrosos feitos ou malfeitos das tuas mãos.

Logo em seguida, o Cônego Luís Vieira recebe ordem de intimação do sargento-mor Vasconcelos Parada, que o acusa de crime de lesa pátria. E os seus dragões dão voz de prisão ao inconfidente, a quem “ algemam pelos punhos, põem-lhe ao pescoço o laço, e o puxam porta afora, ” dirigindo-se à cidade de Vila Rica para que todos presenciem o acontecimento.

Personagens em missão dirigida pelo implacável Visconde de Barbacena, trocam impressões provocativas com os possíveis adeptos da Inconfidência, e começam a assumir atitudes mais radicais. Arguta técnica de apreender o subjetivo das personagens. Assim, vemos diálogos ríspidos, bem disfarçados pela ironia, entre tenentes-coronéis como o Ajudante de ordens do Governador e o Contratador Rodrigues Macedo, (discreto, ainda em relação à sua posição favorável aos mazombos) o qual o visitava. Percebe-se, neste colóquio a intenção malévola da corte de perquirir possíveis traidores da Corte, como presenciamos nesta interlocução, quando se discute a fala da língua portuguesa pelos mazombos (mineiros) em relação aos “ instruídos” portugueses.

Ferinamente, responde o Contratador Macedo: “- ...sim, não têm a mesma facilidade com uma língua que, de resto, é bem mais nossa do que deles, um falar que lhe impomos, donde que ainda o não consigam exercer e usar com o desembaraço, o desempenho nem a sua verve, coronel.

– Nem tanto assim, caro Contratador, podem lá não o fazer com o brilho e a desenvoltura que nos são próprios...(...) mas loquacidade, não que essa a têm de sobra Tiradentes...; isso para não falarmos em certos

poetas libertinos e delinquentes, que nos têm infestado os lares com aqueles pasquins apócrifos a que chamaram de “ Cartas Chilenas, talvez por imitação às “ Cartas Persas” do filósofo francês Montesquieu (séc. XVIII..em cujo teor tem-se atilada crítica da sociedade, dos costumes, das instituições políticas e os abusos da Igreja e do Estado na França de então). E Rodrigues Macedo raspa a garganta (...), e,ao invés de responder, o atropela, levantando-se e abafando deseducadamente (...) seu interlocutor.”

Com muita precaução, uma vez que se sentem observadas, através do artista Athayde, buscam, as três guerreiras encontrar o mestre Aleijadinho cuja genialidade admiram. Não só para cumprimentá-lo, como para sugerir-lhe que immortalize seu guerreiros poetas através de sua arte.mas ele já havia saído- esperando passar o “ mau tempo”- com o Irmão Lourenço; assim vamos conhecendo aos poucos, todos os partidários de Tiradentes.

Como podem observar, entro nos debates que possam revelar, trazer, não só detalhes históricos, quanto a criatividade na formatação da trama e da linguagem.

Comecemos pelo poeta Cláudio Manoel da Costa, o mais velho, o de obra maior e o últimos dos três bardos a abraçarem a causa libertária. Na verdade, simpatizante que era, a princípio , dos portugueses, dada a sua situação social, viu-se aos poucos envolvido pela causa, sendo sumariamente preso no “seu casarão de quadra inteira, casarão que acabou sendo o seu retiro forçado e de outros suspeitos”, e para onde se dirigiram as nossas heroínas. Foi assim, com lágrimas nos olhos que viu chegarem Bárbara, Hipólita e Marília- esta última- Maria Dorothéia- adotando oficialmente só o nome que lhe dera seu amado Gonzaga.: Marília de Dirceu.E confidenciam, entre si, seus pesares, eliminam dúvidas cruéis como quando disse Bárbara, a Claudio Manuel, que o seu grande amor,-Alvarenga Peixoto, já preso, deixara ordem para não recebê-la, isto lá no quartel, em São João, onde estava recolhido. A isto, respondeu-lhe Cláudio Manuel que era uma infâmia esta notícia. Que ele sabia e toda Minas, que a ordem partira do verdugo português Dias Coelho, para atormentá-la e ao poeta seu amado Alvarenga. Ainda, que soubra, via um “ pé rapado” que viera lhe bater à porta, trazendo notícia que lhe mandara seu João Costa, -o general dos povos do garimpo- e seu outro parceiro Zé Basílio, guerreiro: que, ao raiar do dia, lá no Seminário,

em Mariana, prenderam, a laço e a ferros, “vosso amigo cômego Vieira”, e que ficasse atento porque o próximo poderia ser ele.

E, aos poucos, propostas, aqui e ali, revelavam o movimento de arregimentação, de um lado, dos garimpeiros e simpatizantes do libertário Tiradentes; de outro a Corte a enviar, por ordem do visconde de Barbacena, o sargento-mor Vasconcelos Parada (aquele chamado de Padelas, como consta na famosa Cartas Chilenas) e sua tropa de escol.

E, ao lhe perguntarem o que achara das três mulheres, desfilando pela cidade, vestidas de preto, sinalizando para a revolta, ele respondeu: “O que mais notei foi a viuvez e o topete: essas não desviaram a cara nem baixaram os olhos; e acenaram, com atrevimento, para o cômego Vieira,” (p. 90). aprisionado tão grosseiramente...

Assim se fortalecem os símbolos dos confrontos como os registrados no capítulo que mostra a chegada das guerreiras na casa dos Contratos e dos Contos, quando, então, foram convidadas pelo Contratador Rodriques de Macedo para almoçar, ainda que seu escudeiro, o Motta, sempre zeloso, guarda-livros da casa dos Contratos, o tenha prevenido do perigo do gesto.

Lá chega a tropa de Parada. Marília tenta aproximar-se do Cômego aprisionado. É impedida pelo soldado... Irritado, o capitão Baltazar Mayrink-pai de Marília- grita com o soldado que lhe explica que tem de cumprir ordens. Baltazar Mayrink, agastado com a situação “recolhe a mão que tem na espada e a filha, enquanto assistem à prisão do cômego, que internam, com guarda à porta, num dos cômodos da casa, ao rés do chão, requisitados e mudados em cárcere, pela Devassa” .

Aconselhadas por amigos, retiram-se as viúvas, à casa do Mosteiro, enquanto Parada e sua tropa recolhem-se na casa dos Contratos.

Nos capítulos que buscam retratar o subjetivo e o psicológico das personagens em foco, Benito Barreto é poeta e psicólogo como demonstra, por exemplo, ao explicitar o desespero de Cláudio Manoel da Costa, em cena arguta- não exclusiva só deste texto- mas, aqui, bem elucidativa. Vejamos o título: “Solidão. A solidão é inconsútil como o vazio e o nada”. Pequeno trecho: “Respira fundo e engole o ar, respira dor e medo. Solidão. A solidão é inconsútil, como o vazio e o nada, sem costura nem fenda, sem emenda e, todavia, a estalar e a ranger por todo o tempo, a ele parecendo que se vai rasgar.”

Aqui e ali vão surgindo, sorrateiramente, mensageiros, que sopram aos ouvidos dos heróis da Inconfidência a movimentação das tropas adversárias, como aquele mendicante vicentino, que se apresenta a Barbara, declarando ser o seu nome Jerônimo, mestre em retórica e latim.

Hóspede, também, daquela casa, se encontra ali a serviço do irmão Lourenço, do Mosteiro do Caraça, para lhes trazer força, e declarar sua admiração por elas que estão reescrevendo, com seu luto e dor, a história de Minas, impressionando Vila Rica, para onde se dirigiram agora, desfilando a respectiva revolta.

Ameaças se cruzam entre os componentes dos dois lados, apertando-se o cerco aos que, como Rodrigues Macedo, pareciam agir de modo ambíguo, quando, ao mesmo tempo, o narrador não perde ocasião- através de extensos monólogos- de fazê-lo perscrutar a sua alma: sente-se, no íntimo, um inconfidente, sem dúvida. Mas ainda se intimidava com a ameaça do buraco ao pé da escada, ao servir como cova, já repetida a Macedo pelo Visconde Parada e que lhe soava como ameaça.

Volta à cena Cláudio Manoel da Costa, perpassando os últimos momentos com as três mulheres guerreiras, que o animaram com o exemplo de pessoas firmes e determinadas; com a lembrança da família assassinada, de sua filha, dos escravos, na fazenda da margem, em Mariana; recrimina-se por sua falta de reação, recebe a visita de sua amásia Francisca- com a filha que com ela tivera e que precisava de amparo, dá-lhes duas sacolas de ouro para que possam sobreviver, janta melhor aquela noite, como a recriar forças, mas não pode impedir os negros pressentimentos que o assaltam.

E logo se confirmam. A casa que era sua, de que se tornara prisioneiro por ordem do reino Unido, passará a ser seu suplício. Jogado naquele buraco cuja visão antecipara, avisam, -lhe cinicamente, que é seu alojamento provisório, enquanto a Corte não resolver seu destino.

Sob seus protestos, alegando sua condição de bacharel e de Comendador da Ordem de Cristo exige cela especial, ou, pelo menos, lugar decente.

Ao que lhe aponta o dedo duro, Vasconcelos Parada, que velhacamente lhe responde: “ Pois aí o tens!...- lugar escuro, que só reconheceria pelo tato, o contorno e o volume das coisas indispensáveis como a moringa d água e o penico.”

Lembra-se, então, em extenso monólogo, que ouvira dizer que o mesmo acontece a Tiradentes, na ilha das Cobras... recorda-se de João Rodrigues Macedo, também prisioneiro em sua própria casa, lembra-se de Thomaz Antonio Gonzaga que, “falando como se do Chile, daquelas nossas “ Cartas Chilenas”, se falasse, o país andino que, à vista do que já sofrera e lhe roubavam, ia afinal quebrar os seus grilhões, se libertar e alçar-se em novo reino ou república (...) o primeiro a fazê-lo entre os latinos quintais da Europa.” Lembra-se dos sonhos mazombos que os alimentavam.

– Ameaçadas, as três mulheres, de prisão pelo novo Escrivão e procurador da devassa - Dr José Caetano Cesar Manitti que lhes sugere que arranjem um advogado, uma vez que culpadas de desacato à Autoridade- ainda buscam visitar o poeta Cláudio Manoel da Costa, ou o prisioneiro do vão da escada, como já é conhecido.,

– Quebrando a continuidade da narrativa, um novo capítulo” Rugidos e suspiros na madrugada”, descortina um lance até então, inesperado, sobre a intimidade do senhor Visconde e da Viscondessa, de que só conhecíamos a atuação prepotente em relação aos mazombos. E revela novas cenas, produzidas pela capacidade criativa do autor, no sentido de motivar a atenção do leitor, afastando-o da continuidade narrativa. Impressionada com a beleza de Bárbara Heliadora, com sua fibra, a viscondessa - a fêmea- busca como ardil de defesa, afastar o seu marido da tentação que sentiu tomar conta dele, à proximidade da guerreira, e inicia um jogo de sedução para fazê-lo voltar ao redil do matrimônio, assumindo, na cama, diversos comportamentos sexuais. E com isso, manter vivo o interesse de recapturá-lo, o que revela certo jogo - para o leitor- inesperado, uma vez que só se conhecia dela o exterior autoritário, e limitação de perspectivas novas.

Voltemos aos nossos heróis. Cláudio Manuel se recrimina por haver deixado as “ meninas” partirem: “...Eu fui covarde e vil, fui... incapaz, mais uma vez, de me assumir e às minhas posições, meus sentimentos.”

Numa metáfora poética, “ a natureza o acompanha: o sol recua ou foge por trás das nuvens e ele, da janela para o interior da casa também recua”.

Abatido, recebe a visita de sua amásia, que “tomara aos 16 anos e desde então a tem; e nela fez as filhas que a mais velha agora sabe morta,

a punhaladas na jugular, pelos sicários do Parada, e posta a ferver e a desfazer-se numa infusão de cal! E com ela, tira um pouco da amargura que o deprime. Ela se despede, pedindo –lhe que coma o jantar que prepara para ele. Pedido atendido, começo de sono repousante, até que é acordado com o “ tropel de escolta à sua porta, mandada para prendê-lo e o internar, ao dealbar ainda turvo, e, sobretudo, frio, do dia 25 de junho de 1789, naquele escuro e fatal vão de escada da Casa dos Contos, por então chamada dos Contratos” .

Lugar horripilante, e pouca ou nenhuma luz. Então Cláudio se lembra do que ouvira dizer de Tiradentes, na Ilha das Cobras, quando ali estivera, antes de ir para o Rio. Lembra-se do Contratador João Rodrigues de Macedo, de quem afinal, é hóspede, visto achar-se em sua casa preso. Teria como recorrer a ele, parecia impossível. Recorda-se de Thomaz Gonzaga, dos seus amigos, da torpeza das delações contra eles, que os levaram às mão do Visconde, o torturador; lembrou-se, do maldito e desfibrado padre que, no Rio, delatara Tiradentes, expondo-o à morte certa.

Deprimido, não encontra motivo para viver; estranhou a troca do vigilante, à porta de sua cela, fato também percebido por Macedo que não entendeu a mudança, mas, também não procurou saber : cara desconhecida e mal encarada...E, em capítulos bem preparados, sofremos, todos, com o final trágico deste grande poeta Cláudio Manoel da Costa. No dia seguinte, ao relatado, foi encontrado seu corpo, deitado numa corda. Suicídio ou “morte matada...”

Busca-se, oficialmente, a certidão de óbito. A irmandade de São Francisco o exige, a fim de poder sepultar com as honras devidas o poeta, coisa que não poderia ocorrer se continuassem a tê-lo como suicida. Os leigos, convocados para depor, esperavam que levassem em conta o resultado de seus pareceres, que declaravam o homicídio e, não, a realidade de agrado dos governantes, o que não ocorreu. As ordens foram peremptórias: Suicídio.... Ó tempora, ó mores!. Como a história se repete!...E, infelizmente, assim foi feito.

E, nesse clima de revolta dos que perceberam a torpe manobra, e do leitor, já certo disso, o escritor- em interessante tática de movimentação dos sentimentos, como na dinâmica dos flashes cinematográficos, pegando e alternando cenas sucessivas mas em campos opostos, já usual aqui, como vimos- intercala, no capítulo

seguinte, trecho de luxúria e sexo de Ana Rosa, a mulher do Visconde, “ que, para se excitarem mutuamente, praticavam o sexo: ela, vendo nele e recebendo um outro, e ele, nela, a uma outra, em troca, possuindo, fora tudo flor e fruto de lascívia e perversão (...). Se para o Visconde, no momento, Bárbara Heliodora era a visão excitante, para Ana Rosa, ela que já se motivara com outros, como o químico e o professor de Latim, agora, vivia o Inconfidente José Álvares Maciel”.

Seguindo sua dinâmica e cinematográfica marca estilística do “Flash-back”, em recuos e avanços, Benito Barreto faz a apresentação da nova personagem, sonho sexual de Ana Rosa, quando – há dois anos -, Tiradentes o conhecera, “como moço doutor viajado, recém chegado da Europa, tido como pessoa em dia com as conquistas das ciências.”

Da aproximação, nasce entre eles um clima de afinidade, ambos de sonhos altos e admiração de gestos de liberdade(...). Assim, José Álvares Maciel, traz o recente panorama social e cultural da Europa. Mostra como toda ela se “ inquieta se pergunta se não vai o Brasil seguir o exemplo dos Estados Unidos(...) de fazer-se independente.”

Confirmou Tiradentes de que há muitos anos trabalhava neste projeto, e saiu-se com metafórico discurso, confessando: “um dia , um passarinho me despertou do sono e eu, desde então trabalho com isso” (p.327), obtendo na hora o apoio de José Álvares Maciel, que lhe mostrou ser interessado na causa.

E ao ser perquirido pelo novel amigo, com a humildade que só as grandes almas tem, Tiradentes lhe respondeu que o “ passarinho”, assim designado por ele, não mais era que um perigoso assaltante-Montanha-que lhe pregara grande lição. Ao ser preso, e toda sua quadrilha, pelo Alferes Tiradentes, porque assaltavam os portugueses que lhes levava o ouro, alegou o assaltante, que preferia assaltar aos estranhos que lhes roubavam o que era deles, mazombos, mineiros, brasileiros e deixavam livres os “ grandes ladrões”, a saber, os dominadores portugueses, estes sim, os grandes opressores, os grandes culpados.

E Tiradentes abraçou a causa que o entusiasmara,- a luta pela liberdade-conseguindo de Montanha o compromisso de não mais assaltar como bandido, de retirar-se para sua fazenda, de dedicar-se à criação, na espera de um sinal seu. Em troca não o aprisionaria, não o delataria- uma vez que ainda era o Alferes- e que esperasse a hora certa da reação. Terminada a exposição de seus motivos, ouviu de Maciel o compromisso de acompanhá-lo nesta brava propositura.

E, pelo novo amigo, fica sabendo de algo que lhe mostrou a urgência da reação do povo mineiro, sim, mas, também de todo o povo brasileiro.

É que, pela próxima chegada do senhor Visconde e novo governador de Minas que seria o General Cunha Menezes- o que veio a ser o Fanfarrão Minésio das Cartas Chilenas- iriam saber a noticia bomba, já assinada pelo senhor ministro dos Negócios Ultramarinos e pela rainha: o mandado a ser cumprido, a saber: o Decreto de Execução da Derrama das dívidas em atraso, “ das nossas Minas Gerais com o Reino, num montante de 600 arrobas de ouro, do melhor quilate e já quintado”. Era a gota d’água!...Enquanto Tiradentes, refazia lá na Ilha o seu caminho, em Vila Rica, “ chega a seu termo o do Poeta”.

“E a tensão na casa dos Contratos aumentava, com a chegada das mulheres: Bárbara Heliadora, Marília de Dirceu, Hipólita Jacinta, da Chica da Silva, com Rita Quitéria, filha sua e mulher do seu irmão, o famigerado padre Rolim, então sob mandado de caça e captura, e certa senhora acompanhante, amiga ou dama de companhia da Chica, que se apresentou Benvinda, dona Benvinda, pelos Gerais e o Serro do Frio.”

– Os dois capítulos finais - fechando o anterior poeticamente intitulado “...Faz de conta que é Minas que te beija agradecida”, e do qual daremos pequena nota, logo a seguir e que, prepara dinamicamente, os dois últimos, a saber: “ Ide dizer ao Comissário, vosso comandante, que aqui viemos e estamos para receber o morto e enterrar, por nossas mãos, seu corpo” e o derradeiro: “Toque de silêncio em Vila Rica” - são de extraordinária concisão e poeticidade. No primeiro mencionado, impõe- se, mais uma vez o ânimo aguerrido dos revoltosos mineiros, capitaneados pelo irmão Lourenço, que se recusam a acatar as ordens do Comandante português, que exigia o direito ao corpo do Mestre, para sepultá-lo em cova rasa, como mereciam os subordinados. Mas, Irmão Lourenço impôs-lhes o direito de homenagear o falecido de modo digno, como acreditavam que merecia o falecido, sob pena de rebeldia da parte de todos.

Cena final do capítulo preparatório, acima mencionado : “ - Já esperados no salão, as duas cumprimentam os retardatários acabados de chegar, surpreendendo o monge com a presença de Benvinda, a quem, de pronto, reconhece o chefe garimpeiro João Costa, e ela, Bárbara Heliadora (...) também reconhece o pintor Manoel de Athayde -, chegado

com o ermitão do Caraça- aquele mestre Jerônimo, de retórica e latim, que conhecera na Pousada . Abraçam-se, então, Bárbara e Marília, e com elas Francisca, a amásia esposa do poeta morto, sua viúva agora, a consolar a desolada filha, e abraçadas choram o companheiro e amigo que, além de amigo delas, mais ainda o fora dos seus homens, a caminho da força ou do degredo: Thomaz Gonzaga e Alvarenga Peixoto. (...)

E, finalmente, presenciamos, revoltados e unidos, o gesto último de bravura e desafio, através de um recurso mágico e ousado, da parte dos mazombos. Concedido, sob pressão, o direito de sepultarem o poeta morto, por “ morte suicidada”, este direito foi conseguido sob a condição terminante de acompanharem o féretro silenciosamente, sem nenhuma manifestação,

E lá vai o cortejo fúnebre pelas ruas de Vila Rica, abatidos, os mineiros; organizados em grupo de vigilância, os guardas portugueses, de prontidão, com o fim de abafar qualquer manifestação, quando, um toque de clarim provoca as nuvens oficiais, assoberba a guarda que corre pressurosa em direção ao sacrilégio da desobediência. Neste ínterim, de outro ponto da cidade, soa outro toque. Desnorтеio dos guardas que mudam a direção à busca dos faltosos. O terceiro toque faz vibrar o coração dos inconfidentes e desespera os guardas que, novamente, buscam o novo ponto. Até que o significado do gesto fica claro. Para evitar novo desrespeito se retiram da perseguição. E, colérico, o governador sente, raivoso, a derrota. Deste modo, “ por todo o sempre, a verdade e a poesia dos vencidos”.

Assim, fechando mais um capítulo desta impressionante série sobre a *Saga do Caminho Novo*, este mencionado “ *Toque de silêncio em Vila Rica*”(que é o terceiro) torna-se a chave de ouro, até agora, desta longa série-que será levada a termo com o quarto volume: *Despojos-a festa da morte na Corte-*, que iremos ver agora.

Também romance histórico, (1 ed. Casa de Minas: BH/2012,(584pp), com ilustrações de Sebastião Januário, continua, aqui “ a reconstrução do momento, do cenário e, principalmente do povo que fez e viveu a Inconfidência Mineira: sonhos e medos, desejos”, em nova e, às vezes, inesperadas reentrâncias interiores das personagens, trazendo, ao fato histórico, riquezas ficcionais, firmando as habilidades da criatividade e reconstrução estilística de Benito Barreto.

Como bem observa o ilustre prefaciador Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, “ o escritor avança pelos caminhos coloniais, guiado por toda uma gente que não morre, como as personagens do mexicano Juan Rulfo, mas se mantém ativa na vigília de acontecimentos que se recusam ao desfecho”.

Este livro, na arte de apreensão de vultos e fatos mais relevantes, pode dividir-se em três, a saber:- Livro I: A batalha do Breu; Livro II- Um pároco na corte; Livro III- A festa da morte.

No primeiro, pois, temos o vice-rei, em fúria, ao saber da reação dos mineiros no sepultamento de Cláudio Manoel Costa, não só ao ceder aos insurretos permitindo-lhes, a custo, acompanhar o féretro, quanto com o desafio que estes lhe lançaram quebrando o toque de silêncio que determinara, como condição para que pudessem os mazombos acompanhar o enterro.- Buscamos a etimologia da palavra mazombo, junto ao Dicionário Etimológico de Antenor Nascente, que informa: origem desconhecida, talvez venha de mazorro (do espanhol) que significa desordeiro. – Então , o vice-rei rugiu de cólera, vomitando ameaças que o Reino faria realizar ao saber do acontecido.

Em seguida, a narrativa centra-se em algumas personagens já nomeadas, anteriormente, mas que são objeto de novos lances, como Izidora, aquela que ardentemente, em tempos idos, caíra de amores pelo alferes Tiradentes e que, agora funcionária da estalagem, e , mais sabida, preparada para as maliciosas investidas pressentidas pelo dono do estabelecimento João da Costa Rodrigues- já como arma de “ revanche” dos portugueses- e se vê às voltas com o mensageiro do Reino, capitão João d’Abrolhos Pai Grande, em diálogos carregados de malícia, como o que se segue: “ Izidora pergunta: .pau...?.- o mensageiro responde: pois, pois, também o tenho...Izidora o interrompe: “Olha-o então, seguida e sucessivamente nos olhos e embaixo, onde supostamente, tem ele o que alardeia; caminha até lhe chegar bem perto; dá-lhe a segurar sua vassoura, feito o que o toca e apalpa, tesudo, sob o culote”. Assim, prossegue a cena em que a libertinagem assegura o interesse do alferes português. E Izidora, agora, passa a ser a audaciosa militante dos mineiros, disfarçada até de homem, a catar informações dos lusos e a alimentar a grande batalha do Breu, núcleo dessa primeira etapa da ofensiva mineira...

O centro desta batalha, mostra, argutamente, os recursos portugueses dirigidos pelo general- Visconde, a instigar a formação da reação do reino, em declarada vingança contra o desrespeito de que foram vítimas, no sepultamento do poeta e advogado Cláudio Manoel da Costa.

Alguns nomes, apenas até então casualmente citados, como aqui o padre Rolim “o famigerado padre de quem , ao que se diz, ninguém sabe se reza com Deus ou com o Diabo”. Aquele que teria delatado Tiradentes, no Rio, e que agora, perdido de amores por Maria da Costa- La toscaa toscana, por incrível, mulher de seu irmão Plácido, preso como revoltoso, se esforça para aproximar-se do respeitável padre Lourenço, o diácono do Mosteiro de Caraça, amigo de Aleijadinho, o artista, entre outros mineiros.

Aprofunda-se o caso amoroso de Rolim e La Tosca, ao mesmo tempo que se fortalece, através de “ olheiros” a reação dos mazombos ao evidente ataque dos portugueses. Benito Barreto nos oferece, a respeito de armações de lado a lado, belo e poético texto. Ei-lo:

...” boataria de prisões, no rastro das coisas que andou intentando, inda faz pouco, o Tiradentes; que esse- no dizer deles- o que pregou não foi em vão, ficou no chão, como as sementes; e que, no chão, as sementes são promessa de colheita, o que (...).

João Costa, Zé Basílio e Isidoro, -este, Izidora travestida de homem- mas que amava e era amada pelo alferes português D’Abrolhos, portanto, ambos em campos opostos entre si, preparavam em sigilo os respectivos planos para o decisivo embate: a batalha do Breu.

Por que este nome Batalha do Breu? –Breu era uma particularidade geológica característica de uma elevação escolhida pelos mazombos acima citados exatamente pelas suas propriedades, afim de obter maiores vantagens sobre os adversários portugueses, -que, por ironia do destino eram dirigidos pelo alferes D’Ábrolhos, o amante de Izidora- na luta que se aproximava: consistia, o breu, num bloco pedregoso formado por uma cera negra e viscosa das abelhas nativas da Serra da Vacaria, no travessão da Cordilheira do Espinhaço. O plano era atrair para lá a tropa dos reinós, dificultando o avanço deles, uma vez que o material era escorregadio e pegajoso.

Aproxima-se o momento do confronto.

No primeiro embate, os portugueses são humilhanamente derrotados, mas, após a vergonha da derrota, planejam a vingança. Reagrupam-se novamente, e, de surpresa, cercam os mineiros em local inesperado, tendo um final dramático, principalmente pela morte de Isidoro-a Izidora-que, uma vez reconhecida, entre os mortos, pelo alferes D'Ábrolhos, em dinamismo cinematográfico de cena, carrega o corpo de sua amada,esquecendo-se da vitória que tanto desejava.

No segundo capítulo (segundo livro como a princípio foi mencionado- numa leitura mais cinematográfica), veremos: “Um pároco na Corte”.

Uma técnica interessante,esta de Benito Barreto. Ele, por vezes, reconvoca algum personagem que já foi mencionado “en passant” como , por exemplo, o famigerado padre José da Silva Oliveira Rolim, o mais das vezes designado apenas por padre Rolim, e o torna o vulto principal de uma série de transgressões, de que a pior teria sido o de haver dedurado o Alferes Tiadentes. Convivendo com o remorso provocado por este ato,leva o leitor a um crescndo de “ estupefação,” ante um procedimento leviano e irregular para um religioso,ou, mesmo, para qualquer homem de bem. Sai do Rio, desgastado consigo mesmo, percorre outra vez o Caminho Novo, reencontra a antiga amante de Tiradentes,sua velha conhecida, apaixona-se por ela, e, entremeio a cenas que envolvem o ambiente carregado de ódio dos portugueses contra os mineiros,vive , com o padre Rolim, cenas cruas e dúbias de sexo e dissimulações.

Diria que este segundo livro foca-se, de maneira especial, em dois ex-amores . O primeiro Izidora, amante de Tiradentes, e que, agora, se apaixona pelo reinol tenente D'Ábrolhos. São mulheres que amaram,mas superaram o sentimento pátrio que até então as dominara. Izidora, relegada a segundo plano pelo idealismo libertário de Tiradentes,o seu grande amor, o líder dos Inconfidentes, portanto, relegada, troca-o por um alferes português e acaba sendo morta por ele na Batalha do Breu. São mulheres que amaram desesperadamente, mas foram relegadas a segundo plano. No segundo caso, temos um incesto, a saber: Maria da Costa, La Tosca, ou a Toscana, e Padre Rolim, transpõem os limites da libertinagem e de uma amor desvairado, uma vez que Dr. Plácido, marido de La Tosca, inconfidente, estava

preso e Pe Rolim era seu irmão. Isto, até que Padre Rolim, denunciado, é perseguido e preso pelos reinóis, para desespero de sua amante. Em meio a estes dois marcos de paixão, prosseguem os movimentos de mazombos “versus” reinóis.

À Página 231- segundo livro-no capítulo “ Com as mãos limpas, porém vazias, frias...” o leitor se surpreende com um trecho do referido parágrafo.Vejamos: “ Aventureiro que, atormentado, padre Inácio-outro-está à janela”. O outro?!... Quem será este “ outro”. Sabemos que o padre Rolim se atormenta com esta mesma culpa: entregara o alferes Tiradentes, covardemente, ao Vice-Rei.Agora, seria o padre Inácio que o fizera, também? Insinuações, intrigas malévolas disseminam as dúvidas ao longo do Caminho Novo. Pe. Inácio reassume seu posto de pároco da Igreja de Santo Antônio, posição que ocupava antes de ir para o Rio; convive com vários padres, inclusive com o confessor de Tiradentes, frei Raimundo de Penaforte.

Fatos relevantes:1- conseguem com surpresas e ilações , refazer a caminhada por que chegavam ao Brasil as notícias da revolução francesa, Bastilha, Danton , Robespierre, Marat, e perceberam que aquilo que animava Tiradentes, em Minas, era o reflexo de um estado de espírito de além-mar: o grito da liberdade, com receptores valentes no Brasil, como o estudante Maia no Rio de Janeiro e que acabou assassinado, como, lá, vários religiosos.

2-Pe. Inácio, numa sessão de confissões, leva imenso susto ao se deparar com Perpétua, ex- amante de Tiradentes e, que, nesse prazo de sua ausência no Rio, cuidava da sua Igreja, sofrida com o que soubera sobre a prisão de seu amado.

- Em meio a muitas conjecturas e exames do passado, ocorridas entre o Padre Inácio e Perpétua, intensifica-se o sofrimento de Perpétua, ao saber do Padre,as reais condições da prisão do seu ex-amado. Diz ele “ A masmorra, pelo que se sabe dela, é uma cova cercada de paredões de pedra de mais de metro de espessura,fechada a ferro, e o portão e as grossas grades para o corredor, coisa de um metro abaixo, como é próprio às covas...E não há uma janela, ainda que fosse para o preso se atirar no mar...não há; e o corredor é, permanentemente, vigiado por guardas armados que, todo o tempo, vão e vêm, a tudo vigiando e vendo; e o nosso amado Alferes está, além do mais, a ferros, acorrentado pelo pescoço,os pés e as mãos; e, se, ainda assim, eu saísse com ele e, por

tudo isso, passasse, haveria, “al fin e al cabo”, o mar... porque aquilo, como nós sabemos, é uma ilha..!!!”.

E, em torno desta tenebrosa imagem, desenvolve-se o segundo livro, do tríptico já mencionado, preparando a trágica conclusão a que nos levará o terceiro, a saber, a terceira e derradeira secção deste valioso romance, intitulada “ A festa da morte”. Nele, a vertente da semente histórica, que motivou o escritor, e que veio sendo, homeopaticamente, e trabalhada no correr dos capítulos, agora torna-se o fruto deste planejamento inicial e explode em riqueza de imagens e sentimentos centrados no grande herói dos inconfidentes- o Alferes Tiradentes- De permeio, lembranças, mais aventuras, cenas comoventes como a gratidão do guarda da prisão de Tiradentes, reconhecido ao alferes-dentista prático- pelos dentes que lhe havia restituído, uma vez que estavam miseravelmente estragados, e mais ocorrências entre as personagens tanto dos reinós quanto dos mineiros-mazombos- inconfidentes.

Convém ressaltar o pequeno capítulo intitulado : “ Tiradentes assume a Inconfidência”, quando, esmagado pelo remorso, frei Inácio, reconhecendo sua têmpera de líder e herói, jura para si mesmo, renunciar ao seu escondido amor por Perpétua prometendo deixar sua amada que havia sumido e, por Tiradentes, abandonar suas pretensões amorosas em relação a ela..E cada ato do momento crucial de Tiradentes, no caminho para o cadafalso, e sua coragem ao enfrentar altivo o último ato de sua via crucis.

Ainda, a exposição de padre Marcelo, sobre os últimos acontecimentos ocorridos na Europa. Três fatos são determinantes da mudança lá ocorrida e que deixavam prever o que nos seria legado através dos reinós: sublevação do povo contra os reis, povo desfilar nas ruas cantando a Marselhesa,

Luiz XVI, preso em seu castelo de Versaille, suíços, alemães, cavaleiros da nobreza sendo massacrados nos embates de rua, e o levante das mulheres, em torno do Palácio,

Conclui o relato, com a notícia de que “ desde o mês de outubro, do passado ano, lá na França, já não reinava o rei Luiz XVI. E, desde então, Luís Capeto e a sua antes orgulhosa esposa Maria Antonieta,...o que ainda tinham era cabeça sobre os ombros” .E o povo gritava : Abaixo o rei !...” O cognome Capeto, de Capet, cognome de Hugo-rei francês- por alusão à sua capa, passou a sobrenome real, sendo, durante a revolução francesa, atribuído a Luís XVI, para ridicularizá-lo.

Fatos que mostravam a impossibilidade de, aqui no Brasil, ser concedido o perdão aos inconfidentes, já que ficara claro, que eles, o povo revoltado, constituíam uma ameaça, como o foram na França os “sans culottes” liderados por Marat, Danton e Robespierre, e que puseram abaixo uma monarquia despótica e fútil...

Expõe, também, a arte de Benito Barreto, ao levar, através de três volumes, o germe de um movimento histórico, que o inspirou, fazendo germinar, através de recursos narrativos de um grande escritor, perfis, os mais variados, momentos, os mais diversos, o interior dos seres que os viveram, emoções as mais profundas, delatores do movimento, como Joaquim Silvério dos Reis, delatores de Tiradentes, como Pe Rolim e Pe Inácio, desvelando o fato histórico e o palco em que se desenrolou, ou seja, o traçado e as curvas do Caminho Novo, o caminho da Liberdade.

E, aí, temos Benito Barreto, nesta exuberante série, de fina penetração psicológica, construída numa síntese metalingüística, compactada em imagens dinâmicas, cinematográficas, poéticas, sonoras, em que montagens se sucedem, através de metáforas, metonímias, imagens, recursos fono- morfo- sintáticos (sobretudo jogo de estruturas frásicas, - como já mencionamos - como as chamadas frases de arrastão, labirínticas, ou incluindo longos monólogos, muitas vezes, até, dificultando a leitura imediata, mas retratando no recurso frásico, a época da história vivida, um tanto ciceroniano, ou próprios de Vieira, moldes que invadiram a literatura, sobretudo nos séculos XVI e XVII, de tonalidade barroca.) e recursos semânticos, revelando, da parte de Benito Barreto, um potencial múltiplo de historiador, escritor, artista manejador da palavra e imagens espaciais e dinâmicas, dramaturgo em potencial.

SÉRGIO GUIDO, PRECURSOR DA NOVELÍSTICA EM GOIÁS, NOME POUCO LEMBRADO¹!

Ático Vilas Boas²

Os estudos literários têm avançado muito na terra anhanguerina, a partir da implantação do ensino universitário em Goiás, com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás e com a Faculdade de Filosofia (Facfil) da Universidade Federal de Goiás (1962), cujo ponto alto vem sendo vislumbrado a partir da implantação do seu Curso de Mestrado em Letras e em Ciências Humanas, posteriormente, História.

Esse curso funcionou de 1972 a 1974, no antigo e saudoso Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), então dirigido pela dinâmica Professora Doutora Lena Castelo Branco Freitas que não hesitou em estabelecer, entre o ICHL e a USP, um convênio de cooperação interuniversitária. O primeiro coordenador do mestrado foi o Professor Doutor Cidmar Theodoro Paes. O corpo docente desse curso era constituído tão-somente de professores da USP. Em 1974, a não menos dinâmica Professora Moema de Castro Silva Olival, que tinha se doutorado na USP, assume a coordenação desse curso pioneiro, prestando um valioso serviço ao nosso ensino pós-graduacional.

¹ Prefácio à reedição de *O Apóstata*, de Antônio Ferreira Ribeiro da Silva

² Doutor em Letras e Professor Titular (aposentado) da UFG. Sócio Emérito do IHGG.

Agradecemos à colega Professora Lena as informações exatas sobre a implantação dos nossos cursos de pós-graduação em Letras, permitindo-nos, dessa forma maior fidelidade quanto ao respectivo registro histórico!

A partir desses fundamentos iniciais, os estudos literários goianos vêm-se desenvolvendo a olhos vistos, do ponto de vista quer quantitativo, quer qualitativo.

A reedição do romance *O Apóstata*, em tão boa hora realizada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – graças à boa vontade e ao descortino do seu presidente, o escritor Aidenor Aires – há de contribuir muito para que os futuros pesquisadores possam ter à sua disposição uma obra de difícil acesso, pois a primeira edição foi incinerada pelo próprio autor, atendendo ao pedido de um bispo, fato explicado mais adiante, quando registrarmos alguns acontecimentos surpreendentes que fazem parte da vida acidentada do escritor...

Outros precursores, no setor da poesia, já foram bem estudados por alguns historiadores da nossa literatura, embora a obra em pauta fosse mencionada, de forma peregrina, em seus valiosos estudos.

Eis aqui a delimitação de nosso estudo prefacial:

I – O autor

Até bem pouco tempo, o nome de Antonio Ferreira Ribeiro da Silva, mais conhecido literariamente por meio de seu pseudônimo Sérgio Guido, estava quase esquecido em Goiás.

Nasceu a 31 de julho de 1868, na Cidade de Goiás, então capital da Província de Goiás. Era filho do Tenente Pedro Ribeiro da Silva e de Antonia Ferreira Ribeiro Silva.

Iniciou seus estudos no renomado Seminário Episcopal Santa Cruz, de sua terra natal, onde pôde adquirir sólida cultura geral, notadamente de latim. Concluiu o Curso de Humanidades no Mosteiro de São Bento, da cidade do Rio de Janeiro. Ingressou mais tarde, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, revelando-se aluno muito

brilhante. Em 12 de agosto de 1890, apresentou a tese *Estudo Clínico das Dispepsias nas Crianças*, sustentando-a com brilhantismo, no dia 24 de dezembro de 1890, para a obtenção do grau de doutor em medicina.

Retornando à sua terra natal, ocupou ali o honroso cargo de Secretário da Instrução Pública, elaborando, naquela época, importante plano para a reforma do ensino, considerado, sob vários aspectos, muito avançado.

Em 15 de novembro de 1891, foi eleito pelo Congresso Constituinte vice-presidente de Goiás, na Chapa do Presidente Dr. Rodolfo Gustavo da Paixão, renunciando ao cargo por causa da reviravolta ocorrida nos arraiais da política de Goiás.

Em 1893, passou a residir em Perdões (MG), onde se casou com Carmélia de Oliveira Silva, filha de Aquiles Crisanto Pereira e Carmélia Augusta da Silva. Naquela localidade, exerceu sua profissão com pleno êxito, inclusive conseguindo grande clientela na região em volta de Perdões.

Ali ocupou a vereança e o cargo de agente executivo distrital. Redatoriu o primeiro periódico de Perdões, *A Faísca*, de propriedade do Coronel Beltrão da Costa Pereira.

Em 1899, realizou uma longa viagem de estudos à Europa, tomando posse como membro efetivo da *Conferência Internacional de Bruxelas, para a Profilaxia da Sífilis e Moléstias Venéreas*.

Em 1907, fixou residência em São João del-Rei, onde residiu durante 15 anos e ali ocupou, entre outros, os seguintes cargos: Professor de Física e Química do Instituto de Humanidades São Francisco de Assis; lente de Física da Escola de Farmácia de São João del-Rei (foi o paraninfo da primeira turma de formandos daquela instituição recém-criada); chefe da Clínica Cirúrgica da Santa Casa da Misericórdia; médico do extinto Hospital do Rosário; delegado de Higiene do Estado de Minas Gerais; inspetor escolar; inspetor sanitário; médico legista da polícia e membro do diretório do Partido Republicano Mineiro. Incansável animador cultural, teve como uma de suas ocupações prediletas a de incentivador das atividades teatrais, chegando a

presidente do Clube Teatral Artur Azevedo (1918).

Uma valiosa informação biográfica que bem atesta o alto nível dos conhecimentos médicos do Dr. Ribeiro da Silva: o Aspirante Dilermando de Assis foi o autor, em circunstâncias dramáticas, da morte do notável escritor Euclídes da Cunha, fato ocorrido a 15 de agosto de 1909, na residência do citado militar, no Rio de Janeiro.

Essa ocorrência desagradável, em que pereceu o eminente escritor, ficou logo conhecida como a *Tragédia da Piedade* (RJ), estigmatizando, para sempre, um bairro carioca de classe média.

Euclides da Cunha ao tentar, alvejar Dilermando, seu desafeto, não o conseguiu e a bala veio alojar-se na coluna vertebral de Dinorah de Assis, seu irmão e hóspede, deixando-o paraplégico.

Na qualidade de militar, foi transferido para São João Del-Rei, trazendo o irmão inválido. Atendendo ao pedido de Dilermando, Dr. Ribeiro da Silva examinou Dinorah, solicitando exames radiológicos e outros indispensáveis.

Com a aquiescência do paciente, foi feita na Santa Casa da Misericórdia local a cirurgia para a remoção da bala na espinha de Dinorah.

Dr. Ribeiro da Silva contou, no ato cirúrgico, com a cooperação dos conceituados médicos Dr. Francisco Lafaiete Rodrigues Pereira, mais tarde catedrático concursado da Faculdade Nacional de Medicina (RJ), e Dr. Alceste de Freitas Coutinho. A cirurgia alcançou êxito e Dinorah voltou a andar.

Na sua condição de neoiluminista, Ribeiro da Silva preocupava-se muito com tudo o que pudesse elevar o grau da instrução em nosso país, então muito carente dela. Para isso, prestigiava as manifestações relacionadas com o ensino, tendo sido paraninfo de turmas que concluíam o curso primário ou fazendo-se presente em todas as festas cívicas. Em 7 de setembro de 1922, o Dr. Ribeiro da Silva integrou a comissão que organizou o programa das grandes solenidades do centenário da Independência. O menino Belisário Leite de Andrade Neto saudou a Bandeira Nacional.

Na cerimônia de plantação de árvores, discursou o menino Tancredo de Almeida Neves, que veio a ser um político de renome nacional,

culminando sua carreira como presidente da República eleito em 1985.

Antônio Ferreira Ribeiro da Silva faleceu no dia 2 de setembro de 1928, na cidade do Rio de Janeiro, deixando numerosa prole.

A edilidade de São João del-Reiense homenageou-o ao batizar uma rua do centro daquela cidade com o seu estimado nome. O mesmo fez a Academia de Letras de São João del-Rei, ao fazê-lo patrono da Cadeira nº 10.

Colaborador assíduo do *Brasil Médico*, escreveu, em prosa e em verso, em vários periódicos. Foi médico conceituado, além de distinto clínico e teatrólogo.

De sua produção poética, destaca-se o longo poema *Duas Palmeiras do Bonfim*, em que soube exaltar São João del-Rei que o acolhera muito bem, embora na estrofe final se percebam as marcas de sua goianidade:

“Quando a qualquer de vós me acosta um instante
 Bem nítido ouço no âmago do caule
 Em rítmico pulsar, qual se ele enjaule
 O nobre coração de um bandeirante”
(Janeiro de 1924)

Algumas fontes bibliográficas não permitiram que o escritor Ribeiro da Silva fosse totalmente esquecido em sua própria terra: a) Victor de Carvalho Ramos: *Letras goianas, esboço histórico* (1938-1968); b) Gilberto Mendonça Teles: *A poesia em Goiás* (1964); c) José Mendonça Teles: *Dicionário do escritor goiano* (2000); d) Mário Ribeiro Martins: *Dicionário bibliográfico de Goiás* (1999). Esta obra foi a que registrou o maior número de dados biográficos de Ribeiro da Silva, pois o seu autor é um verdadeiro escafandrista bibliográfico e merece todos os nossos aplausos! Infelizmente, Assis Brasil não o inclui em sua antologia *A poesia goiana no século XX* (Coleção Poesia Brasileira. Rio de Janeiro: Imago/Goiânia: Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1997), conforme nos alertou o erudito Prof. Dr. José Augusto Carvalho (ES). Explica-se: A produção poética do Dr. Ribeiro da Silva acha-se totalmente registrada em periódicos nacionais e nunca

foi transformada em livro.

II – Obra

Victor de Carvalho Ramos, em sua desbravadora obra *Letras Goianas, esboço literário* (1938-1968) soube, embora de forma muito sucinta, apresentar o perfil de *O Apóstata*, obra pioneira de Sérgio Guido (pseudônimo do médico Antonio Ferreira **Ribeiro da Silva**), fruto de sua cultura polivalente. Eis como ele a perfila de forma magistral:

É a história de um rapaz que se fez padre por imposição materna, mas, não tendo vocação para o sacerdócio, mandou às urtigas a batina depois de exercer cargos eletivos e redatoriar um jornal partidário, do alto de cujas colunas metia a ridículo o povo e o próprio clero.

O livro parece um protesto contra o regime de internato e a rotina do ensino adotado nos seminários. Denuncia injustiças e preferências; critica a bisonhice mental de professores incompetentes. O autor, supomos nós, talvez em criança tenha freqüentado algum educandário clerical e, na velhice, entendeu de recordar a severidade com que fora tratado. Cremos ter sido rigoroso nas suas apreciações. Em todos os colégios, leigos ou não, há bons e maus professores, atenciosos e rígidos reitores. Generalizar é cometer grave falta.

O padre Lourenço, herói da novela, vingara-se, homem feito, da carreira que o forçaram a seguir. Ao deixar o seminário, saturou-se de idéias heresiarcas e filosóficas. Leu Voltaire, Diderot, Darwin, Spencer, Rousseau, Guerra Junqueiro, Zola. O resultado foi uma apostasia para casar-se com Madalena. Era tarde. A batina estragara-lhe a vida futura. A alma já se lhe havia envenenado. Não pôde encontrar no lar a felicidade que esperava. E um dia, após assistir aos cerimoniais das Endoenças, suicida-se.

O livro de 195 páginas e 34 capítulos, não obstante pequenos senões de técnicas que o tornam um pouco monótono, contém passagens dignas de leitura” (pág. 55).

Contudo, esse lúcido exegeta não chamou a atenção dos leitores para o fato de a Academia Brasileira de Letras haver premiado a referida

obra, não levando em conta algumas de suas eventuais falhas.

Seria bom não esquecer que o romance *O Apóstata* poderia, também, ser denominado de *roman-à-clef*, pois um dos protagonistas, Dom José da Silva, bispo diocesano, é a caricatura de Dom Eduardo Duarte Silva, por sinal muito antipatizado na Cidade de Goiás. Trata-se do prelado que conseguiu transferir a sede da diocese vila-boense para Uberaba (MG), após vários atritos com alguns setores de sua diocese, inclusive a maçonaria local. Quem lhe esboçou um perfil muito favorável foi o historiador eclesiástico Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, em sua alentada obra *Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás* (1948).

Pelo simples fato de se tratar de um autêntico romance-chave, acreditamos que o pseudônimo Sérgio Guido estaria propositalmente ligado ao antropônimo Guido, Marquês de Toscana (?-929), casado com Marozia, viúva do Conde de Túsculo. Em 928, esse nobre mandou estrangular, por questões políticas, o papa João X.

Uma curiosidade bibliofílica: quando lecionávamos na Universidade Federal de Goiás, durante as suas douradas primeiras décadas, entramos em contato com uma das filhas do escritor Ribeiro da Silva, residente em Niterói (RJ). Certo dia, durante nossa espichada conversa telefônica, ela nos narrou algumas peripécias da vida de seu pai, em Goiás, durante o período turbulento do governo de Floriano Peixoto, que o obrigou a exilar-se em Minas Gerais. E mais: quando seu progenitor lançou, em São João del-Rei, *O Apóstata* (1923), um bispo, todo paramentado, visitou o autor, ocasião em que lhe pediu insistentemente que incinerasse a edição daquela obra. O que ele fez no mesmo dia. Acontece que ela conseguiu esconder debaixo do seu colchão, um dos exemplares condenados à fogueira inquisitorial. Esse exemplar que se livrou das chamas foi-me presenteado no século passado, permitindo a presente reedição.

JAÓ: BERÇO DA LUZ, DOS ALEMÃES E DA CIDADANIA GOIANA

Arthur Rios¹

No dia 22 de março de 2012, o Setor Jaó soleniza seus 60 anos de existência. É justo que se comemore. Vão três fatos dentre muitos que o fazem diferente e orgulho de Goiânia: o da usina que ali existiu, origem da iluminação da capital; a construção do Setor por alemães; e, finalmente, ser o berço do maior movimento de defesa da cidadania goiana.

Primeiro. No hoje Setor Jaó foi instalada a primeira usina elétrica de Goiânia, inaugurada no dia 15/11/1936, trazendo energia elétrica à capital, serviço que se estendeu até 1971, quando a usina foi desativada, definitivamente.

Não fosse a usina do Jaó, a nova capital de Goiás não teria se tornado forte, pois havia resquícios da campanha antimudancista. Não teríamos tido a visita do presidente Vargas (1940). Nem as festividades e o marco histórico do Batismo Cultural no dia 05.07.1942, que para muitos é de fato a inauguração da capital. Todos os acontecimentos que firmaram a cidade dependeram da força do Jaó, como o 8º. Congresso Brasileiro de Educação (1942) e o Congresso Eucarístico (1948) e ainda outros marcos importantes.

¹Arthur Rios é advogado. E-mail: arthurriosadv@uol.com.br

Segundo. Os alemães construíram e deram o nome de Setor Jaó (1952). É o único bairro de Goiânia, que foi construído por estrangeiros. É a história de 50 alemães (ex-prisioneiros de guerra), que para aqui vieram.

Era governador do Estado Jerônimo Coimbra Bueno, que, finda a IIa. Guerra Mundial, firmou um pacto para receber em Goiás alemães, que eram qualificados engenheiros, urbanistas, arquitetos e médicos. O ideal para alavancar a cidade que se iniciava.

Em 1950, desceu em Goiânia um avião trazendo os germânicos, que foram recebidos pelo engenheiro Tristão Pereira da Fonseca, que prestou muitos depoimentos neste sentido.

Os europeus foram deslocados para a Fazenda Retiro, da empresa Interestadual Mercantil S/A, pertencente a José Magalhães Pinto, político da antiga UDN, banqueiro e principal acionista do então Banco Nacional, uma das maiores instituições bancárias do País. Foi governador de Minas Gerais (1961/1966).

Coimbra Bueno, o governador, teve a idéia de criar uma frente de trabalho para os ‘ex-prisioneiros’, propondo a Magalhães Pinto o loteamento urbano da Fazenda Retiro, via dos visitantes que muito entendiam de urbanismo.

Magalhães gostou e remeteu toda a aparelhagem necessária para a feitura do parcelamento urbano. Livres para decidirem como seria o loteamento, os alemães deram-lhe o nome de Setor Jaó, homenagem ao pássaro da região. Impuseram os padrões germânicos, que bem conheciam. Magalhães Pinto pediu que homenageassem Belo Horizonte, com as Avenidas Pampulha e Belo Horizonte. As demais receberam como paradigmas nomes baseados na letra J, de Jaó, seguido de um número. Decisão justificada dos alemães, avessos a customização de nomes de pessoas para logradouros.

Terminado o loteamento Setor Jaó (1952), os alemães receberam o que tinham direito; a maioria foi convidada pelo presidente da Argentina, Juan Domingos Perón, a mudar-se para aquele País. Outros, por conta própria, decidiram transferir-se para São Paulo. Em Goiânia somente ficaram: o engenheiro Sonnenberg, Otto Hoffmann, Paul Boetcher e coronel Shalag.

Terceiro. Em 1994, nasceu no Setor Jaó o maior movimento de cidadania que Goiânia já conheceu. Um motim e uma rebelião contra ordens da Prefeitura. Numa manhã ensolarada, surgiram máquinas para a construção de um condomínio particular na área do hoje Parque Beija Flor. Moradores se revoltaram e criaram o ‘Movimento Pró-Parque’. Foram mais de 2.000 adesões à sublevação popular, impedindo os operários e as máquinas de trabalharem. Coube às mulheres cercarem as máquinas, para que elas não fossem movimentadas, até chegar o oficial de justiça com a ordem de embargo das obras.

Pelas escrituras mais antigas, verifica-se o marco e a ordem urbanística germânica, que descia a detalhes e dava até o modelo para se fazer os passeios. Tinha uma área para um estádio municipal de futebol, área consumida pela mandracaria política, como outras áreas públicas também foram abiscoitadas.

Depois de mais de uma década de perlanga judicial, o Superior Tribunal de Justiça decidiu que a área era pública e ali foi edificado o Parque Beija Flor. Vitória da Associação dos Moradores do Setor Jaó.

O Setor Jaó é, assim, uma relíquia histórica que deve ser preservada e estudada. Na população, preponderam pessoas com educação de nível superior, como professores, pesquisadores e literatos, em geral.

A vida rica de história, pacata, ordeira e comunitária dos moradores do Setor Jaó consagra o pensamento de Salomão, rei de Israel: ‘ Mais vale o vizinho do que o irmão distante’.

DUGUAY-TROUIN SEQUESTRA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Jarbas Silva Marques¹

No dia 12 de setembro de 1711, portanto há 300 anos, o corsário francês Almirante René Duguay-Trouin, invade a cidade do Rio de Janeiro e a mantém seqüestrada até o dia 4 de novembro, quando recebe o resgate de 610 mil cruzados de ouro, 100 caixas de açúcar e 200 bois.

Embora o Rio de Janeiro só venha a ser capital do Brasil Colônia em 1763, o seqüestro pelo corsário francês é o primeiro fato geopolítico da necessidade da mudança da capital do litoral para o interior do Brasil.

O Eldorado português

Desde que Hernan Cortez invadiu o México e Francisco Pizarro, o Peru, e perpetraram o maior genocídio nas Américas, destruindo as civilizações Maia, Tolteca e Inca, o ouro passou a ser a cobiça dos povos europeus. A Coroa Portuguesa, ociosa e carola, manteve-se quase 50 anos satisfeita com o extrativismo e com o seu colonialismo leniente a exigir dos bandeirantes a descoberta do “eldorado brasileiro”.

O endividado reino português pouco fazia diante das investidas francesas no Rio de Janeiro e no Maranhão. Só quando Nicolau Durand de Villegaignon em 1555 instala dois canhões no promontório onde está

¹ Professor, jornalista e historiador. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

edificada a Fortaleza de Santa Cruz é que se organiza em Portugal a resistência à “Utopia Tropical” dos Huguenotes, com a nomeação em 1560 de Mem de Sá como Governador Geral do Rio de Janeiro.

A ação de Mem de Sá e de seu sobrinho Estácio de Sá gerou o primeiro movimento contra o colonialismo português, a Confederação dos Tamoios.

Atribui-se ao mineiro prático Luiz Martins – enviado por Catarina de Habsburgo – e a Brás Cubas e descoberta do ouro em 1561.

Até na lápide de seu túmulo Brás Cubas reivindicava para si essa descoberta.

Portugal instigava seus representantes na Colônia Brasileira em busca da “Lagoa Dourada”, pressionando os indígenas e os paulistas do ouro que os espanhóis já levavam para a Espanha, inoculando na Europa a febre do ouro.

Os paulistas matreiramente faziam corpo mole na busca das minas de ouro, pois sabiam que junto com o ouro viria a voragem do colonialismo português.

Diante da coerção do colonialismo português, os indígenas brasileiros inventaram a “Sabarabuçu”, local onde estariam as maiores jazidas.

A primeira expedição foi a de Luiz Martins e Brás Cubas, que, seguindo uma antiga trilha indígena que de Piratiniga os levasse até as nascentes do Rio São Francisco, onde acreditavam estaria a tão procurada “Sabarabuçu”.

Ascende ao trono português Dom Sebastião, o Esperado, o último descendente da Dinastia de Avis. Preocupado apenas, no dizer do historiador Oliveira Martins, em “arrasar os muros de Constantinopla ou apoderar-se do Califado do Egito, ou libertar a Palestina para conquistar Marrocos”.

O Brasil Colônia desaparece das preocupações de Dom Sebastião, até que, em agosto de 1518, na Batalha de Alcácer Quibir, no Marrocos, ele desaparece sem que se saiba se foi aprisionado ou morto, passando à história como adjetivação aos messianismos sociais no Brasil, de Canudos, dos Pelados em Santa Catarina a Santa Dica em Pirenópolis.

Com sua morte, e sem deixar herdeiros, seu primo, Felipe II da Espanha envia uma tropa de 20 mil soldados a Alcântara, em Portugal e anexa Portugal ao Reino Espanhol.

Essa anexação faz desaparecer, na prática, o Tratado de Tordesilhas, celebrado entre Portugal e Espanha em 1494, no qual dividiam o “mundo” a ser descoberto e que motivou os protestos do Rei francês Francisco I, que disse desconhecer o testamento de Adão e Eva deixando o mundo como herança a portugueses e espanhóis.

Os bandeirantes paulistas ultrapassaram a Linha de Tordesilhas, em cuja área física está Brasília e o atual Distrito federal, e que graças à ação diplomática do avô da Diplomacia Brasileira, Alexandre de Gusmão, iria anexar em 1750, no Tratado de Madri, os 5.500.000 quilômetros quadrados que dão a continentalidade ao Brasil, que hoje se limita com 10 países americanos que se constituíam na América Espanhola.

Afinal o ouro

A Restauração do Reino português dá-se em 1640, depois de 60 anos do jugo de Castela, quando os portugueses invadem o Palácio da Ribeira, em Lisboa, prendem a Duquesa de Mântua, e jogam pela janela seu secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos.

Fernão dias Paes Leme, depois de Domingos Jorge Velho, o sanguinário bandeirante paulista que destruiu o Quilombo de Palmares, em Alagoas, era um rico fazendeiro na região onde hoje é a cidade de São Paulo, chegando a administrar, segundo Pedro Taques em “Nobiliarquia Paulistana”, 5.000 índios, passou a ser cortejado por Afonso VI e Pedro II, de Portugal, para organizar uma expedição em busca da procurada “Sabarabuçu”.

Em 1771, recebeu uma carta do Governador Geral do Brasil, o Visconde de Barbacena, em que oferecia o apoio colonial e ao mesmo tempo pedia-lhe segredo quanto às descobertas, para evitar a cobiça internacional, já manifestada por franceses e holandeses.

Fernão Dias Paes Leme dissipou sua fortuna acreditando no apoio colonial e foi traído por Pedro II, que nomeou Rodrigo Castelo Branco como Administrador-Geral das Minas do Sabarabuçu.

O gigante físico Fernão Dias passa à história como o “Caçador de Esmeraldas”, morrendo sem descobrir a tão decantada Sabarabuçu.

No dia 18 de março de 1694, D. Pedro II, de Portugal, expediu uma curta ordem ao Governador-Geral do Brasil, que segundo o jornalista e historiador Lucas Figueiredo “mudaria a história do mundo”. Nela, o rei português prometia a posse da mina ao seu descobridor.

Diante desse fato, os paulistas começaram a “achar” ouro, que relutaram por 150 anos em saber da sua existência.

Pode então ser encontrado no território onde pisara Fernão Dias Paes Leme e seu cunhado Borba Gato.

Apesar da controvérsia entre historiadores, eis que inúmeras jazidas de ouro foram abertas ao mesmo tempo no atual estado das Minas Gerais. A primeira descoberta documentada alude ao bandeirante Antônio Rodrigues Arzão, em 1682, nas proximidades do hoje município de Viçosa; seguiram-se as minas de Sabará, Caetés e Ouro Preto.

Morto Fernão Dias, seu cunhado Manoel Borba Gato era quem mais conhecia o sertão e, por esta razão, depois de ficar escondido por 16 anos, acusado do assassinato do catalão Rodrigo Castelo Branco, nomeado Administrador-Geral das Minas de Sabarabuçu, foi procurado pelo governador do Rio de Janeiro, Artur Sá de Menezes, que negociou o perdão, se em troca Borba Gato indicasse as minas de ouro para tirar da insolvência financeira o governo colonial português

Enfim, 104 anos após o Tratado de Tordesilhas, “Sabarabuçu”, o eldorado português, tinha a sua descoberta proclamada.

Inicia-se a “Febre do Ouro” e, apesar da política de segredo do Governo Português, a corrente migratória praticamente despovoou o norte de Portugal, do Douro, Trás-os-Montes e o Minho, obrigando a Coroa portuguesa a baixar leis proibindo a migração para o Brasil.

Os paulistas, que relutaram por mais de 150 anos, em se transformarem de agricultores e criadores em mineradores, correram

para as minas de Sabarabuçu, com a experiência adquirida nas Entradas e Bandeiras em prover roças e lavouras como estratégia de sobrevivência.

A migração foi intensíssima; em menos de seis meses, mais de 10 mil garimpeiros acorreram às jazidas descobertas. Ouro havia para todos, mas, alimentos não havia para saciar esses milhares de soldados da fortuna. Os paulistas passaram a cobrar preços escorchantes pelos alimentos. Nascia então a semente da Guerra dos Emboabas.

Essa migração intensíssima, podemos compará-la ao que o Brasil vivenciou em 1980 com Serra Pelada, e Brasília, em 1981, com as novas jazidas de cristal de rocha em Cristalina.

Os paulistas, descobridores das minas de ouro, sofreram a invasão dos emboabas – que significava aves de arribação – e dessa luta travaram-se várias batalhas, nas quais os paulistas foram derrotados. Manoel Borba Gato era o líder dos paulistas e Manoel Nunes Viana o líder dos Emboabas.

A derrota dos paulistas no Sabarabuçu impulsionou a criação de gado vacum e muar para a Região Centro-Oeste, a ponto de a Coroa portuguesa baixar normas criatórias que os afastassem das regiões agrícolas de Goiás e Mato Grosso, onde havia garimpos de ouro e diamante.

Depois da derrota na Guerra dos Emboabas, Borba Gato, expulso de Minas Gerais, vem em busca do ouro nos sertões de Goiás, e se estabelece na então Santo Antônio das Mangas, hoje São Romão, às margens do Rio São Francisco, ocupando a posição estratégica de ponto de ligação de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e o litoral.

Em São Romão, a filha caçula de Borba Gato, Thereza da Fonseca Borba Gato se casa com o português José Monteiro Guimarães e mudam-se para o sul da atual cidade goiana de Formosa, originando a família Monteiro Guimarães, da qual descende Honestino Monteiro Guimarães, proto-mártir de Brasília e vítima da Ditadura Civil e Militar de 1964, figurando como desaparecido político desde 1973.

A escalada da produção aurífera rende, dois anos após a Guerra dos Emboabas, 200 quilos de ouro à Coroa Portuguesa, atingindo em 1741 cerca de 12 toneladas. O que a Coroa Portuguesa nunca revelou nem quantificou foram os diamantes descobertos à flor da terra em Diamantina e que eram enviados em caixas para Portugal.

A Cobiça

A cada navio que chegava a Lisboa, os espões franceses, ingleses e holandeses informavam seus países da riqueza que fluía do Brasil.

Embora a capital do Brasil Colônia ainda fosse Salvador, as riquezas que saíam das minas de ouro e diamantes de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, chegavam ao Rio de Janeiro pela Estrada Real, a partir de Diamantina.

As feridas entre os combatentes da Guerra dos Emboabas ainda estavam abertas quando, na França, a Companhia de Chatelain-de-Neville organizou uma frota sob o comando do corsário francês Jean-François Du Clerc, recém promovido a capitão-de-fragata, à frente de 1.500 homens, marinheiros e soldados, para invadir o Rio de Janeiro.

No dia 17 de agosto de 1710, a esquadra francesa chegou à entrada da Baía de Guanabara e, após receber um canhoneio da Fortaleza de Santa Cruz, recuou até as proximidades de Guaratiba e, após saquear algumas fazendas na região, iniciou com suas tropas o deslocamento por terra em direção ao Rio de Janeiro.

De Jacarepaguá, Du Clerc contornou o Engenho Velho, entrando na cidade pelo hoje bairro do Catumbi, e dirigindo-se a Santa Tereza e ao Morro do Castelo, sofreu o primeiro combate, que iria culminar com sua derrota e aprisionamento no dia 21 de setembro.

Nos combates sobressaiu-se o capitão Bento do Amaral Coutinho, à frente dos estudantes do Rio de Janeiro. Nem Varnhagen, nem o Barão do Rio Branco e nem o general Augusto Tasso Fragoso mencionam em suas copiosas pesquisas sobre as invasões francesas no Rio de Janeiro, que referido Bento do Amaral Coutinho era o mesmo sargento-mor do episódio conhecido como “Capão da Traição”, na Guerra dos Emboabas.

Jean Du Clerc morreu assassinado no dia 18 de março de 1711, na casa que recebeu por menagem; Antes de Du Clerc ser morto, já o Almirante René Duuay-Trouin organizava uma outra esquadra para invadir o Rio de Janeiro.

O Sequestro

Mesmo antes de Jean Du Clerc organizar a esquadra financiada pela Companhia Chatelain-de-Neville, o corsário francês René Duguay-Trouin já pensava em organizar uma grande operação de corso na cidade do Rio de Janeiro e, ao contrário de Du Clerc, ele não pretendia desembarcar e seguir por terra e ser fustigado pelas guerrilha de Bento do Amaral.

Sua esquadra compunha-se de 17 navios artilhados com 420 canhões, enquanto o Rio de Janeiro, da Fortaleza de Santa Cruz até a ilha das Cobras, possuía 174 canhões, dos quais 16 eram de bronze.

O Governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Mendes, já tinha sido avisado por Portugal da grande esquadra de Duguay-Trouin, e que aproximadamente em 20 dias ela estaria próxima da cidade.

Favorecido por uma intensa neblina, ao meio dia do dia 12 de setembro de 1711, René Duguay-Trouin alinhou sua flotilha e no navio comandado por Courserac (que já conhecia a entrada da Baía da Guanabara) e apesar do canhoneio da Fortaleza de Santa Cruz, às quatro da tarde sua esquadra já estava fundeada na Baía de Guanabara, a salvo dos canhões dispostos até a Fortaleza da Conceição.

Pela incompetência administrativa e militar do Governador Francisco de Castro Morais, após vinte dias de combate, Duguay-Trouin manteve a cidade seqüestrada até o dia 4 de novembro de 1711, quando recebeu a última parte do resgate de 610 mil cruzados de ouro, 100 caixas de açúcar e 200 bois.

Embora o Rio de Janeiro só viesse a ser a segunda capital do Brasil Colônia somente em 1763, à época era a capital econômica, por onde jorraram os diamantes e o ouro que financiara, a revolução industrial na Inglaterra. Esse sequestro pelo corsário francês foi o primeiro fato geopolítico da necessidade da mudança da capital do Brasil para o interior do País.

O segundo fato geopolítico a motivar a interiorização da capital do Brasil deu-se por ocasião da Guerra do Paraguai. Os antiescravistas, os maçons, os positivistas e os republicanos constataram o vazio

demográfico nos 5.500,000 quilômetros quadrados conquistados pelos bandeirantes de 1550 a 1750, quando do Tratado de Madri.

As assertivas desses grupos políticos consolidam-se no dia 24 de fevereiro de 1891, quando na proclamação da primeira Constituição da República Federativa Brasileira, fica disposto, no seu artigo 3º, a demarcação e a transferência da Capital Federal para o Planalto Central Brasileiro.

Sob a diretriz política e administrativa do Conductor de Sonhos, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a Capital Federal é construída e inaugurada em 1.094 dias (10-04-1957/21/04/1960), interiorizando o progresso e impedindo a internacionalização do Centro-Oeste e da Amazônia.

SEGUNDA EDIÇÃO

Republicação em fac-símile
de artigos da Revista do Instituto
Histórico e Geográfico de Goiás

Lançamento da pedra fundamental do edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Goiaz

Transcrevemos, a seguir, o discurso proferido pelo dr. Colemar Natal e Silva, no ato do lançamento da pedra fundamental do edifício do Instituto.

Exmo. Snr. Dr. Inteventor Federal,

Altas autoridades,

Exmas. Snras., Senhoritas e Senhores

Ontem — a fanfarra estridente das bandeiras gloriosas, iluminadas pelo ideal de conquista, acalentadas pelo sonho do ouro, bravas, indômitas, rasgando a entranha virgem e generosa das florestas seculares, alargando as fronteiras da Pátria.

E a memória evoca com carinho e veneração a figura hercúlea dos Fernão Dias Paes Leme, dos Bueno, dos Ortiz e Camargo que lá mesmo, dos confins da eternidade, se projetam sobre o País, como numes tutelares.

Fadigas, canceiras, febres, fome, luta com os índios e as feras, tudo levou de vencida o ideal que havia de fazer de nós um país grande pela sua extensão e por suas decantadas riquezas minerais.

Os invios caminhos que não tinham fim, as estradas salinei-

ras, longas, aspérrimas, guardam os lances dêsse drama épico da luta entre a Natureza e o homem das bandeiras.

O tropel da glória passou por cima de tudo, soluços, gemidos e dores, para que a Pátria Brasileira crescesse como cresceu em extensão territorial.

Corrida a cortina do tempo se revê, ha 213 ânos, o episódio imortal do descobrimento de Goiaz : — foi o remate glorioso de um dêsses lances.

Realizada a descoberta, as mãos ávidas de riqueza mergulharam na terra e saíram carregadas de ouro que sustentou por muito tempo a grandeza do trôno português.

A fama corria célere ; atrás dela novas expedições, umas após outras, e os descobrimentos se sucediam, já nos quadrantes da terra que seria mais tarde a terra goiana, a nossa terra.

Formavam-se os povoados, os «comércios», nasciam as vilas, as cidades — era enfim o esboço de organização administrativa, o embrião de uma nova capitania.

Mais lucrava a Metrôpole do que a Colônia com essas conquistas extraordinárias.

O alvará de 8 de Novembro de 1744 foi o marco de relevo : — desmembrada a capitania de São Paulo passou Goiaz a construir capitania á parte.

Corria o século 17 que assinalou o início da conquista do Brasil Central

Goiaz-capitania, dentro do Brasil-Colônia ; Goiaz-Província, dentro do Brasil-Império ; Goiaz-Estado, dentro do Brasil-República, encerram três ciclos largos, bem distanciados e distintos de nossa fase evolutiva.

A princípio a história veio-se fazendo como por si mesma, documentos avulsos, esparsos, reunidos a êsmo, sem a preocupação de se ligarem sem argamassa dessa argila com que se ligam hoje os fatos que nascem sob os nossos dias.

O historiador de hoje imbuído das noções científicas do determinismo histórico, do determinismo econômico, precisa-se colocar a distância, de muito alto, de muito longe, para encontrar a harmonia dos fatos, para bem cumprir a missão de coor-

rico e Geográfico de Goiás no mesmo dia em que, no ano de 1727, se plantava a 1ª. pedra para a construção da Igreja do arraial fundado com o nome de Santana.

Ao fazê-lo, evocamos, primeiramente, do fundo de um misticismo salutar, a imagem da querida Padroeira de Goiás — Nossa Senhora de Santana, sob cujos auspícios se organizou e se guiou a bandeira do Anhanguera.

Breve se erguerá para os céos de Goiânia o edifício de nosso Instituto — o maior monumento até hoje levantado ao culto da história e da geografia em nosso Estado.

Se na atualidade, é uma verdade científica que a arte traduz as tendências da civilização, como a música e a pintura, o estilo de nosso edifício, simples, rígido, harmonioso, mas sem artifícios de abóbodas e enfeites inúteis de docéis e capiteis, é fácil vêr nêle a feição prática, mais exáta, mais positiva, que preside á orientação da cultura histórica em nossos dias.

Na Nova Capital que é, ao mesmo tempo, a síntese de todas as conquistas e glórias do **Passado**, a consciência do momento histórico da civilização do **Presente** e a previsão arrojada, sábia, científica, do **Futuro** — não era possível que se deixasse de erguer uma guarida para a cultura da história, para o estudo da geografia.

Pedro Ludovico, Interventor de Goiás, que aparece no momento atual quer da vida social, política, econômica, quer da vida cultural de nosso Estado, como o bandeirante do século 20, grande para a posteridade, como Bartolomeu Bueno para nós outros — soube compreender a necessidade; e deu ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás todo o seu apoio.

As nossas gerações devem também reconhecimento á visão patriótica de S. Excia. o Secretário Geral, dr. João Teixeira Álvares Júnior, Interventor Federal em exercício, que referendou o decreto de nossa reorganização.

Quero finalizar nossas palavras, voltendo o pensamento para a vetusta cidade de Goiás — bérço da glória que hoje consagramos,

« Para aquêlo centro cultural, onde sempre cintilaram inteligências de escol projetando sôbre todos os quadrantes do Estado as luzes de uma intelectualidade vigorosa e fina; onde existiu a primeira Academia de Letras de Goiás, onde se fez ouvir o estro mavioso de nossos melhores poetas, onde a música, as letras, as artes sempre tiveram os seus mais apaixonados cultores, onde mesmo se registram as pugnas mais ardorosas e brilhantes de nossas lides jornalísticas — onde se fundou o nosso Instituto Histórico — para lá é que se deve volver, nêsse instante, o nosso pensamento, numa saudação cheia de sadia cordialidade, na qual a cidade nova se confraterniza com a cidade antiga. »

Seja-nos licito repetir, agora, mais estas palavras, que já uma vez tivemos ensejo de proferir pela imprensa: « Goiânia, a cidade das realizações ousadas, dos empreendimentos e iniciativas felizes e construtôras em todos os setôres da atividade humana, a cidade que nasceu grande e já traduz tão bem a vertigem do progresso e da civilização contemporâneos, não pôde viver sem Goiás — o bérço querido de tantas tradições preciosas que um dever cívico imperioso nos induz, não só a guardar, como a defender.

Goiânia e Goiás são duas cidades que se completam, que se devem entender e que precisam viver unidas: — uma é tradição — é o passado repleto de recordações gratas e afetivas, de glórias legítimas, de louros imperecíveis; outra é a cidade do presente e do futuro — a materialização do espirito da época e um prenúncio da vertigem do porvir.

Não basta o progresso material: « Das pedras que compuseram Cartago não ficou uma partícula transfigurada em espirito ou em luz; a imensidade de Babilônia ou de Nínive não

apresenta mais, na memória dos homens, do que o esforço que vai da Acropole ao Pirêo.

E o espírito cintilante de um dos grandes pensadores sul-americanos traduz assim esse pensamento « Grande civilização, grande povo — na acepção que tem valôr para a história, são aquêles que, ao desaparecerem materialmente no tempo, deixam vibrante para sempre a melodia florida de seu espírito, fazendo persistir na posteridade o seu imperecedouro legado como — segundo disse Carlyle da alma de seus heróis « como uma nova e divina porção da sùmula das cousas, como a Helena evocada do poema de Goethe do meio da noite, torna a descer ao horto sombrio, deixando a Fausto sua túnica e seu véo: estas vestes não são a própria deidade, mas participam de sua divina beleza e têm a virtude de elevar quem as possuiu acima das cousas vulgares».

E' assim que à nova Capital não bastam os palácios luxuosos, as vivendas principescas, todas essas realizações ousadas da civilização contemporânea.

Ela precisa projetar bem longe as luzes de sua intelectualidade, precisa manter sempre acêsa essa partícula de luz que traz a grandeza inaterial e duradoura das cidades.

Salve! Goiaz.



Tosi Colombina - O Cartógrafo da Região Centro-Oeste

Bernardo Élis

"Alguns dos primeiros descobridores de Goiás achando-se perdidos se embarcaram no Rio Uruú, seis léguas a leste de Vila Boa, e descendo por ele e pelos Rios das Almas, Maranhão e Tocantins foram ao Gram-Pará". Explicação constante do mapa feito por Tosi Colombina, em 1751

A primeira vez que vi referência a Tosi Colombina, foi na "Súmula da História de Goiás", de Americano do Brasil, que li em 1932, quando de sua edição príncipe, ano em que o autor foi assassinado em Luziânia. Por essa ocasião, dois fatos me impressionaram: 1 - a divisão da banheira do 2º Anhanguera em pleno sertão, com um pequeno grupo de aventureiros chefiados pelo reinol alferes José Peixoto da Silva Braga, descendo o Rio Tocantins abaixo até alcançar Belém do Pará, no ano de 1725; 2º - o projeto de Tosi Colombina de estabelecer uma linha regular de carruagens para transporte de pessoas e carga entre o porto de Santos, em São Paulo, e a cidade de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, em 1750. Outras informações colhi sobre ambos os fatos através de autores diversos.

Entretanto, ingressando no Instituto Histórico e Geográfico de Goiás pelas mãos do Dr. Colemar Natal e Silva, embora sabedor da escassez de notícias sobre esse geógrafo e sua obra, escolhi-o para patrono de minha cadeira, como estímulo para maiores conhecimentos. E na esperança de esclarecimentos mais completos e novos, ia adiando meu discurso de posse.

Em 1973, para inaugurar a BR-452 entre Itumbiara e Rio Verde, coube-me a honra de fazer a apresentação, na qual me referia ao famoso cartógrafo ignorado. O assunto interessou sobremaneira os meios culturais brasileiros, havendo eu recebido pedidos de pormenores de vários Ministérios da República e organizações históricas e geográficas até do estrangeiros. Mas nada mais sabia do que aqueles informes contidos no mapa de Tosi Colombina, existente no Estado Maior do Exército, e nos registros de autores envolvidos no Estado das Bandeiras. Agora, porém, entendi que não devia mais adiar esse discurso de posse e venho fazê-lo arrolando algo que pude juntar de novidade.

O historiador Americano do Brasil (obra cit. p. 52, 3ª ed.), diz que Tosi Colombina, cujo nome completo é Francisco Tosi Colombina, seria um piloto italiano a quem d. Marcos de Noronha, primeiro capitão - General de Goiás, cometeu o levantamento da carta da capitania, trabalho que ficou terminado em 6 de abril de 1751, que esta é a data da dedicatória e da explicação apostas no trabalho. Em nota de pé de página da "Súmula", de autoria do escritor Humberto Crispim Borges, fica-se sabendo que Francisco Carvalho Franco, no dicionário dos Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, 1954, p. 15, registra o nome de TOSI com apenas um "s", enquanto vários autores registram com dois "ss" (Colemar N. Silva, A. Americano do Brasil, Bernardo Élis), ou com "z" (Zoroastro Artiaga, p. 218). Até Francisco TORRES Colombine pode ler na obra de Silva e Souza (O Descobrimento da Capitania de Goiás etc. p. 22, UFG 1967).

A carta elaborada por Francisco Tosi Colombina apresenta dois importantes blocos de informações: a dedicatória a D. Marcos de Noronha e a explicação da obra. Fica-se sabendo que Tosi Colombina veio para Goiás (Vila Boa) em 1749, na companhia do Dr. Agostinho Luís Ribeiro Vieira, 4º ouvidor da Capitania, procedente de ITU, onde o dito Agostinho era Juiz de Fora. Por ocasião

dessa viagem elaborou um mapa do trajeto percorrido, o que foi do agrado do capitão-general, que o encarregou de fazer um mapa da Capitania de Goiás e de Mato Grosso. Diz pitorescamente Tosi Colombina na dedicatória: "... fiz um mapa da dita derrota, o qual vendo V. Ex^a ficou do seu agrado, não porque a conhecesse com aquela perfeição que requer uma tal obra, mas porque na incerteza do interior destes sertões pudeste ao menos ter um tal qual idéia mais aparente com a verdade, da qual podia ter sido aproximado mais o p. Diogo Soares da Companhia, matemático pedido expressamente da Corte para isso; porém este não tinha passado do distrito do Tucantins, e o pouco ou muito que tinha alcançado, não o tinha comunicado nestas partes etc..."

Esta carta corrigia em parte os apontamentos feitos pelo grande Diogo Soares, da Companhia de Jesus, eminente cartógrafo português nascido em Lisboa e falecido em Minas Gerais (1684-1748) que veio para o Brasil em 1729 em companhia de outro jesuíta italiano, Domingos Capessi, ambos encarregados de proceder a levantamentos cartográficos do Sul do Brasil. Era prosseguimento do trabalho de corrigir e completar mapas anteriores, como o da América Meridional feito pelo holandês G. Mercator, 1607, e pelo português João Teixeira de Albernaz, 1631. Na dedicatória explica Tosi Colombina o método usado, do qual dá o seguinte exemplo. "Da vila de Santos Guardando os pontos de longitude e latitude dos Roteiros e dos geógrafos mais modernos com a diligência que pode usar um viandante de passagem, fiz a derrota até esta Vila Boa, continuando depois até Natividade e recolhi-me outra vez a esta Vila". A seguir mostra Tosi Colombina como procedeu ao levantamento do trajeto dos diversos rios, valendo-se para tanto das descrições escritas ou orais dos desbravadores, como João de Sousa de Azevedo que foi de Cuiabá ao Grão-Pará pelo rio Madeira; ou a derrota de Vila Boa a Cuiabá pelo capitão-mor Diogo José Pereira; o curso do Amazonas entre a foz do Madeira e Belém é cópia da navegação do famoso sábio francês Carlos Maria de La Codamine, que visitou a Amazônia peruana em 1736 com o objetivo de determinar o comprimento do arco de um grau do meridiano terrestre mais próximo do equador.

À falta de toda a vasta convenção hoje fixada para as definições cartográficas, utilizou Tosi Colombina convenções pes-

soais ou ainda não de todo universalizadas, dando de tais convenções larga explicação em nota inscrita no próprio mapa. Nessas explicações esclarece Colombina que àquele tempo em 1749 se supunha que a maneira mais rápida de se chegar a Belém do Pará, partindo de Vila Boa, seria embarcar no Rio Vermelho cerca de 12 léguas abaixo dessa Vila, na confluência do Rio Ferreiro, próximo do Arraial de Santa Rita de Anta, lugar que veio chamar-se porto do Ferreiro ou porto de Tomás de Sousa.

Nessas explicações apostas no mapa regista Tosi Colombina um fato de maior importância. Eis o que escreve: "Alguns dos primeiros descobridores de Goiás achando-se perdidos se embarcaram no Rio Uruú, seis léguas a leste de Vila Boa, e descendo por ele e pelos Rios das Almas, Maranhão e Tocantins foram ao Gram-Pará".

É bom não perder de vista que este mesmo caminho foi depois, em 1789, utilizado por Tristão da Cunha Menezes para socorrer o Pará, numa expedição comandada por Tomás de Sousa Vila Real, que é o mesmo que dá nome ao porto do Rio Vermelho. Esta expedição inspirou a Bartolomeu Antônio Cordovil escrever o poema intitulado "Sonho".

Unanimemente os historiadores dizem que de São Paulo até Catalão, imediações do rio Paranaíba, a Bandeira do Anhanguera não teve dúvidas nem erradas. De Catalão para diante ela se desnorteia e diversas versões existem de sua derrota. Fundamentalmente, no entanto, para efeito do presente estudo, essas múltiplas versões podem-se reunir em dois grupos: 1 grupo - A Bandeira segue para o Norte; 2 grupo - A Bandeira segue para Oeste. Vejamos o desempenho de cada grupo.

1. A partir de Catalão a Bandeira segue para Norte e passando pela região do atual Distrito Federal vai ter à região depois ocupada pelo arraial de São Félix ou minas de Carlos Marinho. Ai desgarrar o grupo de alferes Silva Braga que desce o Tocantins até alcançar Belém do Pará.

Bueno com o restante da Bandeira ruma para o sudoeste e chega ao Araguaia, embocadura do rio Claro ou Pilões; e daí pende para leste em busca da Serra Dourada, em cujas imediações erra por dois anos sem encontrar o ponto procurado, que eram as antigas lavras de ouro de seu pai. Por fim, ou volta à região dos Pilões ou permanece nos arredores de Goiás, local onde deixa a Bandeira hibernando enquanto retorna a São Paulo com seu genro Ortiz; em São Paulo obtém recursos e orientação para nova entrada, na qual descobre as jazidas auríferas da Barra, Ouro Fino, Ferreiro, Vila Boa etc...

Essa versão é defendida por Americano do Brasil e Henrique Silva.

É também a versão do pe. Silva e Sousa, com pequena variante. Para o pe. Silva e Sousa a Bandeira ao chegar a Catalão vai para Oeste, chega ao Araguaia, região do Rio Claro ou Pilões, daí vai para Leste em busca da Serra Dourada que não acha. Já passados dois anos nessa errônea entre o Araguaia e a Serra Dourada, Bueno segue para o Norte, passa pela atual região do D.F. e chega a São Félix, de onde desgarrá o alferes Silva Braga; desse ponto o Anhanguera retorna para a região dos Pilões ou da Serra Dourada, de onde volta para São Paulo em busca de socorro.

2. A Bandeira chega a Catalão e vai rumo Oeste até o Araguaia; alcança o rio Claro ou Pilões, daí volta para Leste em busca da Serra Dourada, em cujas imediações erra durante dois anos, até que Bueno resolve deixar a Bandeira aí e volta a São Paulo e com novos recursos e nova orientação, em 1726 reingressa nos sertões de Goiás, reúne-se ao restante da Bandeira que aí ficara e descobre as jazidas de Barra, Ouro Fino, Ferreira e Vila Boa etc... Os defensores desse roteiro não se interessam pelo lugar de onde partiu Silva Braga. Alguns como Alencastre nem se referem ao alferes, achando que a notícia de seus descimentos pelo Tocantins é mera fantasia; outros como prof. Colemar N. Silva ou Zoroastro Artiaga nunca se referem ao ponto de onde desgarrou o grupo e Silva Braga. Há até autores como José Correia de Seixas, citado por Colemar N. Silva, ou historiadores paulistas citados por Zoroastro Artiaga, que admitem haver a Bandeira em peso ter ido até o Pará, onde ficou o alferes dissidente.

Mas vejamos em profundidade as afirmações de Americano do Brasil, para quem o roteiro do Anhanguera é o reconstituindo por seu tio Henrique Silva. Este roteiro me parece errado. Diz ele: Catalão - rumo Norte - espigão do rio São Marcos até o lugar depois chamado Mestre d'Armas (Planaltina, Formosa, Brasília); daí rompendo o divisor de águas foi ter aos arredores do depois chamado arraial de São Félix ou descobertos de Carlos Marinho, onde o alferes José Peixoto da Silva Braga com alguns companheiros se separam da Bandeira, descendo pelo rio Tocantins até Belém.

Sem o alferes Silva Braga, a Bandeira pendendo para o sudoeste, vai ter às margens do rio Araguaia, região dos Araés Torres de Babel, passando pela ponta do Mato Grosso Goiano, barra do João Leite, bocaina do Anicuns, Campinas, Barro Preto (Trindade atual), Palmeiras, cabeceiras do rio Pasmado, serra Escalvada, Torres do Rio Bonito. A esse tempo Anhanguera retorna a São Paulo deixando o restante da Bandeira hibernando talvez nos Pilões ou rio Claro. Ao retornar de São Paulo, registra Americano que Bueno foi ter à região da Barra, atual Buenolândia, onde erigiu o primeiro povoado em terras goianas (Súmula, p. 234, 3ª ed.).

Nesse roteiro, além de deixar vago o local onde Bueno reencontra o restante da Bandeira, há uma falha que é justamente aquilo que nos interessa.

Se Bueno ao deixar Catalão sobe para o Norte até o lugar de São Félix (Carlos Marinho), deve ter chegado a tal local em fins de 1722 ou começo de 1723, pois entre Catalão e São Félix andou cerca de 100 léguas, no testemunho de Urbano do Couto ou do próprio Silva Braga.

Sabendo-se que Silva Braga gastou 4 meses e 11 dias para ir de São Félix até Belém, onde aportou em março de 1725, não é difícil concluir que ele abandonou a Bandeira em novembro do ano anterior, ou seja novembro de 1724. Para que a Bandeira rompesse o trecho entre Catalão e São Félix, segundo testemunho de Silva Braga e Urbano do Couto, teve que andar 100 léguas. Essa distância seria folgadoamente transporta no máximo em três meses. Assim, teríamos o seguinte cálculo:

Partida de S. Paulo 3 de julho de 1722

Chegada a Catalão (3 meses)

120 léguas 3 de outubro de 1722

Partida de Catalão (para o norte) 15 de outubro de 1722

Chegada a S. Félix 100 léguas

em 3 meses) 15 de janeiro de 1723

Partida de S. Félix depois

dos preparativos 1º de fevereiro de 1723

De S. Félix a Belém (4 meses, 11 dias) 11 de junho de 1723

Mas Silva Braga não chegou a Belém em 11 de junho de 1723; ele chegou em março de 1725, isto é, 1 ano e 9 meses depois.

Então, pergunta-se: Por onde andou Silva Braga entre 11 de junho de 1723 e março de 1725?

Ninguém explica porque isso quer dizer que Silva Braga não abandonou a Bandeira no local de S. Félix, norte de Goiás. Ele desgarrou-se dela bem mais tarde, em outubro de 1724. Em outubro de 1724 onde estaria a Bandeira? A Bandeira, tendo em seu seio o alferes Silva Braga, errava no sul de Goiás, entre o rio Araguaia e a Serra Dourada, como são unânimes em afirmar todos os historiadores.

Diante disso, a narrativa de Tosi Colombina está certíssima. O alferes português José Peixoto da Silva Braga separou-se da Bandeira de Bartolomeu Bueno em novembro de 1724, "embarcando no rio Uruú, seis léguas a leste de Vila Boa e descendo por ele e pelos rios das Almas (Maranhão e Tucantins foram ao Gram-Pará". (Palavras textuais do mapa.) É preciso não esquecer que em novembro o rio Uruú está crescido pelas enchentes e sua navegabilidade é franca e absoluta.

Assim, vamos recompor as andanças e erranças da Bandeira do Anhanguera, à luz das novas informações. De Catalão a Bandeira vai à região de Brasília, aonde chega em fins de 1722; daí inflete para o meio sudoeste, alcançando o rio Araguaia na altura da foz do rio Claro ou Pilões; daí a Bandeira volta para Leste fazendo o seguinte percurso: Torres do Rio Bonito, matas do Mato Grosso goiano, corrego João Leite (sua barra no Meia Ponte), bocaina do Anicuns, Campinas (Goiânia atual), Barro Preto (Trindade atual), rio Uruú, confluência com o rio das almas, Canastra

Áí, na confluência do rio Uruú com o rio das Almas, tendo Silva Braga informações colhidas entre os companheiros de que tal rio iria dar em Belém, abandonou a Bandeira e se embarcou com seus homens. Estamos em outubro de 1724, gasta 4 meses e 11 dias para aportar em Belém em março de 1725.

Sem Silva Braga, Bartolomeu continuou vagando desorientado, ainda avança até Tesouras e rio Crixá-Açu, para retornar ou a Pilões ou arredores do rio Uruú, onde deixa a Bandeira hibernando (21 de julho de 1725) e retorna a São Paulo, onde comparece perante o governador no dia 21 de outubro de 1725. Devidamente abastecido e orientado, o Anhanguera volta de novo para Goiás, onde se reúne com o restante de sua Bandeira (hibernando nos Pilões ou no rio Uruú) e atinge o lugar da Barra, atualmente Buenolândia, confluência do Bugre no rio Vermelho e descobre aí jazidas auríferas, bem como em Ouro Fino, Ferreiro e Vila Boa.

Se não existe qualquer informação antiga de que Silva Braga desguaritou em São Félix (tal lenda foi uma dedução lógica de pe. Silva e Sousa em sua obra. "O Descobrimento da Capitania de Goiás etc. 1812), há agora uma afirmação segura, constante de documento hábil, a qual não pode ser posta em dúvida; são as afirmações do mapa de Tosi Colombina. Além de tal afirmação mais do que veraz, os fatos vêm confirmar essa verdade. Em 20 de março de 1789, época das cheias de S. José, uma expedição de 800 homens é enviada ao Pará por Tristão da Cunha Menezes, através do Tocantins. Parte do porto de Santana do Capim Puba, quase na foz do rio Canastra com o Uruú, o mesmo lugar assinalado por Colombina. Certamente que esse caminho era conhecido

NOTA:

Com base na marcha de todas as bandeiras e outros viajantes, o autor fez os cálculos e encontrou para a viagem de Silva Braga desde São Paulo até Belém, os números e quantidades acima expostos. Depois computando os dados constantes do relatório de Silva Braga, encontrou os seguintes números:

Partida de São Paulo 03/07/1722

Chegada a Catalão - 120 léguas - 30/09/1722 2 m e 22 dias (85 dias)

Chegada a São Félix - 120 léguas - 30/04/1723 - 7 meses (210 dias)

Chegada a Belém 11/08/1723-4 m e 11 dias (131 dias)

Duração TOTAL da viagem: 1 ano, dois meses e cinco dias.

Mas pelo que consta do relatório de Silva Braga, ele não chegou a Belém em agosto de 1723, mas sim em março de 1725.

desde que por ele trafegou a expedição de Silva Braga, em sua deserção.

Este ponto da explicação contido na carta de Tosi Colombina referente ao desgarre ou deserção de parte de uma Bandeira em Goiás, merece a mais profunda atenção e é especialmente para comentá-la que estou escrevendo este artigo. Como se lê na referida explicação, os únicos componentes de bandeira que desertaram e se embarcaram pelo Tocantins rumo a Belém foram o alferes José Peixoto da Silva Braga e seus companheiros. E Colombina está afirmando que esses desertores ou desgarrados ou trãnsfugas se separaram da Bandeira no rio Uruú, a seis léguas a leste de Vila Boa, descendo por esse rio, pelo rio das Almas, pelo Maranhão e pelo Tocantins até alcançarem Belém do Pará.

Na verdade, é o único documento antigo que declara com todas as letras o local de onde partiram esses dissidentes da bandeira de Anhanguera. Esta circunstância é decisiva e diante dela todas as demais interpretações caem por terra e não passam de meras suposições imaginosas e cerebrinas. O ponto geográfico de onde se desgarrou o alferes José Peixoto da Silva Braga tem dado ensejo a larga discussão, embora cause espanto que esse ponto esteja claramente fixado desde 1751, isto é, desde 23 anos depois de realizada a expedição dos dissidentes.

Entretanto, no relatório do próprio alferes José Peixoto da Silva Braga, completado pelo de Urbano do Couto, ambos participantes da Bandeira de Bartolomeu Bueno, o 2º Anhanguera, em nenhum desses documentos, nem em qualquer outro, nunca ficou esclarecido ou declarado o ponto de onde partiram Silva Braga e seus homens.

Também falando sobre as erranças da Bandeira do 2º Anhanguera em torno de Vila Boa, Silva e Sousa cita o ribeirão Cabrinha que Anhanguera visitou, o qual dista de Goiás 4 léguas e é afluente do Cabra, que por sua vez conflui no rio Uruú. Zoroastro Artiaga, com base em estudiosos paulistas, escreve: "... ao deixar a Bandeira invernada em Pilões (o Anhanguera) contornou a Serra Dourada até o espigão divisor das águas do Uruú e Fatura, seguindo todos os espigões com o rumo sul, na procura de São Paulo". (Hist. de Goiás, p. 62). É Zoroastro ainda que na p. 62 fala no córrego Limoeiro, afluente do rio Uruú, que foi visitado por

Bueno e de onde se avista a Serra Dourada. Também o prof. Colemar Silva escreve: "Depois de transposto o Meia-Ponte, avançando mais para o poente à altura talvez do paralelo de 17º, estacionou no rio Claro ou dos Pasmados, afluente do Paranaíba, tendo transposto o Rio dos Bois, o Turvo, as cabeceiras da situação dos goianos, as vertentes acidentadas da serra do rio Verde e daí avançando para o norte, depois de atravessar a serra do Caiapó, o rio e a serra do Caiapozinho, transpor as paragens do rio Claro, deixando à direita a dos Canastras entre os rios do Peixe, Tesouras e Crixá-Açú. Recuando para o sul na direção da serra, veio dar a Bandeira no Ouro Fino, consoante os mais firmes testemunhos históricos". (João do Prado, in Rev. Hist. Bras. Vol. VI, Mem. do Vdor Correia Seixas, 31 de dezembro de 1785. Mem. Hist. Cômego Silva e Sousa. Roteiro Urbano do Couto. Recentes docs. posteriores, com B. Siqueira).

Lugares como Canastra, rio das Almas, Uruú e seus afluentes Cabra, Cabrinha, Limoeiro etc. demonstram que o Anhanguera visitou longamente a região em torno de Vila Boa e a região do rio Uruú, confluência com o rio das Almas.

Americano do Brasil concorda com o roteiro dado por Silva e Sousa, mas discorda dele quando o padre diz que o alferes deixou a Bandeira já no fim da marcha, nos arredores de São Félix, depois de errar cerca de dois anos entre o Araguaia e Serra Dourada. É que Silva e Sousa argutamente percebeu que em face da afirmativa oficial do Marquês de Abrantes, governador do Pará, ao governador de São Paulo, de que a Belém aportara o alferes Silva Braga, desertor da Bandeira do Anhanguera, em março de 1725, diante dessa notícia Silva e Sousa percebeu que o alferes se separara de Bueno já no fim da marcha da Bandeira, pois o próprio Anhanguera retornava a São Paulo em outubro, ou seja sete meses depois de Silva Braga. Daí porque afirma Silva e Sousa que Bueno primeiro errou por mais de dois anos entre o Araguaia e a Serra Dourada, para daí ir ter a São Félix, de onde desgarrou o alferes; após a separação do alferes; após a separação do alferes, a Bandeira de Bueno muito desfalcada volta talvez para os Pilões ou para as imediações da Serra Dourada, onde fica hibernando, enquanto o cabo retorna a São Paulo em busca de socorro.

Silva Braga chegava a Belém em março de 1725.

raciocina o padre, como a Bandeira estava a meio caminho andado para Belém, valeu-se o alferes do ensejo para tentar alcançar esse ponto litorâneo. Ainda favorece o raciocínio o fato de que a Bandeira estaria no fim de suas errôneas, pois Bueno sete meses depois também deixava a Bandeira hibernando e retornava a São Paulo em busca de socorro. Entretanto, no momento que se desgarrou, Silva Braga não podia prever essa volta do Anhanguera, que pelo contrário sempre repetia que só voltaria a São Paulo com conhecimento das minas que procurava. Acresce que hoje se sabe que o lugar de São Félix fica mais próximo de Belém do que o lugar da foz do Uruú no rio das Almas; mas naquele tempo isso não apenas era totalmente ignorado como os bandeirantes estavam perdidos, totalmente desorientados. Só sabiam que por perto corria o rio Maranhão que levava a Belém.

A lenda de haver o alferes Silva Braga embarcado na região de São Félix aparece escrita pela primeira vez na obra do padre Silva e Sousa; antes dele ninguém jamais fizera semelhante afirmação por escrito. Tal afirmação não encontra sustentáculo em qualquer informação digna de fé. É uma criação cerebrina do grande historiador Silva e Sousa, quando muito apoiada em versão coetânea, como a citada pelo ouvidor Seixas, para que a Bandeira teria avançado até Belém do Pará, numa clara confusão entre o caminho da Bandeira mesma aquela fuga dos dissidentes de Silva Braga.

Ao contrário de tudo isso, a afirmação de Tosi Colombina é clara e inofismável citando os rios Uruú, das Almas, Maranhão e Tocantins; essa informação é corroborada pela melhor tradição do roteiro do Anhanguera que passa pelo ribeirão Cabrinha, afluente do Cabra que cai no Uruú, fala da Serra Dourada, etc... A afirmação de Colombina resulta de investigação feita para elaboração do mapa. Para confirmar que havia a tradição desse caminho do Uruú até Belém, aparece em 1789 a expedição militar autorizada pelo governador Tristão da Cunha Menezes, que parte de Santana do Capim Puba *nome até hoje conservado nas proximidades da Barra do Canastra), no dia 20 de março (plena cheia de S. José) e sob o comando do famoso navegador Tomás de Sousa Vila-Real chega a Belém do Pará.

Esta nota de Colombina em seu mapa de 1751 é o único e

exclusivo registro antigo que declara indubitavelmente de onde partiu a expedição desertora do alferes português José Peixoto da Silva Braga. Tosi Colombina constata isso ao estudar roteiros de viagens, de cujas informações se valia para compor sua carta geográfica, ouvindo para tanto narrativas orais. O rio Uruú coincide com o ponto de onde partiram Bartolomeu Bueno e seu genro Ortiz em busca de socorro em São Paulo.

Esta afirmativa de Tosi Colombina põe um ponto final nesse dúvida.

Entendo que tal descoberta é da maior relevância e sepulta o folclore de que Silva Braga separou-se da Bandeira do Anhanguera nos arredores de S. Félix. Diante do registro de Colombina, tudo o mais são lendas. "Tudo isso temos em conta de novela mal contada" - para repetir as palavras de José Martins Parreira de Alencastre (Anais da Província de Goiás, 1863).

Para terminar falaremos sobre o grande projeto de Tosi Colombina. Justamente no meio do século XVIII, 25 anos depois de lançados os fundamentos da atual cidade de Goiás, o geógrafo propunha ao rei de Portugal um plano bastante maluco. Abrir uma estrada para carros e carretas que, partindo do porto de Santos, no litoral paulista, cortasse o atual Estado de São Paulo no rumo norte até alcançar o local onde mais tarde se assentaria Uberaba, no Triângulo Mineiro daí entrava em Goiás e vinha até o local hoje ocupado por Anápolis, de onde, infletindo para Oeste, alcançaria a Cidade de Goiás e depois Cuiabá, prosseguindo pelo território matogrossense até chegar à vila de Mato Grosso, quase na fronteira com a Bolívia, na região de Santa Cruz de La Sierra. Os objetivos eram Goiás e Cuiabá, duas minas de ouro então no apogeu da glória que atraíam milhares e milhares de pessoas.

Ao rei não pedia senão os direitos de exploração da estrada por dez anos e a concessão de sesmarias de 3 em 3 léguas para plantação de pastos e instalação de estalagens e fazendas. Contamos Alencastre que "o privilégio caducou, por nunca terem os empresários podido organizar a companhia que se devia encarregar desses trabalhos, e levantar os capitais que se faziam necessários à execução de obra". Para evidenciar a temeridade do empreendimento, cumpre observar que estrada semelhante nem

hoje ainda existe e que veículos de rodas, como imaginou Colombina para sua estrada, somente surgiram em Goiás em 1820 e assim mesmo nos pesados carros de bois tão nossos conhecidos! Fraco, pois, era o argumento exposto por Tosi Colombina de que estrada mais extensa e toda calçada de pedra existia no Peru, nosso vizinho submetido à coroa de Castela.

Esperando haver avançado alguns milímetros na vida desse ilustre geógrafo, agora o que nos falta é restabelecer a carteira de identidade de Tosi Colombina, ou seja, onde e quando nasceu, quem eram seus pais, com quem casou, quando faleceu, que filhos teve, estes últimos dados não já próprios de carteira de identidade, mas indispensável à existência de qualquer humano.

Bibliografia

- O Descobrimento da Capitania de Goiás etc.
Pe. Luis Antônio Silva e Sousa, Ed. UFG - Goiânia, 1967
Anais da Província de Goiás
J. M. Pereira de Alencastre, Sudeco/ Goiás - Brasília, 1979
O Mistério do Ouro dos Martírios
M. Rodrigues Ferreira, Garf. Biblos - S. Paulo, 1960
Súmula de Hist. de Goiás
Americano do Brasil, Goiânia, Unigraf, 1982
Goiás em Sol Maior
Bernardo Élis, Goiânia, Poligráfica, 1985
História de Goiás
Colemar Natal e Silva, Borsoi & Cia, 1935
História de Goiás
Zoroastro Artiaga, Goiânia, 1959
As Comunicações Fluviais pela Tocantins e Araguaia no Sec. XIX
Dalísia E. M. Doles, Goiânia, Ed. Oriente, 1973
Mapas: do IBGE - Rio de Janeiro
de Tosi Colombina, 1751, Cart. do Exército
do INDUR - GO, 1986
Corografia Hist. da Prov. de Goiás
R. J. da Cunha Matos, Sudeco/ Goiás, Goiânia, 1979
Goiás - 1722/ 1822

GOIÂNIA: A UTOPIA DO PROGRESSO NA MARCHA PARA O OESTE.

Nasr Fayad Chaul¹

RESUMO

O Autor analisa neste artigo as condições de criação das novas cidades, criticando a utopia modernista e a construção resultante de uma transformação dos antigos farrapos da 1ª República, em noção de progresso e sobrevivência política.

Reafirma ser a cidade de Goiânia edificada sobre parâmetros vários, sejam políticos, econômicos, e sociais, além dos educacionais e culturais.

Demonstra como a velha geração cede à nova Ordem, com a nova mentalidade e sua noção de Progresso, com a ocupação capitalista da Amazônia, na chamada "marcha para o Oeste" e sua importante influência no surgimento de Goiânia, sendo encarada por ele como o resultado da imaginação utópica da época em que foi projetada, na reafirmação do poder e do ideário do Estado Novo.

Palavras-chave: *Goiânia, Oeste, utopia, construção, Estado Novo.*

A História da construção das cidades como centros políticos, guardiãs das memórias e utopias das sociedades, é antiga entre nós. A imaginação grega de uma República organizada dos caminhos históricos de um povo remonta à antiguidade clássica, dando, de certa forma, um segmento ao que os egípcios, por volta de 1350 a.C., planejaram com a cidade de Akhetaton.² A "polis" grega refletia a preocupação com o homem e seu ideal de democracia antiga.

Já na Alta Idade Média A Cidade de Deus de Santo Agostinho determinava os designios e as soluções celestiais para os problemas matérias. Na transparência refinada do Renascimento, o anseio de uma cidade ideal, que orientasse os caminhos das sociedades ganha plenitude com A Utopia de Thomas More e com A Cidade do Sol de Campanella, seguidas por Francis Bacon com sua Nova Atlântida.³ De acordo com um estudioso da arquitetura das idéias e das cidades dos homens, "*nos três casos, partiu-se da realidade para a utopia e*

¹ Professor do Departamento de História e do curso de Pós-Graduação em História da UFG, Mestre em História pela UFG e Doutor pela Universidade de São Paulo (USP).

mento que aglutinou, em Goiás, grupos políticos ligados aos interesses econômicos e políticos do sul e sudeste do Estado e que não haviam conseguido, até então, uma participação na política estadual que projetasse seu potencial desenvolvimentista.

Trinta no Brasil foi uma tentativa de reorientar o cometa desordenado da economia brasileira, de colocar um pouco a lucidez na loucura curável do capitalismo brasileiro. Não deve ser entendido como processo homogêneo para o país, uma vez que Goiás não contava com a composição de forças políticas que originaram os estudos mais fecundos sobre a época. Estas forças, presentes no Centro Sul do país, praticamente inexistiam em Goiás, nos moldes em que ficaram conhecidos por boa parte da historiografia do período, ou seja, burguesia e proletariado. Goiás passava pela estruturação de um Estado cuja composição política-social oscilava entre os grupos políticos que centralizavam as decisões nas cidades de Goiás, Porto Nacional e Morrinhos, ligados aos moldes e práticas políticas da Primeira República, e outros grupos situados no Sul e Sudoeste do Estado, cujo potencial econômico não encontrava o devido respaldo político e cuja mentalidade era, para a época, mais modernizante⁷, embora ligada com o afincamento de uma raiz à estrutura fundiária.

Goiânia foi edificada sob parâmetros vários. Serviu de estratégia política de poder para seu mentor, Pedro Ludovico, numa época em que o governo era provisório e o governante um interventor indo ao encontro das eleições constituintes de 1933 que elegeriam os representantes governamentais e senatoriais em 34. A idéia de mudança da capital era uma bandeira empunhada como argumento, defendida como necessidade, posta como anseio de um povo, requisitada como fundamento e representatividade de um Estado carente de uma capital à altura de seu pretendido salto político-econômico. A mudança da capital ocultava a face mais real de seu intento. Não era apenas o deslocamento do centro de poder dos Caiados. O era também. Não era apenas a vontade atávica de uma idéia de um povo ou de um político que buscava concretização. Era bem mais que isso. Feita em nome do progresso, da esperança e do pretensão “novo” que se contrapunha ao suposto “velho”, Goiânia representava o veículo de condução político burocrática capaz de levar o estado a uma maior inserção no mercado nacional, a uma dinamização do processo de acumulação capitalista nas fronteiras mais desenvolvidas economicamente no Estado. Antes de ser uma capital para Goiás, Goiânia era uma capital para o Sul e Sudoeste do Estado, uma vez que estes grupos haviam encontrado a abertura de participação política

necessária aos seus intentos no Movimento de Trinta, via Aliança Liberal, e concretização de tais anseios no Partido Social Republicano (P.S.R.),

liderado por Pedro Ludovico nas eleições de 33/34. Pedro Ludovico, um médico em busca de ascensão política, um liberal, um humanista, um lídimo representante dos anseios políticos e econômicos dos grupos ligados ao Sul e Sudoeste do Estado. Um carisma solidário às transformações.

A construção de Goiânia efetivava-se no burburinho político das vozes contrárias às mudanças da capital. A oposição, em especial a da cidade de Goiás, alegava problemas de toda ordem para a não efetivação de ato tão protelado ao longo da história goiana. A falta de verbas, a carência econômica de um Estado face aos gastos tão múltiplos que se iria fazer, a aplicação dos mesmos na solução de problemas crônicos de vários municípios nas áreas de saúde, educação e energia. Os ouvidos mudancistas se dispunham a emitir silêncios. Não se tratava de remodelar o “velho” e sim providenciar o “novo”. Não se tratava de prever os gastos e sim calcular os investimentos. Não se tratava mais de manter o atraso para se obter maior autonomia de poder.

A verba viria dos lotes vendidos na área da construção de Goiânia, pingaria como chuva de verão dos cofres do governo federal por meio de apólices e empréstimos. Obviamente não cairiam do céu numa época de tempestades internacionais geradas pelo “Crack de 29”, seguida pela grande depressão mundial que atinge o Brasil com maior intensidade ao longo dos anos 30.

A mão-de-obra básica teve que ser chamada do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, para formar um contingente operário que não havia se formado no estado ao longo de seu processo histórico. Os quase 4.000 anônimos, a outra face dos construtores de Goiânia, viviam em condições sub-humanas de vida e os salários, quando pagos, viravam vales, que viravam dívidas nas mãos dos agiotas que acabavam por virarem lucros nas cantinas dos exploradores.

Uma parcela da sociedade da época, a que tinha expressão na política local, escondia o fazendeiro por trás do profissional liberal. Era o médico, o advogado, o farmacêutico, o engenheiro, o bacharel, etc., quase todos ligados à estrutura fundiária, que demonstravam por si mesmos ou através de seus representantes uma mudança nos quadros da política estatal. Se fazia crer que o velho, os grupos políticos depostos, tinha cedido lugar a uma nova ordem, de novos homens, entre jalecos e leis, remédios e construções, que, assim, dariam ao Estado uma nova mentalidade: mais progressista, mais moderna, mais dinâmica. Era um reflexo dos anos trinta. Uma mentalidade urbana com os pés plantados em solo rural. Tal mesclagem (urbano - rural), pode, até os dias atuais, ser notada nas várias facetas da cidade que se tornou Goiânia, a Capital.

Destaca-se nos anos trinta o crescente interesse do Governo Federal na ocupação capitalista da Amazônia, dentro da chamada “Marcha para o Oeste”,

com força total para consolidar uma época em que o Brasil caminhava a passos largos rumo a centralização do poder. Goiânia, no contexto, era um espelho representativo da política de Vargas e de seus seguidores.

As palavras do redator da revista Oeste, uma das maiores divulgadoras das idéias estado-novista, são bastante claras: “Goiânia é como que a própria expressão, em termos urbanísticos do Brasil Novo, do Brasil que se redescobriu, do Brasil unificado num só corpo e num só espírito, do Brasil que coordenou todas as nossas forças, orientando-as para fins altos e nobres, do Brasil que se ergue do berço esplêndido e começou, já a cavalgada da glória. Goiânia é, assim, a espécie de cadinho, em que se cozem e purificam os nossos vários caracteres. Nela, mais que em outro ponto qualquer, se encontram os dois Brasis - o do litoral e o do sertão - nela se está formando a célula do Brasil integral para todo o Brasil, Goiânia adquire uma fisionomia inconfundível e a sua posição se delinea, sob o ponto de vista nacional, verdadeiramente, a conquista do Brasil pelo Brasil, isto é, a Marcha para o Oeste era um intuito inicial, um propósito básico. E Goiânia foi a manifestação prática desse movimento profundo de nacionalidade.”¹⁰ Talvez nem Pedro Ludovico nem seus aliados soubessem que Goiânia representava tanto e tantas coisas assim.

Goiânia pode assim ser encarada como a imaginação utópica da época. Perspectiva de uma nova vida, de um novo tempo, ideologicamente disseminado pela “Revolução” de 30. Esperança de dias melhores, de ruptura com o passado, de sonho a ser conquistado, enfim, de concretização de um projeto humano resultante de relações humanas. Assim, a idéia de progresso serviu fartamente aos ideais de consolidação política de Pedro Ludovico, através de sua proposta de mudança da capital. Mudando a capital, Pedro Ludovico não só estaria seu ideal político em prol do progresso das regiões Sul e Sudoeste, como estaria também criando um novo centro de poder. A mudança da capital significava também ganhos políticos, uma vez que mudando a capital o Governo estaria criando o necessário espaço urbano à nova etapa de acumulação capitalista no Estado além do espaço necessário à sua afirmação no poder.

Foi, portanto, sob o prisma luminoso do progresso que se atacou de todas as formas a antiga capital e sob o mesmo refrão procurou-se justificar a nova capital. Pedro Ludovico, por sua vez, utilizava seu saber médico e tratava a cidade de Goiás como a um doente em um quase pré-coma na UTI do capitalismo, desenganada pelos mais célebres cirurgiões do Sul e do Sudoeste do Estado. A velha Goiás era ideológica e taticamente o exemplo de como não devia ser uma capital. A Goiás Velha era vista como a antítese dos tempos, o buraco do sertão goiano, paciente em fase terminal. A velha Goiás, berço de Cora Coralina, misto de jornalista, doceira e poeta, cujos poemas podem servir

para demonstrar os universos que o planeta história pode alcançar na dimensão do conhecimento humano, estava velha demais para uma plástica eficiente. Suas rugas no espelho do tempo serviam de demonstração não valorativa, diferente das rugas de Cora e de sua poesia.

A marcha desenvolvimentista de Vargas e seu espelho em Goiás, Pedro Ludovico, necessitava, assim, de uma capital que espelhasse o progresso, acessível, na vanguarda dos tempos pós-30. Uma capital que coordenasse a vida política e estimulasse a econômica.

Em suma, Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que sua realização dependeu basicamente do regime instalado em 30 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 37. Para o regime que se instalava o inverso era também verdadeiro: Goiânia era a representação maior do “nacionalismo”, do “bandeirantismo”, da “sagacidade” do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do Estado Novo.

Torna-se claro que Pedro Ludovico e o Estado Novo tinham um forte ponto de convergência: Goiânia. Pelo lado de Pedro Ludovico, o regime servia como suporte de sua mais alta realização política - sua e dos grupos políticos do Sul e Sudoeste - pelo lado do Estado Novo, Goiânia servia como concretização dos ideais do momento, como símbolo que encarnava na prática, o nacionalismo apregoado pelo regime. Eles se serviam, se complementavam. No tocante à mudança da capital, podemos afirmar que o Estado Novo foi o catalisador final da transferência da capital, bem como o início de uma dependência política cada vez maior junto ao Governo Federal.

Chegava-se a uma época de definições em relação a Goiânia. Sua inauguração oficial só se daria cinco anos mais tarde, em julho de 1942. A História dessa cidade sexagenária, capital dentro do interior, campo - cidade, Campinas e Goiânia, vem a ser um exemplo daquilo que Marco Polo ensinou a Kublai Kan nas Cidades Invisíveis de Ítalo Calvino: “de uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas”.

ABSTRACT

GOIÂNIA : THE UTOPIA OF THE PROGRESS IN THE MARCH TO WEST

In this article the author analyses the conditions of creation of new cities. He criticises the modern utopia and construction as a result of the transformation of the ancient “farrapos” of the first Republic into idea of progress and political surviving.

He affirms the city of Goiânia to be built upon many parameters which

may be political , economic , social , or cultural .

He shows how the old generation surrenders to the new Order with a new way of thinking and its idea of Progress , during the Amazon capitalist occupation , in the so-called "march to West " and its important influence in the appearance of Goiânia . He sees Goiânia as the result of the chimerical imagination of the time when it was planned , in the confirmation of the power and of the New State project.

Keywords: *Goiânia, West, utopia, construction, New State.*

NOTAS

¹Cf. WASSEF, Ayyam. **Akhetaton do Sol**. Correio da Unesco. As utopias ou a Busca do Impossível. Rio de Janeiro, ano 19, nº 4, p. 17/8 abril de 1991.

²Ver MORE, Thomas. **A Utopia**. 2a. Ed. São Paulo: Abril Cultural; CAMPANELLA, Tomaso. **A Cidade do Sol**. São Paulo, Abril Cultural, 1978 e BACON, Francis. **Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza: nova Atlântida**. São Paulo, Abril Cultural, 1979. Col. Os Pensadores.

³LOPES, Luiz Carlos. **Projeto Brasília: Modernidade e História**. São Paulo, USP, 1992. Tese de Doutorado.mimeogr. p.11.

⁴MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972. p. 268. Citado por LOPES, Luiz Carlos. op. cit. p.11

⁵HOLSTON, James. Entrevista à Folha de São Paulo, caderno MAIS, 25 de abril de 1993. p. 12.

⁶modernidade aqui está entendida dentro da visão dos grupos políticos que se assenhoram do poder em 1930, como progresso, o culto do novo e a rejeição do passado, como forma de inserir, cada vez mais, Goiás no cenário nacional.

⁷COELHO, Teixeira. **O que é Utopia**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

⁸Idem. p. 8.

⁹Paulo Augusto de Figueiredo, *Revista Oeste*, 1983.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A FUNDAÇÃO
DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

José Mendonça Teles

Não se pode negar que o fato histórico corresponde à matéria-prima da história. É nele que o historiador se apega para iniciar a sua narrativa, procurando destrinchar todos os melindres para chegar a um consenso do fato acontecido. E não há matéria prima mais confiável do que a **ata**, porque a sua função é justamente narrar a ocorrência de um momento que pode se tornar histórico, principalmente quando se revestiu de solenidade e procurou armazenar ao máximo os sentimentos e emoções dos homens que a autenticaram. Não se pode desconhecer, portanto, que a **ata**, contendo o registro, com todas as formalidades do fato histórico, é ato material e, por isso, confiável aos olhos do historiador. No caso do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, que tem sua vida, desde a fundação, na Cidade de Goiás, registrada em atas, o mínimo que se pode fazer é ler essas atas, analisá-las, e extrair delas a história da segunda instituição cultural fundada no Estado de Goiás, já que não se pode negar o pioneirismo do Gabinete Literário Goiano, criado em 1864. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás teria ocorrido no governo João Alves de Castro (1917-21), se tivesse dado cumprimento à lei n. 629, de 2 de agosto de 1918, iniciativa de Americano do Brasil, que prefixava a sua instalação para o dia 26 de julho do ano seguinte; ou então, no dia 18 de fevereiro de 1930, se prevalecesse o idealismo de Colemar Natal e Silva, quando chegou a presidir uma reunião para essa finalidade. A Revolução de 30, que ocasionou muitas rachaduras na antiga Capital, concorreu para adiar esse acontecimento cultural, que somente realizou-se no ano de 1932, graças à iniciativa do intelectual José Honorato da Silva e Souza, que participava do governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira. A

“Aos sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e trinta e três, digo, trinta e dois, no salão nobre do Palácio da Instrução, na Capital de Goiás, acharam-se reunidos, a convite do Excelentíssimo Senhor Doutor José Honorato da Silva e Souza, muito digno Diretor Geral do Interior e sob sua presidência os Excelentíssimos senhores doutores Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, Vasco de Souza, Agnelo Arlington Fleury Curado, Colemar Natal e Silva, Dario Délio Cardoso, Alfredo de Faria e Castro, Augusto da Paixão Fleury Curado e Dr. Luiz Ramos de Oliveira Couto. Declarado aberta a sessão, o Dr. José Honorato expôs o fim da reunião e depois de fazer importantes apreciações sobre a necessidade de se criar o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, salientou o abandono que, até o momento, se achava voltado o estudo da nossa história e da geografia do nosso Estado, fazendo ainda sentir os incalculáveis prejuízos de ordem intelectual e moral que adviriam, digo decorrentes da inexistência de uma instituição que tomasse a seu cargo a iniciativa de velar sobre tão altos interesses. Termina sugerindo a idéia de se eleger uma diretoria provisória que se encarregasse de assentar as bases para a undação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, e insistindo na consciência de se ter a instituição um caráter inteiramente particular, na sua base de formação”.

Após a fala de José Honorato, procedeu-se à eleição e posse da diretoria provisória, composta das seguintes pessoas: Presidente, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo; 1º Secretário, Dario Délio Cardoso; 2º Secretário, Alfredo de Faria Castro; Tesoureiro, Agnelo Arlington Fleury Curado e Orador, Luiz Ramos de Oliveira Couto. Assinaram a ata Alfredo de Castro, Colemar Natal e Silva, Dário Délio Cardoso, Albatênio de Godoy, Agnelo Fleury e Gustavo Gonzaga.

A segunda reunião aconteceu no dia 22 de outubro, registrando a renúncia de Luiz do Couto da função de orador, sendo aclamado para seu lugar Colemar Natal e Silva. Nessa reunião foram indicadas as seguintes pessoas para pertencer ao Instituto: Albatênio de Godoy, Horestes de Brito, Vasco dos Reis Gonçalves, Pedro Gomes de Oliveira, Mário de Alencastro Caiado e Benjamim da Luz. A terceira reunião realizou-se no

dia 29 de outubro, sendo apresentados os seguintes nomes para pertencerem ao Instituto: Josephina do Couto Brandão Peixoto, Ana de Jesus, Gercino Monteiro Guimarães e Gustavo Gonzaga. Foi, também, nomeada uma comissão para proceder a elaboração do estatuto da entidade.

As reuniões se sucederam no mês de novembro de 1932: dias 4, 17 e 22, destacando-se a apresentação de um exemplar do estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para que o Instituto goiano se adaptasse aos moldes da instituição nacional. A 7ª ata registra a reunião realizada no dia 14 de abril de 1933, quando foi aprovado o estatuto e eleita a primeira diretoria efetiva, assim constituída: Presidente, Colemar Natal e Silva; 1º Vice-Presidente, Agnelo Arlington Fleury Curado; 2º Vice-Presidente, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo; 1º Secretário, Alfredo de Faria Castro; 2º Secretário, Joaquim de Carvalho Ferreira; Orador, Dario Délio Cardoso e Tesoureiro, Gustavo Gonzaga. Nessa reunião, ficou marcada a data de primeiro de maio de 1933 para a instalação solene do Instituto, remarcada para o dia 17 de setembro, conforme registra a ata de 30 de abril daquele ano.

INSTALAÇÃO SOLENE

Foi no salão nobre do Liceu de Goiás, no dia 17 de setembro de 1933, às dezenove horas, com a presença do Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, autoridades civis, militares, eclesiásticas, sócios do Instituto e grande número de convidados, com direito a apresentação da banda de música da Força Pública e “um conjunto musical composto de vários artistas da nossa melhor sociedade”, que se deu a instalação solene do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Presidiu a sessão Colemar Natal e Silva, que diplomou todos os associados, entregando ao Interventor Federal o diploma de Presidente de Honra da instituição. Após os discursos de praxe, foram entregues os diplomas de Sócio Grande Benemérito aos senhores José Honorato de Silva e Souza, Americano do Brasil e Henrique Silva. Secretariou a sessão e lavrou a ata o sócio Alfredo de Faria e Castro.

Instalado o Instituto no dia 17 de setembro de 1933, na antiga Capital do Estado, ele voltaria a reunir-se somente em Goiânia, a nova Capital, no dia 25 de junho de 1938, com a presença de 15 dos 23 sócios fundadores. À oportunidade, o presidente Colemar Natal e Silva enume-

rou várias circunstâncias, entre as quais a mudança da Capital, que impediram que o Instituto funcionasse. Relembrou, também, a fundação do primeiro Instituto, na Cidade de Goiás, no dia 18 de fevereiro de 1930, que não funcionou, mas serviu de base e estímulo para a criação do Instituto que presidia. Propôs, Colemar Natal e Silva, que ratificassem, em Assembléia Geral, o mandato da diretoria e todos os atos praticados pela diretoria anteriormente eleita. Anuncia, também, o nome do sócio Luiz Ramos de Oliveira Couto para diretor da Revista do Instituto e o lançamento da pedra fundamental da nova sede da instituição, que já dispunha do terreno e da planta.

Na sessão do dia 21 de março de 1939, Colemar Natal e Silva é reeleito presidente. E na sessão de 10 de abril é homenageada a memória do Marechal Raimundo José da Cunha Matos, pela passagem do centenário de sua morte, ocorrida no Rio de Janeiro, no dia 2 de março de 1839.

A SEDE PRÓPRIA

No dia 26 de julho de 1938, no nascente Setor Sul, na confluência das ruas 82 e 85, com a presença de sócios e autoridades, Colemar Natal e Silva lançava a pedra fundamental da sede própria do Instituto, que seria construída nos lotes 43 e 45, quadra “J”, doados pelo Interventor Federal. À oportunidade, Colemar pronunciou longo discurso onde enaltece a antiga Capital e refere-se a Goiânia com a cidade do futuro, ressaltando:

“Quero finalizar minhas palavras voltando o pensamento para a vetusta Cidade de Goiás, berço da glória que hoje consagramos. Para aquele centro cultural, onde sempre cintilaram inteligências de escol, projetando sobre todos os quadrantes do Estado luzes de uma intelectualidade vigorosa e fina; onde existiu a primeira Academia de Letras de Goiás. Onde se fez ouvir o estro mavioso de nossos melhores poetas, onde a música, as letras, as artes sempre tiveram seus mais apaixonados cultores, onde mesmo se registram as pugnas mais ardorosas e brilhantes de nossas lides jornalísticas, onde se fundou o Instituto Histórico, para lá é que deve-se volver, neste instante, o nosso pensamento, numa saudação cheia de sã cordialidade, na qual a cidade nova se confraterniza com a cidade antiga...”

Goiânia e Goiás são duas cidades que se completam, que se devem entender e que precisam viver unidas: uma é tradição, é o passado repleto de recordações gratas e afetivas, de glórias legítimas, de louros imperecíveis; outra é a cidade do presente e do futuro, a materialização do espírito da época e um prenúncio da vertigem do porvir.”

A sessão do dia 5 de outubro de 1939 teve o caráter da inauguração da nova sede. Aconteceu às 16 horas, conforme a ata, e na oportunidade foi também entronizado no salão nobre do Instituto o retrato do presidente Colemar e dos chefes da Nação e do Estado de Goiás. Os fatos que se destacam nesse ano são a assinatura do Decreto-Lei n. 2,593, de 21 de novembro de 1939, em que a Interventoria Federal do Estado de Goiás reconhece o Instituto como entidade de utilidade pública e a publicação do primeiro número da Revista do Instituto, em maio de 1940, tendo como diretor Luiz do Couto. Pela ata de 25 de março de 1942, Colemar é novamente reeleito presidente, e pela ata do dia 25 de julho daquele ano, dentro das comemorações do “Batismo Cultural de Goiânia”, em sessão especial do Instituto, realizada no salão de festas do Automóvel Clube (atual Jôquei Clube), foi concedido diploma de Sócio Grande Benemérito ao Presidente Getúlio Vargas.

As atas que se sucederam, até o ano de 1956, trouxeram sempre a reeleição de Colemar Natal e Silva, homenagem a vultos goianos desaparecidos e até uma possível permuta da sede do Instituto por uma casa existente na rua 20, n. 19, “por ser mais ampla, que poderia até abrigar a Academia Goiana de Letras.” O assunto ficou somente na intenção. Há, também, uma ata de lançamento da pedra fundamental da Catedral de Goiânia, que nada tem a ver com o Instituto.

Como não havia sido feita eleição da diretoria para o biênio 1954/56, na reunião de 16 de março de 1956 ficou decidida a prorrogação automática da diretoria até 16 de setembro daquele ano. Decidiu-se também a eleição de nova diretoria para administrar o Instituto até o mês de setembro. Os eleitos foram Jarbas Jayme (presidente) e Alfredo de Faria e Castro (vice-presidente). Renunciando ao mandato o presidente eleito, presidiu o Instituto o associado Alfredo de Faria Castro até 7 de setembro de 1956, quando foi eleito e empossado Zoroastro Artiaga.

A ata de 16 de junho de 1957 registra a fundação do Instituto, ocorrida na antiga Capital, “a 15 de junho de 1933”; já a ata de 24 de

fevereiro de 1961 comemora a data de fundação “que se deu a 24 de fevereiro de 1933”.

Zoroastro Artiaga preside o Instituto até 20 de fevereiro de 1962, quando no mesmo dia é eleito e empossado Gilberto Mendonça Teles. Há, aí, um longo recesso do Instituto, por ter cedido a sua sede à Universidade Federal de Goiás, onde se instalou o Centro de Estudos Brasileiros. Em 23 de março de 1970 assume a presidência Basileu Toledo França, que dirige a instituição até 16 de março de 1973, quando retorna à presidência Colemar Natal e Silva. Reeleito sucessivamente, Colemar só deixa a presidência no dia 30 de dezembro de 1992, quando redige, de próprio punho, a carta-renúncia ao vice-presidente José Mendonça Teles:

“Este expediente é para passar-lhe a Presidência do nosso Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, após tantos e tantos anos de exaustivo e contínuo trabalho e uma série de iniciativas de ordem administrativa e cultural na execução dos objetivos fundamentais da Entidade, fielmente comprovados através de mais de 200 atas.

Estou sob recomendação médica para repouso, daí o motivo que me impede de continuar presidindo a nossa Entidade.

Auguro e prevejo, no exercício de sua gestão, muito dinamismo e eficiência nessa sua luta permanente em defesa de nossas instituições culturais.

Um pedido venho lhe fazer: dar execução ao projeto, unanimemente aprovado pelo Plenário, para a realização do Encontro Nacional dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, em Goiânia.

Pela minha longa experiência na vivência dos problemas básicos do Instituto, pode contar desde já com a minha cooperação na execução de sua dignificante tarefa, hoje tão dificultada pela conjuntura atual do país.

Com a amizade e o apreço de sempre

Colemar Natal e Silva.”

No dia 12 de janeiro de 1993, assumi a Presidência do Instituto, conforme registra a ata daquele dia.

DATA DE FUNDAÇÃO

A pergunta que se faz é a seguinte: em que dia, mês e ano foi fundado o Instituto? O primeiro estatuto, de 1933, diz em seu artigo primeiro que foi fundado em 15 de junho daquele ano. Já o artigo 53 desse estatuto diz que “A sessão magna realizar-se-á no dia 21 de outubro de cada ano, para celebrar solenemente o aniversário”. A ata de 24 de fevereiro de 1961 registra a comemoração do aniversário do Instituto, que se deu no dia “24 de fevereiro de 1933”. O atual estatuto, em vigor a partir de 7 de outubro de 1975, traz três incoerências: 1ª) diz em seu artigo primeiro que o Instituto foi fundado no dia 1º de junho de 1933; 2ª) em seu artigo 53, afirma que “a 15 de junho de cada ano haverá sessão magna, celebrando-se, de modo solene, o aniversário do Instituto”; 3ª) entra em vigor justamente no dia 7 de outubro, data da histórica reunião ocorrida na Cidade de Goiás, em 1932, quando ficou delineada a fundação do Instituto. E assinaram este estatuto dois fundadores: Colemar Natal e Silva e Augusto da Paixão Fleury Curado. Seria mera coincidência, esse 7 de outubro? Por mais que pesquissasse, não consegui encontrar a data 15 de junho nos documentos do Instituto. Em minucioso estudo, objeto de palestra no Instituto, no dia 25 de maio de 1993, o associado José Asmar afirma que a data de fundação do Instituto é mesmo o dia 15 de junho de 1933, “indiscutível e comprovado”, dizendo que essa data “se apóia em fortes bases: é mencionada no primeiro estatuto, de 1933; repete-se no artigo 53, capítulo IX, do atual estatuto, embora o mesmo indique, em seu artigo 1º, o dia 1º de junho, óbvio engano. Aliás, o mesmo artigo 53, já do primeiro Estatuto, manda que se comemore o aniversário do IHGG em 21 de outubro, o que não quer dizer que essa seja a efeméride e, sim, evidente propósito de ligar a festa à eclosão do movimento de 1930”. Aceitando em parte as considerações do confrade José Asmar, discordo quando afirma ser 15 de junho a data de fundação do Instituto, quando essa data varia nos artigos dos dois estatutos, e se atropela também nos textos das atas.

Mesmo insistindo José Asmar em afastar a fundação do Instituto do mês de outubro, aniversário da Revolução de 30, não há como desconhecer que foi no dia 7 de outubro de 1932 que se reuniram, na Cidade de Goiás, vários intelectuais que plantaram a semente do nosso Instituto

Histórico, com registro em ata e instituição da primeira diretoria. Foi a semente. Jogada em terra fértil, ela germinou, cresceu, se fez árvore e produziu frutos. Por quê não oficializar o 7 de outubro de 1932 como a data de fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás? Não está na ata? O próprio presidente Colemar Natal e Silva reconheceu o ano de 1932, ao mandar fixar a placa de bronze na entrada principal da sede do Instituto. A placa está lá: “fundado na Cidade de Goiás, em 1932”. Uma Assembléia Geral resolverá de vez esse assunto!

OS PRESIDENTES DO INSTITUTO

Se considerar a fundação do Instituto Histórico a partir de 7 de outubro de 1932, presidiram a instituição as seguintes pessoas: Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (07/10/32 a 14/04/33), Colemar Natal e Silva (14/04/33 a 16/03/56), Alfredo de Faria e Castro (16/03/56 a 07/09/56), Zoroastro Artiaga (07/09/56 a 20/02/62), Gilberto Mendonça Teles (20/02/62 a 23/03/70), Basileu Toledo França (23/03/70 a 16/03/73), Colemar Natal e Silva (19/03/73 a 12/01/93) e José Mendonça Teles, a partir de 12 de janeiro de 1993.

OS FUNDADORES

São fundadores do Instituto: José Honorato da Silva e Souza, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, Colemar Natal e Silva, Augusto da Paixão Fleury Curado, Agnelo Arlington Fleury Curado, Alfredo de Faria Castro, Luiz Ramos de Oliveira Couto, Dário Délio Cardoso, Albatênio de Godoy, Vasco de Souza e Gustavo Gonzaga.

AS REVISTAS

Em maio de 1940 circulou o primeiro número da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**, tendo como diretor Luiz do Couto e redatores Alfredo de Castro, Joaquim Ferreira, Alcide Celso Ra-

mos Jubé e Pedro Gomes de Oliveira. A revista traz, na segunda página, a fotografia do Interventor de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, e publica o texto do Decreto-Lei n. 2.593, de 21 de novembro de 1939, considerando a entidade como instituição de utilidade pública. Somente em dezembro de 1972 sairia o segundo número da *Revista*, publicado como se fosse o número um, desonhecendo, portanto, a existência do número um de 1940. Partindo da publicação de 1972, circula agora, neste mês de julho, a *Revista* número 15.

A NOVA SEDE

Construída ao lado da sede antiga, na confluência das ruas 82 e 85, no Setor Sul, o novo prédio do Instituto, com 700 m² de área, em três pavimentos, possui auditório com ar condicionado e 136 poltronas, salas de documentos, de pesquisa e ampla biblioteca especializada. Na sede antiga, encontram-se a “Sala Colemar Natal e Silva”, contendo objetos e documentos que pertenceram ao ilustre fundador da instituição, além da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás. A construção do prédio só foi possível graças ao idealismo de nossa Sócia Honorária e ex-Secretária de Educação e Cultura, Terezinha Vieira dos Santos, que viabilizou recursos financeiros e os repassou ao CRISA, que administrou a construção. Em que pesem os esforços da professora Terezinha, a obra ficou inacabada. Com a mudança do governo e a paralisação da obra, o Presidente do Instituto procurou o deputado Vilmar Rocha e o inteirou do problema. Prontamente, o deputado comunicou o fato ao Governador Marconi Perillo que, ao visitar o Instituto, determinou a conclusão da obra e a doação de todos os móveis necessários, inclusive computadores, para que a instituição continuasse a prestar seus relevantes serviços à cultura goiana.

ATIVIDADES DO IHGG

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS
FUNDADO EM 1932

ATIVIDADES 2011

DATA	ATIVIDADE / EVENTO
24,25,26,27,28/01/2011	Pesquisa da escritora Sônia Ferreira, presidente do Centro de Cultura da Região Centro-Oeste e Sócia Correspondente do IHGG – Tema: Cultura Popular e o Turismo.
20/01/2011	Visita dos representantes das Instituições Culturais de Goiás (Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, Academia Goiana de Letras, União Brasileira de Escritores - Seção Goiás, Instituto Cultural José Mendonça Teles e Academia Goianiense de Letras) ao senhor Governador Marconi Perillo para cumprimenta-lo por sua eleição e posse. A pauta constou de discussões sobre a política cultural do Estado.
25/01/2011	Visita do Professor José Leopoldo, representante da ASEFEGO – Associação das Entidades Filantrópicas Espíritas de Goiás, para acertos acerca de locação do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG para ministrar curso no ano de 2011.
31/01/2011	Neste mês de janeiro 05 alunos da Universidade Federal de Goiás utilizaram a Biblioteca Irmãos Oriente do IHGG para pesquisas.
03/02/2011	Reunião Administrativa da Diretoria do IHGG no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado. Contou com a presença de 10 associados
14/02/2011	Visita de representantes do Tribunal Regional Eleitoral ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Presenças do Dr. Ney Teles de Paula, presidente do TRE; Adegmar José Ferreira; Claudia Eneida de Rezende Mikael, servidora do TRE; Bruno Rocha, assistente de imprensa; Antônio Celso Ramos Jubé, servidor; Flavia de Castro Dayrell, servidora; Elizabeth Caldeira, IHGG e Aidenor Aires, Presidente IHGG.

16/02/2011	Entrevista com o escritor, Sócio Emérito do IHGG, Ursulino Tavares Leão para o Projeto Memória Viva do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: escritor Hélio Moreira, escritores Eurico Barbosa e Aidenor Aires, presidente do IHGG.
24/02/2011	Visita do Presidente da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – AGEPEL, Gilvane Felipe, ao IHGG.
28/02/2011	Neste mês de fevereiro, 07 alunos da Universidade Federal de Goiás utilizaram a Biblioteca Irmãos Oriente do IHGG para pesquisas.
03/03/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha, com o Prof. Nelci de Oliveira.
03/03/2011	Visita ao Deputado Federal, Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e Secretário de Estado da Casa Civil de Goiás, Vilmar da Silva Rocha.
14/03/2011	Visita de componentes da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás ao Secretário de Estado da Educação, Thiago Peixoto, para tratar de interesses do IHGG.
16/03/2011	Sessão Solene de homenagem post-mortem ao escritor e associado do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás Professor Jacy Siqueira, no auditório do IHGG.
20/03/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha com o Prof. Nelci de Oliveira.
22/03/2011	Entrevista com a Professora Moema de Castro e Silva Olival para o Projeto Memória Viva, do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: escritores Licínio Leal Barbosa, Miguel Jorge e o presidente do IHGG, escritor Aidenor Aires.
23/03/2011	Contatos com o Gabinete Civil para a desocupação da sede original do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, utilizada pelo departamento de arquivos daquele órgão, cujo contrato expirou em 2010.
25/03/2011	Despacho, pelos correios, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, de 151 correspondências, constando de convocação da Revista nº 21 e do livro Memória dos Fundadores, publicados pelo IHGG.

27/03/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado, do IHGG, pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha, com o Prof. Nelci de Oliveira.
29/03/2011	Visita ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Goiânia, Dr. Paulo Siqueira Garcia, para tratar de assuntos relacionados à parceria cultural entre a Prefeitura de Goiânia e o IHGG.
31/03/2011	Neste mês de março 06 alunos da Universidade Federal de Goiás e 01 da UNIFAN utilizaram a Biblioteca Irmãos Oriente do IHGG, para pesquisas.
03/04/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha, com o Prof. Nelci de Oliveira.
05/04/2011	Visita do senhor Valdir Fernandes de Oliveira e da cantora lírica, Sócia Honorária do IHGG, Goiana Vieira da Anunciação.
06/04/2011	Visita do Deputado Federal Vilmar Rocha, Sócio Honorário do IHGG e Secretário da Casa Civil do Estado de Goiás ao IHGG, para tratar de assuntos inerentes às instituições culturais do Estado de Goiás.
10,17 e 24/04	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha, com o Prof. Nelci de Oliveira.
11/04/2011	Entrega dos originais de textos para a publicação da Revista nº 22 do IHGG.
13/04/2011	Assembleia Geral Ordinária para tratar de assuntos administrativos e outros pertinentes às finalidades do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, realizada na sede do IHGG.
13/04/2011	Visita do Sócio Titular do IHGG, Binômio da Costa Lima ao Instituto
14/04/2011	Sessão Magna de Saudade em memória da associada Nice Monteiro Daher, realizada na Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás em parceria com o IHGG.
14/04/2011	Reunião da Diretoria da Comissão Goiana de Folclore no IHGG
25/04/2011	Reunião com o Sócio Titular do IHGG, Iuri Rincon Godinho, para reativação do Boletim do IHGG.

27/04/2011	Participação de representantes do IHGG na abertura da I Bienal do Livro de Rio Verde, realizada nos dias 27 a 29 de abril de 2011, no salão de eventos do Sindicato Rural de Rio Verde. Presenças do presidente, escritor, Aidenor Aires; da escritora Maria dos Anjos Carreiro; da professora, funcionária do IHGG, Eleuzenira de Menezes, da escritora, Elizabeth Caldeira, 1ª secretária do IHGG e do sócio-correspondente, escritor, José Faria, de Caçu.
30/04/2011	Neste mês de abril, 09 usuários utilizaram a Biblioteca Irmãos Oriente do IHGG, para pesquisas.
01,08,15,22 e 29/05/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado, do IHGG, pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha, com o Prof. Nelci de Oliveira.
05/05/2011	Participação de representantes do IHGG na inauguração do Memorial da Justiça Eleitoral, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.
09/05/2011	Entrega de material à Editora Kelps, para a confecção dos convites para o lançamento do livro História de Goiás, obra póstuma de Amália Hermano.
11/05/2011	Lançamento do livro “O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) Cultura e Memória Goiana” do historiador Ademar Santos de Araújo, no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG.
16/05/2011	Envio, para o Rio de Janeiro, do tema a ser abordado pelo presidente Aidenor Aires, por ocasião da participação no V Colóquio dos Institutos Históricos e Geográficos do Brasil, a se realizar de 19 a 23/10/2011.
17/05/2011	Participação do presidente do IHGG, Aidenor Aires, na Sessão Solene de Posse do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, no Salão Verde do Palácio das Esmeraldas.
19/05/2011	Sessão Solene de Lançamentos do livro “História de Goiás”, obra póstuma de Amália Hermano Teixeira, organizado pelo IHGG, com a coordenação das professoras Eleuzenira Maria de Menezes e Janete Romano Fontanezi.
26/05/2011	Representação do IHGG e das instituições culturais goianas na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia – Salvador. A convite da governadoria de Goiás o Presidente do IHGG, Aidenor Aires participa de Sessão Solene que conferiu o Título de Cidadão Honorário da Bahia ao senhor governador Marconi Perillo.

28/05/2011	Defesa de dissertação de Mestrado do programa de pós-graduação de Geografia do Instituto de Estudo Socioambientais (IESA) da UFG, “As Trajetórias Sócio Espaciais da Juventude Metropolitana e a Construção da Corporeidade: o exemplo do Colégio Estadual Prof. Genesco Ferreira Bretas” Realizada no Auditório do IHGG.
30/05/2011	Mesa Redonda: “Ser Criança no Mundo da Pressa”. Evento realizado dentro da disciplina Geografia e Demografia, do curso de Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais ministrada pelo professor da UFG, Eguimar Felício Chaveiro, sócio-titular do IHGG.
30/05/2011	Reunião entre associados, convidados e familiares para comemoração do aniversário do presidente do Instituto Aidenor Aires, realizada na sala de reuniões do Instituto às 17 horas.
31/05/2011	Neste mês de maio, 33 pesquisadores utilizaram a Biblioteca Irmãos Oriente do IHGG, para pesquisas.
07/06/2011	Reunião da Diretoria do IHGG para tratar de assuntos relacionados à Biblioteca Irmãos Oriente do IHGG. Apresentação de contrato para organização da referida Biblioteca.
21/06/2011	Entrevista com o escritor, folclorista e sócio do IHGG, Bariani Ortencio para o Projeto Memória Viva, do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: jornalista Hamilton Carneiro; músico, Ostecrino Lacerda; escritor, Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado; escritor, professor, sócio do IHGG, Jadir Pessoa e do presidente do IHGG, escritor Aidenor Aires.
12,19,26/06/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha, com o Prof. Nelci de Oliveira.
30/06/2011	Neste mês de junho, 6 usuários utilizaram a Biblioteca Irmãos Oriente do IHGG, para pesquisas.
03/07/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha, com o Prof. Nelci de Oliveira.
13/07/2011	Reunião, com o sócio do IHGG Professor Francisco Itami Campos, sobre a possibilidade de um simpósio no IHGG, sobre “A história política e econômica de Goiás” a ser realizado com a participação do Profº. Dr. Noé Freire, Horieste Gomes e outros. Transformar a ideia em projeto, convidar participantes e depois transformar em livro.

19/07/2011	Reunião com o produtor cultural Jorge Luis Guimarães para tratar de assuntos relativos a projetos culturais do IHGG, inclusive o Fundo Nacional de Cultura.
25/07/2011	Envio para a Secretaria Municipal de Cultura, de 167 correspondências (Convites para posse de novos associados do IHGG) a serem postadas pela Secretaria.
02/08/2011	Entrega, na Secretaria Municipal de Cultura, de 166 correspondências a serem postadas pela Secretaria, numa parceria entre aquele órgão e o IHGG.
08/08/2011	Chegada a Goiânia da escritora Hilda Flores, acompanhada do marido, historiador Moacyr Flores, sendo recepcionada por representantes do IHGG com almoço. A escritora reuniu-se com acadêmicas da AFLAG e na UBE.
09/08/2011	Gravação para a TV de programa cultural por Hilda Flores, sendo acompanhada pela representante do IHGG, Elizabeth Caldeira.
09/08/2011	Sessão Solene de Posse dos Sócios Correspondentes: escritora Hilda Agnes Hübner Flores e Moacir Flores (Porto Alegre) e do escritor, historiador Ubiratan Paulo Galli Vieira (Urutaí). Com autógrafos no livro Dicionário de Mulheres de Hilda Flores.
17/08/2011	Entrevista com o escritor, historiador, sócio do IHGG, Martiniano José da Silva para o Projeto Memória Viva, do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: jornalista Valterli Guedes; Dr. Joãoimar Carvalho de Brito Neto; esposa Francisca Rezende Silva e do presidente do IHGG, escritor Aidenor Aires.
18/08/2011	Entrevista com o escritor, historiador, Sócio Emérito do IHGG, Professor Gilberto Mendonça Teles para o Projeto Memória Viva, do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: escritor, Bariani Ortencio; escritor José Fernandes; Professora da Universidade de Montes Claros-MG; Ilka Vieira de Oliveira e presidente do IHGG, escritor Aidenor Aires.
18/08/2011	Sessão Solene em Homenagem ao escritor Gilberto Mendonça Teles, Sócio Benemérito do IHGG, em comemoração aos 80 anos de vida e a original contribuição para a poesia e estudos literários contemporâneos.
26/08/2011	Sessão Solene de posse e homenagem da Academia de Letras do Brasil – Seccional de Goiás, realizada no auditório do IHGG.
29/08/2011	Elaboração da Portaria nº 003/2011, que designa comissão para apreciar a relação de livros sugeridos para descarte, pela bibliotecarista Aline Palmeira Mardem.

29/08/2011	Lançamento do livro “Canção do meu Lugar” de autoria de Darlene Magalhães, no auditório do IHGG, às 20 horas.
14/21/28/08/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso Sermão da Montanha, com o Prof. Nelci de Oliveira.
14/09/2011	Assembleia Geral Ordinária para tratar de assuntos de interesses do IHGG.
14/09/2011	Visita ao IHGG do historiador Adalberto Guimarães, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.
15/09/2011	Entrevista com o jornalista Eliézer José Penna para o Projeto Memória Viva, do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: jornalista Armando Accioli, escritor, Eurico Barbosa; jornalista Javier Godinho e presidente do IHGG, escritor Aidenor Aires.
19/09/2011	Reunião com o produtor cultural Júlio Fratos para adequação orçamentária do Projeto “Folha de Goyaz”, recentemente aprovado pela Lei Estadual de Incentivo Cultural – Goyazes.
20/09/2011	Indicação de nomes pra concorrer ao Troféu Jaburu do Conselho Estadual de Cultura.
04,11,18 e 25/09/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso “As Parábolas de Jesus” com o Prof. Nelci de Oliveira.
29/09/2011	Entrevista com o escritor, historiador e folclorista Paulo Nunes Batista Sócio Titular do IHGG, para o Projeto Memória Viva do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: escritor Geraldo Coelho Vaz; escritor Eguimar Felício Chaveiro; jornalista Henrique Mendonça e o presidente do IHGG, escritor Aidenor Aires.
02/09/16/23 e 30/10/2011	Uso do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG pela Associação de Entidades Filantrópicas de Goiás, para ministrar o curso “As Parábolas de Jesus” com o Prof. Nelci de Oliveira.
05/10/2011	Lançamento de 183 títulos da Coleção “Goiânia em Prosa e Versos”, iniciativa da Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Cultura. Contou com a participação de 23 associados do IHGG.
05/10/2011	Assembleia Geral Ordinária para tratar de assuntos de interesses do IHGG.

06/10/2011	Participação da Presidência do IHGG na posse da nova diretoria da Academia Goiana de Letras, cujo presidente é o Sócio Titular do Instituto, escritor Getúlio Targino Lima.
10/10/2011	Entrega, pela AGEPEL, do Certificado de aprovação do Projeto “Folha de Goyaz”, aprovado pela Lei de Incentivo Cultural Goyazes.
10/10/2011	Reunião do Presidente Aidenor Aires com o Professora Rildo, do Peru, para ajustes acerca das comemorações do centenário de descobrimento de Machu Pichu, no Peru, a se realizar no próximo ano.
19 a 23/10/2011	Participação do Presidente do IHGG, Aidenor Aires, no “V Colóquio dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros”, na cidade do Rio de Janeiro.
21/10/2011	Entrega de documentos (certidões negativas e outras) do IHGG na Secretaria Municipal de Cultura para o Projeto Pontos de Cultura.
26/10/2011	Reunião da Comissão Organizadora (conforme portaria nº 004/2011, indicada por Assembleia Geral do dia 14/09/2011) encarregada de elaborar a proposta de programação e atividades a serem desenvolvidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás no ano 2012, por ocasião das comemorações dos 80 anos de atividades do IHGG, composta pelos associados: Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, Juarez Barbosa, Ubirajara Galli, Maria Terezinha Campos Santana e Hélio Moreira. Presentes ainda a secretária Elizabeth Caldeira e o presidente Aidenor Aires,
27/10/2011	Entrevista com o Arcebispo Emérito de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira. Participantes: historiador Antônio César Caldas Pinheiro; Monsenhor Luiz Lobo; Monsenhor Nelson; e escritor Aidenor Aires, presidente do IHGG.
28/10/2011	Entrevista com a Sócia Emérita do IHGG, professora, doutora Lena Castelo Branco Ferreira de Freitas para o Projeto Memória Viva do Núcleo de Memória Audiovisual, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: escritor Eguimar Felício Chaveiro; Professor Itami Campos, historiador, doutor Noé Freire, Sócios Titulares do IHGG; professora, doutora, Nancy Ribeiro de Araújo; Sócia Emérita do IHGG e escritor Aidenor Aires.
31/10/2011	Entrevista com o professor, Sócio Titular do IHGG Horieste Gomes, por aluno doutorando da Universidade de Goiás, Weder David de Freitas.

07/11/2011	Visita dos alunos do curso de História da Universidade Estadual de Goiás – UEG da cidade de Anápolis ao IHGG, sob a orientação da Professora doutora Júlia Bueno.
08/11/2011	Visita do Sócio Correspondente de Brasília, escritor Jarbas Marques ao IHGG e doação de exemplares do livro de Tosi Colombina à Biblioteca do Instituto.
09/11/2011	Homenagem à memória da arquivista, Sócia Titular do IHGG, Marilda de Godói Carvalho, na Assembleia Geral do Instituto realizada no auditório Augusto da Paixão Fleury Curado.
10/11/2011	Entrevista com sócio-titular do IHGG, professor, Juarez Costa Barbosa para o Projeto Memória Viva do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: Professor Orlando Ferreira de Castro, Professor Horieste Gomes e o escritor Aidenor Aires presidente do IHGG.
17/11/2011	Visita do músico, pré - candidato a vereador pela cidade de Goiânia, Esdras di Oliveira, ao IHGG.
18/11/2011	Finalização da edição da Revista nº 22 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
21/11/2011	Reunião da Comissão Organizadora encarregada de elaborar a proposta de programação e atividades a serem desenvolvidas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás no ano 2012, por ocasião das comemorações dos 80 anos do IHGG. Equipe composta conforme portaria 004/2011, indicada pela Assembleia Geral do dia 14/09/2011.
25/11/2011	Visita dos presidentes das Instituições Culturais Goianas ao presidente da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira – AGEPEL, Gilvane Felipe, para tratar de assuntos de interesses das Instituições. Presentes: escritor, Aidenor Aires (IHGG); escritora Maria Luisa Ribeiro (Academia Goianiense de Letras); escritor Edival Lourenço (União Brasileira de Escritores – Seção Goiás); médico Joaquim C. Neto (Academia Goiana de Medicina); escritora Heloisa Helena Campos Borges (Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás).
30/11/2011	Entrevista com a Sócia Titular do IHGG, Irmã Áurea Cordeiro de Menezes para o Projeto Memória Viva do Núcleo de Memória Audiovisual do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Participantes: Professor Antônio César Caldas Pinheiro, escritora e arquiteta Narcisa de Abreu Cordeiro, escritora Heloisa Helena Campos Borges, presidente da AFLAG e Aidenor Aires, presidente do IHGG.
30/11/2011	Solenidade de entrega do Troféu Tiokô, pela União Brasileira de Escritores de Goiás, no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado do IHGG.

01/12/2011	Participação da Solenidade de Posse de novos associados da Academia de Letras e Artes de Inhumas – ALCAI, onde o presidente Aidenor Aires e a Sócia Titular Maria do Rosário Cassimiro foram homenageados e as associadas Elizabeth Caldeira Brito e Goiana Vieira da Anunciação tomaram posse como Sócias Efetivas.
07/12/2011	Assembléia Geral Ordinária dos associados do IHGG, entrega do relatório de atividades desenvolvidas no ano que se encerra e planos para o ano de 2012.

SÓCIOS DO IHGG

SÓCIOS DO IHGG

Sócios Titulares

Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira

Titular: UBIRAJARA GALLI

Cadeira n. 2

Patrono: Maria Angélica do Couto
Brandão

JUAREZ COSTA BARBOSA

Cadeira n. 3

Patrono: Francis Castenau

FRANCISCO ITAMI CAMPOS

Cadeira n. 4

Patrono: Guimarães Natal

EDUARDO JOSÉ REINATO

Cadeira n. 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy

Vaga

Cadeira n. 6

Patrono: Zoroastro Artiaga

RUY RODRIGUES DA SILVA

Cadeira n. 7

Patrono: Arlindo P. Cardoso

ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira n. 8

Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza

MAURO BORGES TEIXEIRA

Cadeira n.9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim

Titular: FRANCISCO LUDOVICO DE
ALMEIDA NETO

Cadeira n. 10

Patrono: Gelmires Reis

Titular: MOEMA DE CASTRO E SILVA

OLIVAL

Cadeira n. 11

Patrono: Honestino Guimarães

Titular: IURI RINCON GODINHO

Cadeira n. 12

Patrono: Capistrano de Abreu

Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira n. 13

Patrono: Pe. Luiz Palacin Gomes

Titular: JOSÉ PEREIRA DE MARIA

Cadeira n. 14

Patrono: Joaquim Bonifácio de Siqueira

Titular: ANTÔNIO TEIXEIRA NETO

Cadeira n. 15

Patrono: Emmanuel Pohl

Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS

SAMPAIO

Cadeira n. 16

Patrono: Auguste de Saint Hilaire

Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

Cadeira n. 17

Patrono: Raimundo da Cunha Matos

Titular: JADIR DE MORAES PESSOA

Cadeira n. 18

Patrono: Couto de Magalhães

Titular: MARTINIANO JOSÉ DA SILVA

Cadeira n. 19

Patrono: José Martins Pereira de Alencastre

Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira n. 20

Patrono: Luiz Gonzaga de Faria

Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira n. 21

Patrono: José Lobo

Titular: LUIS ANTÔNIO ESTEVAM

Cadeira n. 22

Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: AUGUSTA FARO FLEURY DE MELO

Cadeira n. 23

Patrono: Crispiano Tavares
Titular: MÁRIO RIBEIRO MARTINS

Cadeira n. 24

Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira n. 25

Patrono: Luiz do Couto
Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES

Cadeira n. 26

Patrono: Jarbas Jayme
Vaga

Cadeira n. 27

Patrono: Manoel Onofre Andrade
Titular: LEDONIAS FRANCO GARCIA

Cadeira n. 28

Patrono: Bouyhan Helou
Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Cadeira n. 29

Patrono: Salomão de Vasconcelos
Titular: HELOISA SELMA FERNANDES CAPEL

Cadeira n. 30

Patrono: Clifford Evans
Titular: ALTAIR SALES BARBOSA

Cadeira n. 31

Patrono: Eurídice Natal e Silva
Titular: MARIA NARCISA DE ABREU CORDEIRO PIRES

Cadeira n. 32

Patrono: José Peixoto da Silveira
Titular: JOSÉ PEIXOTO DA SILVEIRA JÚNIOR

Cadeira n. 33

Patrono: Antônio Americano do Brasil
Titular: ROGÉRIO ARÉDIO FERREIRA

Cadeira n. 34

Patrono: Amália Hermano Teixeira
Titular: JOSÉ ÂNGELO RIZZO

Cadeira n. 35

Patrono: Moisés Santana
Titular: MARIA TEREZINHA CAMPOS SANTANA

Cadeira n. 36

Patrono: Ricardo Paranhos
Titular: NASR NAGIB FAYAD CHAUL

Cadeira n. 37

Patrono: Luís Cruls
Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira n. 38

Patrono: Henrique Silva
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira n. 39

Patrono: José Honorato de S. Silva
Titular: LICÍNIO LEAL BARBOSA

Cadeira n. 40

Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira
Titular: ÁUREA CORDEIRO DE MENEZES

Cadeira n. 41

Patrono: Maria Barbosa Reis
Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

Cadeira n. 42

Patrono: Ministro Jorge Latour
Titular: BINÔMIO DA COSTA LIMA

Cadeira n. 43

Patrono: Cora Coralina
Titular: MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

Cadeira n. 44
Patrono: Francisco Tosi Colombina
Titular: JOSÉ FERNANDES

Cadeira n. 45
Patrono: Cândido Mariano Rondon
Titular: HEITOR ROSA

Cadeira n. 46
Patrono: Manoel Aires de Casal
Titular: WALDOMIRO BARIANI
ORTÊNCIO

Cadeira n. 47
Patrono: Regina Lacerda
Vaga

Cadeira n. 48
Patrono: Rosarita Fleury
Vaga

Cadeira n. 49
Patrono: Joaquim Teotônio Segurado
Titular: ANA BRAGA

Cadeira n. 50
Patrono: Gerson de Castro Costa
Titular: NOÉ FREIRE SANDES

SÓCIOS EMÉRITOS

Ático Vilas Boas
Cristovam Francisco de Castilho
Elder Camargo de Passos
Geraldo Coelho Vaz
José Mendonça Teles
Lena Castello Branco Ferreira de Freitas

Mari de Nazaré Baiocchi
Maria Augusta Callado di Saloma Rodrigues
Maria Augusta Sant'Anna de Moraes
Nancy Ribeiro de Araújo e Silva
Ursulino Tavares Leão

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Ademir Antônio Bacca
Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo
Andréa Luísa de Oliveira Teixeira
Antolinda Baía Borges
Antônio Miguel Chaud
Antônio Oliveira Mello
Arno Wehling
Bráulio Nascimento
Bento Alves Araújo Jaime Fleury Curado
Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro
Célia Siqueira Arantes
Consuelo Pondé de Sena
Cybelle Moreira de Ipanema
Djalma Silva
Domingos Pacífico Castelo Branco Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso

Edmar Camilo Cotrim
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Filadelfo Borges de Lima
Gilson Silva
Gustavo Neiva Coelho
Hilda Agnes Hübner Flores
Iapery Soares de Araújo
Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novis Gomes Monteiro
João Asmar
José Faria Nunes
Josemar Bezerra Raposo
José Otávio de Arruda Mello
José Luiz Bittencourt
Manoel Rodrigues Ferreira
Marlene Gomes Velasco
Maria Helena de Amorim Romacheli

Mauro da Costa Lima
Melquíades Pinto Paiva
Oswaldo Rodrigues Póvoa
Paulo Nunes Batista
Ramir Curado
Sônia Maria Ferreira
Stella Leonardos
Terezy Fleury de Godoi
Umbelina Frota

Valdemes Ribeiro Menezes
Valdon Varjão
Vera Lopes Siqueira
Yasmin Jamil Nadaf
Yvan Avena
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

SÓCIOS CORRESPONDENTES INTERNACIONAIS

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza

Manuel Valásquez Rojas
Maria Esther Robledo
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Esther Barbosa Oriente
Gilberto Mendonça Teles

Humberto Crispim Borges

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida
Armando Calheiros Acioli
Eliezer Penna
Ely Camargo
Goiana Vieira Da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jofre Marcondes de Rezende
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Louza Júnior

Luiz José Bittencourt
Marconi Ferreira Perillo Júnior
Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota
Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos
Vilmar de Silva Rocha
Waldir Fernandes Madalena
Waldyr Eduardo Aidar
Walterdan Fernandes Madalena

GALERIA DE FOTOS



Diretoria Instituto Histórico e Geográfico de Goiás em audiência com o Prefeito Paulo Garcia



Homenagem póstuma ao professor Jacy Siqueira



José Hermanto e familiares de Amália Hermanto por ocasião do lançamento do livro póstumo “História de Goiás”



Lançamento do livro póstumo “História de Goiás”, de Amália Hermanto



Moema de Castro e Silva Olival em depoimento ao Projeto Memória Viva



Posse da Sócia Correspondente, Hilda Agnes Hübner Flores de Porto Alegre - RS



Posse do sócio-correspondente Moacyr Flores, de Porto Alegre - RS



Visita do Secretário de Cultura do Estado de Goiás, Gilvane Felipe, ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

